

1
1

Arqueologia medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



Capa e Design Gráfico: Gil Maia

Execução Gráfica: Edições-Afrontamento, Lda.

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual (Nº 1 Fevereiro / 1992; Nº 2 Fevereiro / 1993)

Preço de capa: Portugal — Esc. 3.500\$00; Espanha — PTE. 3.800\$00; Resto da Europa — PTE. 4.100\$00; Fora da Europa — 4.700\$00.

Edições Afrontamento, Lda — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal — Telefones: (02) 489271, 494880 — Telefax: (02) 491777

LOTE DE CERÂMICA EPIGRAFADA EM ESTAMPILHAGEM DE MÉRTOLA

ABDALLAH KHAWLI (*)

O conjunto cerâmico em estudo foi recolhido ao longo de dez anos de escavações arqueológicas na Alcáçova de Mértola.

Na sua quase totalidade provém de camadas estratigráficas de um bairro residencial muçulmano que, durante cerca de três séculos, ocupou a plataforma do antigo "Forum" romano, e que foi abandonado depois da tomada da cidade pela Ordem de Santiago em 1238.

1. A CALIGRAFIA ÁRABE: CÚFICO E NASRHI

Na cultura islâmica, a escrita árabe assumiu desde muito cedo um carácter sagrado e, complementarmente, uma função estética. De facto, a escrita não se constituía apenas como sistema de signos através dos quais a comunicação se estabelecia; aos olhos do crente, ela surgia antes de tudo como instrumento de glorificação da Palavra de Alá.

A compilação do Corão ocorreu não muito depois da morte do profeta Maomé (632 d.C./10 H.), por iniciativa do califa Othmân, que reuniu e sistematizou o, já então, disperso conjunto de versículos. No entanto, a fixação dos textos do livro sagrado conheceu um longo trajecto histórico, dado existirem divergências profundas quanto ao sentido e linguagem corânicas. Divergências que motivariam o

aparecimento/desenvolvimento de diversas disciplinas, como a gramática, a lexicografia, a ciência da leitura e a caligrafia. Esta última não era, entre as demais, de somenos importância; de facto, a magnitude e "beleza" de estilo da mensagem corânica deveria ser transmitida de forma igualmente bela e majestosa. Todavia, as cuidadas composições caligráficas não se circunscrevem ao livro sagrado, penetrando no mundo quotidiano do crente, em artefactos diversos, nas fachadas e interiores de edifícios civis e religiosos nos quais inscrevem expressões emblemáticas de glorificação, louvor e propiciação.

O cúfico, difundido desde o ano de 650 d.C./30 H., a partir da cidade iraquiana de Kufa irá impôr-se, durante muito tempo, pelas suas características (letras geometrizantes definidas por linhas direitas e angulares) como a escrita utilizada pelos calígrafos na composição do Corão. O alfabeto cúfico é constituído apenas por dezassete (17) signos, em vez dos vinte e

(*) Colaboração de Joaquim Manuel Ferreira Boiça.

Agradecimento a toda a "máquina" do C. A. M. que sem a sua ajuda este trabalho não seria realizado.

oito (28) que compõem a escrita cursiva, dada a supressão dos pontos diacríticos que nesta diferenciam algumas das consoantes (i.e., no cursivo alguns fonemas apresentam a mesma grafia distinguindo-se através da pontuação diacrítica).

No século IX generalizou-se o uso de uma nova caligrafia *nasrhi*, que evolui a partir da escrita cursiva. Apresenta os caracteres estilizados (formas redondas, introduzindo elementos puramente decorativos) e mantendo a facilidade e espontaneidade gestual do acto da escrita. Estas características permitirão à caligrafia *nasrhi* penetrar, progressivamente, no espaço anteriormente reservado ao *cúfico*.

Os dois estilos, *cúfico* e *nasrhi*, foram os mais utilizados em todo o mundo islâmico até ao século X, altura em que se difundem novas formas mais estilizadas. A de maior destaque é o *cúfico floral*, que apresenta caracteres angulados rematados por motivos vegetalistas (flores ou bolbos). Este estilo caligráfico, tanto no Médio Oriente como no Ocidente muçulmano, foi fundamentalmente utilizado em registos epigráficos cerâmicos e arquitectónicos.

No Al-Andalus, segundo o falecido arabista espanhol Manuel Ocaña Jimenez, as primeiras inscrições em *cúfico* surgem nas moedas bilingües cunhadas pelo governador al-Hurr Ibn Abderrahmane a-Takafi, que remontam ao ano de 98 H. (716/717 d.C.). Esta inscrição numismática é, no entanto, uma exceção. De facto, é a partir do reinado de Abderrahmane II (822-852), que se difunde em toda a Espanha árabe a escrita *cúfica*, que iria manter a sua unidade formal estabelecida em Córdoba, centro condutor da arte hispano-muçulmana na época califal. Com a queda do califato, e consequente divisão da Espanha em pequenos reinos — Taifas — o número de centros produtores e dos respectivos estilos aumenta, pois cada província desenvolvia a sua forma própria de escrever o *cúfico*. No entanto, com a consoli-

dação do poder almoade na Península, o cursivo tornou-se gradualmente a escrita oficial do império magrebino.

2. A CERÂMICA EPIGRAFADA. A TÉCNICA DE ESTAMPILHAGEM

Os dois estilos caligráficos, o *cúfico* (tal como a sua forma evoluída, o *cúfico floral*) e o *nasrhi*, encontram-se profusamente representados em artefactos cerâmicos. As matrizes epigráficas neles aplicadas, eram concebidas e desenhadas por calígrafos, que manipulavam com destreza qualquer das letras assim como os nexos de união entre as mesmas, fazendo-as evoluir, segundo o seu gosto, em formas circulares, rectilíneas, ovais, etc., surgindo, em consequência, variadas composições caligráficas para uma mesma palavra ou expressão. Cada peça adquiria assim um acrescido valor, estético e simbólico (legendas de tipo profiláctico, de bênção, felicidade etc.).

Uma das técnicas mais usadas era a da estampilhagem, que se difunde no al-Andalus, a partir do século XI. Os moldes eram cuidadosamente preparados apresentando na maioria dos casos um elaborado programa decorativo. As estampilhas resultantes da aplicação da matriz variam na qualidade da gravação, conforme a maior ou menor pressão aplicada sobre a peça, cuja pasta se encontra ainda verde. Surgem, assim, algumas deformações na impressão, que podem ainda resultar de uma deficiente limpeza da matriz.

3. A EPIGRAFIA ESTAMPILHADA DE MÉRTOLA

O importante lote de cerâmica estampilhada de época islâmica de Mértola é exclusivamente constituído por fragmentos de talhas, recipientes de grande capacidade utilizados para armazenamento de água, embora servissem também para azeite, azeitonas, mel e mesmo vinho. Pela sua função a talha ocupava um lugar de destaque na habitação muçulmana, e daí certamente a riqueza do seu programa decorativo, aplicado nas zonas mais visíveis do bojo e do gargalo, assim como nas bases-suporte em que assentavam.

3.1. As legendas epigráficas

Do seu conjunto decifram-se treze (13) legendas, epigrafadas na sua maioria em *cúfico floral* e simples (exceptuam-se as legendas *Al-yumne* e *Al-ikbal* que são em cursivo). As mais frequentes, por larga margem, são as de *Al-mulk*, *Al-yumne* e *Baraka*, surgindo as restantes como exemplos isolados. Em alguns casos a leitura das legendas foi dificultada pela extrema estilização dos caracteres, mutilações e mau estado de conservação das estampilhas, justificando-se, pois, naturais reservas quanto à sua decifração. Surgem, ainda, distintas das demais, duas estampilhas de pseudo-epigrafia.

Al-yumne (a felicidade). Surge epigrafada em vinte e três fragmentos (23), na maioria dos casos em escrita cursiva. Encontra-se associada, em três fragmentos (n. 18, 33 e 34), a outras legendas, duas delas ilegíveis.

Al-mulk (o império, o poder...). Simplificação da expressão *al-mulk ilahi* (o Império de Deus). Surge em dezoito (18) fragmentos, tanto em cílico floral como em cílico simples. Em dois casos (n. 6 e 18), está associada a uma outra legenda, respectivamente, *Kamila*(?) e *Al-yumne*.

Baraka (benção). Encontra-se epigrafada em quatro fragmentos em escrita cílica. Num deles (n. 40), a letra final "TA" foi substituída pela letra "Alif", e num outro (n. 38), é acompanhada por uma legenda de leitura duvidosa *A-tiba*(?).

A-chukr (o agradecimento). Simplificação da expressão *A-chukro ilahi* (o agradecimento ou louvor a Alá). A legenda, em cílico simples, está presente num único fragmento (n. 42), observando-se na mesma a não inscrição da letra "lame" do artigo determinante "Al", sendo no entanto correcta a sua leitura, uma vez que o "lame" desaparece da pronúncia quando precede uma "letra solar" como é a letra "chine".

Al-afia (a saúde). Legenda em cílico floral, representada num fragmento (n. 47).

Al-isa (a glória). Legenda em cílico simples, inscrita num único fragmento (n. 48).

Alá... (Deus...). Legenda epigrafada em cílico, em dois fragmentos (ns. 33 e 49), sendo em ambos os casos ilegível a inscrição a que está associada.

... **Kamila-liçahibibi** (...completa para o seu dono). Legenda em cílico, incompleta, com caracteres pouco perceptíveis, impondo-se naturais reservas quanto à sua leitura. Está associada a uma outra legenda, da qual se lê a letra final "Ta marbuta", possivelmente da palavra "Baraka" (fragmento n. 44).

Al-iq(bal) (a prosperidade). Legenda em escrita cursiva, incompleta, identificando-se apenas o nexo "lamalif" e a letra "qaf" (fragmento n. 51).

(ka)mila ou (cha)mila Kaf(já) (completa ou perfeita, suficiente?). Legendas em cílico, associadas, encontrando-se ambas incompletas. Da primeira não se conserva a parte final e da segunda a inicial sendo, pois, hipotética a sua leitura (fragmento n. 43).

A-tiba (a pureza). Legenda em cílico floral, de leitura duvidosa dada a estilização dos caracteres (fragmento n. 38).

Adaá (a tranquilidade). Legenda em cílico floral, representada em dois fragmentos (ns. 45 e 46). A sua leitura é incerta devido a estilização e disposição simétrica dos caracteres.

Aali (altíssimo). Legenda em cílico, inscrita num único fragmento (n. 50), de difícil leitura dado o estado de conservação, fio da estampilha (decifram-se com algumas reservas, as letras "aine", "alif" e "lam", estas últimas entrecruzadas).

3.2. O alfabeto epigráfico

Devido ao representativo número de legendas epigrafadas da cerâmica estampilhada de Mértola, é possível traçar-se um quadro caligráfico do alfabeto árabe, fundamentalmente o da escrita cílica (17 signos). As letras apresentam-se

na sua globalidade bem desenhadas, por vezes acentuadamente estilizadas (em particular as letras "mime", "kaf e "nune"), adquirindo acima de tudo um valor decorativo.

CONCLUSÕES

Além do seu valor estilístico, a epigrafia estampilhada de Mértola oferece-nos um panorama de legendas em caracteres bem caligrafados tanto cílicos como cursivos. A perfeição das inscrições leva-nos a crer que as estampilhas foram impressas por calígrafos profissionais que, habitualmente desenvolvem a sua actividade em centros urbanos, possivelmente naqueles de onde são originários estes materiais cerâmicos. As legendas variam entre as religiosas/profilácticas e outras de benção e felicidade. A presença da pseudo-epigrafia pode-se justificar pela tendência dos calígrafos para criar formas artísticas disfrutando inteligentemente da plasticidade das grafias árabes.

Cronologia: A talha é um dos elementos arqueológicos de difícil datação devido, principalmente, à sua lenta evolução tipológica, consequência da sua longa utilização. No entanto, a datação das talhas estampilhadas, é quase sempre relacionada com a técnica decorativa a qual, ao que tudo indica, é aplicada desde o início do século XI (cf. - Granada -, Garrido Garrido e Garcia Granados; - Toledo-, Aguado Villalba; - Jerez de la Frontera -, Pavon Maldonado), vindo a conhecer uma notável profusão durante a época almoada (cf. - Murcia-, Navarro Palazon;-Denia -, Ruiz Azuar; - Zaragoza -, Viladez Castillo; - Almeria -, Dominguez Bedmar e Espinar Moreno; - Silves - Varela Gomes).

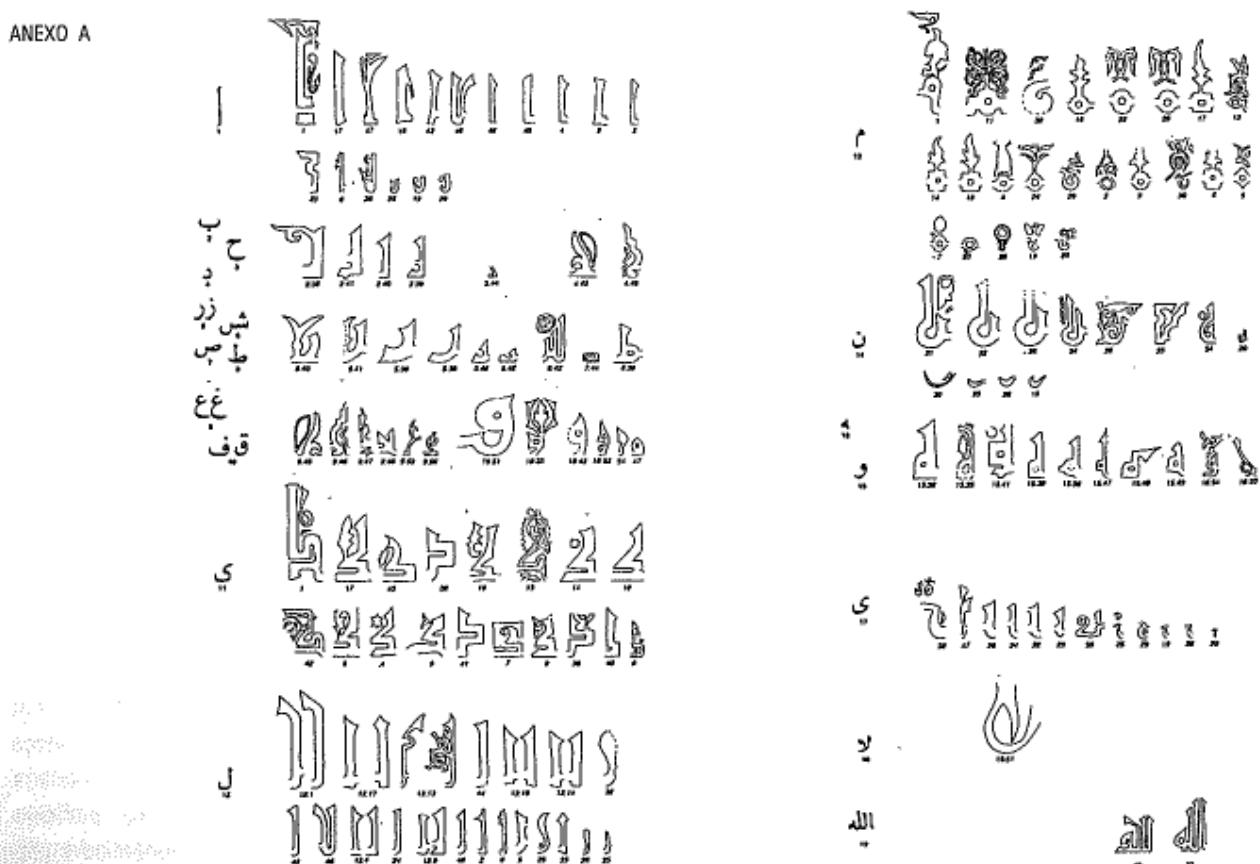
Para este conjunto cerâmico, a balizagem cronológica indicada pela estratigrafia, começa em meados do século XI e termina na primeira década do século XIII. Este período corresponde ao crescimento económico e cul-

tural da Mértola Islâmica, que se iniciou com o reino das Taifas, atingindo o seu apogeu no período almoada.

BIBLIOGRAFIA

- AGUADO VILLALBA, José (1983), *La cerámica Hispanomusulmana de Toledo*, Madrid.
- AMIGUES FRANÇOIS e MESQUITA GRACIA (1987), *Um horno medieval de cerâmica "El Testar del Moli"*. Paterna (Valencia), Casa de Velazquez, Madrid.
- AZUAR RUIZ, R. (1989), *Denia Islâmica. Arqueología e Poblamiento*, Alicante.
- CORREIA, F. BRANCO (1987), «Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja», *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental*, no prelo.
- DOMINGUEZ BEDMAR, M. e ESPINAR MORENO, M. (1987), «Catalogación preliminar de estampillas Almerienses», *Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental*, no prelo.
- GARRIDO GARRIDO, M. e GARCIA GRANADOS, J. A. (1987), «Introducción al estudio de la cerámica estampillada andalusí en Granada», *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*, T. II, pp. 678-687.
- GOMES, Rosa V. (1988), *Cerâmica Muçulmana do Castelo de Silves*. Xelb 1, Silves.
- NAVARRO PALAZON, J. (1986), *La cerámica Islâmica en Murcia*, Vol. I: Catalogo.
- OCANA JIMENEZ, M. (1970), *El círculo hispano y su evolución*. Madrid.
- OLIVO, Diego; GALVEZ, Eugenia e VALENCIA, Rafael (1987), «Fondos epigráficos árabes del museo arqueológico de Sevilla: brocales de pozo», *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*, T. III, pp. 73-80.
- PARDOPOULO, Alexandre (1977), «La calligraphie arabe», in *l'espace et la lettre, Cahiers Jussieu*, Paris.
- PASCUAL, Josefa e MARTÍ, Javier (1986), *La cerámica verde-manganoso bajomedieval valenciana*, Valencia.
- PAVON MALDONADO, B. (1981), *El arte Hispano-Musulman en su decoración floral*, Madrid.
- (1981), *Jerez de la frontera, ciudad Medieval*, «Arte Islâmico y mudéjar», Madrid-Barcelona.
- ROSSELO BORDOY, G. (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*, Palma de Mallorca.
- ROSSELO PONS, M. (1981), «Las cerámicas almohades de la calle Zavella de Palma de Mallorca», *II Colóquio de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental*. Toledo.
- RUIZ GARCIA, A. (1987), «Algunos modelos cerámicos de loza vidrada procedente de la Alhambra», *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*, T. III, pp. 132-140.
- TORRES, F. Claudio (1985), «Um lote cerâmico de Mértola Islâmica», *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, Huesca, pp. 195-228.
- (1987), *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Catálogo, Mértola.

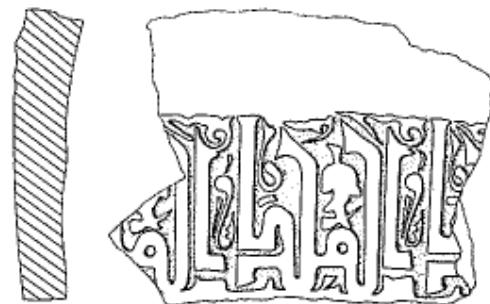
ANEXO A



CATÁLOGO

1

Nº inventário	CR/ET/0003
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico floral, vidrado verde, limitado superiormente por três caneluras simples.
Dimensões da estampilha	Comp. 62; alt. 59mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 4N; N: Ib; Ano: 1980
Cronologia	Séc. XII/XIII



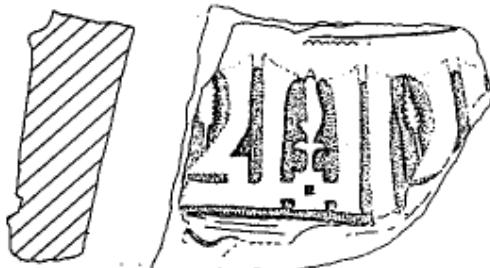
2

Nº inventário	CR/ET/0004
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, no qual se sobrepõem duas faixas decoradas com losangos e denticulados.
Dimensões da estampilha	Comp. 53; alt. 30mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 13G; N: Ib; Ano: 1986
Cronologia	Séc. XI/XII



3

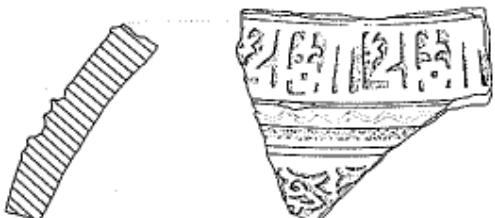
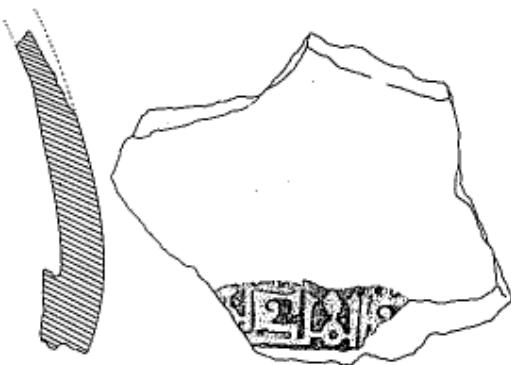
Nº inventário	CR/ET/0005
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, vidrado verde, estilizado com motivos florais.
Dimensões da estampilha	Comp. 53; alt. 35mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 6D; Recolha da superfície; Ano: 1983
Cronologia	Séc. XII/XIII



4

Nº inventário	CR/ET/0007
Identificação	Fragmento do ombro
Decoração	Registo epigráfico em cúbico decorado com motivos vegetalistas e estrela de seis pontas. É delimitado por caneluras, preenchidas com linha ondulante, e encadeado de losangos.
Dimensões da estampilha	Comp. 49; alt. 29mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14C-20D; N: Ib-Ic; Ano: 1986-89
Cronologia	Séc. XI/XII





5

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0009

Fragmento do ombro

Registo epigráfico em cúbico floral, limitado inferiormente por duas caneluras, nas quais se inscreve uma linha ondulada, losangos e elementos vegetalistas.

Comp. 45; alt. 28mm

Al-Mulk (O Império)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 4N-3N-6B; N: Ia-Ib-3a;

Anos: 1978-82-86

Séc. XII

6

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/Er/0012

Fragmento do ombro (?)

Registo epigráfico em cúbico, com duas legendas profusamente decoradas com formas boleadas, estrelas de nove pontas e pequenas lúnulas. Sucedem-se, superiormente uma canelura preenchida por fiadas de losângulos que alternam com um pequeno motivo fitomórfico e uma faixa com matrizes quadrangulares que inserem cruzes.

Comp. 41; alt. 27mm

Al-Mulk - Kamila (O Império - Perfeita)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Recolha da superfície; Ano:

1979

Séc. XI

7

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0035

Fragmento do gargalo

Registo epigráfico em cúbico arrancando da letra "mim" elementos decorativos vegetalistas.

Comp. 39; alt. 20mm

Al-Mulk (O Império)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14B; N: Ib; Ano: 1989

Séc. XI/XII

8

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0036

Fragmento de bojo

Registo epigráfico em cúbico, com estilização floral, seguido de duas caneluras, uma de linha ondulada e outra com triângulos. Abaixo destas, são ainda visíveis vestígios de um outro registo com decoração fitomórfica.

Comp. 46; alt. 37mm

Al-Mulk (O Império)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14B; N: Ib; Ano: 1989

Séc. XI/XII

9

Nº inventário	CR/ET/0038
Identificação	Fragmento de ombro
Decoração	Sob vidrado verde evoluem dois registos; o superior preenchido por uma legenda em cúbico floral, e o inferior por uma sequência de volutas vegetais. A separá-los, duas caneluras, uma de linha ondulante e outra entrançada. Duas outras caneluras, com motivos idênticos, surgem abaixo do último registo.
Dimensões da estampilha	Comp. 44; alt. 35mm
Transcrição	AI-Mulk (O Império)
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 15C; N: R.S.; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII



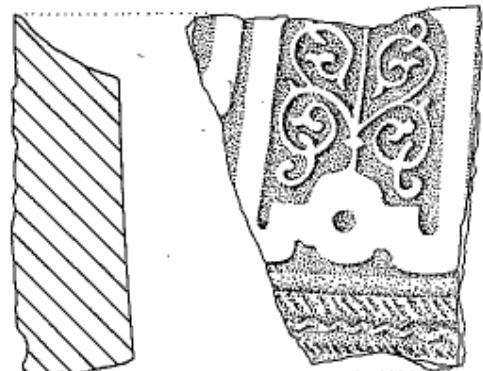
13

10

Nº inventário	CR/ET/0039
Identificação	Fragmento de ombro
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, sob vidrado verde, com elementos fitomórficos arrancando da letra "mime". É delimitado por diversas caneluras, de losangos, entrelaçados vegetalista e linhas ondulantes.
Dimensões da estampilha	Comp. 56; alt. 37mm
Transcrição	AI-Mulk (O Império)
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14D; N: Ia; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII

**11**

Nº inventário	CR/ET/0043
Identificação	Fragmento de bojo (?)
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, vidrado verde, com legenda incompleta; arrancando da letra central "mime" um motivo fitomórfico. Imediatamente abaixo inscreve-se uma canelura, de linha ondulada, delimitada por cordões com incisões oblíquas.
Dimensões da estampilha	Comp. (?); alt. 45mm
Transcrição	[A]L-MUL[K] (O Império)
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14C; N: Ia; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII

**12**

Nº inventário	CR/ET/0044
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico sucedendo-o três caneluras de linha ondulante, separadas por cordões de riscos oblíquos.
Dimensões da estampilha	Comp. 56; alt. 37mm
Transcrição	AI-Mulk (O Império)
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 5P-6P; N: Ib; Ano: 1986
Cronologia	Séc. XI

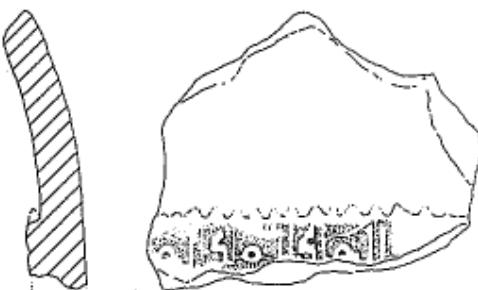


**13**

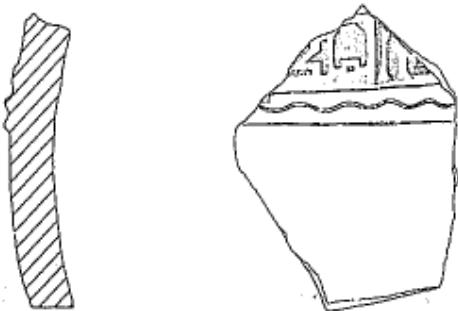
Nº inventário	CR/ET/0046
Identificação	Fragmento do bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, com caracteres profusamente decorados por motivos vegetalistas.
Dimensões da estampilha	Comp. 43; alt. 45mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 10A-10E; N: Ia; Ano: 1986
Cronologia	Séc. XII/XIII

**14**

Nº inventário	CR/ET/0042
Identificação	Fragmento do ombro
Decoração	Sob engobe vermelho, registo epigráfico em cúbico, apresentando-se a letra "mim" rematada por um elemento floral e a letra "kaf" encimada por uma pequena estrela. Na parte inferior sucedem-se três caneluras, preenchidas por losangos e por linha ondulante.
Dimensões da estampilha	Comp. 56; alt. 37mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 15E; N: Ia; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII

**15**

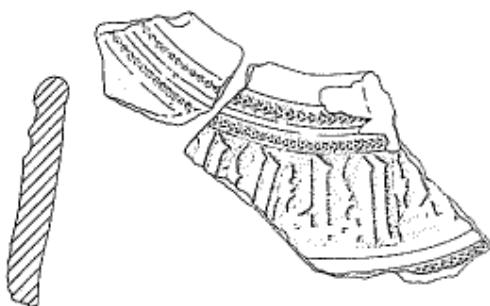
Nº inventário	CR/ET/0049
Identificação	Fragmento do gargalo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico simples, vidrado verde, sem elementos decorativos.
Dimensões da estampilha	Comp. 30; alt. 20mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 15D; N: Ia; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII

**16**

Nº inventário	CR/ET/0051
Identificação	Fragmento do bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico simples, limitado inferiormente por uma canelura percorrida por linha ondulante.
Dimensões da estampilha	Comp. 36; alt. 20mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 15C; N: Ia; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII

17

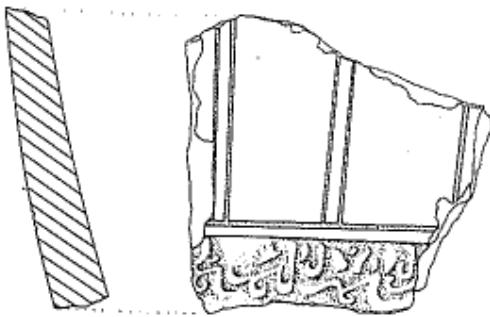
Nº inventário	CR/ET/0053
Identificação	Fragmentos do ombro
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, vidrado verde com estilização fitomórfica nas letras "mime" e "kal". É encimado por duas caneluras de linhas entrelaçadas.
Dimensões da estampilha	Comp. 60; alt. 42mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 17AA; N: Ia; Ano: 1990
Cronologia	Séc. XII

**18**

Nº inventário	CR/ET/0006
Identificação	Fragmentos do bojo e do ombro
Decoração	Dois registos epigráficos em cúbico, com legendas diferentes. A letra "mime", no superior, e as "kal" e "mime" no inferior, são rematadas por elementos decorativos vegetalistas. Os dois registos encontram-se separados por anéis denticulados.
Dimensões da estampilha	Comp. 53/48; alt. 36/ (?)mm
Transcrição	<i>Al-Mulk (O Império) / Al-Yumne (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: AF, AF2, AG, AE; N: Ia-2a-1b; Anos: 1980-81-82
Cronologia	Séc. XI/XII

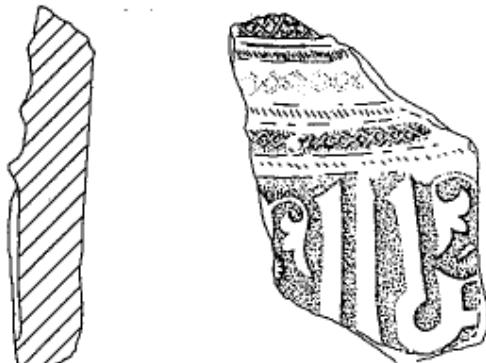
**19**

Nº inventário	CR/ET/0010
Identificação	Fragmento do bojo
Decoração	Registo epigráfico em cursivo estilizado, sob vidrado verde, limitado superiormente por formas verticais sem decoração.
Dimensões da estampilha	Comp. 27; alt. 18mm
Transcrição	<i>Al-Yumne (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: IID-12D, N: Ia; Ano: 1986
Cronologia	Séc. XII/XIII

**20**

Nº inventário	CR/ET/0011
Identificação	Fragmento do ombro com arranque de gargalo.
Decoração	Dois registos, em vidrado verde, inscrevendo-se no superior uma legenda em cursivo estilizado, e no inferior uma sequência de palmetas.
Dimensões da estampilha	Comp. 33; alt. 33mm
Transcrição	<i>Al-Yumne (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 6C; N: Ib/151; Ano: 1980
Cronologia	Séc. XII/XIII





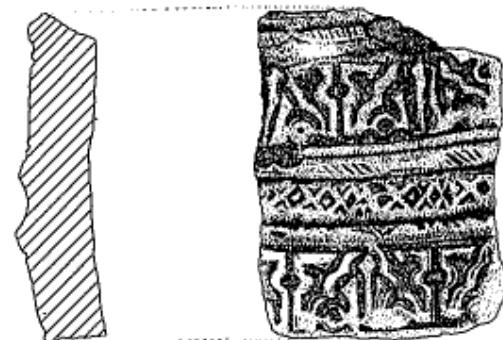
21

Nº inventário	CR/ET/0013
Identificação	Fragmento do ombro
Decoração	Registo epigráfico em cúbico floral. É sobreposto por três caneluras, duas delas com oblíquos, e uma, a intermédia, com cordões.
Dimensões da estampilha	Comp. (?); alt. 45mm
Transcrição	<i>[Al-Yumne] (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; recolha da superfície
Cronologia	Séc. XII



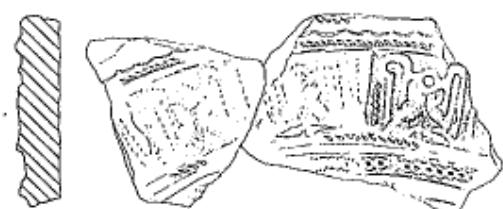
22

Nº inventário	CR/ET/0014
Identificação	Fragmento do bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, com vestígios de vidrado verde, evoluindo a partir da letra "mime" duas hastes vegetalistas entrelaçadas formando um motivo simétrico.
Dimensões da estampilha	Comp. 53; alt. 40mm
Transcrição	<i>[Al-Yumne] (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14C; N: Ib; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII



23

Nº inventário	CR/ET/0015
Identificação	Fragmento do bojo
Decoração	Dois registo epigráficos em cúbico, sob engobe vermelho, inscrevendo-se em ambas a mesma legenda. Os caracteres caligrafados apresentam elementos de inspiração arquitectónica. Os dois registo estão separados por uma canelura cingida por dois cordões com incisões oblíquas.
Dimensões da estampilha	Comp. 46; alt. 25mm
Transcrição	<i>[Al-Yumne] (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: AF-3T; N: 2a; Ano: 1980
Cronologia	Séc. XI/XII



24

Nº inventário	CR/ET/0032
Identificação	Fragmento do ombro
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, evoluindo "mime" num motivo vegetalista. É limitado, na sua parte superior por uma canelura de linhas entrelaçadas e, na inferior, por uma outra, cingida por cordões com incisões oblíquas, de linha ondulada.
Dimensões da estampilha	Comp. 46; alt. 35mm
Transcrição	<i>[Al-Yumne] (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 18B; N: Ib; Ano: 1987
Cronologia	Séc. XI/XII

25

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0037

Fragmentos do bojo

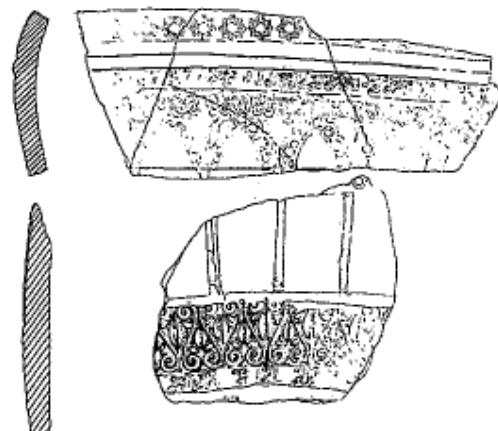
Do colo para o pé organizam-se cinco registos distintos: no primeiro, em vidrado verde, apresentam-se duas fiadas de estrelas de oito pontas que se entrelaçam evoluindo outras pequenas; no segundo, inscreve-se uma banda epigráfica em cursivo estilizado, no que se lhe imediatamente sucede, organiza-se uma sequência de motivos entrelaçados que encimam uma sucessão de arcos polilobulados cujos colunelos assentam sobre uma faixa de palmetas, e por último, um campo epigráfico em que se repete a mesma legenda.

Comp. 46; alt.15mm

AI - Yumne (A Felicidade)

Alcâçova do Castelo de Mértola; Q: 14B-19A; N: Ib- Ib/20; Anos: 1987-89

Séc. XII/XIII

**26**

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0041

Fragmento do ombro (?)

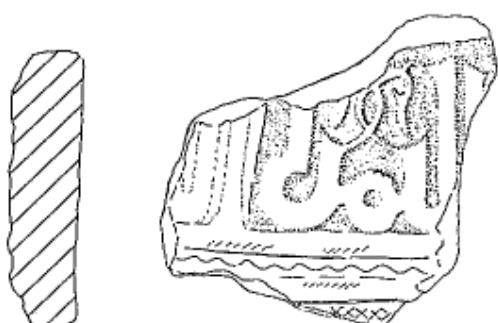
Registo epigráfico em cílico floral, em vidrado verde, e ladeado por caneluras de linha ondulante, losangos e incisões verticais.

Comp. 52; alt. 45mm

AI - Yumne (A Felicidade)

Alcâçova do Castelo de Mértola; Q: 15E; N: Ia; Ano: 1989

Séc. XII

**27**

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0047

Fragmentos do bojo

Dois registos epigráficos em cursivo, delimitados por outros campos decorados com a "mão de fátima", losangos e estrelas.

Comp. 33; alt. 10mm

AI - Yumne (A Felicidade)

Alcâçova do Castelo de Mértola; Q: 4A-5A; N: Ic; Anos: 1981-82

Séc. XII/XIII

**28**

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0048

Fragmento do bojo

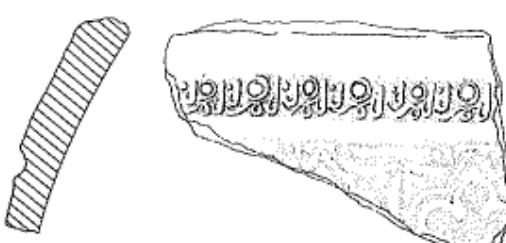
Registo epigráfico em cursivo estilizado, sob vidrado verde, limitado inferiormente por uma faixa longa, decorada com motivos florais e vegetalistas.

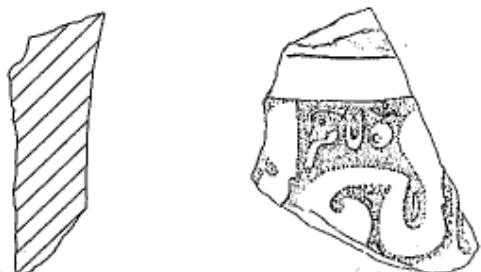
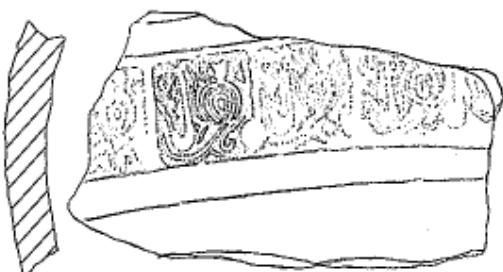
Comp. 22; alt. 20mm

AI - Yumne (A Felicidade)

Alcâçova do Castelo de Mértola; Q: 7C; N: Ib; Ano: 1985

Séc. XII/XIII





29

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0030

Fragmentos do bojo

Registo epigráfico em cursivo estilizado com motivos fitomórficos, delimitado por dois pares de caneluras com linhas onduladas e losangos, distinguindo-se ainda parte de um outro registo decorado com volutas vegetalistas.

Comp. 41; alt. 28mm

Al-Yumne (A Felicidade)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 4N; N:lb; Ano: 1986

Séc. XII/XIII

30

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0008

Fragmento do ombro com arranque da asa
Sob engobe vermelho, organizam-se três registos, separados por dois filetes: o superior, é percorrido por uma legenda repetida em cursivo; o segundo, apresenta-se decorado por arcos polilobulados que envolvem uma série de motivos boleados e um arco quebrado e o inferior é preenchido por uma série de círculos com estrelas de cinco pontas.

Comp. 35; alt. 33mm

Al-Yumne (A Felicidade)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: AFI; N:lb; Ano: 1981

Séc. XII/XIII

31

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0045

Fragmento do bojo

Sob engobe vermelho, inscreve-se um registo epigráfico em cursivo, com estilização floral, delimitado por pares de linhas incisas.

Comp. 35; alt. 33mm

Al-Yumne (A Felicidade)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14C; N:lb; Ano: 1989

Séc. XII/XIII

32

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0034

Fragmento do ombro (?)

Registo epigráfico em cursivo, sob vidrado verde, com legenda incompleta. Na parte superior desta parece inscrever-se uma outra, mais pequena, ilegível.

Comp. (?); alt. 38mm

Al-Yumne (A Felicidade)

Alcáçova do Castelo de Mértola; Recolha de superfície

Séc. XII/XIII

33

Nº inventário	CR/ET/0031
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cílico, sob vidrado verde, limitado na sua parte superior por uma canelura na qual se inscreve uma legenda em escrita cursiva.
Dimensões da estampilha	Comp. 10/76; alt. 18/35mm
Transcrição	<i>Al -Yumne (A Felicidade)/ Ala....(?) (Deus....)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 15C; N: 1a; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII/XIII

**34**

Nº inventário	CR/ET/0050
Identificação	Fragmento do ombro com arranque da asa
Decoração	Sob vidrado verde, organizam-se dois registos epigráficos distintos: no superior, inscrevem-se caracteres cílicos ilegíveis; no inferior, uma legenda repetida em cursivo.
Dimensões da estampilha	Comp. 20/10; alt. 16/15mm
Transcrição	<i>Al -Yumne (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 2B.CC; N: R.S.; Ano: 1978
Cronologia	Séc. XII/XIII

**35**

Nº inventário	CR/ET/0055
Identificação	Fragmento de bordo ou de um suporte de talha
Decoração	Registo epigráfico em cursivo, decorado com pequenos elementos florais, aplicado na face exterior da aba.
Dimensões da estampilha	Comp. 15; alt. 09mm
Transcrição	<i>Al -Yumne (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 18AA; N: Ic; Ano: 1990
Cronologia	Séc. XII/XIII

**36**

Nº inventário	CR/ET/0033
Identificação	Fragmento de gargalo
Decoração	Registo epigráfico em cursivo, sob vidrado verde.
Dimensões da estampilha	Comp. 22; alt. (?)mm
Transcrição	<i>Al -Yumne (A Felicidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 18AA; N: Ib/1031; Ano: 1990
Cronologia	Séc. XII/XIII





37

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0002

Fragmento do ombro com arranque de gargalo

Sob vidrado verde, organizam-se diversos registos, dispondo-se o epigráfico junto ao gargalo, em cursivo. Os que se lhe sucedem encontram-se decorados com arcos polilobulados, estrelas de oito pontas e palmetas.

Comp. 15; alt. 09mm

AI - Yumne (A Felicidade)

Alcâova do Castelo de Mértola; Q: 6A; N: Ib; Ano: 1982

Séc. XII/XIII



38

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0016

Fragmentos da parte superior do bojo e a inferior do ombro

Dois registos epigráficos em cílico floral, com um dos quais de leitura duvidosa, separados por caneluras. É ainda, parcialmente visível um terceiro registo, decorado com estrelas de oito pontas.

Comp. 55/49; alt. 36/32mm

Baraka (Benção)

Alcâova do Castelo de Mértola; Q: AF3-AE-4M; N: Ia, Ib; Anos: 1980-81-86

Séc. XI/XII



39

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/00 18

Indeterminada

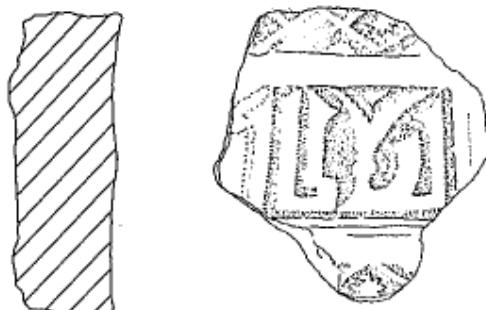
Registo epigráfico em cílico, encontrando-se a letra "ka" estilizada por um elemento fitomórfico.

Comp. 43; alt. 28mm

Baraka (Benção)

Alcâova do Castelo de Mértola; recolha de superfície

Séc. XI



40

Nº inventário

Identificação

Decoração

Dimensões da estampilha

Transcrição

Procedência estratigráfica

Cronologia

CR/ET/0019

Fragmento de bojo

Registo epigráfico em cílico, arrancando da letra "ra" um elemento vegetalista. É delimitado por duas caneluras de losangos, nos quais se inscrevem pequenas estrelas.

Comp. 39; alt. 30mm

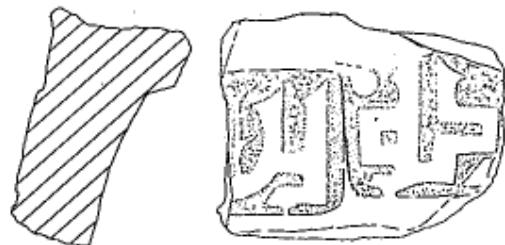
Baraka (Benção)

Alcâova do Castelo de Mértola; Q: 4A; N: Ia; Ano: 1980

Séc. XII

41

Nº inventário	CR/ET/0025
Identificação	Fragmento de suporte
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, estilizado por elementos fitomórficos, parcialmente na letra "ra".
Dimensões da estampilha	Comp. 62; alt. 34mm
Transcrição	<i>Ka -Bara «Baraka» (Benzão)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 5A; N: Ib; Ano: 1980
Cronologia	Séc. XII

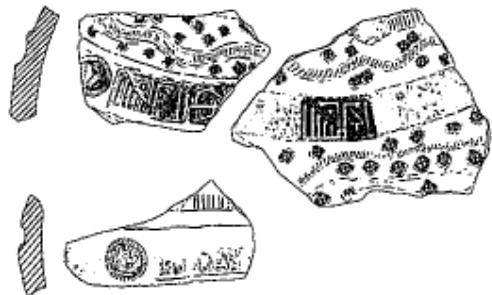
**42**

Nº inventário	CR/ET/0020
Identificação	Fragmento do ombro
Decoração	Sob vidrado verde, organizam-se dois registos epigráficos, separados por duas caneluras; uma percorrida por uma linha ondulante e outra por um entrelaçado. Do registo superior resta uma pequena parte de difícil interpretação, evoluindo no registo inferior uma legenda cívica, com estilização vegetalista.
Dimensões da estampilha	Comp. 44; alt. 24mm
Transcrição	<i>A-chukr (O agradecimento)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 3N-3M; N: Ib; Ano: 1986
Cronologia	Séc. XII/XIII

**43**

Nº inventário	CR/ET/0021
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cúbico, delimitado por cordões com incisões verticais. A letra "kaf" é rematada por um motivo fitomórfico.
Dimensões da estampilha	Comp. ?; alt. 35mm
Transcrição	<i>Mila - Kali [Ka]mila ou [ch]lamila (?) Kaff[ia] (completa ou perfeita - suficiente)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 4N; N: Ib; Ano: 1986
Cronologia	Séc. XII/XIII





44

Nº inventário	CR/ET/0024
Identificação	Fragments de bojo
Decoração	Sob engobe vermelho, organizam-se, do colo para o bojo, diversos registo: um primeiro, com inscrição epigráfica floral (incompleto), separado de uma outra ilegível, por um medalhão circular no qual se inscreve uma ave; um segundo, com cordões ondulantes e losangos com cruzes; um terceiro, no qual sucedem matrizes de pseudo-epigrafia, estrelas de quatro e cinco pontas e um medalhão com uma ave; e um último registo, idêntico ao segundo.
Dimensões da estampilha	Comp. 60-(?); alt. 30/30mm
Transcrição	..T -Kamila Li-ahibibi (Bengão (?)) Perfeita para o seu dono
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 4N-6E-AD; N: Ib, 2a; Ano: 1978-84-86
Cronologia	Séc. XII/XIII



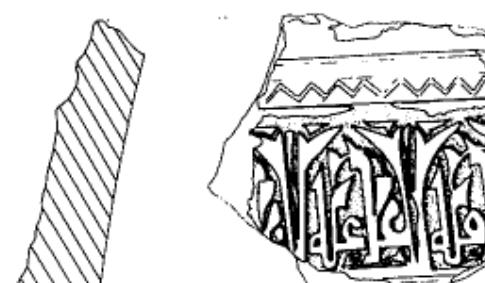
45

Nº inventário	CR/ET/0022
Identificação	Fragmento de ombro
Decoração	Registo epigráfico em cílico floral, em vidrado verde, limitado por linhas ondulantes e losangos.
Dimensões da estampilha	Comp. 43; alt. 30mm
Transcrição	Adaá (?) (A tranquilidade)
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 7E; N: Ib; Ano: 1987
Cronologia	Séc. XII/XIII



46

Nº inventário	CR/ET/0028
Identificação	Fragmento de bojo ou ombro
Decoração	Registo epigráfico em cílico floral, delimitado por duas caneluras de linha ondulante.
Dimensões da estampilha	Comp. 40; alt. 31mm
Transcrição	Adaá (?) (A tranquilidade)
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14B; N: Ib/20; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII/XIII



47

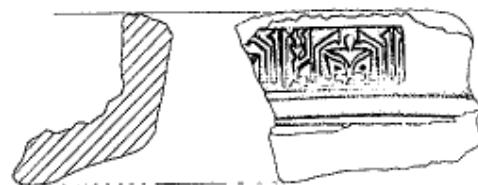
Nº inventário	CR/ET/0023
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cílico floral, em vidrado verde, limitado superiormente por uma canelura simples.
Dimensões da estampilha	Comp. 33; alt. 40mm
Transcrição	Al-'Afia (A saúde)
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 5A; N: Ib; Ano: 1980
Cronologia	Séc. XII/XIII

48

Nº inventário	CR/ET/0027
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cílico, em vidrado verde, evoluindo por baixo do mesmo três outros registos, decorados com sequências de losangos, estrelas de oito pontas e entrelaçados vegetais.
Dimensões da estampilha	Comp. 33; alt. 33mm
Transcrição	<i>Al-Isa (A gloria)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: A3; N: Ib; Ano: 1979
Cronologia	Séc. XII/XIII

**49**

Nº inventário	CR/ET/0029
Identificação	Fragmento de gargalo
Decoração	Legenda em cílico floral, em vidrado verde, e limitada superiormente por um cordão denticulado e inferiormente por caneluras de losangos que alternam com pequenos cordões com incisões oblíquas.
Dimensões da estampilha	Comp. 40; alt. 23mm
Transcrição	<i>Allah..(?) (Deus...)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 14C; N: Ib; Ano: 1989
Cronologia	Séc. XII/XIII

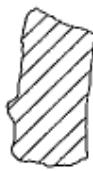
**50**

Nº inventário	CR/ET/0056
Identificação	Fragmento de gargalo
Decoração	Registo epigráfico em cílico, inscrito na faixa exterior da aba, estando as letras "alif" e "lam" entrelaçadas.
Dimensões da estampilha	Comp. 34; alt. 15mm
Transcrição	<i>Alif (Altíssimo) (?)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 18AA; N: Ib; Ano: 1990
Cronologia	Séc. XI/XII

**51**

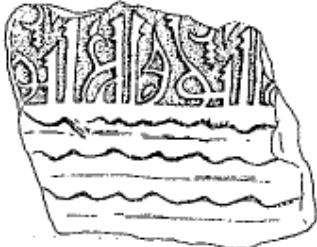
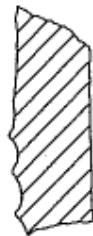
Nº inventário	CR/ET/0040
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cursivo, sob vidrado verde, tendo-se apenas conservado parte da legenda cursiva.
Dimensões da estampilha	Comp. (?); alt. 50mm
Transcrição	<i>Al-Isk [Bal] (A prosperidade)</i>
Procedência estratigráfica	Alcáçova do Castelo de Mértola; Q: 2G; N: Ia; Ano: 1987
Cronologia	Séc. XII/XIII





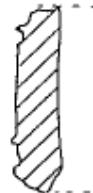
52

Nº inventário	CR/ET/0054
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo epigráfico em cílico, incompleto (apenas a letra "mim"), limitado na sua parte inferior por uma banda com incisões oblíquas e linha ondulada.
Dimensões da estampilha	Comp. (?); alt. (?)
Transcrição	..M...
Procedência estratigráfica	Alcâova do Castelo de Mértola; Q: 6C; N: 3a/181; Ano: 1982
Cronologia	Séc. XII



53

Nº inventário	CR/ET/0026
Identificação	Indeterminada
Decoração	Registo epigráfico em cursivo, decorado com motivos fitomórficos, sobreposto a três caneluras de linha ondulada.
Dimensões da estampilha	Comp. (?); alt. 22mm
Transcrição	Illegível
Procedência estratigráfica	Alcâova do Castelo de Mértola; Q: AF-3T; N: 2a; Ano: 1982
Cronologia	Séc. XII



54

Nº inventário	CR/ET/0052
Identificação	Indeterminada
Decoração	Registo epigráfico em cílico, incompleto, com a letra "fa" rematada por um motivo vegetalista.
Dimensões da estampilha	Comp. (?); alt. 22mm
Transcrição	Illegível
Procedência estratigráfica	Alcâova do Castelo de Mértola; Q: 18A; N: 1a; Ano: 1990
Cronologia	Séc. XI/XII



55

Nº inventário	CR/ET/0017
Identificação	Fragmento de bojo
Decoração	Registo de pseudo-epigrafia ("é representada por apenas "alif" ladeando palmetas entrelaçadas), a encimá-lhe um cordão de incisões oblíquas e losangos.
Dimensões da estampilha	Comp. 18; alt. 25mm
Transcrição	Pseudo-epigrafia
Procedência estratigráfica	Alcâova do Castelo de Mértola; Recolha de superfície
Cronologia	Séc. XII



ESTILOS DE EPIGRAFIA CÚFICA

CAT. 40
INV.: CR/ET/0027



CAT. 13
INV.: CR/ET/0046



CAT. 10
INV.: CR/ET/0039

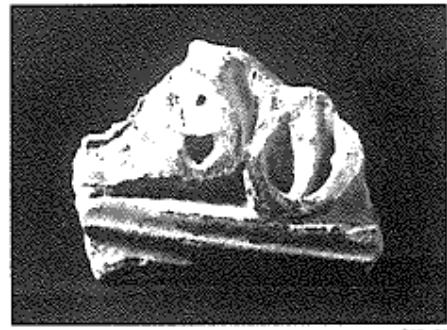


ESTILOS DE EPIGRAFIA CURSIVA

CAT. 29
INV.: CR/ET/0030



CAT. 27
INV.: CR/ET/0037

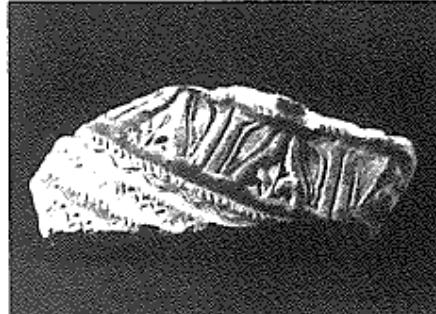


CAT. 51
INV.: CR/ET/0040

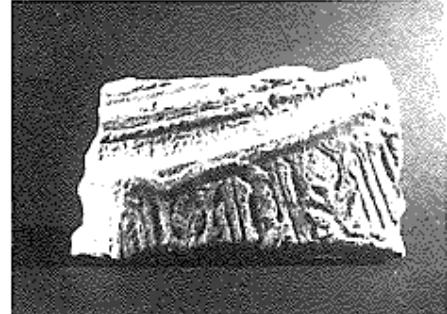


ESTILOS DE EPIGRAFIA CÚFICA

CAT. 23
INV.: CR/ET/0015



CAT. 45
INV.: CR/ET/0022



ASSOCIAÇÃO DE DOIS ESTILOS EPIGRÁFICOS
(CÚFICO E CURSIVO)

CAT. 31
INV.: CR/ET/0033



DOIS FRAGMENTOS COM A MESMA
ESTAMPILHA

CAT. 31
INV.: CR/ET/0045



CAT. 30
INV.: CR/ET/0036



TIPO DE PSEUDO-EPIGRAFIA

CAT. 44
INV.: CR/ET/0024

Desenhos de Celeste Meneses, João Gusmão e Jerzy Kwiatkowski. Fotos de Antônio Batista.

SILOS 4 E 5 DE MÉRTOLA UMA PROPOSTA DE DATAÇÃO DO ESPÓLIO CERÂMICO

SANTIAGO MACIAS

INTRODUÇÃO

As questões abordadas neste texto, situadas em torno da datação das cerâmicas do período islâmico, constituem, hoje em dia, um dos principais pontos de interesse da arqueologia medieval em Portugal, vertente de investigação que os trabalhos em curso em pontos fulcrais da presença do Islão no sul do país tem imposto, ao trazer à luz do dia um importante acervo de materiais que começam agora a ser publicados de forma sistemática.

A colecção cerâmica aqui apresentada foi exumada no Verão de 1986 de dois silos, num contexto perfeitamente selado, que nos forneceu um lote homogéneo de materiais, a partir do qual seleccionámos uma amostra de 70 peças e fragmentos para um trabalho de catalogação que tem por objectivo a apresentação de uma proposta de cronologia para algumas formas da cerâmica islâmica portuguesa.

1. ESCAVAÇÃO DOS SILOS

Durante os meses de Agosto e Setembro de 1986 procedeu-se, no Campo Arqueológico de Mértola, à escavação de uma vasta área, situada na encosta do castelo, contígua à "zona palatina". No mesmo local Estácio da Veiga tinha localizado, há mais de um século, vários mosaicos romanos (Estácio da Veiga,

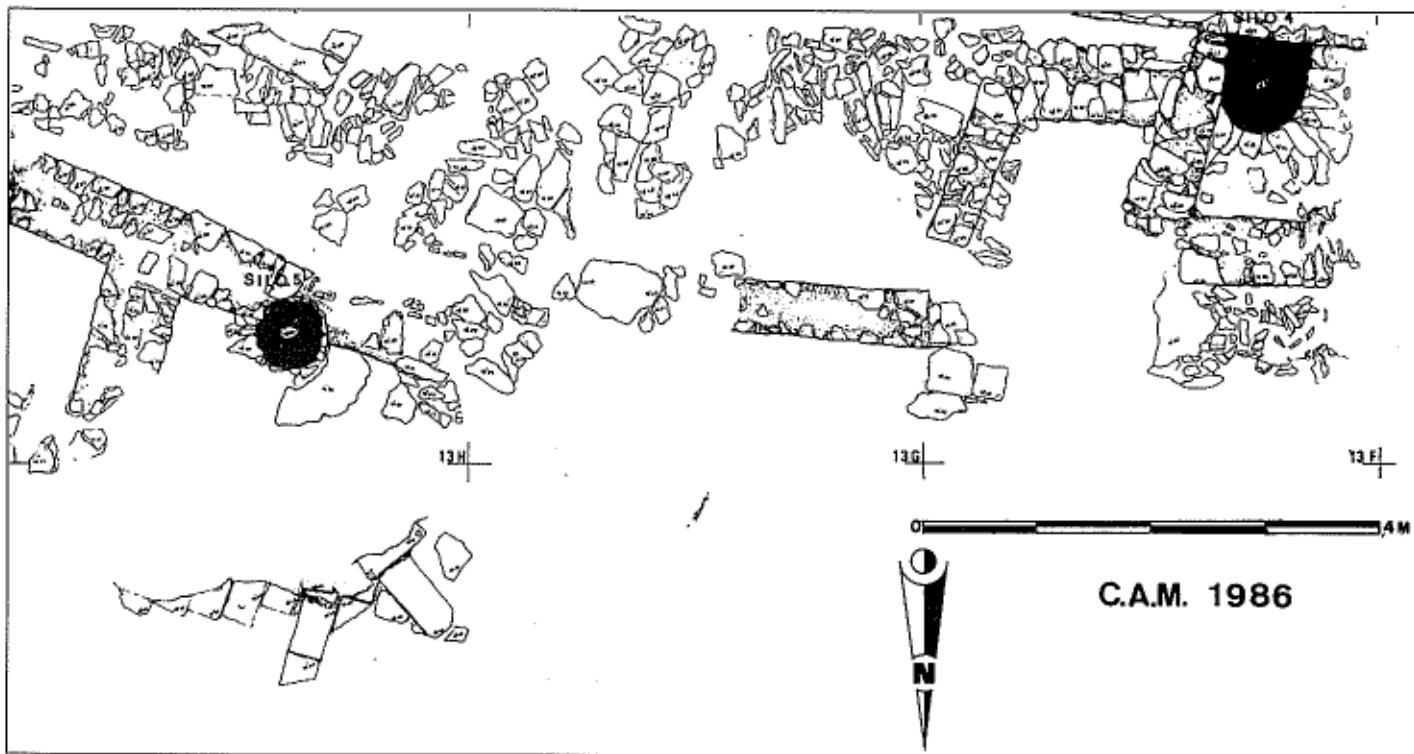
1880:74-75) num local de grande interesse potencial para o estudo da ocupação islâmica do povoado.

Na quadrícula 13 F (mapa I), durante o desenrolar dos trabalhos no nível Ic, correspondente ao estrato subjacente aos enterramentos pós-Reconquista, que devassaram durante vários séculos os terrenos em volta da mesquita cristianizada de Mértola, surgiu uma estrutura, com a cota 71,12 m., que a escavação viria a definir como silo 4. Pouco depois viria a ser detectado e escavado, na quadrícula 13 H, o silo 5, cotado a 69,69 m.

SILO 4

Forma ligeiramente abaulada, com uma profundidade de 1,80 m., largura máxima de 1,02 m., medindo 0,85 m. de boca (Fig.1).

A sua estrutura deve ter-se conservado quase intacta, sendo apenas admissível o desaparecimento de parte da boca, que talvez tenha



Mapa 1

sido um pouco mais estreita. A parte conservada, e o muro orientado a Nordeste na qual se enquadra, correspondem a uma estrutura habitacional posterior ao muro a Sul, no limite da quadrícula, reutilizado para a construção do silo. Esta estrutura reutilizada, em pedra aparelhada, tinha a protegê-la interiormente um fino reboco de calça, que não foi detectado nas outras paredes, igualmente de pedra, do silo.

SILO 5

Forma ligeiramente abaulada, com uma profundidade de 1,95 m., uma largura máxima de 0,94m e 0,68 m de boca (Fig.2).

Este silo, que deverá ser contemporâneo do nº4, uma vez que lhe está próximo tanto do ponto de vista técnico como estratigráfico, forneceu, para além de um abundante espólio cerâmico, dois cadiços de ourives, objecto de análise separada

e cuja datação é certamente contemporânea das peças que aqui estudamos.

A capacidade destes silos ronda os 1020 l. para o nº4 e os 1240 l. para o nº5, números próximos dos indicados por Joaquim Viterbo para duas covas em Cuba, uma de três moios, outra de quatro (1080 l. e 1440 l. respectivamente), de acordo com um documento do séc. XIV (Joaquim Viterbo:142).

No interior dos silos havia diversos níveis, que nos dispensamos de especificar, uma vez que parece tratar-se de uma pseudo-estratigrafia, originada pelo seu entulhamento deliberado. De facto, o primeiro nível detectado no silo 4, com uma espessura que rondava os 50cm, era quase exclusivamente constituído por pedras de apreciáveis dimensões, fragmentos de telhas e tijolos, vestígios que foram depois dando lugar a outro tipo de achados, nos quais predominava o espólio cerâmico.

Parece-nos ociosa a procura de estratigrafias e o seu estudo comparado em silos, integrados, como estes, em habitações sujeitas a um rápido abandono e a entulhamentos, certamente efectuados num curto espaço de tempo, bem como a posteriores terraplanagens. Não faz sentido supor a existência de um silo abandonado em determinada época e usado como lixeira ao longo de vários séculos, durante os quais os vestígios de diferentes gerações se iriam paulatinamente sobrepondo.

O caso destes silos parece-nos sintomático: apesar de terem sido identificados "níveis" no seu interior, estes corresponderão a um enchimento de terras provenientes de diferentes zonas vizinhas, efectuado com poucos dias ou

semanas de diferença. Atesta esta asserção a homogeneidade cronológica dos materiais oriundos dos silos 4 e 5, que permite datar, em termos relativos, tanto o próprio silo como o nível de povoamento em que ele se insere, os quais se deverão situar entre meados do século XI e meados do século XII, época de apogeu político e económico de Mértola.

Torna-se impossível fazer uma abordagem mais precisa às condições de "habitat" nesta zona, dada a intensa ocupação humana que a zona da alcáçova de Mértola sofreu, bem como às perturbações que a utilização dessa área como cemitério, entre os sécs. XIV e XVI, provocou. Ao contrário do que sucede noutros níveis da escavação, onde sólidas construções de época romana (com utilização ininterrupta até ao período califal) permitem delinear com alguma clareza os espaços e as funções da zona palatina, as ocupações posteriores ao séc. XI revelam um confuso emaranhado de muros, pavimentos e destruições que não permitem obter uma leitura completa da habitação ou da relação existente entre os diferentes espaços de uma casa.

A escavação destes silos não pode, dadas as circunstâncias, fornecer-nos dados concretos sobre os tópicos acima referidos, limitando-se a indicar-nos pistas sobre os utensílios domésticos utilizados, pelo menos, na época do seu abandono, o que nos permite afinar cronologias sobre os materiais dos períodos em estudo.

2. ESTUDO DOS MATERIAIS

2.1 Metodologia

O espólio recolhido durante a escavação foi posteriormente objecto de uma triagem que resultou na classificação de 88 fragmentos cerâmicos do silo 4 e 177 do silo 5 e na fichagem de 70 peças e fragmentos.

QUADRO I. Números globais

	SILO 4	SILO 5
Fragmentos	336	782
Fragmentos classificados	88	177
Peças e fragmentos publicados	21	49
Totais	445	1008

QUADRO 2. Fragmentos classificados

	SILO 4	SILO 5
Bordos	23	57
Fundos	39	84
Asas	26	36

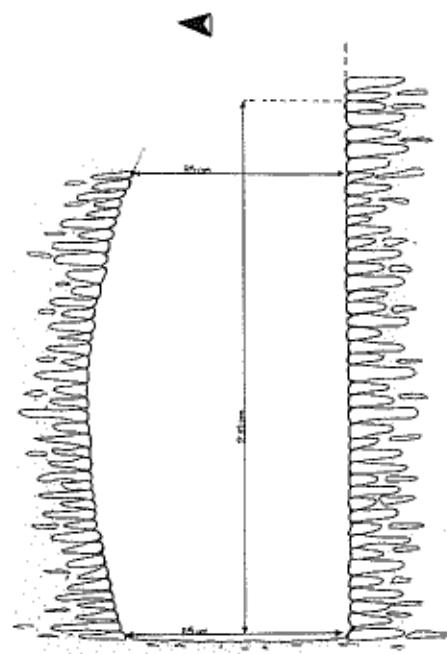


FIG. 1: SILO N° 4

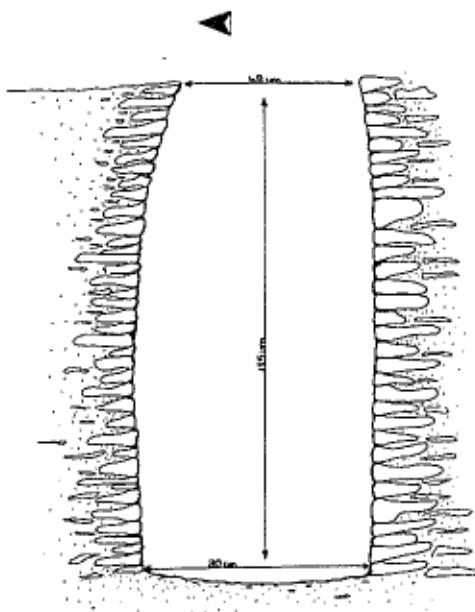


FIG. 2: SILO N° 5

QUADRO 3. Peças e fragmentos classificados (por tipos)

SILO 4

Louça de cozinha: 57,1% (12 peças)
 Vasilhas de armazenamento: 23,8% (5 peças)
 Louça de mesa: 9,5% (2 peças)
 Outros materiais: 9,5% (2 peças)

SILO 5

Louça de cozinha: 20,4% (10 peças)
 Vasilhas de armazenamento: 24,5% (12 peças)
 Louça de mesa: 44,9% (22 peças)
 Contentores de fogo: 8,1% (4 peças)
 Outros materiais: 2% (1 peças)

QUADRO 4. Peças e fragmentos classificados (por funções)

	SILO 4	SILO 5
Louça de cozinha	12 (57,1%)	10 (20,4%)
Panelas	8	7
Caçoilas	2	1
Testos	2	1
Frigideiras	1	
Vasilhas de armaze.	5(23,8%)	12(24,5%)
Talhas	1	1
Cantaros	3	11
Pote	1	
Louça de mesa	2 (9,5%)	22 (44,9%)
Bilhas	1	4
Tigelas	1	11
Escudelias		1
Aguamanil		1
Jarrinhas	4	
Tampa	1	
Contentores de fogo		4(8,1%)
Candis		4
Outros materiais	2(9,5%)	1(2 %)
Biberão	1	
Pedras de jogo	1	

Para além deste aspecto meramente quantitativo, outro tipo de questões se nos punham:

1. Tipo de ficha a utilizar na análise dos materiais
2. Terminologia a aplicar na classificação e descrição das peças

Em relação ao primeiro ponto, adoptaram-se, nos catálogos do Campo Arqueológico de Mértola, como base de trabalho, as fichas utilizadas por Bazzana nos catálogos de Valência (André Bazzana, 1983), bem como as de Julio Navarro, no trabalho sobre a cerâmica islâmica de Murcia (Julio Navarro, 1986), ainda que com uma alteração de fundo: os items referentes a tipo e função. Como tipo entende-se a divisão em quatro sectores fundamentais (sendo, no entanto, de considerar a elaboração de uma lista mais exaustiva): louça de cozinha, louça de mesa, vasilhas de armazenamento e contentores de fogo, por oposição à velha classificação formas abertas/formas fechadas, que neste momento deixou, em parte, de se justificar. A função diz respeito à tradicional classificação morfológica.

O problema da terminologia, questão antiga mas longe de se encontrar esgotada, foi aqui resolvido por duas vias.

Para as tipologias das peças recorreu-se aos termos utilizados em Espanha, a partir, sobretudo, dos trabalhos de Rosselló-Bordoy (1978) e André Bazzana (1979 e 1980), com correspondência em Portugal, tomando igualmente em linha de conta as realidades regionais e locais.

Os termos adoptados na descrição da morfologia das peças resultaram da síntese de três fontes: os trabalhos de Bazzana sobre o Levante (André Bazzana, 1979 e 1980), um estudo acerca da cerâmica de Conímbriga (Jorge Alarcão, 1975:19-38) e um texto sobre uma estação da Idade do Ferro do Sul de Portugal (Caetano Beirão, 1985), bases de trabalho de grande interesse para o estudo e descrição das cerâmicas do período medieval.

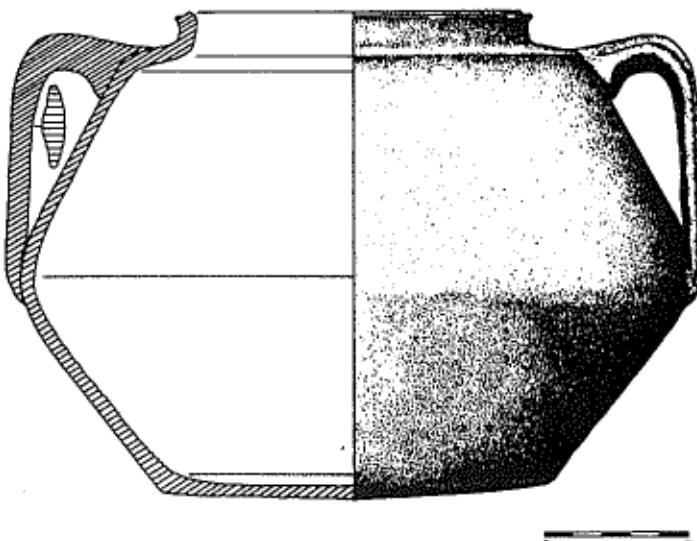


FIG. 3

3. ANÁLISE TIPOLÓGICA

A análise destes materiais foi marcada por duas circunstâncias: por um lado, a heterogeneidade de formas em cada um dos tipos registados; por outro, a procura de datação e classificação das peças a partir do estabelecimento de paralelos com outros exemplares provenientes de escavações realizadas em toda a Península Ibérica.

Louça de cozinha

Neste conjunto de louça foi identificado um grupo predominante, o das panelas (13 peças), no qual têm presença de relevo as peças de bojo globular, com ou sem asas, com 9 exemplares. O facto de pertencerem ao lote de cerâmica comum, com longa permanência nos hábitos da vida doméstica peninsular, torna difícil a sua datação.

A nº 1, do silo 4 (Fig.3), tem paralelos com peças do grupo 2 de Calatalifa, possivelmente pertencente a uma cronologia antiga (Manuel Retuerce, 1984:133) e do qual a nossa peça parece ser uma forma evoluída. A nº 2 (Fig.4), também do silo do silo 4, é idêntica a outra já publicada, proveniente de uma ocupação do séc. XI da alcáçova de Badajoz (Fernando Valdés, 1985:151), cronologia a que o conjunto de materiais dos silos 4 e 5 se parece adequar.

A restantes peças (caçoilas, testos e frigideiras) permanecem até ao momento como testemunho único desta ocupação humana.

Louça de mesa

Na louça de mesa têm um peso significativo as tigelas em verde e manganés,

pertencendo três delas ao tipo I de Rosselló - Bordoy (1978:17-18 e 23), forma também detectada em peças de Serpa (Manuel Retuerce, 1986 b:87) e outras três a uma variante desse mesmo tipo, caracterizada pelo bordo com uma pequena dobra levemente descaída, registado também em tigelas califais de Vilamoura (José Luis de Matos, 1983).

Os temas decorativos são dificilmente perceptíveis, embora na peça nº 40 (Fig.5) se identifiquem as palmetas digitadas.

A este grupo pertencem ainda dois fragmentos de corda seca total: um proveniente de uma grande tigela carenada (Fig.6) outro de uma tigela com decoração radial (Fig.7) semelhante às peças CR/CS 14,15 e 18 do Campo Arqueológico de Mértola, publicadas por Cláudio Torres (1986:193-228) e com uma cronologia situada nos sécs. XI-XII. Os problemas postos pela decoração levam-nos a considerar todo este lote como ainda relativamente próximo do mundo califal: o cordão torso de uma bilha (peça nº 54, Fig.8) v. Bazzana, 1980:15) ou a decoração reticulada pintada com engobe branco (peça nº 55, Fig.9) têm normalmente uma cronologia que entra sem dificuldade pelo séc. XI; as circunstâncias especiais em que se nos deparam estes conjuntos de peças levam-nos, porém, a admitir a utilização destes artefactos para além do quadro cronológico em que normalmente são incluídos.

Vasilhas de armazenamento

Neste conjunto, extremamente variado do ponto de vista tipológico, sobressai um fragmento de uma grande talha (peça nº 24, Fig.10) no qual se identifica como elemento decorativo estampilhado uma folha trilobulada muito estilizada, vaga reminiscência do pâmpano clássico. Na mesma peça identifica-se um anel com embocadura, donde sai um tema decorativo bifurcado, elemento também

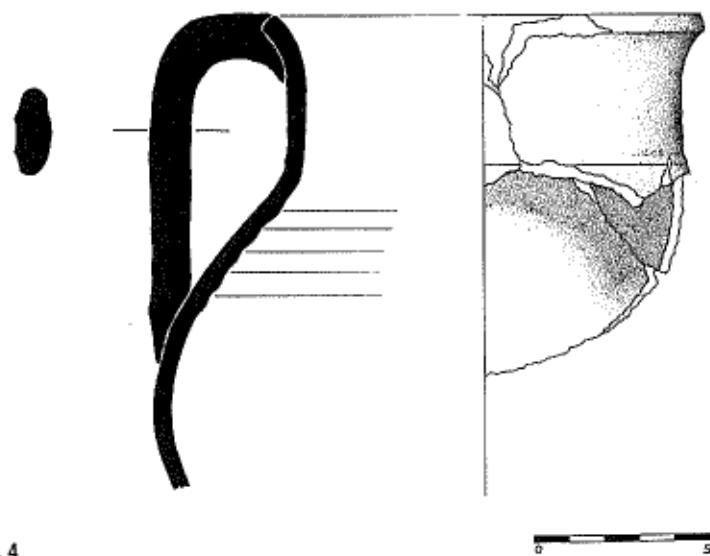


FIG. 4

presente nos gessos da Aljaferia de Zaragoza, datados do séc. XI (Christian Ewert: 32,43 e fig.92).

Os gargalos de cántaro deste grupo são marcados por uma notória heterogeneidade. Os mais marcantes dentre eles apresentam pinceladas de engobe branco sobre a pasta vermelha, toque decorativo aparentemente de cariz regional (Fig.11).

Contentores de fogo

As peças pertencentes a este grupo resumem-se a dois bocais de candil, de datação impossível de determinar, e a uma câmara candil decorada com vidrado melado e traços de manganés, de forma bi-troncocónica, o que a integra no tipo 4 de Rosselló-Bordoy (1978:51), de cronologia califal (Fig.12).

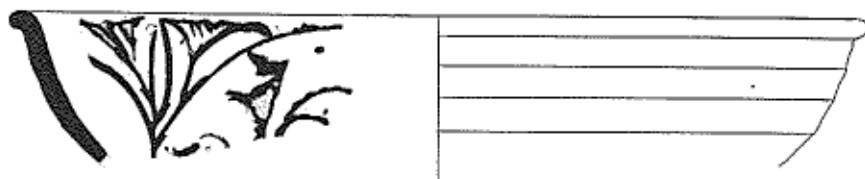


FIG. 5



FIG. 6

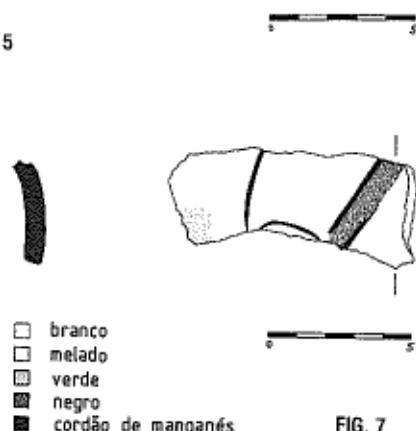


FIG. 7

CONCLUSÃO

A datação de algumas formas, por comparação com peças conhecidas e tipologias aceites, conduziu-nos a uma balizagem cronológica que se deverá situar entre meados do séc. XI e meados do século XII, ideia reforçada pelos motivos que de seguida aduzimos:

1. O apogeu de Mértola como centro político e económico, processo de ascensão que se inicia com a fragmentação do califado e tem o seu ponto mais alto com o reinado de Ibn Caci (1144/539 H), espaço temporal comprovado estratigráficamente pela escavação.

2. A presença simultânea de vestígios relacionados com o mundo califal e com técnicas que normalmente são apontadas como posteriores a essa época, como o verde e manganés e a corda seca total (técnicas para as quais se começa hoje, de resto, a admitir uma utilização temporal mais alargada).

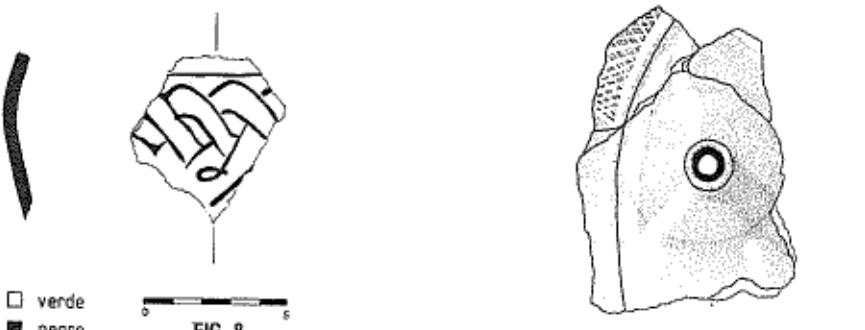


FIG. 8

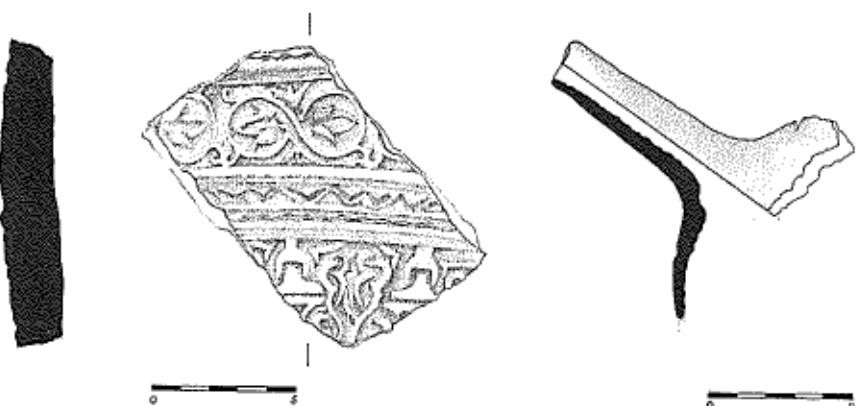


FIG. 9

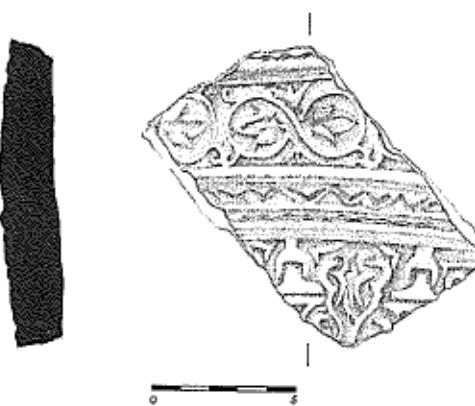


FIG. 10

Parece-nos ainda importante integrar este lote de peças num contexto de produção regional: se podemos admitir a importação de cerâmicas dos grandes centros de produção peninsulares (Almeria, Sevilha ou Málaga), de onde terão vindo as luxuosas tigelas estampilhadas ou as tigelas decoradas com óxidos de cobre e manganés, julgamos dever sublinhar a existência de produções de carácter local ou regional, pressentida na proximidade decorativa das peças encontradas em Mértola, Silves ou Vilamoura, mas nunca estudada de forma sistemática.

Janeiro de 1988

Desenhos de Ana Mira, Carlos Rico e Celeste Menezes.

BIBLIOGRAFIA

- AGUADO, José, 1983, *La cerámica hispanomusulmana de Toledo*, Madrid, C.S.I.C. 1988
- ALARÇAO, Jorge de, 1975, *La céramique comune locale et régionale* in "Fouilles de Conimbriga", vol. V.
- BAZZANA, André, 1979, «Les céramiques médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne orientale» in *Mélanges de la Casa de Velasquez*, t.XV, pp.135-185.
- BAZZANA, André, 1980, «Les céramiques médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne Orientale», in *Mélanges de la Casa de Velasquez*, t. XVI, pp.57-95.
- BAZZANA, André, 1983, *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia*, vol. I Catálogo, Valencia, Ayto de Valencia.
- BEIRÃO, Caetano de Mello et alii, 1985, «Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão» in *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. III, pp.45-135.
- EWERT, Christian, *Hallazgos islámicos en Balaguer y la Aljafería de Zaragoza*, s.l.; Ministerio de Educacion y Ciencia.
- MATOS, José Luis de, 1983, «Márgas árabes do Cerro da Vila» in *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. I, pp.375-390.
- MATOS, José Luis de, 1986, «Cerámica musulmana do sud de Portugal» in *Segundo Colóquio de Cerámica Medieval en el Mediterraneo Occidental*, Madrid, pp.149-154.
- NAVARRO, Julio, 1986, *La cerámica islámica en Murcia*, vol. I, Catálogo, Murcia, Ayto. de Murcia.
- RETUERCE, Manuel, 1984, «La cerámica islámica de Calatalifa. Apuntes sobre los grupos cerámicos de la Marca Media» in *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* (Madrid), II, pp.17-136.
- RETUERCE, Manuel e ZOZAYA, Juan, 1986 a, «Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos» in *La cerámica medieval nel Mediterraneo Occidentale*, Firenze, Edizione All'Insegna del Giglio, pp.69-128.
- RETUERCE, Manuel, 1986 b, «Cerámica islámica de la Cidade das Rosas, Serpa (Portugal)» in *Segundo Colóquio de Cerámica Medieval en el Mediterraneo Occidental*, Madrid, pp.85-92.
- ROSELLÓ-BORDOY, Guillermo, 1978, *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca, Diputación Provincial de Baleares.
- TORRES, Cláudio, 1986, «Um lote cerâmico da Mértola islâmica» in *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, T. IV, Zaragoza, Diputación General de Aragón, pp.193-228.
- TORRES, Cláudio, 1987, *Cerámica islámica portuguesa*, Campo Arqueológico de Mértola.
- VALDES, Fernando, 1985, *La alcabaza de Badajoz*, Ministério de Cultura.
- VEIGA, Sebastião Estácio da, 1880, *Memória das antiguidades de Mértola*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases*, vol. II, Lisboa, Liv. Civilização.

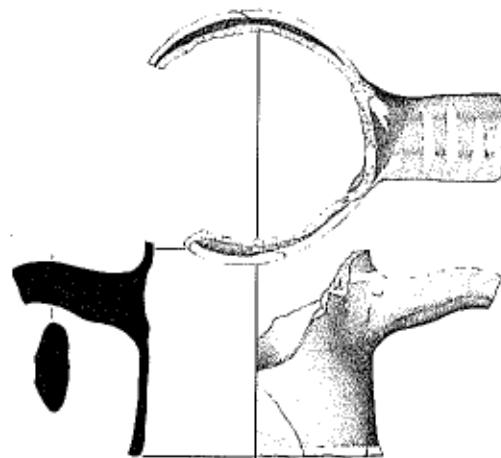


FIG. 11



33



□ melado
■ negro

FIG. 12

O CADINHO DE OURIVES DE PRATA DO SÍLO N° 5 DE MÉRTOLA

RELATÓRIO DE ANÁLISE ⁽¹⁾

LEAL DA SILVA

A gama de elementos mandados analisar no fragmento de cadiño (cobre, estanho, chumbo, prata e ouro) surgia como ponto de partida para poderem ser devidamente avaliadas as suas utilizações possíveis, não se deixando de ter em conta, obviamente, os conhecimentos metalúrgicos da época em que foi usado. Por outro lado, o processo de análise incidiu separadamente na sua "fracção externa" e na "fracção interna", tendo em vista a possível detecção de valores dispareus. Aliás, como veremos, sugerem leituras curiosas e até paradoxais.

Particularmente no que respeita aos metais preciosos (AG e AU), a intenção ia de encontro à possibilidade de o cadiño ter servido a prata e o ouro, ou uma liga de ambos, justificada aliás pelas dimensões que o cadiño apresenta. Os valores obtidos confirmam, de facto, a presença de metais preciosos. O valor obtido para a AG está bem acima do que seria de esperar noutros usos, mas o valor de AU é sensivel-

mente mais discreto. Se considerarmos os teores existentes em minérios da área, como por exemplo em pirites, e se fosse lícito fazer uma comparação directa, teríamos:

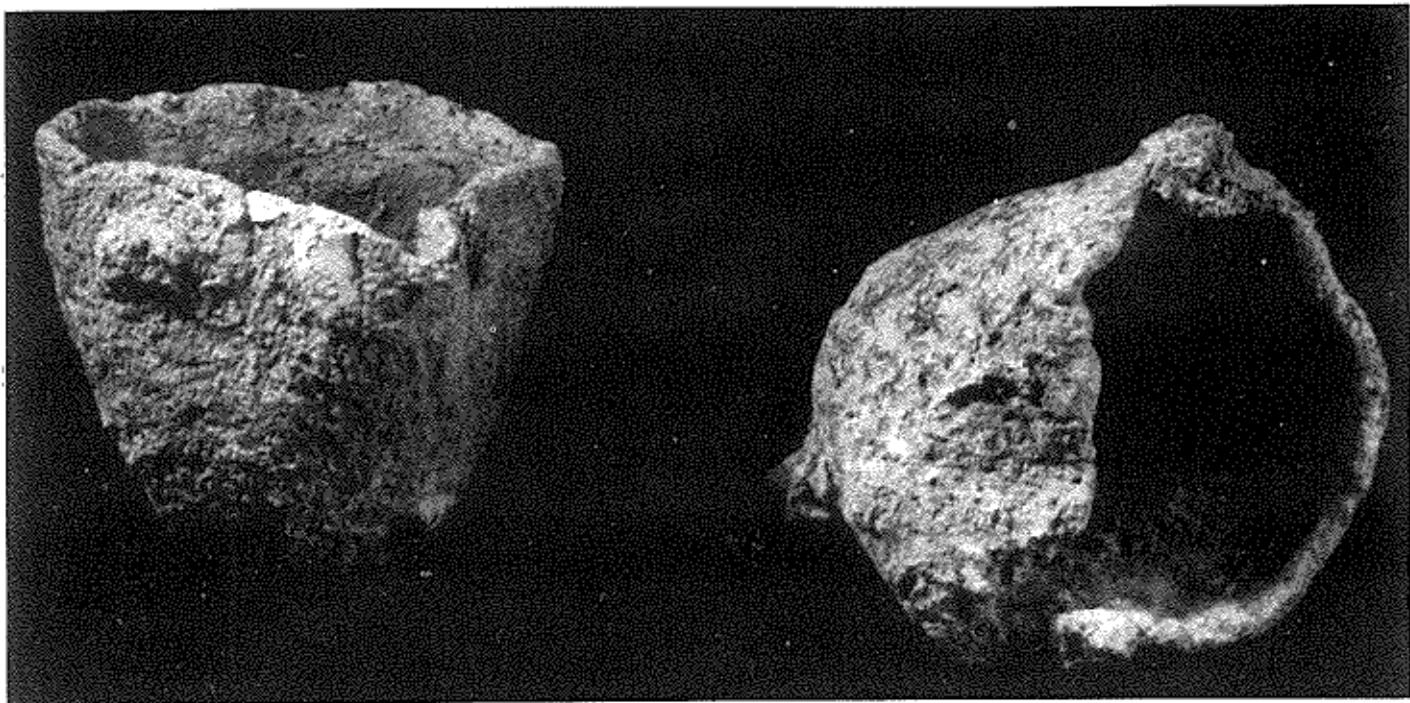
	AU g/t	AG g/t	Relação AG/AU
Aljustrel (Moinho) -	0,8	35	44:1
Aljustrel (Feitais) -	0,6	40	67:1

(Fonte: Montes, Francisco, e Leal da Silva, "Indústria de Pirites em Portugal: Desenvolvimento de um Projecto Integrado", *Rev. de Engenharia - Ciências e Técnicas*, Lisboa, Jul./Ag., 1983).

Estas relações de Aljustrel não estão, por sua vez, fora das que se obtêm para outros minérios da área (cf., entre outros, Pinedo Vara, *Pirites de Huelva*, ed. Summa, Madrid, 1963). Nas amostras analisadas obtiveram-se contudo maiores relações de concentrações enriquecidas em prata:

Parte exterior-	312: 1
Parte interior-	320: 1
Média -	318: 1

Estes valores deixam entender que o metal fundamentalmente tratado no



cadinho teria sido a prata, surgindo talvez o ouro como impureza de liga. Mas, no jogo de hipóteses, poderia eventualmente tratar-se de um material mais concentrado em prata do que seria de esperar do tratamento de minérios sulfuretados locais, de uma liga mais rica, de uma refusão de metal, ou do tratamento de um metal obtido de minérios mais ricos em prata... como se fosse um cadinho de ourives que tratasse (fundisse) prata "suja" como ouro!

Note-se que o tratamento clássico que conduzia aos metais preciosos não partia dos minérios sulfuretados mas sim dos produtos de alteração destes, nas zonas superiores dos jazidos, por oxidação (contacto com o oxigénio) e por lixiviação (através das águas das chuvas). Estas zonas oxidadas superiores deixavam de conter sulfuretos e adquiriam uma cor característica — os chamados "chapéus de ferro". E nestes se iam concentrando, porque mais facilmente lixiviáveis, tanto o ouro como a prata. As metalurgias de então desconheciam um tratamento fácil dos sulfuretos (tinham de os queimar e daí a quantidade de escórias que abundam no Alentejo e Andaluzia), adaptando antes o tratamento dos óxidos. Em Aljustrel, no período romano, era um "chapéu de ferro" que era explorado, o qual, aliás, ainda hoje é parcialmente visível.

Não se pode no entanto concluir se a passagem do minério sulfuretado primitivo à mistura oxidada do "chapéu de ferro" mantém as proporções relativas AG:AU; mas mesmo que se mantenham, a efectiva relação irá depender, em última instância, dos rendimentos relativos do "processo metalúrgico" e até das adições de metais que neste possam ter lugar. Assim, perante os dados exis-

tentes, não se pode excluir a hipótese de os cadinhos locais (Mértola) terem tratado prata da "área", embora nada permita afirmá-lo.

Numa primeira leitura colocámos a possibilidade de se tratar de um "cadinho de copelação", isto é, perante um sistema que permitia extraír o metal precioso (prata e ouro) de um material oxidado de "natureza mineira", por actuação intermédia do chumbo como elemento de liga. O processo, sucintamente, decorre da seguinte forma: funde-se o material em meio redutor com chumbo metálico ou com um material susceptível de dar, por redução, chumbo. O relativamente baixo ponto de fusão deste auxilia o contacto sólido-líquido, e os metais preciosos "passam ao chumbo", constituindo uma liga. Segue-se uma segunda fase, que é a copelação: a liga de chumbo é colocada num cadinho que é aquecido a mais alta temperatura e agora em meio oxidante. O chumbo em parte "evapora-se" e em parte oxida-se, formando-se placas de um óxido - o

litargírio ou "fezes de ouro" — que sobrenada o chumbo, que é removido com uma "escumadeira". Ou seja, o banho vai empobrecedo em chumbo e enriquecendo em metais preciosos, que se não oxidam. No fim, o próprio cadinho absorve chumbo, ficando um "botão" de metais preciosos ou um banho de metais preciosos fundidos — "o metal - doré".

A análise ao chumbo, pelos baixos teores revelados, exclui, porém, a hipótese de ser um cadinho de copelação. Por outro lado, o teor de cobre é também surpreendentemente pequeno, dados que podem sustentar a tese de estarmos perante um cadinho de ourives de prata.

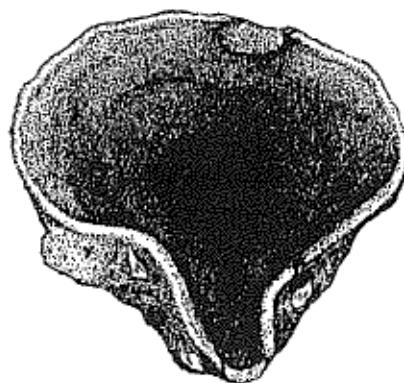
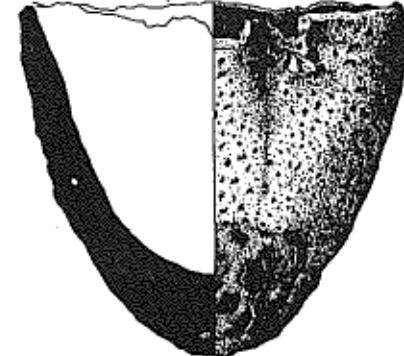
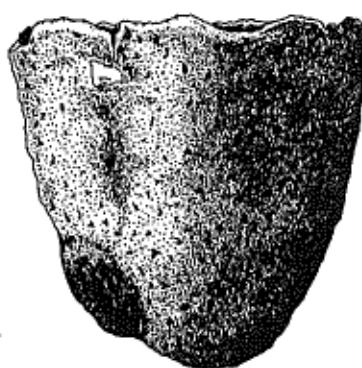
O facto de o lado interior do cadinho apresentar menos prata que o exterior poderá ficar a dever-se a limpezas e mesmo raspagens, por ser precisamente o que contém metal precioso, retendo o lado de fora, naturalmente, apenas projeções accidentais. De qualquer modo um facto é de assinalar: a relação AG/AU no material interno é a mesma do material externo, o que traduz uma certa "homogeneidade meta-lúrgica". Poderia ainda pôr-se a hipótese de a migração do metal através do cadinho levar a um enriquecimento da superfície em contacto com a chama (redução local e até possibilidade de uma certa "escorificação").

Fica por saber, se assim fosse, se a relação AG/AU se manteria tão regular.

Foi ainda levada a efeito, a título de experiência, a detecção qualitativa de elementos através de métodos de Raios X (XRS), que registou:

- Sílica/Alumínio (provenientes, como seria de esperar, do cadinho, pois estão presentes nas argilas)
- Ferro (da argila, e das ferramentas?)
- Titâneo (da argila)
- Cálcio (da argila)
- Antimónio (a sua detecção é interessante uma vez que normalmente está presente nos minérios de metais preciosos do "nossa" tipo)
- Potássio (da argila e talvez do fondente - cinzas vegetais?)
- Sódio (da argila e talvez do fondente - cinzas vegetais?)
- Manganes (da argila e talvez do fondente - cinzas vegetais?)
- Fósforo (talvez proveniente de ossos incorporados para aumentar a porosidade do cadinho)

(1) - As análises foram efectuadas nos laboratórios da Quimigal - Química de Portugal, S.A.



VIDROS ANTIGOS DE MÉRTOLA

MANUELA ALMEIDA FERREIRA

Os vidros que são objecto deste artigo provêm de escavações realizadas no castelo e na Rua da Farmácia, em Mértola (1).

O estado fragmentário em que este material foi encontrado coloca problemas à definição das formas — e consequentemente das funções — dos objectos a que pertenciam mais de 50% dos fragmentos, inviabilizando em larga medida a publicação de tipos. A presença ou ausência de decoração e a cor do vidro foram por isso os critérios que preferimos para a apresentação do conjunto de objectos em questão.

Pode afirmar-se que os vidros exumados em Mértola são objectos de produção e uso correntes: foram realizados basicamente por sopragem livre ou dentro de moldes e decorados de maneira não sumptuosa. O seu estudo passou pelo confronto de um certo número de fragmentos com objectos intactos descobertos em diversos pontos do mundo muçulmano medieval; os resultados desta estratégia foram, como adiante se verá, bastante elucidativos sobre o carácter dos vidros de Mértola e sugeriram-nos várias reconstituições das quais divulgamos apenas as menos controversas. O futuro dirá até que ponto são correctas estas nossas conjecturas.

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As 39 peças estudadas atestam a existência de vidro das seguintes cores: verde, roxo, vermelho, turquesa, castanho, azul escuro e negro. Um certo número de objectos foi fabricado em vidro incolor, frequentemente esverdeado ou amarelado. As cores melhor representadas são o roxo e o vermelho tomados em conjunto (15,3%) e o negro (12,8%). O castanho e o verde estão presentes em 10,2% dos casos e o amarelo e o turquesa representam somente 7,6% do total. Um dos fragmentos de vidro vermelho e as peças de cor azul, castanha e negra são de vidro opaco.

O vidro não é de muito boa qualidade: qualquer que seja a cor, a matéria vítreia apresenta-se juncada de bolhas de ar; certos fragmentos de vidro vermelho contêm impurezas sob a forma de filandras. Quanto ao estado de conservação, há que referir que os fenómenos de opacidade e de irisação se observam com frequência neste material. Constituem excepções um frasco amarelo com decoração moldada (nº 17), um fragmento

(1) Agradecemos ao Dr. Cláudio Torres as facilidades concedidas para o estudo e publicação deste material.

verde do colo de um *oenochoé* (nº 21) e as sete rolhas — todas idênticas na forma mas diversas na cor — encontradas intactas (nº 24).

A maior parte dos fragmentos não foi ornada; aqueles que o foram ilustram não obstante a decoração por aplicação de fio de vidro e algumas variantes relativamente curiosas da decoração por sopragem dentro de moldes — as duas únicas técnicas decorativas documentadas neste conjunto de vidros. Salientemos que, de todos os objectos decorados, 85,7% o foram por sopragem dentro de moldes.

2. VIDRO DECORADO

2.1. Objectos decorados por aplicação de fios de vidro

O bordo da taça nº 1, em vidro roxo transparente, é rematado por um fio branco opaco. As taças sobre o hemisférico são vulgares na vidraria islâmica da Idade Média (1); o fio branco aplicado, por sua vez, contrasta com um fundo roxo como acontece no Egito (2) e na Síria (3) na mesma época. Na Europa existem exemplos da combinação destas duas cores entre o material vítreo do séc. XIV de La Seube, na França meridional (4).

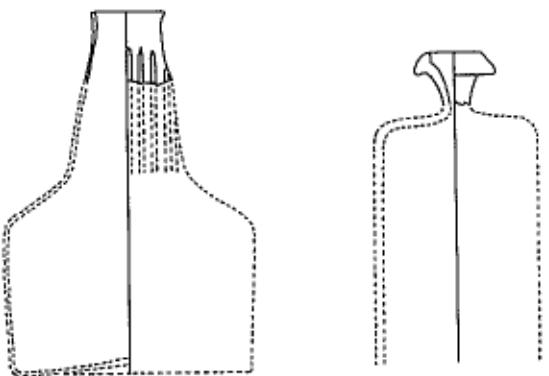
2.2. Objectos decorados com recurso a moldes auxiliares

Este grupo comprehende três vasos de vidro transparente e dois de vidro opaco negro.

O nº 14 é uma garrafa cujo colo foi decorado de nervuras verticais, moldadas, que se prolongariam certamente pelo menos até ao início dos ombros. (Fig. 1/a) Uma garrafa egípcia do séc. XIII, muito provavelmente da mesma forma (5), mas da qual também não se conservou infelizmente senão o colo, apresenta esta mesma decoração (6).

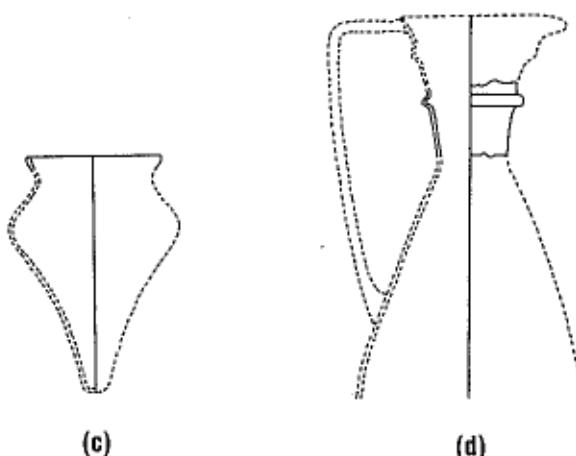
Os nºs 2, 3, 16 e 17 foram decorados com motivos geométricos por sopragem dentro de moldes.

O nº 2 é uma pequena taça de vidro opaco negro cuja copa foi provida, imediatamente abaixo do rebordo, de um motivo de discos ovais em repetição linear simples. Os paralelos conhecidos desta fórmula decorativa datam dos sécs. IX a XI; são eles copos, formas abertas, garrafas e jarros bizantinos (7) ou provenientes de áreas influenciadas pelo Islão, desde a Ásia central (8) à Espanha (9), passando pelo



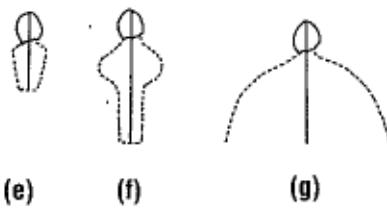
(a)

(b)



(c)

(d)



(e)

(f)

(g)

FIG. 1

(1) LAMM, 1928, pág. 16, nº 8, fig. 4; RIIS, 1957, figs. 192 e 194; KERVRAN, 1984, pág. 220, fig. 9/15-16.

(2) WHITCOMB, 1983, pág. 103, fig. 2/b.

(3) RIIS, 1957, págs. 63-67.

(4) LAMBERT, 1972, pág. 79, fig. 2, Lâm. VI/9.

(5) LACAM, 1961, fig. 14/a-b.

(6) WHITCOMB, 1983, fig. 2/hh.

(7) HAN e BRUSIC', 1977, págs. 271-276, figs. 2, 3 e 5.

(8) ABDURAZAKOV, 1969, pág. 34, fig. 1/b.

(9) GOMEZ MORENO, 1951, pág. 344, fig. 403/c.

(10) KERVRAN, 1984, pág. 218, fig. 8/23.

Irão (10), pelo Iraque (1), pela Síria (2) e pela Tunísia (3).

Os nºs 3 e 16 são dois fundos, talvez de uma tacinha e de um frasco. O primeiro, de vidro opaco negro, é raso; o segundo, de cor amarela, é cónico. Ambos ostentam o mesmo motivo geométrico de pastilhas ovais moldadas que se conhece, por um lado em vasos islâmicos (4) ou de tradição islâmica (5) e, por outro lado, em objectos de vidro do séc. XIV do Sul da França (6). O nº 16 poderia ser interpretado como um copo troncocónico idêntico àqueles que foram exumados em estações da Provença e do Languedoc (7). Considerámo-lo porém como a base de um frasco dada a espessura do fundo cónico e o paralelo que é possível estabelecer com o nº 17. Este é um frasco de vidro fino e transparente ao qual apenas falta o colo; foi soprado em vidro da mesma cor que o nº 16 e a sua decoração consiste num padrão de pastilhas losangonais.

3. VIDRO NÃO DECORADO

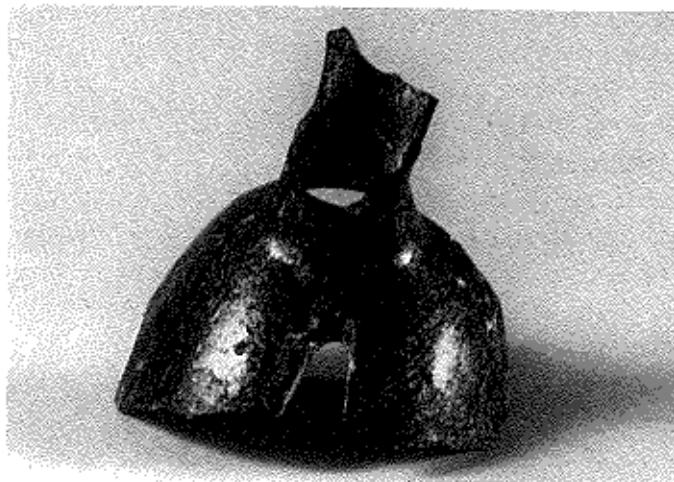
3.1. Vidro «incolor»

De todas as peças agrupadas sob este título apenas o nº 9 é razoavelmente incolor. O precário estado de conservação dos nºs 20, 27 e 28 tornam indefinível a sua cor original; podemos no entanto supor que estes fragmentos tenham sido incolores tingidos de verde ou de amarelo, como sucede com os demais aqui em questão e, de maneira geral, com o vidro «incolor» da Idade Média.

Os nºs 4 e 8 são bordos de formas abertas. O primeiro é uma taça sobre o hemisférico, como o nº 1, enquanto segundo, que reproduz a forma troncocónica dos alguidares cerâmicos, tem numerosos paralelos entre os vidros islâmicos (8). Na Europa, conhecem-se recipientes de vidro com esta forma em Itália (9) e na França meridional (10), onde datam do séc. XII ao séc. XIV.

Os nºs 9, 10 e 15 são talvez fragmentos de garrafas. O nº 9 pode ser a base anelar de uma garrafa do tipo da que foi descoberta em Corinto, ou seja, de uma garrafa de bojo sobre o esférico e colo dilatado em anel envolvente (11), tal como o nº 21 de Mértola. Ainda na época em que nos situamos, uma base anelar homóloga da de Mértola e proveniente de escavações em Susa foi considerada como a base de uma garrafa (12).

Os lábios engrossados e tombados para fora dos bordos



nºs 10 e 15 encontram paralelos na vidraria bizantina da Palestina (13), no Egipto e Irão muçulmanos (14). O colo excepcionalmente curto e estreito do fragmento nº 15, em particular, assemelha-se a formas conhecidas no Egipto e no Irão nos sécs. VII e VIII (15) (Fig. 1/b).

O nº 19 é a base de um pequeno recipiente, talvez um frasquinho cilíndrico.

O jarro nº 20, cuja asa descola do bordo, do lado oposto ao bico, é próximo pela forma de certos jarros iranianos do século IX (16). Um jarro análogo proveniente de Murano foi datado do século XIV; ele é todavia considerado como uma forma incaracterística (17).

(1) LAMM, 1928, pág. 48, n.os 167 e 168, Lâm. III e IV.

(2) MARIACHER, 1966, pág. 64, fig. 27.

(3) SKIK, 1971-72, pág. 98, nº 40, figs. 82 e 85.

(4) LAMM, 1928, pág. 44, nº 161, fig. 30, Lâm. III.

(5) DAVIDSON, 1940, pág. 319, fig. 19/53; GOMEZ MORENO, 1951, pág. 344.

(6) DEMIANS D'ARCHIMBAUD, 1980, IV, Lâm. 452/1-4.

(7) FOY, 1985, pág. 42 e seguintes.

(8) SKIK, 1971-72, pág. 90, fig. 66; Annales Archéologiques Arabes Syriennes, 1967 e 1976; Catálogo do Kunstmuseum Düsseldorf, 1974, n.os 311-316; KERVRAN, 1984, fig. 5.

(9) WHITEHOUSE, 1969, pág. 71, fig. 21/1; FOSSAT e MANNONI, 1975, pág. 60, figs. 36, 38, 39, 41-44; NEPOTI, 1978, pág. 222, fig. 57/15, 17 e 19.

(10) DEMIANS D'ARCHIMBAUD, 1980, II, págs. 1315-16 e IV, Lâm. 464/1-2.

(11) DAVIDSON, 1940, fig. 22/63.

(12) KERVRAN, 1984, pág. 213, fig. 2/3.

(13) PHILIPPE, 1970, pág. 30/2 e 3.

(14) WHITCOMB, 1983, fig. 2/v; KERVRAN, 1984, pág. 212, fig. 1.

(15) PINDER-WILSON e SCANLON, 1973, pág. 20, figs. 9 e 10; KERVRAN, 1984, pág. 212, fig. 1/5.

(16) LACAM, 1961, fig. 5/a.

(17) HARDEN, 1971, págs. 102-103, Lâm. XIII/C.



O nº 22 fez possivelmente parte de um vaso do tipo dos vasos de largo bojo globular contemporâneos conhecidos no Irão (1) e no Egipto (2). Os bordos destes não são, porém, tubulares. No Sul da França foram exumados, de um contexto do séc. XIV, vasos de pança globular ricamente ornados de fios azuis aplicados (3); do mesmo século é um exemplar catalão de Poblet (4).

O nº 24 é uma das sete rolhas idênticas, encontradas intactas, das quais duas são de vidro incolor tingido de verde, uma é azul escura e quatro outras são castanhas. Tanto quanto pudemos apurar, não existe qualquer paralelo antigo para estes objectos. Pela sua forma, estas rolhas assemelham-se de modo notório a certas rolhas plásticas em uso nos nossos dias.

É difícil alvitrar a que tipos de objectos poderão ter pertencido os bordos n.os 27 e 28. Concordando o diâmetro e a inclinação da parede do nº 28 com o verificável nas lâmpadas em forma de sino invertido destinadas a serem dispostas em coroas metálicas, é possível que este bordo tenha pertencido a um objecto deste tipo (Fig. 1/c). Esta forma de lâmpada, muito comum na vidraria bizantina (5) e na vidraria islâmica (6), está igualmente documentada na Europa medieval (7).

O nº 26 é uma asa de fita.

O nº 29 é talvez o fragmento de uma garrafa cujo colo cilíndrico terá sido bastante mais estreito do que o bocal troncocônico. Este modelo de bocal, que seria também reproduzido em Murano (8), aparece frequentemente na vidraria islâmica (9).

3.2. Vidro verde

Trata-se de vasos soprados em vidro a que intencional-

mente foi dada a cor verde, e não de vidro cuja tonalidade esverdeada seja o resultado da incapacidade de purificar suficientemente a matéria-prima.

O nº 6 é o bordo de uma pequena taça que podemos supor de copa bicônica.

O nº 13 é o bordo, dobrado para fora, recto e oblíquo, de uma garrafa certamente periforme. Além dos paralelos que é possível citar entre as garrafas islâmicas (10), são conhecidos em Murano, desde o séc. XIII, recipientes do mesmo tipo cujos bordos são idênticos aos das garrafas islâmicas (11).

O nº 21 é uma fracção do colo de um jarro. O anel em que este colo se dilata e o esvasamento para baixo da parede que se observam fazem-nos pensar que estamos em presença de um fragmento de *oenoché*. O *oenoché* - forma herdada da época sassânida, na qual foi fundido em metal e talhado em cristal de rocha - é uma das formas mais características de jarro islâmico. O seu corpo é periforme, o bocal é trilobado e o colo é frequentemente moldurado por um ou vários anéis envolventes. A maior parte dos jarros deste tipo, em vidro, provém do Irão (12), onde esta forma foi adoptada mesmo para frascos de pequeno formato (13). As estações islâmicas da Síria (14) e do Egipto (15) deram também exemplares deste tipo de jarro (Fig. 1/d).

(1) LABROUSSE e BOUCHARLAT, 1972, pág. 110, fig. 28/9.

(2) WHICOMB, 1983, figs. 3/w e 4/c.

(3) FOY, 1975, pág. 116, fig. 4/2; DEMIANS D'ARCHIMBAUD, 1980, II, pág. 1309 e IV, Lám. 459.

(4) GUDIOL RICART, 1936, fig. 27/27.

(5) PHILIPPE, 1970, págs. 76-79, figs. 40 e 42.

(6) LAMM, 1928, pág. 37, nº 145, fig. 26, Lám. IV; RIIS, 1957, págs. 38-39, fig. 62; PINDER-WILSON e SCANLON, 1973, pág. 22, figs. 18-19; Annales Archéologiques Arabes Syriennes, 1974.

(7) BARRELET, 1953, Lám. XVIII; HEJDVA', 1975, pág. 146, fig. 15/II.1; CHARLESTON, 1977-1980, págs. 70-71, fig. 25; GASPERETTO, 1979, pág. 85, fig. 16/1-2.

(8) GASPERETTO, 1979, fig. 3.

(9) LAMM, 1928, pág. 28, nº 119, fig. 11; Annales Archéologiques Arabes Syriennes, 1974.

(10) RIIS, 1957, fig. 326; Annales Archéologiques Arabes Syriennes, 1967 e 1970.

(11) GASPERETTO, 1979, pág. 81, fig. 4.

(12) LAMM, 1939, pág. 2597, figs. 1439/c e 1441; LACAM, 1961, fig. 7.

(13) LAMM, 1928, pág. 43, n.os 156-157, fig. 28, Lám. IV; KERVRAN, 1979, pág. 184, fig. 73/3-4.

(14) RIIS, 1957, pág. 37, fig. 54; idem, pág. 42, figs. 87-88; idem, pág. 46, fig. 108; Annales Archéologiques Arabes Syriennes, 1974.

(15) PINDER-WILSON e SCANLON, 1973, págs. 25-26, figs. 30-32; WHICOMB, 1983, fig. 4/m.

3.3. Vidro turquesa

Os fragmentos de vidro azul turquesa são os números 30 a 32. Trata-se de três fundos cónicos cuja atribuição a um tipo de recipiente preciso seria demasiado falível.

3.4. Vidro roxo e vermelho

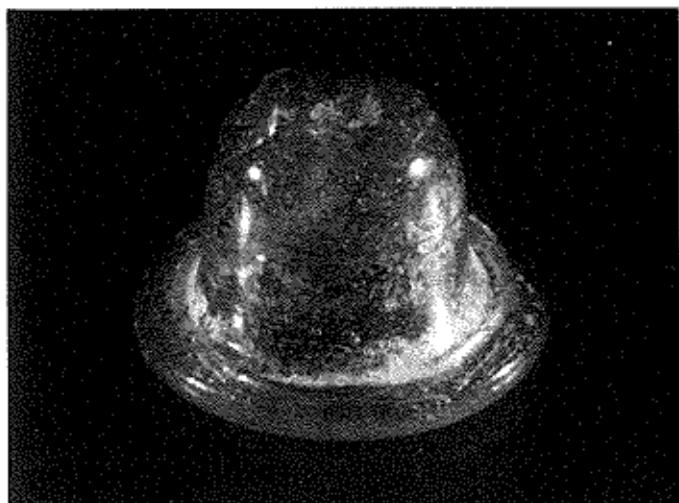
O nº 7 é o fundo de um vaso de vidro vermelho opaco. Certamente por deformação ocorrida aquando do arrefecimento da matéria, esta base tem um contorno irregular. Pensamos poder ter-se tratado de uma taça cilíndrica. A única peça que, pela forma, podemos aproximar deste objecto é uma taça cilíndrica encontrada em Corinto (sécs. XI-XII) (1).

A taça (?) nº 5, a garrafa nº 11 e o frasco nº 18 são roxo avermelhados. A matéria dos números 5 e 18 é rigorosamente igual: um e outro estão pejados de filandras. Vistos o diâmetro e a altura do colo do frasco nº 18, é talvez possível que o seu bocal fosse rematado por um bordo engrossado, do tipo daquele que se observa na garrafa nº 15.

O nº 12 é por certo o fundo cónico de um frasco ou de uma garrafa.

3.5. Vidro negro

O nº 23 é um botão periforme maciço em vidro opaco; é certamente a parte superior de um dispositivo de obturação de um recipiente, quanto a cuja forma sugerimos três hipóteses de reconstituição.



A primeira (Fig. 1/e) baseia-se num paralelo italiano, tardio embora (séc. XV) (2). A segunda (Fig. 1/f) procede do confronto do nº 23 de Mértola com rolhas produzidas ainda no séc. XX em ateliers vidreiros egípcios cuja produção conserva, de modo evidente, a tradição da época em que o Império muçulmano estava no apogeu (3). Este botão poderia ainda ter sido o elemento de preensão de uma tampa do tipo daquelas que, no Próximo Oriente, foram datadas de época próxima da do material de Mértola (4). (Fig. 1/g)

O nº 33 é uma conta modelada com pinças. Tem a forma de uma flor de sete pétalas e foi dotada de um orifício central. Em La Seube, no Hérault, foram encontradas numerosas contas de cores variadas — e também de vidro negro opaco — mas nenhuma possui esta forma (5).

4. ESTILO E CRONOLOGIA

O exame dos conjuntos de vidros islâmicos, ou de tradição islâmica, publicados pelos autores a que nos temos vindo a referir revela que há duas categorias de objectos especialmente abundantes: os recipientes destinados a conter líquidos e as formas abertas (6). Elementos de obturação de vasos em vidro — rolhas e tampas — de cronologia posterior à Baixa Antiguidade mas anteriores ao Renascimento, não os encontrámos arqueologicamente documentados senão entre o reportório vidreiro muçulmano (7).

Ainda do ponto de vista formal, registámos a simplicidade como o *leitmotiv* quase geral dos bordos dos vasos de vidro islâmicos. O mais das vezes, estes bordos são lisos ou biselados; por vezes engrossados; raramente são tubulares ou, pelo menos, estes são menos comuns do que na vidraria romana. Verificámos também a ocorrência amiudada de anéis moldurando os colos de garrafas e jarros, e mesmo as paredes

(1) DAVIDSON, 1940, fig. 15/32.

(2) LAMARQUE, 1973, pág. 130, fig. 32/62.

(3) HENEIN, 1974, Lâms. XII/5 e XV/B; Lâms. XII/27 e XVI/D; Lâm. XVII/A.

(4) LAMM, 1930, págs. 42-43, Lâm. 6/18 e 23.

(5) LAMBERT, 1972, Lâm. IX.

(6) De resto, as formas abertas datadas da Idade Média não têm vindo a lume, na Europa, senão nas regiões mediterrânicas, da Grécia e da Jugoslávia aos países da Península Ibérica, passando pela Itália e pela França meridional.

(7) LAMM, 1928, pág. 17, n.os 24-26, fig. 7, Lâm. II; RIIS, 1957, pág. 60, fig. 169 e pág. 62, fig. 180.

de outros vasos de abertura mais larga (1). Finalmente, parece-nos possível falar de uma tendência para formas de bojo sobre o esférico.

Estas características do vidro islâmico medieval estão patentes nos vidros de Mértola; a variedade no colorido do vidro e as fórmulas decorativas que ostentam corroboram a filiação deste espólio ao artesanato vidreiro islâmico.

Consideremos mais de perto algumas destas peças.

Os números 5 e 7, datados pela estratigrafia dos sécs. XII-XIII, são respectivamente roxo-avermelhado e vermelho opaco. O vidro roxo ou vermelho só muito esporadicamente tem surgido nas estações europeias medievais. Estes fragmentos remetem-nos por isso para a tradição médio-oriental de que a produção islamizante da Corinto bizantina é testemunha a partir de meados do séc. XI (2).

O vidro escuro — negro, roxo, azul — foi muitas vezes decorado pelos artífices muçulmanos por aplicações contrastantes de vidro opaco branco. A taça nº 1, que provém de um contexto dos sécs. XII - XIII, é um exemplo desta "decoração branca". A propósito desta modalidade ornamental, há que citar uma vez mais o material de Corinto (3); cabe também referir que, na Idade Média, esta decoração surge nas estações onde está atestada a influência islâmica, nomeadamente pelo estilo das cerâmicas (4).

A distribuição geográfica e a cronologia dos objectos que partilham com a taça nº 2 o motivo de discos em relevo falam-nos de um império vário de povos que professam uma mesma estética.

Quanto às pastilhas ovais e aos losangos dos números 3, 16 e 17, é flagrante a semelhança existente entre eles e a decoração de alguns vidros do séc. XIV descobertos em Rougiers, na Provença (5). Estes copos e taças reflectem de alguma maneira opções decorativas da vidraria médio-oriental imediatamente precedente.

Há a notar, enfim, a modesta qualidade deste grupo de vidros, do qual estão ausentes quaisquer vasos talhados e gravados, esmaltados ou dourados.

Os vidros do castelo têm como *terminus ante quem* o fim do séc. XIII; entre estes, os números 1, 5, 7, 8, 9, 13, 22 e 28 estão seguramente datados dos séculos XII-XIII. O estilo dos restantes e os paralelos que para eles é possível citar fazem-nos pensar que eles lhes não são anteriores.

Os números 4 e 20 provêm da Rua da Farmácia. Não sendo possível datá-los a partir do contexto arqueológico, apenas

podemos presumir tratarem-se de vidros contemporâneos ou posteriores aos descobertos no castelo.

Qual a origem dos vidros do castelo de Mértola? É legítimo supor que eles tenham sido fabricados algures na região de Sevilha ou que tenham sido importados do Próximo Oriente. Tudo é obscuro no que respeita às características dos vidros produzidos em Sevilha nesta época, o mesmo sucedendo em relação a outras regiões do Sul de Espanha (6). Oxalá se vejam aumentar proximamente os dados arqueológicos susceptíveis de contribuir para o conhecimento do vidro medieval andaluz.

BIBLIOGRAFIA

- ABDURAZAKOV, A. A., «Medieval Glasses from the Tashkent Oasis», *Journal of Glass Studies*, XI, 1969, págs. 31-36.
- BARRELET, J., *La verrerie en France de l'époque gallo-romaine à nos jours*, Paris, 1953.
- Catálogo - Glassammlung Henrich - Antike und Islam, Kunstmuseum Düsseldorf, 1974.
- CHARLESTON, R. J., «Glass of the High Medieval Period (12th-15th century)» *Bulletin de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, nº 8, 1977-1980, págs. 65-76.
- DAVIDSON, G., «A medieval glass-factory at Corinth», *American Journal of Archaeology*, XLIV, 1940, págs. 297-327.
- DEMIANS D'ARCHIMBAUD, G., *Rougiers-Village médiéval de Provence*, C. N. R. S., 1980 (tese de doutoramento policopiada).
- FALSONE, G., «Gli scavi allo steri di Palermo» *Atti del Colloquio Internazionale di Archeologia Medievale*, Vol. I, 1976, págs. 110-122.
- FOSSATI, S. e MANNONI, T., «Lo scavo della vetreria medievale di Monte Lecco», *Archeologia Medievale*, II, 1975, págs. 56-97.
- FOY, D., «Essai de typologie des verres médiévaux d'après les fouilles provençales et languedociennes», *Journal of Glass Studies*, XXVII, 1985, págs. 18-71.
- GASPARRETTO, A., «Matrici e aspetti della vetraria veneziana e veneta medievale», *Journal of Glass Studies*, XXI, 1979, págs. 76-97.
- GOMEZ MORENO, «El Vidrio», *Ars Hispaniae*, III Madrid, 1951, págs. 344 e seguintes.
- GUDIOL RICART, J., *Els Vidres Catalans*, *Monumenta Catalonia*, III, Barcelona, 1936.
- HAN, V. e BRUSIC, Z., «Une découverte sous-marine-Du verre médiéval dans l'Adriatique», *Annales du 7 ème Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, 1977, págs. 271-282.

(1) WHITCOMB, 1983, fig. 2/d-e.

(2) DAVIDSON, 1940, pág. 306, figs. 12/9 e 20; 15/25; 18/48 e 50; 19/53.

(3) DAVIDSON, 1940, págs. 314, 319 e 321, figs. 14/23; 19/57; 23/71-72.

(4) GUDIOL RICART, 1936, págs. 75 e 80-81; LAMBERT, 1972, pág. 89, figs. 15-16, Lâms. VI, VIII e IX; MANNONI, 1972, págs. 143-145; FALSONE, 1976, pág. 121, fig. 29.

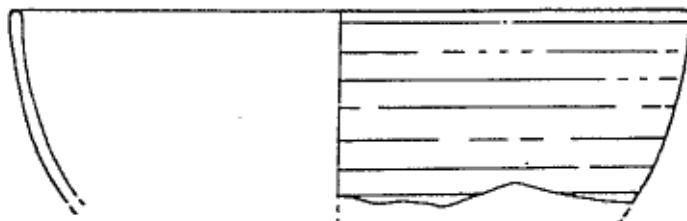
(5) DEMIANS D'ARCHIMBAUD, 1980, IV, Lâms. 452/1 e 5; 456/6 e 7.

(6) As escavações de um habitat dos sécs. XI-XIII realizadas em Marmuñas, na região de Málaga, revelam um material vitreoso muito pobre. Cf. RIU, 1981, pág. 441.

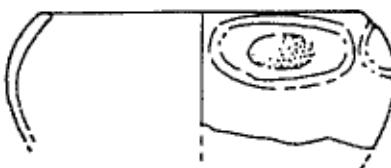
- HARDEN, D. B., «Ancient Glass, III-Post-Roman», *The Archaeological Journal*, CXXVII, 1971, págs. 78-117.
- HEJDJOVA', D., «Types of Medieval Glass Vessels in Bohemia», *Journal of Glass Studies*, XVII, 1975, págs. 142-150.
- HENEIN, N. H., *Le verre soufflé en Egypte*, Cairo, 1974.
- KERVRAN, M., «Le matériel archéologique-Fouilles du Palais d'Artaxerxès II à Suse», *Cahiers de la Délégation Archéologique Française en Iran*, nº 10, 1979, págs. 184 e 223-224.
- KERVRAN, M., «Les niveaux islamiques du secteur oriental du tépé de l'Apadana, III, *Les objets en verre, pierre et en métal*, *ibid.* nº 14, 1984, págs. 211-225.
- LACAM, J., «Contribution à l'étude de la verrerie musulmane — VIIIe, IXe, Xe siècles», *Cahiers de la Céramique, du Verre et des Arts du Feu*, nº 21, 1961, págs. 14-30.
- LAMARQUE, W., «The Glassware in Tuscania. 1973: Report on six pits», *Papers of the British School at Rome*, XXVIII, 1973, págs. 117-133.
- LAMBERT, N., «La Seube: témoin de l'art du verre en France méridionale du Bas-Empire à la fin du Moyen Age», *Journal of Glass Studies*, XIV, 1972, págs. 77-116.
- LAMM, C. J., *Das Glass von Samarra, Die Ausgrabungen von Samarra IV*, Berlim, 1928.
- LAMM, C. J., *Mittelalterliche Gläser und Steinschnittarbeiten aus dem Nahen Osten*, Berlim, 1930.

- LAMM, C. J., «Glass und Hard Stone Vessels», *A Survey of Persian Art*, Oxford e New York, 1939, Vol. III, págs. 2592-2606, Vol. VI, Lâms. 1438-1454.
- MANNONI, T., «A medieval glass-house in the Genoese Apennines - Italy», *Medieval Archaeology*, XVI, 1972, págs. 143-145.
- MARIACHER, S., *Glass from Antiquity to the Renaissance*, Milão, 1966.
- NEPOTI, S., «I vetri dagli scavi nella Torre Civica di Pavia», *Archeologia Medievale*, V, 1978, págs. 219-238.
- PHILIPPE, J., *Le Monde Byzantin dans l'Histoire de la Verrerie*, Bolonha, 1970.
- PINDER-WILSON, R. H. e SCANLON, G. T., «Glass Finds from Fustat — 1964-1971», *Journal of Glass Studies*, XV, 1973, págs. 12-30.
- RIIS, H., *Hama, Fouilles et Recherches 1931-1938. Les Verreries et Poteries Médiévales*, Copenhague, 1957, págs. 30-116.
- RIU, M., «La Cuarta Campaña en el Cerro de Marmuyas», *Al-Quantara — Revista de Estudios Árabes*, II — 1 e 2, 1981, pág. 441.
- SKIK, K., «La Collection de Verres Musulmans de Fabrication Locale conservés dans les Musées de Tunisie», *Bulletin de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, nº 1971-1972, págs. 87-102.
- WHITCOMB, D. S., «Islamic Glass from Al-Quadim — Egypte», *Journal of Glass Studies*, XXV, 1983, págs. 101-108.
- WHITEHOUSE, D., «Excavations at Anglona», *Papers of the British School at Rome*, 1969, pág. 71.

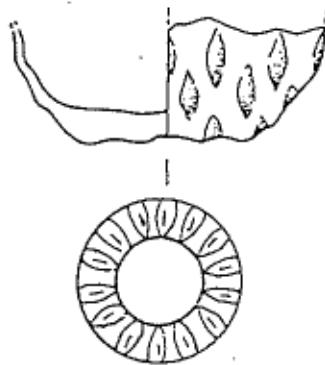
CATÁLOGO



Nº 1 — Taça. Copo hemisférico. Bordo decorado por um fio branco aplicado. Vidro roxo transparente contendo numerosas bolhas de ar. Estrias da sopragem. Diâmetro-10,1 cm.



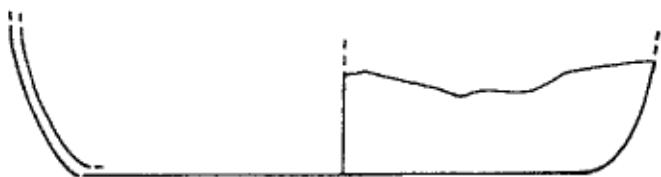
Nº 2 — Taça. Copo hemisférico. Bordo infletindo para o interior. Rebordo decorado por discos ovais moldados. Vidro opaco negro. Diâmetro-4,6 cm.



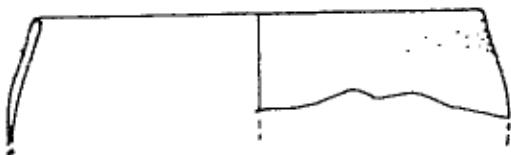
Nº 3 — Taça (?) Copo hemisférico decorada por pastilhas ovais moldadas. Fundo horizontal. Vidro opaco negro. Diâmetro-3,1 cm.



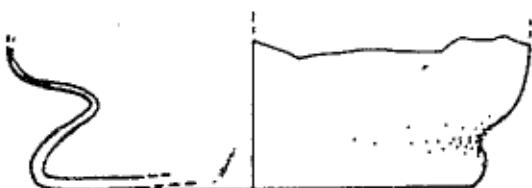
Nº 4 — Taça. Copo hemisférico. Bordo tubular. Vidro esverdeado contendo algumas bolhas de ar. Estrias da sopragem. Diâmetro-13,4 cm.



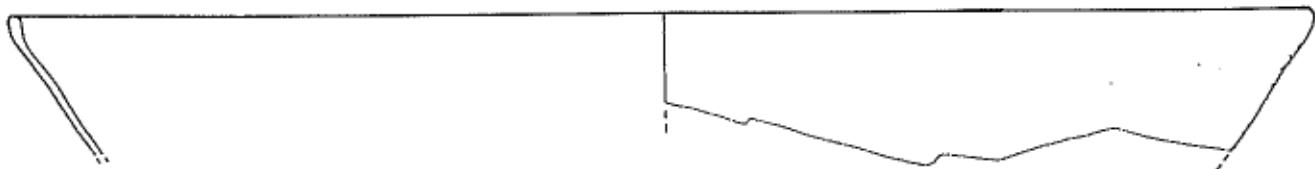
Nº 5 — Taça (?) Copa sobre o hemisférico. Fundo horizontal (?) Vidro roxo-avermelhado transparente contendo algumas bolhas de ar e numerosas fibras. Diâmetro-8 cm.



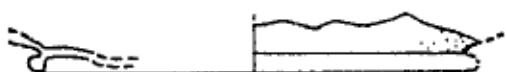
Nº 6 — Taça. Copa bicônica (?) Vidro verde transparente contendo numerosas bolhas de ar. Diâmetro-6,5 cm.



Nº 7 — Taça (?) Fundo ligeiramente cônico. Vidro opaco vermelho. Diâmetro-6,2 cm.



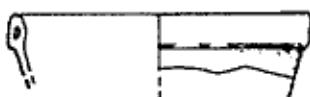
Nº 8 — Grande taça. Paredes esvasadas. Vidro esverdeado contendo bolhas de ar. Estrias da sopragem. Diâmetro-24,7 cm.



Nº 9 — Garrafa (?) Base anelar. Vidro incolor muito irisado. Diâmetro-6,5 cm.



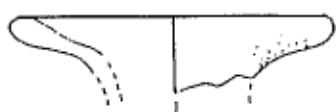
Nº 10 — Garrafa (?) Bocal esvasado com bordo engrossado pelo exterior. Vidro esverdeado, muito irisado, contendo numerosas bolhas de ar. Diâmetro-6 cm.



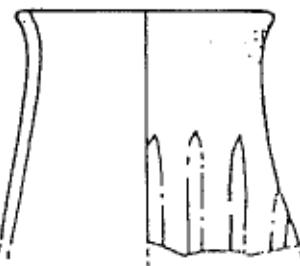
Nº 11 — Garrafa (?) Bordo tubular. Vidro roxo-avermelhado transparente. Diâmetro-4,3 cm.



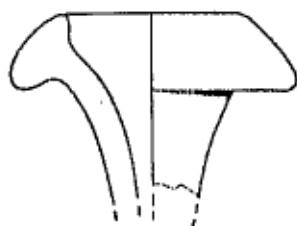
Nº 12 — Fundo cônico (de frasco?). Vidro roxo transparente contendo bolhas de ar. Diâmetro-4,4 cm.



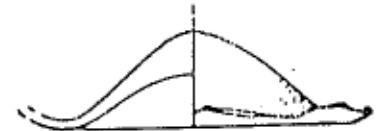
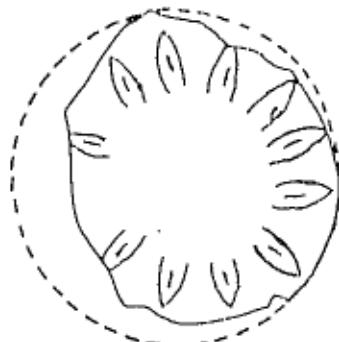
Nº 13 — Garrafa. Bordo revirado para fora, recto e obliquio. Bojo periforme (?)
Vidro verde, grosso e irisado. Diâmetro-4,6 cm.



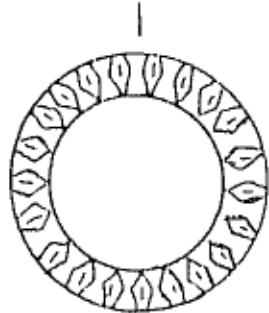
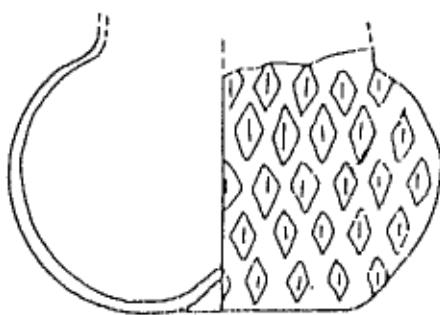
Nº 14 — Garrafa. Bojo carenado (?) Colo longo decorado por moldagem de
nervuras verticais afiladas nas extremidades superiores. Vidro verde transpa-
rente, muito irisado. Diâmetro-3,7 cm.



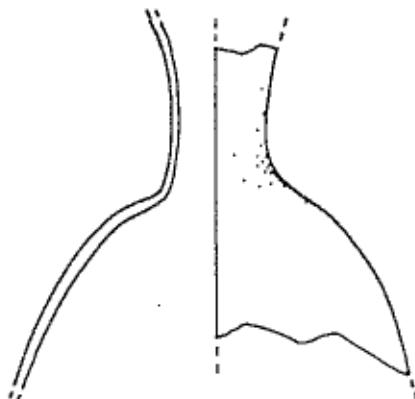
Nº 15 — Garrafa. Bordo em forma de aba pendente. Colo muito estreito. Bojo
cilindrico (?) Vidro esverdeado, grosso e muito irisado. Diâmetro-2,6 cm.



Nº 16 — Frasco (?) Bojo globular (?) decorado por pastilhas ovais mol-
dadas. Fundo cônico. Vidro amarelo translúcido. O fragmento não permite
determinar o diâmetro.



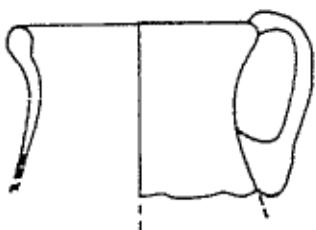
Nº 17 — Frasco. Bojo globular decorado por pastilhas losangonais moldadas.
Fundo cônico. Vidro amarelo, fino e transparente, contendo numerosas bolhas
de ar. Diâmetro-3,6 cm.



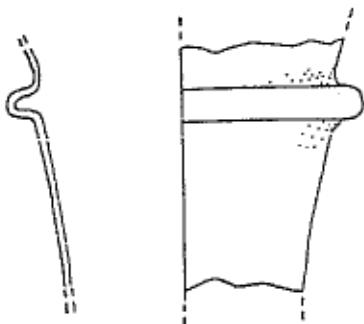
Nº 18 — Frasco. Colo longo, de lados côncavos. Bocal esvasado terminado
talvez por um bordo engrossado. Ombros arredondados. Vidro roxo-avermelha-
do transparente contendo algumas bolhas de ar e numerosas filandras.
Diâmetro maior do bojo-5,5 cm.



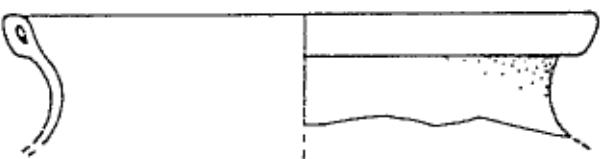
Nº 19 — Frasquinho (?) Fundo quase horizontal. Corpo cilíndrico (?) Vidro esverdeado contendo bolhas de ar. Diâmetro-1,4 cm.



Nº 20 — Jarro. Boca circular. Asa de fita. Cor original indefinível; mau estado de conservação. Diâmetro-3,4 cm.



Nº 21 — Oenochoé. Colo moldurado por um anel envolvente. Vidro verde transparente contendo numerosas bolhas de ar. Diâmetro maior do colo-5 cm.



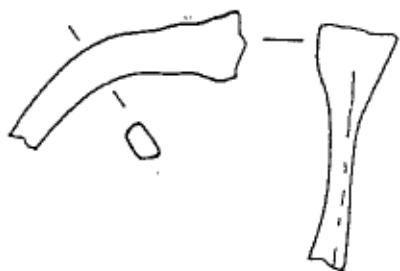
Nº 22 — Vaso de pansa globular (?) Bordo tubular formando aba horizontal. Colo curto. Vidro verde amarelado contendo numerosas bolhas de ar. Diâmetro maior do colo-8,5 cm.



Nº 23 — Rolha ou tampa. Vidro opaco negro. Altura-1,6 cm.



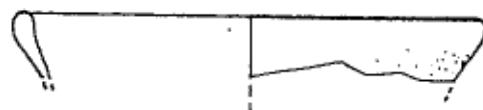
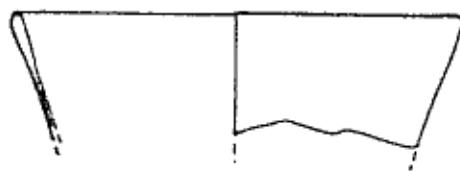
Nº 24 — Rolha em forma de dedal. Bordo tubular. Vidro esverdeado. Diâmetro-1,8 cm; altura-1,1 cm.



Nº 25 — Asa de fita. Vidro negro, irisado.



Nº 26 — Asa de fita. Vidro esverdeado, muito irisado.

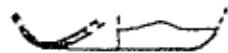


Nº 27 — Bocal esvasado de um objecto indeterminado. Cor original indefinível; mau estado de conservação. Diâmetro-6,5 cm.

Nº 28 — Lâmpada (?) Cor original indefinível; mau estado de conservação. Diâmetro-6,7 cm.

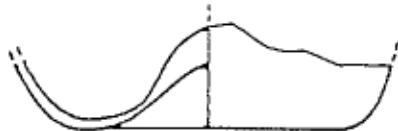


Nº 29 — Garrafa (?) Bocal esvasado. Bordo de perfil irregular. Vidro amarelo transparente irisado, contendo numerosas bolhas de ar. Diâmetro-7,4 cm.



Nº 30 — Fundo cónico de objecto indeterminado. Vidro turquesa. O fragmento não permite restituir o diâmetro.

Nº 31 — Fundo cónico de objecto indeterminado. Vidro turquesa. Diâmetro - 2,3 cm.



Nº 32 — Fundo cónico de objecto indeterminado. Vidro turquesa. Diâmetro - 4 cm.

Nº 33 — Conta. A forma é a de uma flor de sete pétalas. Moldada em vidro opaco negro. Diâmetro-1,7 cm.

THE FIRST TWO SEASONS OF EXCAVATIONS AT ALCARIA LONGA: A CALIPHAL - TAIFAL PERIOD RURAL SETTLEMENT IN THE LOWER ALENTEJO OF PORTUGAL

JAMES L. BOONE (*)

ABSTRACT

This report summarizes the results of the 1988-89 excavations at the site of Alcaria Longa, concelho of Mértola, Portugal. Investigations revealed a rural village site 4 to 5 hectares in size dating principally to the Caliphal and Taifal periods (10th and 11th centuries). The main part of the settlement was apparently abandoned during Almoravid times, with the exception of a small area at the top of the south hill, which may have remained through the 12th and early 13th centuries as a small fortification. A single house compound was nearly completely excavated, consisting of two long dry-stone masonry, tile-roofed structures built at right angles to each other, and enclosing a small interior patio.

INTRODUCTION

Archeological investigations at the site of Alcaria Longa in the concelho of Mértola were carried out in May-June of 1988 and 1989 by a team from the Anthropology Department, University of New México, USA, in collaboration with Campo Arqueológico de Mértola. This preliminary field work was designed to facilitate planning of a more extensive program of excavations at Alcaria Longa and focused on two principal activities:

(*) Anthropology Department, University of New Mexico, USA

1) production of a detailed map of surface features;

2) test excavations to determine the nature and degree of preservation of settlement remains present at the site. The results of this preliminary field work are presented below. A third field season was carried out in the summer of 1990, during which two additional house compounds and a small fortification structure at the top of the south hill were completely excavated. These will be described in a future issue of this journal.

PROBLEM ORIENTATION

The 1988-89 investigations at Alcaria Longa were designed to monitor social and economic responses of this rural community to periods of economic and demographic growth and decline associated with succeeding Muslim and Christian control of the region. A central issue



Fig. 1: Map of southern Portugal showing location of Alcaria Longa.

52

to be addressed in the investigation is the degree of continuity between rural settlement of the Islamic period and more recent historical settlement of the region. Current debate on this issue centers on the question of whether North African and Christian conquests during the mid-11th to the 13th centuries resulted in village abandonment and depopulation of the Lower Alentejo region (to be repopulated only later by settlers from the north), or whether medieval Islamic settlement in this region continued more or less uninterrupted into the modern period. The specific long-term objectives of the excavations and analyses at Alcaria Longa are:

- 1) to reveal the pattern of spatial organization of the settlement and compare it with existing settlement forms in the region;
- 2) to determine the chronology and the pace of settlement and abandonment of the village during the Islamic and post-Reconquista periods;
- 3) to elucidate patterns of economic integration of the community with nearby urban places such as Mértola and Beja and with the wider western Mediterranean economy.

The first two objectives are being achieved through an extensive program of excavation at



Alcaria Longa designed to reveal settlement layout and houseforms. Ceramic time markers, radiocarbon and thermoluminescence dating will be used together to determine occupation and abandonment dates of individual house structures. The third objective will be achieved through an intensive study of patterns of pottery production and distribution and use in the region. This part of the study will be undertaken in three stages:

- 1) the identification and quantification of broad technological classes of pottery excavated from Alcaria Longa;
- 2) the identification of the production sources of the ceramics using petrographic and neutron activation analysis; and
- 3) comparison of the kinds of ceramic industries present at Alcaria Longa with industries present in larger urban settlements.

THE SITE AND ITS SURROUNDINGS

Alcaria Longa is an abandoned village site located approximately 24 kilometers east of Mértola, in the Lower Alentejo region of Portugal (Figure 1). The name of the site, Alcaria Longa, is taken from an existing village located about a kilometer to the north-east. Many of the inhabitants of the present day Alcaria Longa believe that the site is the previous location of their own village and that the site was called «Via Longa».

The site of Alcaria Longa is spread over two low hills, covering the top and the

southern and western sides of one hill and the southern and western sides of the other (Figures 2 and 3). A smaller, separate area of occupation is found just to the northeast of the site, on the small valley floor. This valley is almost certainly the route of an ancient road that passed by the east side of the settlement from north to south, where it runs into a low-water crossing over the Ribeira de Carreiras. The present-day road and bridge that pass to the west of the site, connecting modern Alcaria Longa and São Miguel do Pinheiro, was not built until the late 1950s.

The southern-most hill has a commanding view of the valley formed by a sharp bend in the Ribeira de Carreiras, a tributary of the Guadiana River. Here, the valley widens into a small alluvial plain and the soil is deeper, moister, and less rocky. Today this area has orchards and gardens, and there are two water mills (now out of use) on the nearby creek bank (see Figure 2).

The main cultivation presently carried out on the hills themselves is of olive

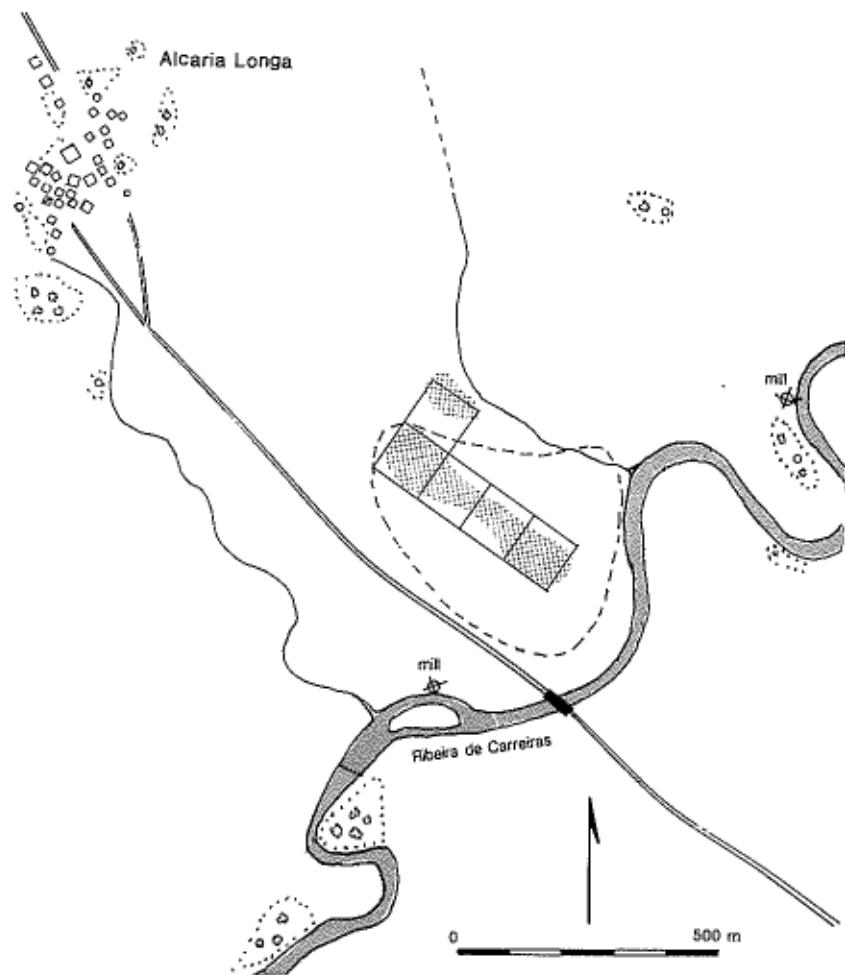


Fig. 2: Map showing location and extent of the site of Alcaria Longa. The hatched area indicates the area of most dense occupation. Dotted line shows extent of light surface remains, mainly roof tile and building stone.

trees, and these deserve special mention. Many of the trees appear to be quite old. Many are more than a meter in diameter, and one is nearly two meters in diameter. Unfortunately, all of the larger trees are hollow, so it is impossible to get a tree ring determination, but it is reasonable to suggest that the trees could be as old as 500 to 1000 years. It was initially thought that the trees might have been planted during the actual medieval occupation of the site and survived from that time. This interpretation was further based on the fact that virtually all the ancient olive groves in this area have abandoned medieval sites associated with them, as indicated by surface remains of roof tiles with zig-zig designs, building stone, and medieval pottery (however, not all medieval sites have associated olive groves). However, in excavation it was found that the trees in some cases were growing inside the remains of earlier structures. We now believe that the olive groves were planted later, after the abandonment of the site, perhaps in the 15th and 16th centuries. It furthermore seems likely that such abandoned sites were favored locations for olive tree plantings due to the deeper, looser, and more fertile soils there that are the direct result of earlier human occupation. One of the only ancient olive groves observed in the area that does not have a medieval site associated with it grows along the terraces of the Guadiana River southwest of Mértola. This would appear to be the exception that proves the rule, since the soils there are deeper, looser and more fertile due to natural alluvial deposition by the river.

Light surface remains cover a roughly rectangular area 600 meters long and 400 meters wide (Figure 2). However, as discussed above, the densest area of occupation, indicated by the presence of extensive piles of building stones and dense scatters of roof tile, was limited to the hilltop and the southern and western hillsides (cardinal direction) of the site, an area

approximately 400 meters long and 100 meters wide.

Initially it was thought that the rock piles might indicate the more or less precise location of individual structures. Our test trenches were designed in part to resolve this issue, and we found that while there were indeed structures beneath two of the rock piles we tested, there were also buried structures beneath areas where there were no rock piles. Thus, while concentrations of stone do indicate general areas where buildings once stood, there is not necessarily a one to one relationship between piles and structures.

EXCAVATIONS

The purpose of excavation in the first season was to determine the nature and degree of preservation of sub-surface archeological remains at the site. This objective was successfully carried out. Given the large scale of the kinds of features we were likely to uncover (house structures) and the fact that we knew very little initially about how houses might be distributed over the site, it was decided that excavation of long, narrow trenches would be the most cost-efficient way to learn about spatial distribution and preservation of features over large areas.

The placement of these trenches was aimed at two main objectives: 1) to get an idea of how house structures and related features were dispersed over different topographic areas of the site; and 2) to determine the differing degree of preservation of houses under different topographic conditions. Three 1 m wide trenches were placed in different topographic areas of the site (Figure 3). Trench 1 (28 m long) was placed on a hillside, oriented along grid north-south, and crossing one of the terrace-like features and a large rock pile (these surface features are discussed above). Trench 2 (28 m long) was placed grid east-west across a broad

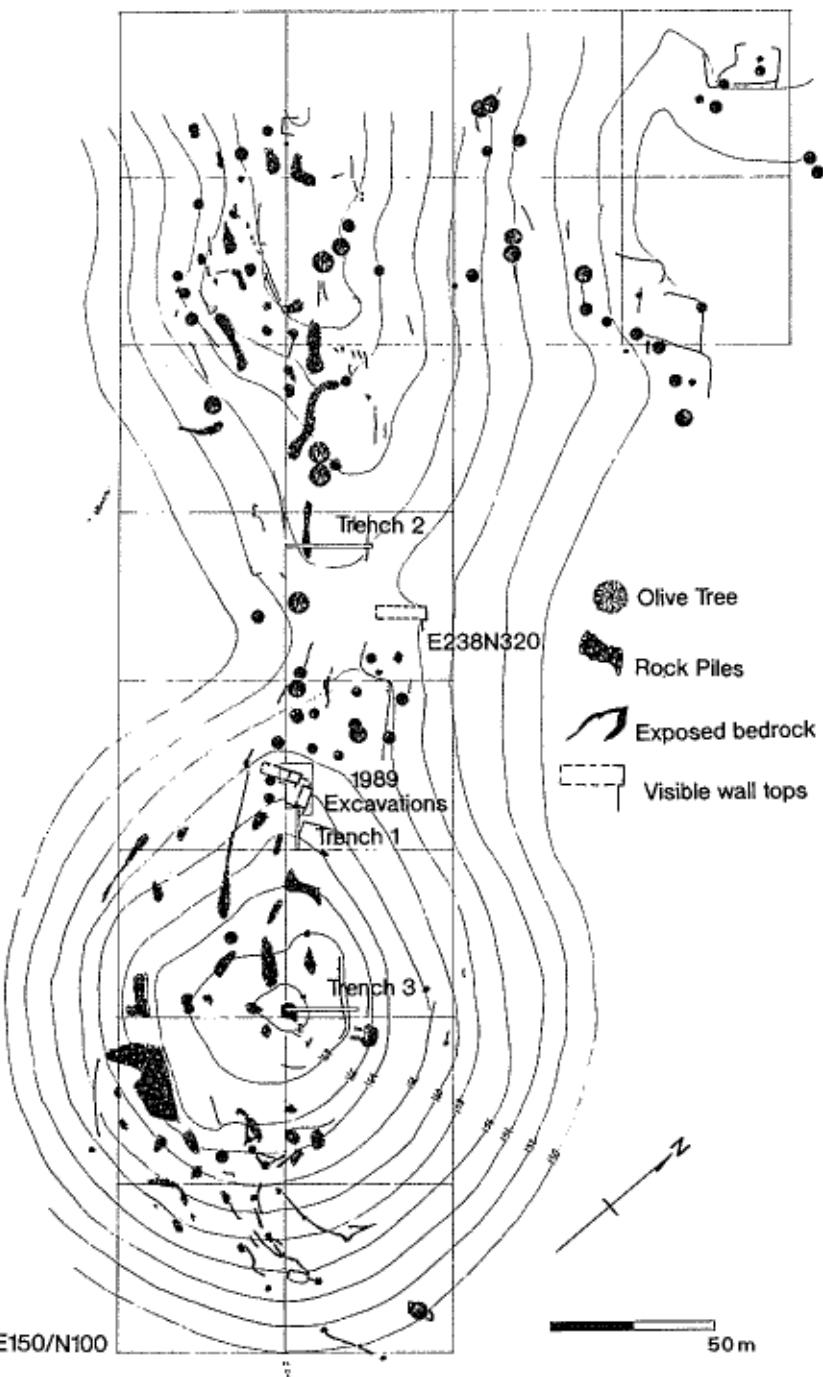


Fig. 3: Detailed map of the site of Alcaria Longa. Grid corresponds to grid indicated in Figure 2.

flat area of the site in the saddle between the two hills. Trench 3 (24 m long) was started at the top of the grid south hill and continued grid east-west downhill over another of the terrace-like features. All subsequent references to directions in this article (north, south, etc.) will refer to the grid orientation (oriented 56 degrees west of true north), not to true cardinal directions.

Trench 1. Trench 1 was placed on the north face of the south hill, crossing several topographic features we wished to study further, including a terrace, two rock piles, and the edge of what appeared to be the outline of a rectangular structure. Trench 1 answered several questions about the association between surface features and subsurface remains. The «terrace» like surface feature encountered here was formed by the walls of a structure built on the hillside. Rock piles were indeed associated with the walls of buried structures, but buried walls were also encountered in the absence of surface rock piles.

Open spaces are characterized by bedrock overlain only by very thin layers of gravelly, rocky topsoil. The areas of deepest soil and rock deposition are areas where buildings previously stood; wall foundations acted as traps for downhill movement of soil and rock. Overall, the test trenches revealed a relatively shallow, single occupation level at the site. The average depth of soil and archeological deposition was about 50 cm to bedrock. On hillsides, as in Trench 1 area, remains of structures were buried to a depth of up to 1.5 meters.

Trench 2. Trench 2 was placed across a narrow, flat area in the saddle between the two hills of the site (Figure 3). The trench completely crosses the area of occupation at this point. There is no evidence of structural remains at either end of the excavated trench, nor is there any surface indication of buried structures downhill of either end of the excavation. The purpose of this trench was to determine the extent of preservation of this flat area, which was considered to be a likely area for post-depositional disturbance due to plowing. As it turned out, parts of the area were indeed disturbed by cultivation, but the area still contained interpretable subsurface indications, and yielded useful information regarding the use of space in this area. The remains of a single structure (probably a house), a broad "street" area, a midden deposit, and the remains of a possible second structure were encountered.

Trench 3. Trench 3 started at the summit of the south hill and extended 24 meters to the east over the edge of a steep terrace on the hillside. This hilltop has a commanding view of the valley formed by the Ribeira de Carreiras, and it thought that the area might have been the site of a fortification (the presence of a fortification was confirmed during the 1990 field season). Additionally, our single secure piece of evidence for Roman occupation, the base sherd of a terra sigilata plate, was encountered here.

Trench 3 represents the most complex depositional situation encountered on the site. Recovery of the terra sigilata sherd indicates the possibility of a Roman occupation. However, it is likely that Medieval recycling of building stone may have caused considerable disturbance of the Roman occupation levels. The fact that the terra sigilata sherd was found in disturbed surface deposits with other sherds of Medieval and 19th or 20th century origin underscores this possibility. A dense midden deposit lying directly below the upper most terrace of the hill at the eastern end of Trench 3 almost certainly represents disposal of refuse from buildings above.

E238N320 Test Square. Two 2 X 2 meter squares were placed at E238 and

E240 N320 (Figure 3) in order to determine the nature of a long buried structure along the western boundary of the site, the outlines of which were clearly visible on the surface. It was first thought that the structure might be a defensive tower or bastion jutting out from what appeared to have been a wall around the site. Our excavations indicated that the structure was instead a long roofed building with a flagstone floor, similar to other house structures that were subsequently excavated. Undisturbed roof fall covered the interior surface of the the structure; the tiles had zig-zag finger impressions on the top surfaces, indicative of tiles of the preAlmohad period. Foundation walls were preserved to a height of about 30 cm. Schist flagstones which formed the floor of the structure appear to have been disturbed, possibly by the downhill slumping of the building. Light trenching around the entire perimeter of the structure revealed a long narrow structure identical to the other

east-west oriented structures later uncovered. This particular structure appears to have been fully 18 meters long and about 4 meters wide. Further investigation of what were thought to be traces of a defensive wall around the site indicated that these wall features are the sides or backs of house structures positioned along the sides of the hill. It is possible that houses were lined up along the perimeter of the site as a defensive measure, but it is unlikely that there was a defensive wall per se during the Islamic occupation of the site.

1989 EXCAVATIONS

The 1989 field season at Alcaria Longa took place between May 20 and July 27, 1989. Field work was devoted entirely to the excavation of a house compound discovered in Trench 1 during the 1988 season (discussed above). The purpose of this season's excavations was to

excavate a single house compound at the site in order to gain an idea of how individual households were organized spatially at the settlement. A second objective was to locate and excavate trash deposits associated with the house compound in order to gain an idea of what constitutes a typical ceramic assemblage of a household. Both these objectives were successfully completed.

A total of 128 square meters (including 14 square meters previously excavated in the 1989 season) were excavated in the Trench 1 area in order to uncover as completely as possible a group of house structures discovered in the Trench 1 sounding made during the 1988 season (Figure 4). These excavations revealed the remains of a single household compound consisting of two rectangular tile roofed structures and a small connecting room (probably for storage). The two house structures were organized around an unroofed patio area with a bedrock and flagstone surface.

Structure 1 was only partially uncovered, due to the presence of a large olive tree growing inside the extreme west end of the buried structure. However, by exposing the wall-tops of the structure in the unexcavated portion, we were able to ascertain that the entire structure was 11.2 m long and 2.8 m wide (interior dimensions). The structure was divided into three rooms by interior walls and doorway. The larger middle room (west end of excavated area) is 5.8 m long by 2.8 m wide and had a doorway leading to the patio area outside. A second room at the east end of the structure was smaller (2.5 m by 2.8 m) and had no direct exterior access. The third room of this long structure was revealed only by wall trenches, since there was a large olive tree growing there. The westernmost room of the structure was revealed only by wall trenches; it measured 1.8 by 2.8 m.

The floor area along the north wall of the east room of Structure 1 showed evidence of intense burning, with associated ash and charcoal deposits. Later excavation revealed the presence of two hearths lined with broken rooftile (denoted H1 and H2, Figure 4). The tile lining was covered by a thick (3 to 7 cm) layer of hard burned clay. The burned clay layer appears to be a functional part of the hearth. It is not completely certain at this point how the hearths were used. Fragments of Plainware Type I and II cooking pots are often found imbedded in the burned clay, so it is at least clear that cooking was done in the hearths. Also, animal bone fragments, some with cut marks, are often found mixed with associated ashes in these hearth features (animal bone analyses will be described in a future report). These alkaline ash deposits are in fact the only places where animal bones are recovered at the site. Elsewhere, the bones have disappeared due the very acidic soil conditions. There is no evidence of any kind of enclosure above the hearth surfaces that would have allowed them to be used as ovens. Nor were any domed ovens of the type commonly used in the area today found in the excavations, despite the fact that three complete house compounds have been excavated to date.

Two finger rings and a perforated silver Arabic coin (discussed in more detail below) were recovered directly on the floor of the northwest corner of this room, within the burned area. The interior floor of Structure 1 was covered with a thick

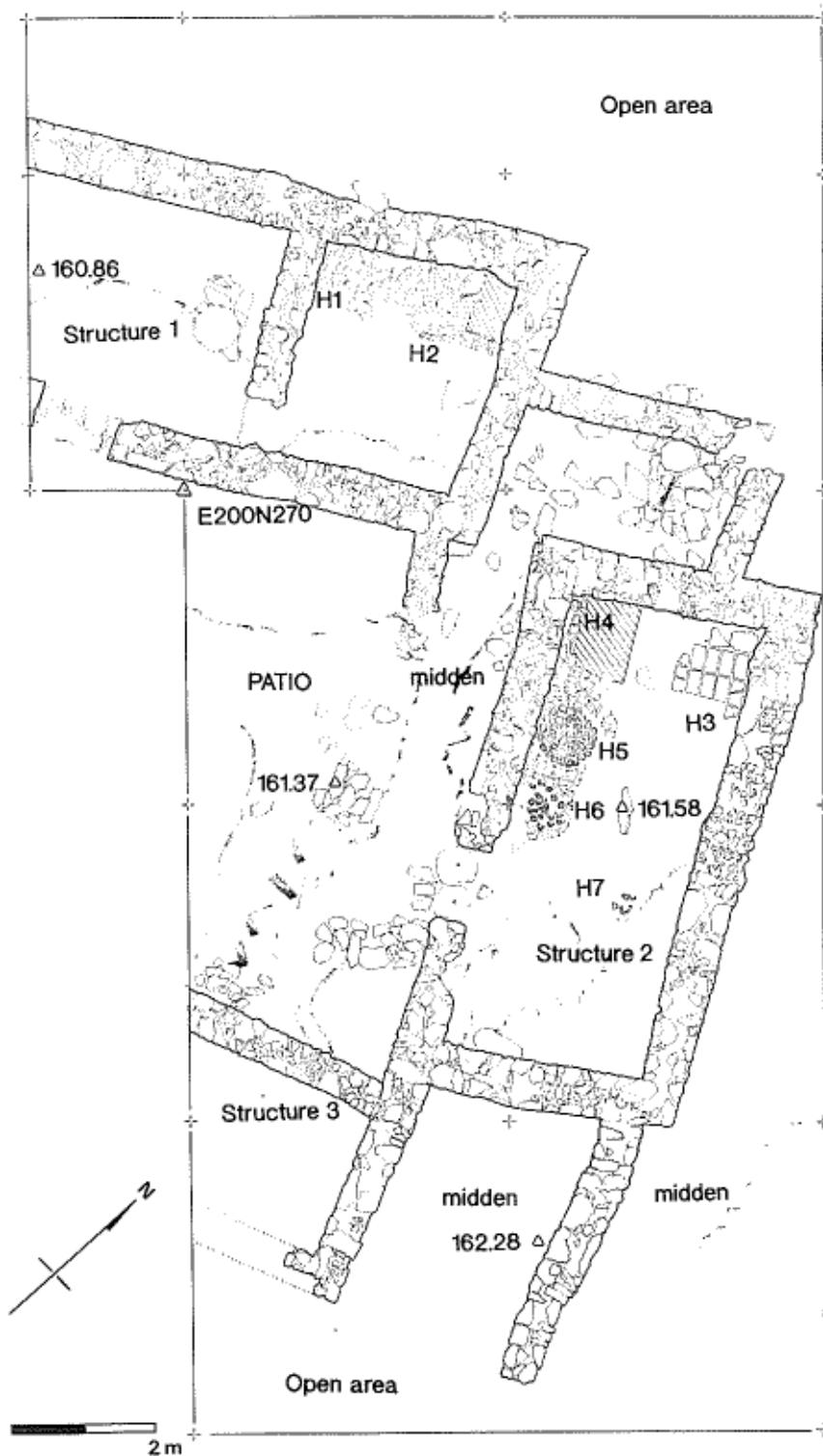


Figure 4: Plan of excavated house compound in Trench 1 area, excavated in 1989. H-numbers (H1, etc.) refer to hearths. Small hatched areas (as in H4) were burned areas left unexcavated for future sampling purposes. Elevations are in meters above sea level, based on benchmark (171 meters) located at summit of south hill.

layer of fallen roof tile. Four complete tiles recovered from this layer averaged 44 cm long, by 19 cm wide at the widest end and 13 cm wide at the narrowest end, and averaged about 3 kg in weight. Most of the tiles had zig-zag linear decorations on the top surface, made using the fingers while the tile was still wet. This type of tile is consistent with a time period spanning late Roman period through the beginning of the Almoravid period. Tile density by weight inside Structure 1 was 83 kg per square meter, suggesting that the structure decayed and collapsed with its roof still intact. This is in direct contrast to Structure 2, which had a tile density by weight of only 10.5 kg per square meter, indicating that the tiles from the roof of this structure were probably taken off and reused in another building after it was abandoned. Structure 2 is a smaller, single-room structure (interior dimensions 5.9 m by 2.4 m). This structure had a single door on the west side leading to the patio area, the threshold of which was built of two millstones.

Structure 2 appears to have been used for some kind of light manufacturing activity. There are five separate hearth areas located inside. Hearth 3 (H3, Figure 4) is lined with fired bricks. Hearth 4 appears to be another tile-lined hearth, covered with a thick layer of burned clay, identical to the two excavated in Structure 1. Next to it are two circular hearths (Hearths 5 and 6), side by side, lined with hand-sized quartz stones set in a circular pattern. These hearths are outlined by broken tiles. Hearth 7 is a smaller burned area set into the bedrock floor of the structure, again lined with quartz stones. The only artifact found associated with any of these features was a small bronze ring found in the ashes of Hearth 7. At this point, it is unclear what kind of activity was associated with these hearths. However, it looks as if the two buildings are associated with a single house compound, in which the larger, east - west oriented structure was used

for a living area, and the smaller north-south structure was used for some manufacturing activity. A nearly identical organizational pattern was revealed in two house compounds excavated in the 1990 season (to be described in a forthcoming publication). Charcoal, tile, brick and burned quartz samples were taken from all of the hearths for future thermoluminescence dating.

The floors of both structures were surfaced with a combination of packed clay, occasional flagstones, and the natural bedrock surface. The two larger structures are connected by a small rectangular structure (2.88 m by 1.48 m), which also had a tile roof, and was probably used for storage. Its only entrance was from the patio area.

In the southwest corner of the excavations, a small corner of a tile roofed structure (Structure 3, Figure 4) was uncovered (indicated by high density of rooftile found inside). This structure may, too, have opened onto the patio area, or it may pertain to a separate house compound with its own patio. Further excavations here in 1990 failed to clarify the structure's relationship to the other houses, due to the fact that it was very poorly preserved (being located on an incline in very shallow soil) and its proximity to a living olive tree.

CERAMICS

Pottery sherds recovered in excavation were given a preliminary ware classification based on paste and surface treatment to aid in the planning future research. All sherds were tallied by ware category and provenience unit (level-locus/square). The following is a descriptive list of the glazed and plainware types that were ultimately defined. A summary of ceramic ware counts by excavation unit is presented in Table 1.

Glazed wares. Eighty-five glazed sherds,

comprising 2.8% of the total sample of 3087 ceramic sherds, were recovered in excavation. The following glazed categories were distinguished in the preliminary analysis. These preliminary ware types will heretofore be referred to by a Roman numeral (e.g., Glazed Type I, Plain Type VI, etc.).

Glazed Type I. The two most common glazed types are the manganese-painted honey-colored wares (also called brown-on-gold, or melados). The brown-on-gold wares can further be roughly divided into two more or less distinct variants

WARE	TRENCH 1		TRENCH 3	E238N320
	1988	1989		
<u>Plainware</u>				
PLI	182	207	81	53
PLII	11	11	10	17
PLV	7	39	3	10
PLVI	444	917	534	264
PLVIA	0	0	1	123
PLVIII	3	0	4	8
PLXII	0	0	23	0
PLXIII	0	0	15	1
	647	1174	671	476
				34
<u>Glazed</u>				
GLI	19	12	10	7
GLII	1	3	5	9
GLIII	0	0	2	0
GLIV	0	0	3	1
GLVI	0	0	0	9
GLVII	0	0	0	1
GLVIII	0	0	0	2
GLIX	0	0	0	1
	20	15	20	30
TOTALS	667	1189	691	506
				34
				3087

TABLE 1: 1988-89 ALCARIA LONGA CERAMIC WARE COUNTS BY EXCAVATION UNIT

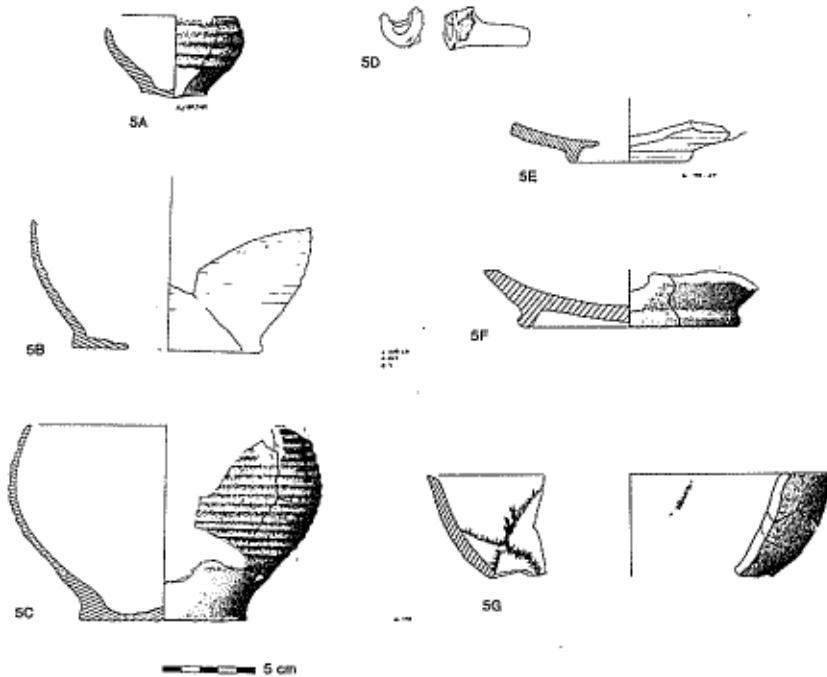


Fig. 5: Glazed wares recovered at Alcaria Longa. See text for details.

(Glazed Types I and II), which, from archeological evidence elsewhere, appear to be temporally distinct as well. Glazed Type I is the earliest and the most common variant in the excavated Alcaria Longa sample (48 pieces, comprising 56.5% of all glazed sherds). In Type I, the glaze usually pale greenish-gold in color, with a cream to light pink paste. The manganese painted designs are usually quite dark and have a runny appearance; however, the edges between the brown design and the gold background are usually quite distinct. The glaze is often quite thin; the coarse texture of the paste can be seen and felt under the glaze. Body sherds are often horizontally ribbed (Figure 5A-C), plates (5EF). There are also small bowls in this form (5G) and a few concical serving bowls, consistent with Caliphal vessel forms. A partially glazed lamp of the Caliphal style (5D) was recovered in the Trench 1 area.

Glazed Type II. The second brown-on-gold variant, and the second most common glazed ware at Alcaria Longa, appears to be a later type, probably dating to the later Taifal, Almoravid, and probably Almohad periods. Eighteen sherds, or 21.1% of all glazed wares, were recovered at Alcaria Longa. The glaze is a darker and richer gold and the paste is usually a darker pink or rose color. Glaze is typically thicker and shinier, completely covering the sandy texture of the paste. On examples with manganese painted designs, the border between brown and gold is less distinct, due to the thicker glaze, which caused the design to blur during firing. Forms are more often bowls and plates; there are few, if any, jars.

Glazed Type III. White tin-glazed interior and exterior, on a light pink paste (2

joinable pieces, found in Trench 2). These were rim/shoulder sherds of a carinated conical serving bowl.

Glazed Type IV. Dark green shiny glaze, with bright orange sandy porous paste. Form: large jug with loop handles. This ware appears to date to the Modern period.

Glazed Type VI. Clear lead glaze on a relatively thin ware of red paste (9 pieces, all found in Trench 3). This kind of ware is found in contexts dating roughly from the 14th century and continues to be manufactured into the 20th century. In our excavations, lead glazed ware was found only in Trench 3, in mixed fill or surface contexts. For example, one sherd was found in the same surface level as the terra sigillata piece; another was found just below the level that contained two pieces of modern glass. It is likely these pieces were deposited after abandonment of the village, for example, during olive harvesting activities.

Glazed Type VII. Green glazed exterior, white tin glaze interior (1 piece, Trench 3). Rim sherd of carinated conical bowl.

Glazed Type VIII. Very shiny yellow-gold opaque glaze on orangered paste. Two sherds were recovered in a surface level in Trench 3, at the very top of the hill. They are most likely from the 18th or 19th century.

Glazed Type IX. Green glaze both sides, red paste (1 sherd from the rim of a pot lid, Trench 3).

Plainwares. Plainwares comprised 97.2% of the 3087 sherds recovered in excavation.

Plain Type I. A coarse, sandy ware of dark reddish brown color, often with a black core (524 sherds, or 17.5% of all plainwares). Many body sherds have horizontal ribbing. Forms are usually large jars (8A) or cooking pots or casuelas; they often show signs of burning on the exterior.

Petrographic analysis of samples of this ware (as well as Plainware Type II below) by Dr. Elizabeth Garrett indicate the presence of

hornblend grains that probably derive from the weathered diorites from the area around Beja. The general appearance of this ware is similar to that of wares produced in Beringel today.

Plain Type II. This category comprises Type I wares that have been burnished on the interior or surface (54 sherds). Vessel forms are usually basins (alquidares; Figure 8E, 8D) and cooking pans (casuelas; 7F & J).

Plain Type V. Thin cream-colored to light pink wares (59 sherds). The cream color is often more pronounced on the weathered outer surface of the sherds; freshly broken interior surfaces are darker pink to orange. Forms are usually small jars or tankards (Figure 7I).

Plain Type VI. Porous orange plainware. This is the most common plain ware, comprising 72.7% of all plainwares (2184 sherds). Characteristically this ware has bright uniform orange color throughout and there is no core. Petrographic analysis indicates the presence of inclusions of low-grade metamorphic rock grains that possibly derive from the shale-schist bedrock found in the region. Sherds are typically very weathered and powdery, and are difficult to wash without leaving brush scars. A small percentage of the common wares had white-matte painted designs. White painted designs were limited to large storage jars (Figure 9A & B) or small one or two-handled tankards that were probably drinking vessels (Figure 6A). The majority of the Type VI ware sherds were of large storage or water jars such as those represented in Figures 8B & C and Figures 9A-B, or of small thinwalled tankards (jarritas, Figures 7A-E, 7G-H). In addition, a few common-ware carinated serving plates and small bowls were recovered (Figure 6B-D).

Plain Type VIa. A «hard orange» ware that resembles Type VI in paste texture (i.e., with the coarse-sand inclusions) but is much harder and less friable, possibly because it was fired at a higher temperature. Where it occurs, it seems

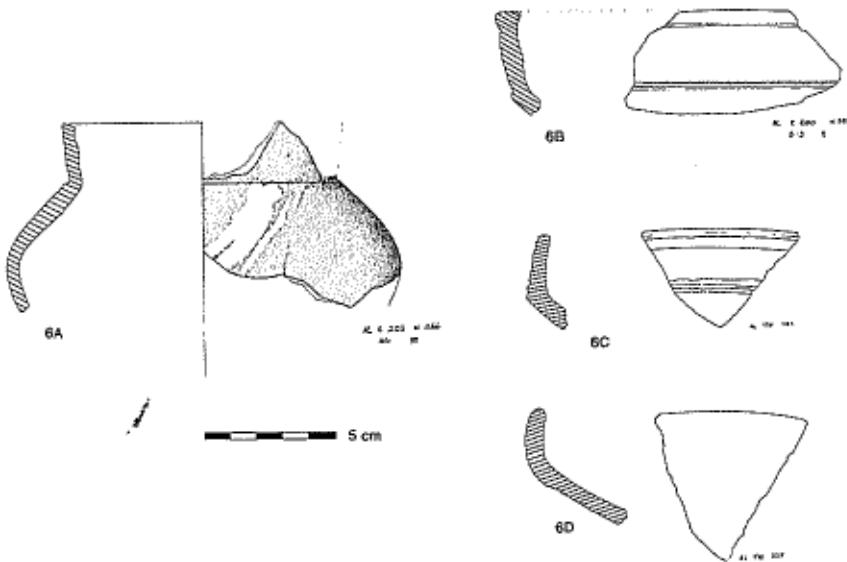


Fig. 6: White matte-painted tankard (jarrita) and plainware bowls and plates recovered at Alcaria Longa.

to replace the softer porous orange ware as the most common ceramic category. All but three sherds of this ware were recovered from Trench 3 (top of hill). Sherds were scattered across all units and levels, so it is unlikely that it is an isolated occurrence of one or two odd pots. Thus, it is potentially an important plainware category to study for possible chronological changes in manufacturing techniques.

Plain Type VIII. Hard, relatively high fired brownish gray ware (15 sherds). Most examples are jars with rounded bulging rims. Plain Type XII. Relatively thin, beige ware with larger inclusions. Twenty-three sherds, all from Trench 2, although in different units. Often with horizontal ribs. Exclusively jars.

Plain Type XIII. Bright reddish orange exterior with grey or beige interior (16 sherds). Fifteen of the sherds are from one midden deposit in Trench 2; one other sherd was recovered in Trench 3. Paste is sandy and soft, but very homogeneous and uniform in thickness.

Terra sigilata. One sherd of terra sigilata was recovered from the surface level of E206 N200, in Trench 3 (top of hill). The sherd is part of the base of a large plate. António Dias Diogo, a colleague who is a specialist in Roman pottery and has studied the Roman pottery recovered at Mértola, has tentatively identified the piece as having been manufactured in southern Gaul during the early part of the 1st century. This sherd indicates a Roman period occupation for at least the hilltop area of the site. It brings up the possibility that some of the plainware is from Roman period as well.

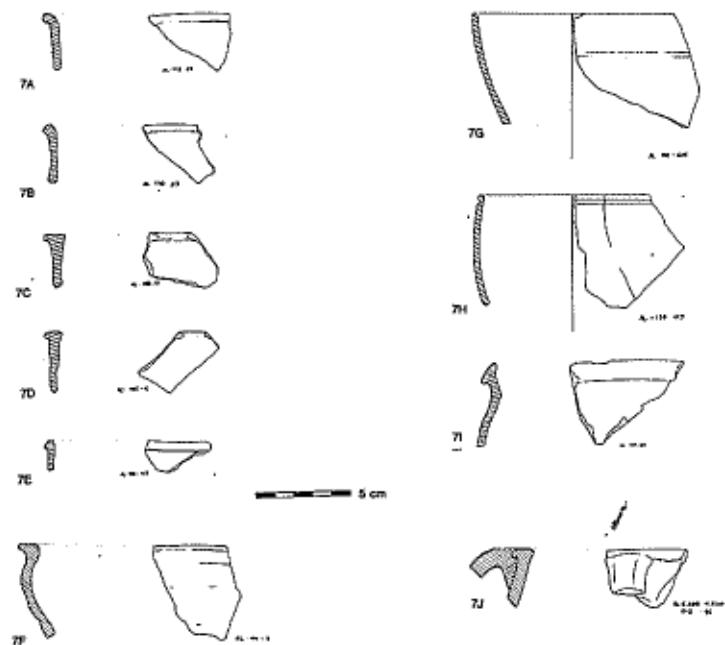


Fig. 7: Tankards and cooking vessels recovered at Alcaria Longa.

Areal Distribution of Ceramic Wares. The ceramics recovered from the Trench 1 area in 1988-89, considered as a separate group, differ in composition from the other areas of the site (refer to Table 1). First, and most importantly, only Glaze Type I and Glaze Type II sherds are found in this area, despite the fact that 35 of a total of 85 glazed sherds recovered overall (41.2%) were from this area (1856 of the 3087 sherds recovered were from this area). All of the other glaze types, which are all later types (that is, 12-13th through 20th century) were found in the Trench 3 excavations on top of the hill (except for the tin-glazed carinated bowl rim, found in Trench 2). Of the 35 Glaze I and II sherds found in the Trench 1 area, 31 are Glaze Type I, which is the glaze type associated with the Caliphal and early Taifal periods. Furthermore, nearly all of the least common plainware types (PLVIA through PLXIII) are found in either in Trench 2 or Trench 3, suggesting that they, too, are later types. The 1990 excavations in the Trench 1 area, which uncovered two additional house compounds and produced approximately 2000 additional sherds, did not change this overall picture; no glazed wares other than Type I and II were found there.

It is also important to note that nearly all of the sherds recovered from the Trench 1 excavations derive from distinct, buried, relatively undisturbed midden deposits. In contrast, ceramics recovered from Trenches 2 and 3 were often disturbed by plowing. For example, in Trench 3, terra sigilata was found in the same levels as modern glass and lead-glazed redware.

From this, we can conclude that the Trench 1 area of the site is a relatively

undisturbed area of the site that was in all probability occupied mainly during the Caliphal-Taifal period, and was abandoned before or during the Almoravid period, a conclusion that is consistent with the thermoluminescence dates (described below). Later ware types recovered at the site appear to be associated with the small fortification located on the summit of the south hill (Trench 3), or with even later, desultory depositional activities associated with sheepherding or olive harvesting.

OTHER ARTIFACTS

Glass. Four fragments of a single yellowish-green glass vessel were recovered in a midden-like deposit in unit E203 N264, Level 3, of Trench 1. The vessel is probably a small thin-walled bulbous bottle or jar. Although further comparative study is needed, the ware is consistent with glass wares of the Islamic period elsewhere. Two chips of modern decolorized glass were recovered from a surface level of Trench 2.

Metal. Fifty three pieces of iron were recovered in excavation. Of these, 46 pieces were found in Trench 1, in midden deposits spread across 4 units. Most of the pieces were completely mineralized fragments, unrecognizable as to form (Figure 10A-C). The few recognizable forms were of nails or spikes (Figure 10D-F). Three nails were found near the foot of the mill stone threshold, and may have been part of the door way.

Bronze artifacts include a bronze spindle-whorl (Figure 10G) that was recovered in the midden to the south of Structure 2 and a ring shaped object recovered from Hearth 7 in Structure 2.

Perhaps the most interesting metal artifacts recovered were two finger rings and a silver Arabic coin that had been perforated to make a

button (Figure IIA & B and 10H (=IIB). The rings are made of a silver-copper alloy and each is set with what appear to be glass stones, although positive identification awaits further analysis. The silver coin was unfortunately damaged to the extent that a positive identification of the ruler and the date has not yet been made, but stylistically, the coin is consistent with the Taifal or Almoravid periods. It certainly predates the Almohad period. A similarly perforated coin, probably minted in the Caliphal period, was recovered in a house compound just to the south of this area during the 1990 excavations.

These three objects were recovered together in a group on the floor of the smaller room of Structure 1, within the burned area. They appear to constitute part of a woman's jewelry, left inside the structure at the time of abandonment. This may be evidence of a rather hasty abandonment of the site, possible during a time of warfare, but we will need to excavate more houses to see if there is further evidence of such a situation. The perforated coin is similar to the kind of jewelry worn by Moroccan Berber women, who «wear» their dowry prior to marriage. This may be an indication that dynastic coinage was used here in different kind of economic context than it was originally intended, possibly indicating a relatively autonomous, tribal-like economy at this rural settlement.

Slag. Several pieces of iron-rich slag were recovered in excavation. The slag appears to be from iron smelting, and probably indicates some smelting was done on the site.

Thermoluminescence Dates. Three preliminary thermoluminescence dates were run at the Thermoluminescence Laboratories, University of Durham, England, under the direction of Dr. Ian Bailiff. These are low accuracy survey dates run primarily to determine whether the materials recovered at Alcaria Longa were suitable for further analysis. A series of between 10 and 20

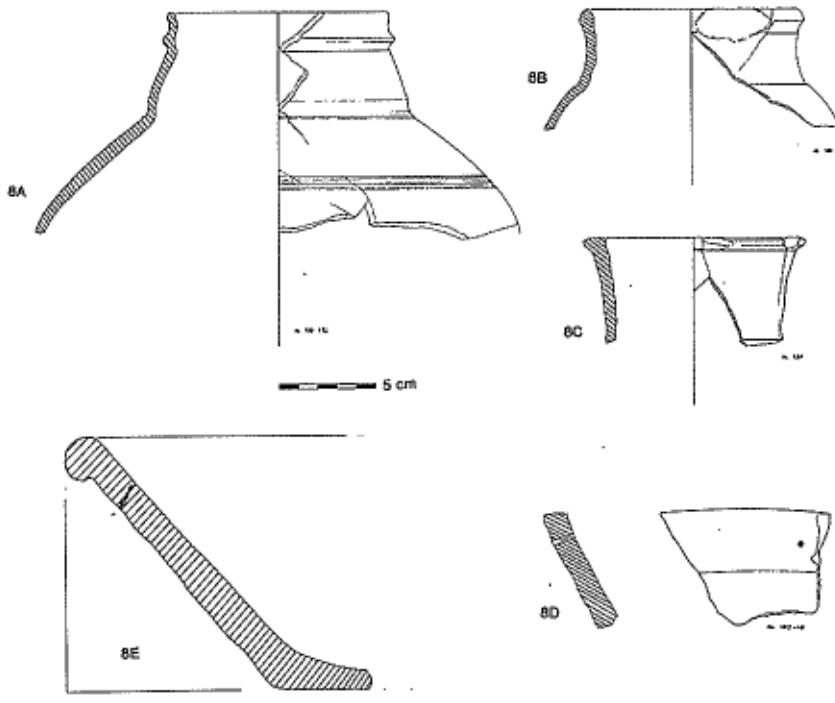


Fig. 8: Large jars and basins recovered at Alcaria Longa.

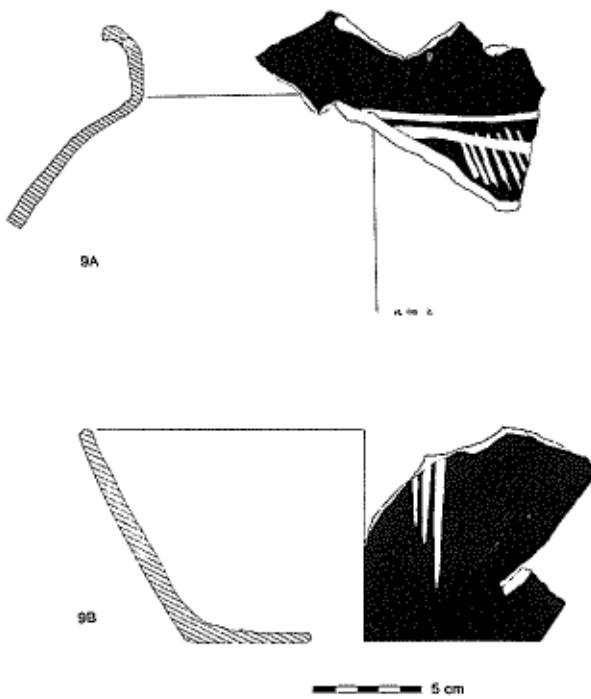


Fig. 9: White matte-painted plainware jars recovered at Alcaria Longa. The two pieces are not from the same vessel.

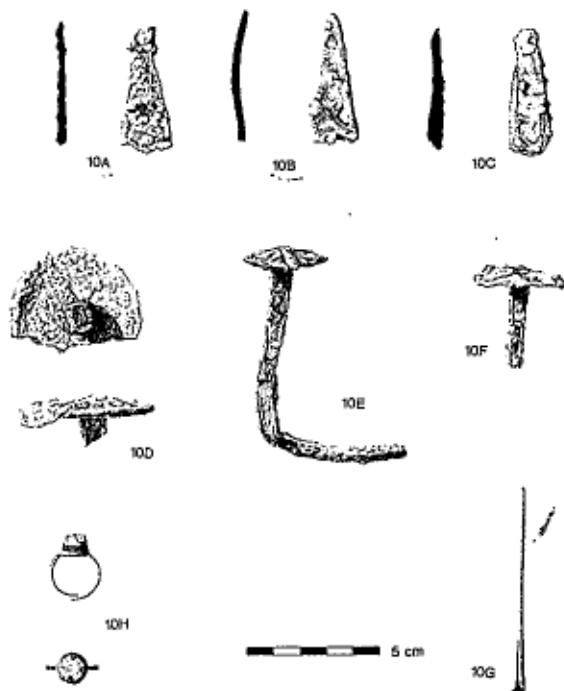


Fig. 10: Metal artifacts recovered at Alcaria Longa.

higher accuracy dates are currently being processed, and will be published at a later date.

The three preliminary dates are listed below:

The burned clay sample (TL-4) appears to have some properties that make it unsuitable for thermoluminescence dating; we are currently conducting further analyses to determine what the problem is. The 410 AD date is almost certainly

Alcaria Longa Reference	Durham Reference	TL Date (years)
TL-4 E202N272 2-3 Burned clay, Hearth 1, Structure 1	Dur90TL140-ASfg	410 AD +/-320
TL-6 E204N260 0-2 Base sherd of melado jar, midden south of Structure 2	Dur90TL140-BSfg	1080 AD +/-180
TLia E200N262 0-1 Roof tile, Structure 3	Dur90TL140-ASfg	1060 AD +/-190

inaccurate, given what we know about the other time markers on the site. The rooftile and the melado sherd fall within the expected age of the occupation.

CONCLUSIONS

Overall, the excavations at Alcaria Longa reveal a rural settlement occupied during for relatively brief period spanning the Caliphal, Taifal, and possibly the early Almoravid periods (10th to the 12th centuries). Excavations on the top of the south hill suggest a fortification structure that may have been occupied into the early mid-13th century. There is no evidence of permanent occupation of the site after this time. A single terra sigillata sherd and several other possible Roman common ware sherds may indicate a light occupation during the Roman period, but there is no indication of occupation between the Roman and Caliphal periods. The household compound excavated in the Trench 1 area consisted of two long, dry-stone masonry, tile roofed structures built at right angles to each other, enclosing an open patio area. The east-west oriented long structure (12 meters by 3 meters) was apparently used for a living area. The smaller north-south oriented structure (6 by 2.6 meters) was apparently used for light manufacturing activities. Two other compounds adjacent to this one were excavated in 1990, and were organized exactly the same way (to be described in a forthcoming report).

Although analyses of ceramic production is still underway, preliminary results indicate that the majority of the plainware (Plainware Type VI) recovered at the site was made from clays that could have been obtained locally. A smaller proportion of the wares (Plainware Types I and II) are consistent with clays of volcanic origin found around Beja.

Acknowledgments: The 1988 and 1989 excavations were carried out in collaboration



11A



11B

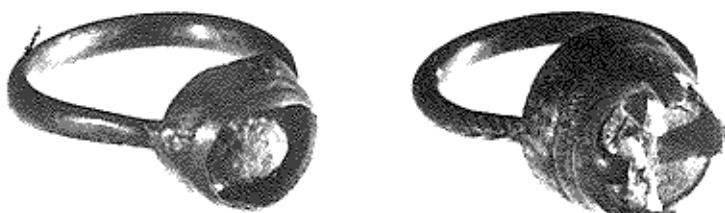


Fig. 11: Perforated silver Arabic coin and two finger rings recovered from Structure 1 at Alcaria Longa.

with Campo Arqueológico de Mértola, under the direction of Dr. Cláudio Torres. His advice and assistance in all phases of the project were indispensable. Funding for the project was provided by the National Science Foundation (USA) and the University of New Mexico. Tools and other logistical support

were generously provided by the Câmara Municipal de Mértola and by CAM. The assistance of Miguel Rego (1988) and Manuel Passinhas (1988-89), of CAM, is especially appreciated. UNM graduate students David Batten (1988), Heidi Reed (1988) and Martha Boden (1989) assisted in the excavations and preliminary analyses. The hospitality and assistance of Sr. Jacinto Rosa and his family, of Alcaria Longa, are greatly appreciated. Architectural and artifact drawings were patiently prepared by my wife, Celeste Meneses Boone.

ALMOCAVAR DE MOURA LOCALIZAÇÃO E EPIGRAFIA

ARTUR GOULART DE MELO BORGES

SANTIAGO MACIAS

Em princípios de Agosto de 1970 procedeu-se à obra de ampliação de uma oficina de reparação de automóveis localizada na Rua do Sequeiro, em Moura, tendo surgido nesse local um conjunto de sepulturas que foram na altura datadas da época visigótica ou dos inícios do período islâmico e no qual estariam, em princípio, sepultados «elementos árabes», de acordo com o *Diário do Alentejo* de 7/8/1970.

Um estudo atento da localização do suposto cemitério visigótico, conjugado com a análise do mapa elaborado por João da Mouca nessa altura, permite-nos perspectivar o problema de uma forma diferente e propor a classificação do achado como sendo o almocavar (árabe al-maqbara) ou cemitério islâmico de Moura.

1. CEMITÉRIOS ISLÂMICOS

Os cemitérios islâmicos seguiram, na Península Ibérica, a tradição romana e paleocristã de proceder à inumação dos cadáveres fora das portas da cidade, junto às estradas. A cidade dos mortos ficava, assim, completamente separada do ponto de vista físico do mundo dos vivos.

A informação que se dispõe sobre os almocavares peninsulares não é abundante: para além das referências documentais recolhidas por Torres Balbás (1985: 235-280) são poucas as necrópoles escavadas de forma sistemática e publicadas - Murcia (Navarro Palazon, 1985: 8-34), Toledo (Juan Garcia, 1985: 641-654), Castell de la Suda - Tortosa (Curto Homedes, 1985: 655-665), Cabezo de Aljezar - Murcia (Sanchez Pravia, 1987: 149-156) e Calatrava la Vieja (Prieto Vasquez, 1988: 125-135) são alguns dos escassos exemplos existentes. Em Portugal, o panorama é significativamente pior: para além da referência ao almocavar de Lisboa (Torres Balbás, 1985: 239), o qual dava o nome a uma das portas da cidade, temos aparentemente confirmados dois enterramentos islâmicos em Conimbriga (Retuerce Velasco, 1987: 75), bem como a localização do cemitério islâmico de Mértola, situado sobre as antigas basílica e necrópole paleocristãs (junto à via para Beja), e presentemente a ser escavado pelo Campo Arqueológico de Mértola.

No período pós-Reconquista dispomos ainda de referências documentais aos cemitérios das comunidades mouras de Elvas (Barros, 1936: 211-212), Colares (Viterbo, 1907: 252) e Lisboa (Viterbo, 1907: 247).

São mais frequentes as referências a lápides funerárias, as quais indicam, certamente, o local de outras tantas necrópoles: Alcácer do Sal, Beja, Castro da Cola, Évora, Frielas, Lisboa, Ourique, Salir e Silves (Barceló, 1987), havendo ainda a registar o aparecimento de uma lápide funerária, que se encontra inédita, nas escavações do Castelo de Noudar.

2. RELATOS SOBRE O ACHADO

As descrições do achado arqueológico de Moura são curtas e imprecisas não tendo sido possível localizar qualquer registo que contribua para uma interpretação rigorosa. O presente trabalho assume, neste ponto, contornos que se aproximam mais do método dedutivo policial do que de investigação científica...

Faltam designadamente informações sobre a extensão da necrópole, sobre o número de enterramentos (o mapa existente regista apenas nove sepulturas mas há razões para crer que muitas outras terão sido destruídas).

Não foi possível localizar o espólio osteológico e a documentação fotográfica a que alude o *Diário do Alentejo*, (11/11/70), baseando-se o presente estudo no mapa elaborado na altura, e em dois dados que assumem, conforme veremos, particular importância:

- A posição dos corpos, descrita nas notícias jornalísticas como «violentas»
- A pouca largura das sepulturas, facto atribuído a um hipotético enterramento no local de «mutilados ou condenados».

A descoberta de várias epígrafes funerárias árabes ocorrida de forma accidental e em diferentes épocas a curta distância deste local reforça seriamente a hipótese de se estar perante o cemitério islâmico de Moura.

3. ALMOCAVAR DE MOURA

A localização deste conjunto de nove sepulturas (à saída da cidade, junto à antiga estrada para Évora) (fig. 1) constitui, à partida, um indicador de que se poderia estar em presença de uma necrópole romana ou islâmica. Dados complementares levam-nos a optar por esta segunda hipótese:

1: A orientação das sepulturas, dispostas na direcção SW-NE, é tipicamente islâmica, conforme se pode constatar nos

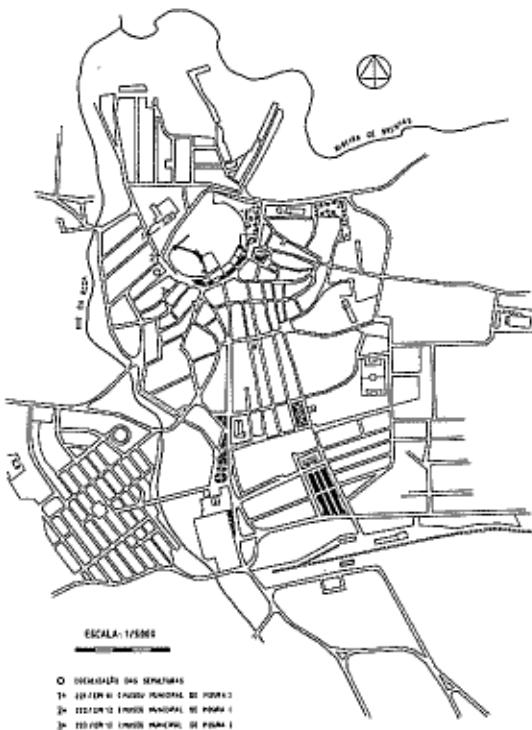


Fig. 1: Mapa de Moura.

almocavares já escavados e acima mencionados.

Os corpos teriam sido depositados na posição decúbito lateral direito, com a cabeça a SW e voltada para nascente. Tal facto invulgar para os jornalistas da altura, tê-los-á levado a classificar tal forma de inumação como «violentas» (figs. 2 e 3).

2: A pouca largura das sepulturas (0.35m) é um facto decorrente dessa forma de enterramento.

Essa hipótese é-nos confirmada pelos dados doutras estações arqueológicas peninsulares: em Calatrava la Vieja, as sepulturas têm 0.30m de largura e em Cabezo de Aljezar entre 0.27m e 0.40m, medidas que se aproximam das de Moura.

Também o comprimento das sepulturas de Moura (1.70m) é semelhante ao de Calatrava la Vieja (1.60m e 1.80m), o mesmo se verificando em relação à profundidade dos enterramentos: 0.40m em Moura, entre 0.35m e 0.65m em Cabezo de Aljezar e 0.25m e 0.30m em Calatrava la Vieja.

Não nos é possível avançar com qualquer hipótese em relação à tipologia de construção das sepulturas de Moura: a referência a «tijolos» surgida no *Diário do Alentejo* (11/11/1970) é insuficiente para tirar quaisquer conclusões, o mesmo se passando em relação à «sepultura coberta» referida no mapa.

As notícias jornalísticas mencionam ainda a existência de corpos mutilados. Não se especifica que tipo de mutilação se verificou, nem se avançou qualquer proposta de explicação para esse facto. Tanto quanto nos é dado ver, poderão ser atribuídas a uma possível sobreposição de enterramentos ou, inclusivamente, à danificação das ossadas durante a escavação.

4. EPIGRAFIA

Em locais relativamente próximos do almocavar (ver mapa anexo) foram encontradas três lápides árabes que tudo leva a crer lhe tenham pertencido. Estão hoje expostas no núcleo islâmico do Museu de Moura.

São conhecidas em Moura outras três lápides com inscrições árabes. Uma, hoje na fonte do castelo, é a inscrição comemorativa da construção duma torre por Al-Mu^ctidid, filho do fundador da dinastia dos abádidas de Sevilha, após a conquista de Moura, e é datável de 444 H/1052 JC. As outras duas foram encontradas, uma na Ladeira do Carmo e outra na Quinta dos Frades, no início dos anos 40 e referenciadas pelo Dr. Fragoso de Lima (1944) como inscrições tumulares. Infelizmente, acabaram por desaparecer sem terem sido estudadas e publicadas.

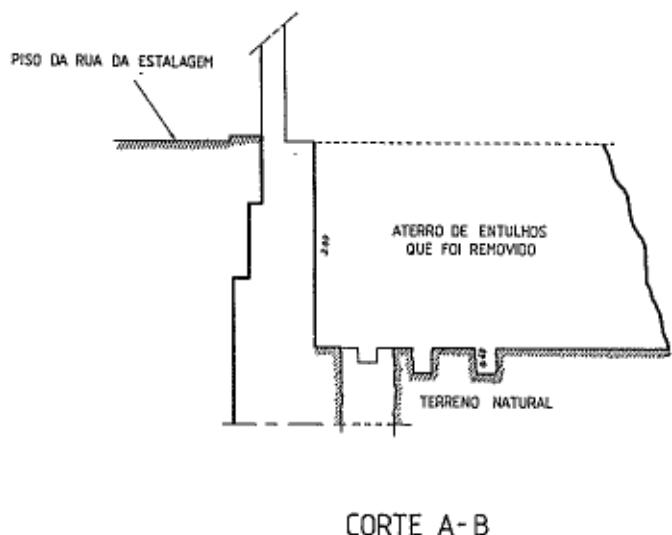


Fig. 2: Mapa da necrópole (corte).

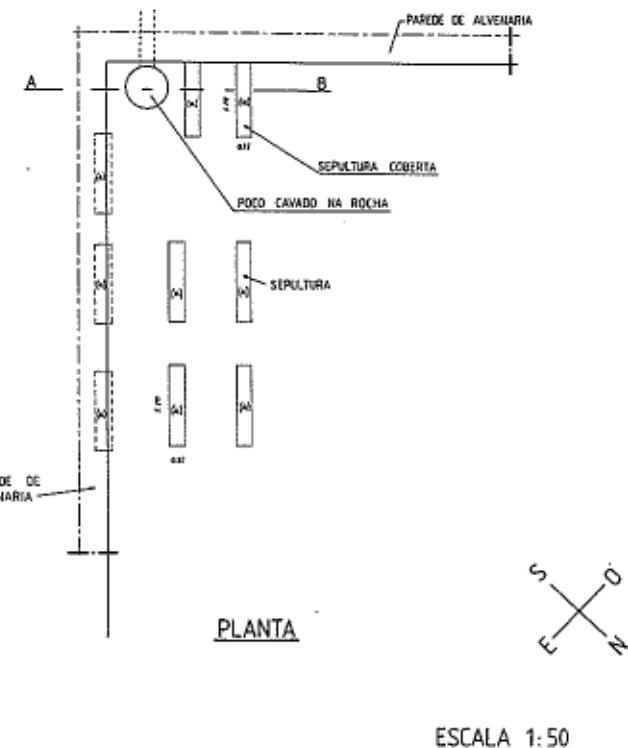


Fig. 3: Mapa da necrópole (planta).

4.1. Lápide (nº inv. 222/EPI 12) (Fig. 4)

Trata-se duma lápide de 40x46 cm, com 6 cm de espessura, fragmentada do lado direito e totalmente preenchida pela inscrição em cinco linhas, em cílico simples, de paginação pouco cuidada. Infelizmente, o mau estado de conservação, com um desgaste irregular e inúmeras fracturas do relevo, tem dificultado até agora a sua leitura. Apenas o tipo de letra, das poucas totalmente completas, permite avançar, embora com reservas, uma datação entre os finais do séc. XI e meados do XII.

4.2. Lápide com dupla inscrição (nº inv. 223/EPI 13) (Fig.s. 5 e 6)

Fragmento de 25x33 cm com 6 cm de espessura, epigráfico nas duas faces, com parte das duas primeiras linhas e vestígios de uma terceira, escrito num cursivo muito rudimentar com dimensão desproporcionalada de algumas letras, formato anguloso do *Wāw* e *qāf* e uso de sinais diacríticos.

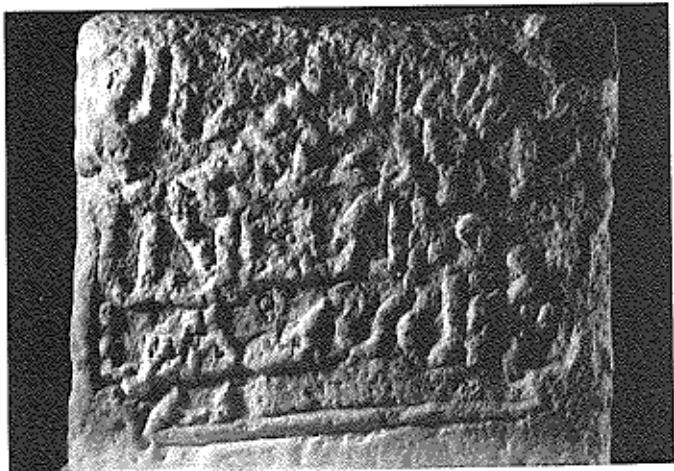


Fig. 4

Face A — *Não há vencedor senão Deus e não há força e não há poder senão em Deus.*

Face B — *Não há Deus senão Deus e Muhammad o enviado de Deus.*

1 لا غالب إلا الله
 2 حمول ولا قوه
 3 [مُحَمَّدٌ عَلَيْهِ السَّلَامُ]

1 لا غالب إلا الله
 2 رسول الله
 3 [...]

Fig. 5



Para além da profissão de fé de todo o muçulmano, na face B, lê-se na face A o lema dos reis de Granada. É uma frase que começa a ser utilizada como tal após a rendição de Sevilha em 1248, quando Ibn Ahmar retorna vencedor a Granada, o que permite datar esta lápide dos finais do séc. XIII ou talvez já do XIV.

O uso deste lema, com um relevo semelhante à aclamação de fé tradicional, é significativo nas comunidades mouras situadas em território cristão, o que de alguma maneira demonstra a influência e provavelmente até as estreitas relações mantidas com a comunidade granadina.

Exemplo característico é a do castelo do Alandroal, no início do séc. XIV, que começa com o lema dos reis de Granada em árabe transcrito em letras latinas e termina já em português «por quem ele for, esse vencerá, eu mouro Calvo fui mestre de fazer este castelo de Landroal» (Vasconcelos, 1916: 177-179; Espanca, 1978: 7).

Uma lápide como esta, gravada nas duas faces, foge ao procedimento habitual. Poderia tratar-se ou de um mero ensaio de escrita ou talvez duma lápide funerária, que pela colocação na vertical junto à sepultura permitia uma leitura nos dois lados, embora, mesmo neste caso, seja na verdade uma exceção.

4.3. Epitáfio de Ismā'īl b. Abi Abd Allāh al-Ansārī (nº inv. 221/EPI 11) (Fig. 7)

Lápide rectangular, com as dimensões de 40x45 cm e a espessura de 7 cm, partida no canto superior esquerdo, o que impede a leitura pelo menos do final da primeira linha. A inscrição tem um total de cinco linhas, num cursivo pouco

Fig. 6



elegante com um alinhamento irregular. Apresenta algumas características magrebinas, tais como a colocação do diacrítico no *fâ* e a forma do *dâl*.

Embora a compressão e indefinição de algumas letras dificulte a leitura (1), parece ser esta a mais provável:

1. توفي [ال]...
 2. ابوالوليد اسما [صل]
 3. ابن ابي عبد الله
 4. الانصاري في السابع عشر
 5. لشعبان تسعه و سبعين و سبعمائة

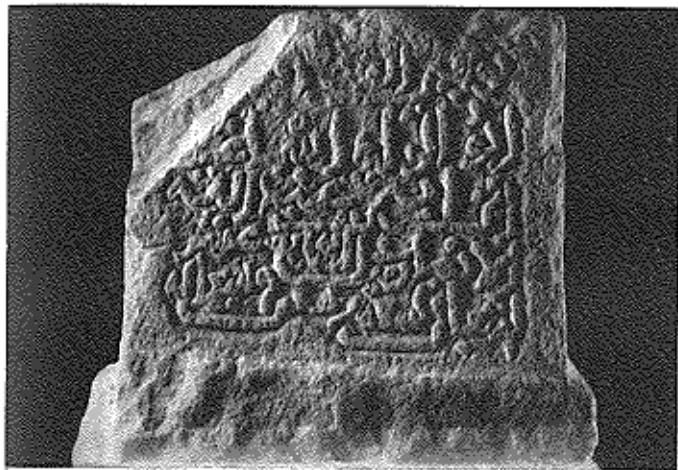


Fig. 7

Morreu [...] Abu al-Walid Ismâ'îl b. Abi Abd Allâh al-Ansâri em dezassete de Sa'ban de setecentos e sessenta e nove.

É um epitáfio de um desconhecido que, todavia, deixa entrever pela *nisba* — al-Ansâri — a origem nobre do seu possuidor. É uma *nisba* não muito frequente na epigrafia peninsular, mas que aparece em Almeria (Ocaña Jimenez, 1964: 23, 34 e 42) e Mértola (Barcelo, 1987: 412).

Quanto à datação, 17 de Sa'ban de 769, corresponde no calendário cristão a uma sexta-feira, 7 de Abril de 1368. Estava então em pleno florescimento o reino de Granada e em Portugal reinava D. Fernando. Moura, reconquistada definitivamente em

(1) — Pelo apoio prestado, um agradecimento especial ao Prof. Doutor Adel Sidarus, da Secção de Estudos Árabes da Universidade de Évora.

1232, mantinha uma forte comunidade moura de que são testemunho os documentos reais a ela destinados, sobretudo no reinado de D. Dinis. Esta inscrição vem confirmar a importância dessa comunidade muçulmana e manifestar a permanência de costumes e de língua própria no que respeita à sepultura. Esta lápide e uma de Lisboa (Moita, 1967: 81-86) são até à data os dois únicos testemunhos epigráficos datados das comunidades mouras do século XIV em território português.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELÓ, Carmen e LABARATA, Ana 1987, «Inscripciones árabes portuguesas: situación actual» in *Al-Qantara*, vol. VIII, Madrid, pp. 395-420.
- BARROS, Henrique da Gama, 1936, «Comunas de judeus e comunas de mouros» in *Revista Lusitana*, vol. XXXIV, Lisboa, Liv. Clássica Editora, pp. 168-265.
- CURTO HOMEDES, Albert et alii, 1985 — «El cementerio musulmán del castell de la Suda Tortosa (Tarragona)» in *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, T. III, Zaragoza, pp. 655-665.
- ESPANCA, Túlio, 1978, *Inventário artístico de Portugal - distrito de Évora*, Vol. I, Lisboa.
- JUAN GARCIA, António de, 1985, «Enterramientos medievales en el circo romano de Toledo: estudio tipológico» in *Actas del I Congreso de arqueología Medieval Española*, T. III, Zaragoza, pp. 641-654.
- JORGE ARAGONESES, Manuel, 1966, *Museo de la muralla árabe de Murcia*, Madrid.
- LIMA, José Fragoso de, 1944, «Plano do arrolemento dos monumentos do concelho» in *Jornal de Moura*, nº 832 (4/3/44).
- MOITA, Irisalva, 1967, «Lápide funeraria proveniente dum almacavar de Lisboa.» in *Revista Municipal*, 28 (114-115), Lisboa, pp. 81-86.
- NAVARRA PALAZON, Julio, 1985, «El cementerio islámico de San Nicolas de Murcia — memoria preliminar» in *Actas del I Congreso de Arqueología Medieval Española*, T. IV, Zaragoza, pp. 8-34.
- OCAÑA JIMENEZ, Manuel, 1964, *Repertorio de inscripciones nobres de Almería*, Madrid, Granada.
- PRIETO VAZQUEZ, Germán et alii, 1988, «Dos tumbas de la maqbara de Calatrava la Vieja» in *Boletín de Arqueología Medieval*, nº2, Madrid, pp. 125-135.
- RETUERCE VELASCO, Manuel, 1987, «El templen. Primer testimonio del telar horizontal en Europa?» in *Boletín de Arqueología medieval*, nº 1, Madrid, pp. 71-77.
- RETUERCE VELASCO, Manuel e CANTO GARCIA, Alberto, 1987, «Apuntes sobre la cerámica medieval a partir de dos piezas fechadas por monedas» in *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Vol. III, Madrid, pp. 93-104.
- ROSSELÓ-BORDOY, Guillermo, 1989, «Almacabras, ritos funerarios y organización social en Al-Andalus» in *Actos del III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Vol. I, Oviedo, pp. 151-168.
- SANCHE PRAVIA, José et alii, 1987, «Una necrópolis musulmana en el Cabezo de Aljezar (Ricote, Murcia)» in *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Vol. III, Madrid, pp. 149-156.
- TORRES BALBAS, Leopoldo, 1985, *Ciudades hispanomusulmanas*, 2^a ed., Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1916, «Entre Tejo e Odiana», *O Arqueólogo Português*, Vol. XXI, pp. 152-195.
- VITERBO, Francisco de Sousa, 1907, «Ocorrências da vida mourisca», *Arquivo Histórico Português*, Vol. V, Lisboa, pp. 247-265.
- Diário do Alentejo — 7/Agosto/1970 e II/Novembro/1970.
- Jornal de Moura — 19/Setembro/1970.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CASTELO DE JUROMENHA

PRIMEIROS RESULTADOS

FERNANDO BRANCO CORREIA

CHRISTOPHE PICARD

RESUMO

Os responsáveis pela equipa luso-francesa apresentam os principais resultados obtidos após dois anos de intervenções arqueológicas no castelo de Juromenha. Esses resultados dizem respeito aos conhecimentos que as muralhas (e, especialmente, as zonas em taipa) fornecem para a compreensão da ocupação islâmica do local, bem como aos resultados obtidos através de sondagens arqueológicas. A este último nível, o que até agora de mais concreto se obteve, a nível da ocupação medieval, foi o descobrimento da entrada sul do recinto, para além do aparecimento de fragmentos de cerâmica islâmica, posterior ao século X.

Todos estes elementos são enquadrados, na parte inicial do trabalho, por uma série de informações baseadas em fontes árabes e que poderão ser de grande importância, não só pela informação que em si encerram, como pelas hipóteses que a partir delas se podem levantar.

Embora centrado no período medieval, os trabalhos arqueológicos têm dado a conhecer importantes elementos para a compreensão da ocupação de Juromenha, tanto anterior, como posterior à Idade Média.

Juromenha é uma pequena povoação situada na extremidade norte do distrito de Évora. Localiza-se na margem direita do rio Guadiana, 15 km a sudoeste de Elvas e a menos de 30 km de Badajoz.

A fortificação, que domina o aglomerado populacional, está construída sobre

um promontório, a 250 metros de altitude, dominando o Guadiana a este e a sul — elevando-se 65 m acima deste — e a ribeira de Mures a norte (fig. 1).

Desde 1988 que têm tido lugar na fortificação de Juromenha intervenções arqueológicas levadas a cabo por uma equipa luso-francesa dirigida, no campo, pelos autores do presente artigo.

As intervenções arqueológicas surgem enquadradas por um projecto de investigação centrado no período medieval e, mais especificamente, na ocupação islâmica.

A evidência dessa ocupação islâmica assentava essencialmente em dois factores: os importantes vestígios das fortificações em taipa, de aparência islâmica, e as referências a Juromenha contidas em algumas crónicas islâmicas medievais.

Do projecto de intervenção arqueológica constava também a execução de um levantamento rigoroso de uma planta do recinto

medieval (as plantas disponíveis, até à altura, não eram suficientemente esclarecedoras), bem como a realização de análises químicas a amostras de taipa.

Os resultados que agora se apresentam não são ainda uma conclusão; representam, sobretudo, um ponto da situação e uma organização de questões que se levantaram previamente e/ou se levantam com o evoluir dos trabalhos.

1. JUROMENHA ANTES E DURANTE A ÉPOCA ISLÂMICA

A fortificação encontra-se implantada de forma dominante em relação ao Guadiana e à ribeira de Mures, enquanto que a norte oferece um acesso relativamente fácil a partir do actual aglomerado. O local é, na verdade, favorável para uma instalação militar.

Esta invejável situação estratégica explica a sua provável ocupação permanente, pelo menos desde o período romano até aos nossos dias.

Aliás, sob o ponto de vista militar, como melhor se verá adiante, a sua importância é reconhecida até ao século XIX, tendo feito parte do teatro das operações da «Guerra das Laranjas».

Juromenha deve ter tido uma importante ocupação durante o período romano, como o atestam várias inscrições encontradas no local e nos seus arredores (1) e, segundo alguns autores referem, teria sido fundada em 54 a.C. pelas tropas de Júlio César, com o nome de *Julii Moenia* (2). O reaproveitamento, numa das torres de alvenaria da fortificação medieval, de três pedras de aspecto marmóreo, decoradas com elementos típicos do período visigótico, leva a concluir da continuação da ocupação do local durante um período que pode ir dos séculos VI ao VIII, por uma comunidade de contornos ainda mal definidos.

No entanto, para o período medieval islâmico, as fontes escritas concedem-nos impor-

tantes informações. Embora seja desconhecida qualquer referência árabe a Juromenha durante os séculos VIII e IX, o local é suficientemente importante no século X para que Ibn Hawqal, que visita a Península Ibérica em 948, cite *Julumaniya* nos seus itinerários, entre Santarém e Elvas-Badajoz (3). Outros autores, mais tardios, referem-se também à existência da localidade, como Ibn Sahib as-Sala ou Ibn Sa'id (4).

Contudo, a mais interessante menção a Juromenha é a de Ibn Khaldun que refere *Julmaniya* por duas vezes, a propósito da disputa da região por portugueses e almóadas. Em 1167, «o inimigo maldito (Giraldo Sempavor ao serviço de D. Afonso Henriques) tinha surpreendido sucessivamente as cidades de Trujillo, Évora, a fortaleza de Juromenha, situada face a Badajoz». No ano de 1191, Ibn Khaldun cita de novo a praça aquando de uma ofensiva de Abu Ya'qub al-Mansur (5).

A primeira referência do grande sociólogo e historiador é muito interessante, na medida em que coloca Juromenha no contexto militar-urbano regional; importante é também a referência de Ibn Hawqal, tendo em conta a forma como ele enumera e ordena as praças citadas no seu itinerário (6).

Estes autores situam a fortificação em relação a Badajoz, da qual ela era, a sul-sudoeste, um dos postos avançados. Aliás, com tempo claro, vê-se claramente Badajoz com a qual se poderia comunicar por sinais. A escolha do local por Giraldo Sempavor, como base de retirada após os seus ataques à capital regional, justifica-se plenamente. Convém, portanto, colocar a presença humana em Juromenha num contexto regional mais largo, com as outras praças que a rodeavam, como Elvas, citada por al-Idrisi pelo seu dinamismo — este último autor refere, em relação a Elvas, a existência de «numerosas habitações» na «risonha região que a rodeia» (7), o que incluiria, certamente, Juromenha (Fig. 2).

Aliando o seu destino ao de Badajoz, não há que estranhar que a posição de Juromensa tenha reencontrado uma certa importância após a fundação de Badajoz em finais do séc. IX, e que essa importância não pare de crescer no séc. XI devido à proximidade da capital aftácida, bem como nos sécs. XII e XIII



Fig. 1: A fortificação de Juromensa vista de Norte, a partir do «Monte Branco».

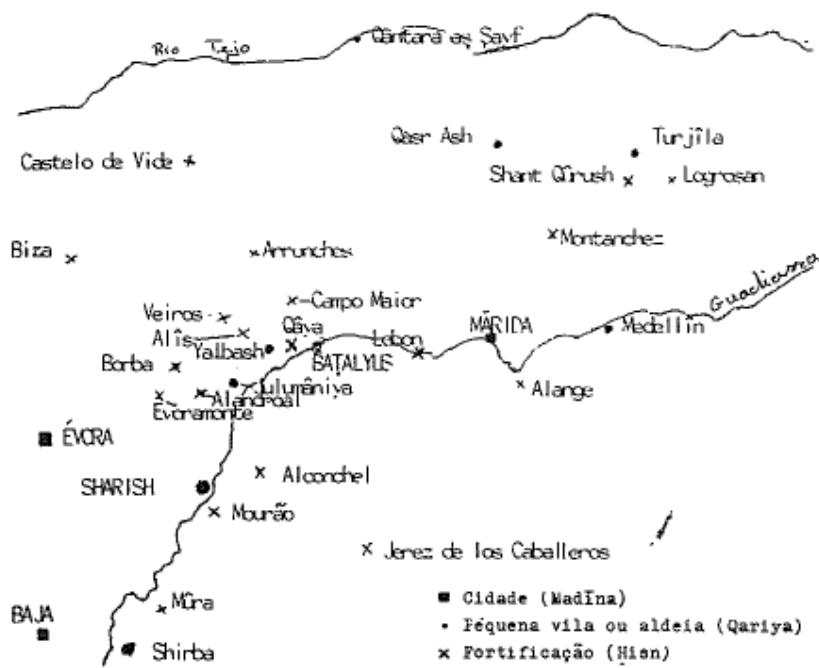


Fig. 2: Localidade da região com ocupação durante o período islâmico.

quando a região se torna uma importante zona de combates no quadro da Reconquista Cristã, antes da sua reconquista definitiva em 1242 por D. Paio Peres Correia e da sua posterior inclusão nos domínios da Ordem de Avis (8).

Assim, se as referências textuais mostram que Juromenha foi importante durante grande parte do período de ocupação islâmica, o seu interesse arqueológico deve-se sobretudo à presença, por entre contínuas modificações, até aos nossos dias, de uma importante parte da fortificação muçulmana.

2. O RECINTO FORTIFICADO DE JUROMENHA

O conjunto fortificado de Juromenha que actualmente é observável compõe-se, essencialmente, de duas partes, correspondentes a dois conceitos defensivos e a duas épocas: a fortificação medieval islâmica e cristã, por um lado, e as fortificações abaluartadas construídas a partir do séc. XVII, mais concretamente a partir de 1640, quando o reforço da fronteira do Alentejo se tornou mais premente, para fazer face à esperada reacção espanhola em relação às alterações surgidas em 1 de Dezembro desse mesmo ano (Fig. 3).

No entanto, zonas há em que as fortificações medievais e modernas se confundem (a sul e SE na escarpa virada para o rio). O accidentado do terreno obrigou os engenheiros do séc. XVII a um aproveitamento e adaptação das muralhas medievais para as necessidades bélicas da era da artilharia. Obviamente que, em todos estes locais em que se registaram grandes modificações a partir do séc. XVII, o estudo dos vestígios das muralhas medievais se torna mais difícil.

No entanto, apesar de grandes transformações em algumas zonas, o traçado da muralha primitiva reconhece-se sem grande dificuldade.

O recinto medieval forma um polígono muito irregular com sete panos de muralha, medindo cerca de 120 m no sentido este-oeste e cerca de 90 m no sentido norte-sul. O declive tem uma inclinação descendente de norte para sul, em patamares. A muralha a este e a sudeste segue praticamente o rebordo do acentuado declive natural, enquanto que a sudoeste a linha das muralhas forma uma reentrância, hoje incluída no recinto moderno e que dá lugar ao caminho de acesso à porta sul, ladeando a muralha. Os panos de muralha oeste e oeste-noroeste dominavam, antes das terraplenagens, um pequeno barranco (Fig. 4).

O estado actual do recinto apresenta aspectos extremamente diversos, devido ao grande número de reconstruções com diferentes critérios adoptados; também as 14 torres ainda existentes ou visíveis apresentam aspectos igualmente variados. A mesma diversidade encontra-se no material construtivo, na altura e espessura dos panos de muralha. Há ainda que acrescentar os vários restauros feitos já no nosso século e após a década de 40, e que estão ainda em curso, os quais tendem a modificar ainda mais este estado de coisas.

Das construções, reedições e reformas que tiveram lugar a partir da definitiva



Fig. 3: Planta da fortificação de Juromenha — 1817 (?).

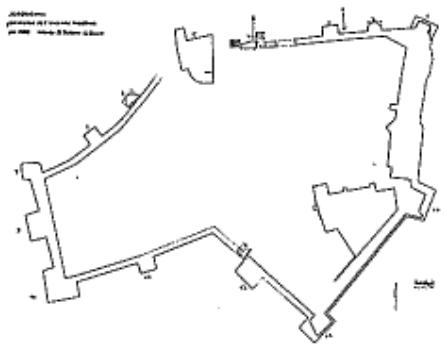


Fig. 4: Planta elaborada durante a campanha arqueológica de 1988. A numeração das torres é a que consta do texto. A ; B — locais onde se efectuaram levantamentos dos elementos constitutivos da taipa, por m².

conquista cristã, em 1242, são visíveis bastantes vestígios⁽⁹⁾, que correspondem a diversas épocas.

Sabemos que a partir de 1312 Juromenha sofreu algumas obras de restauro, enquadradas no grande programa de recons-

trução de fortificações do reinado de D. Dinis⁽¹⁰⁾. As torres 10 e 11, bem como os panos de muralha a elas ligados devem ter sido bastante refeitos nessa altura, sobretudo a torre 10, a mais alta do recinto (se exceptuarmos a desaparecida Torre de Menagem); esta mesma torre, maciça, que aparenta exteriormente ser em alvenaria, pode não passar de uma mais antiga torre em taipa revestida exteriormente, já em época cristã, de um aparelho diferente. Aliás, a torre 12, ladeando a antiga entrada sul do recinto medieval, é um exemplo de como um aparente aparelho em alvenaria de xisto esconde, no seu interior, vestígios mais antigos (Fig. 5). Na verdade o seu interior é em taipa, com uma constituição extremamente semelhante à da muralha norte. Várias condicionantes tornaram necessária a sua reconstrução, pelo que a taipa foi afeiçoada e revestida por um aparelho de alvenaria, muito semelhante ao observável na torre 10 (Fig. 6). Além disso, antes das últimas obras de restauro das muralhas, era visível a similitude entre os muícos que se encontram entre as torres 10 e 13.

Entre as torres 11 e 12 existe uma série de construções pós-medievais, o que dificulta a definição exacta do percurso da muralha neste local. É uma das zonas onde se deverá alargar, futuramente, a pequena sondagem arqueológica já iniciada.

Para além de outras, as muralhas medievais sofreram também algumas alterações no período quinhentista. Poderão ser dessa altura os reforços em alvenaria, feitos aos muros de taipa, visíveis na torre 9 e nos muros que dela partem para as torres 8 e 10, bem como algumas alterações introduzidas na torre 13⁽¹¹⁾.

A partir de meados do século XVII a área fortificada de Juromenha é ampliada com a construção de revelins, baluartes, tenalhas e um hornabeque. Embora a maior parte das obras, que têm lugar nessa altura, se destinem a novas construções, uma parte da muralha medieval, sobretudo entre as torres 13 e 14, e parte do traçado entre a 14 e a torre 1, foi totalmente integrada no novo sistema defensivo que vai sofrer constantes estragos e reconstruções até ao séc. XIX. É também nesta altura, na sequência da grande explosão que se registou em 1659, que desapareceu a Torre de Menagem — visível nos desenhos de Duarte D'armas — bem como algumas outras construções civis, religiosas e militares. O terramoto de 1755 parece não ter afectado em muito as construções existentes.

No entanto, onde se encontram vestígios do período islâmico, menos alterados, é nas faces Norte, Noroeste e a zona da Porta Sul.

A torre 1 é um caso especial⁽¹²⁾. Esta torre, situada no ângulo Nordeste do recinto, construída maioritariamente em xisto grosseiramente aparelhado, é reforçada nos cunhais por grandes silhares de granito de diferentes dimensões, reaproveitados (Fig. 7).

A torre foi posteriormente reforçada na base e o seu interior, no topo, é em taipa⁽¹³⁾. Constatou-se que a alvenaria é feita à base de blocos de calcário e xisto dispostos em fiadas irregulares, separadas por fiadas regularizadoras desiguais.

Na parte superior da face principal desta torre (a cerca de 2/3 de altura),

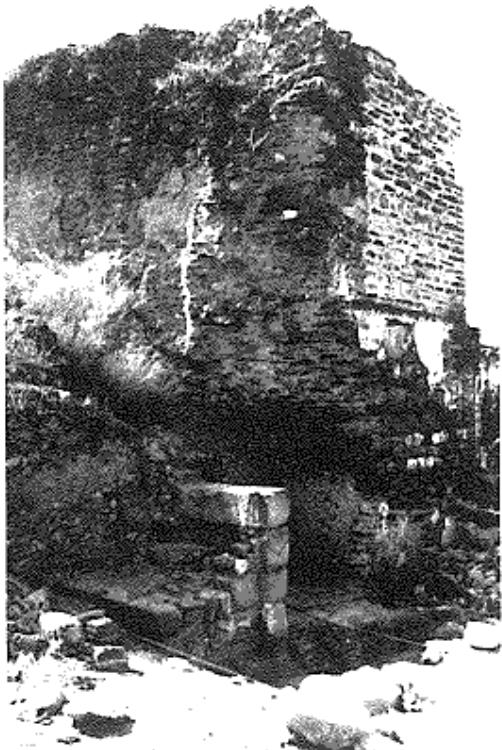


Fig. 5: Torre 12, junto à porta sul do recinto medieval.



Fig. 6: Torres 9 e 10. Ligada ao sistema abaluartado moderno, é visível a entrada seiscentista.

encontram-se as três pedras do período visigótico, anteriormente referidas (Fig. 8).

Provavelmente anterior à construção em taipa que a envolve de ambos os lados, a torre poderá ser, assim, o único vestígio da primeira fase de construção, posterior à ocupação romana a que pertencerão os silhares em granito e posterior à época visigótica. Esta torre poderá corresponder a uma fase de reocupação de inícios da época islâmica (14).

Quanto às construções defensivas em taipa, elas encontram-se de um e outro lado da torre 1, de esta torre até à 4 (Fig. 9), na torre 5 (que se encontra na



Fig. 7 : Torre 1, envolvida a este por taipa. À direita é visível a torre 2.

extremidade norte de uma construção militar moderna) e daqui até à torre 8 (Fig. 10). Entre esta última torre e a que tem o número 9 é perfeitamente visível, do lado interno da fortificação, o muro original em taipa, capeado por uma cortina de alvenaria na face exterior. Para além de ser visível taipa no interior da torre 12 (como já referido), há fortes indícios de que tal também aconteça em relação à torre 10.

Em síntese, a parte mais significativa da muralha de taipa é a que se encontra entre a torre 1 e a 8; exceptuando as reconstruções modernas (séc. XVII/XIX) da torre 5, o conjunto forma uma unidade que conservou a sua coerência, tanto no que respeita aos materiais como no que respeita à arquitectura.

A muralha, que nalguns pontos se ergue a mais de 8 metros, tem nestes sítios uma espessura mais ou menos constante de 1,85 m, ao passo que as torres, que se encontram regularmente espaçadas (15) até à torre 5, e distantes entre si 9,20 m, têm uma largura constante de 5 m e uma saliência de 3 m (no que respeita às torres 2 e 3 — de todas as menos danificadas) (16).

A esta regularidade de medidas corresponde igualmente uma técnica de construção. A homogeneidade da taipa nas zonas já referidas é disso prova, tendo algumas diferenças sido constatadas por análises, e que decorrem da localização das amostras recolhidas.

A taipa ou *tabiya*, é feita com cofragem (*luh*) cuja altura varia, na maior parte dos casos, entre 84 e 92 cm (17), o que corresponde, sensivelmente, a dois côvados *ma'muni* (18). A técnica é idêntica tanto para a muralha como para as torres. A observação visual permite constatar que o granulado é espesso e compacto. Encontram-se sistematicamente, e por m², os seguintes elementos cuja quantidade varia da seguinte forma (Fig. 11 e 11 a):

- cascalho: 40 a 53;
- fragmentos de telha e tijolo: 26 a 36;

- fragmentos de cerâmica: 2 a 5;
- pedras (15x9 cm, 19x11 cm as maiores, 2x6 cm, 4x7 cm as mais pequenas): 4 a 6.

A proporção destes materiais que reforçam a taipa é mais ou menos constante, embora sejam observáveis irregularidades no sentido vertical.

As análises de laboratório completam estas primeiras observações visuais: forte homogeneidade das amostras da face norte e uma ligeira irregularidade para a da face oeste que apresenta uma grande percentagem de cal (36 a 21% de carbonatos) e uma predominância de micaxistas e quartzo. As análises palinológicas da taipa (em apêndice) apontam para uma agricultura cerealífera importante.

As torres, maciças, em taipa, seriam reforçadas nos cantos como se pode ainda apreciar na torre 3 (Fig. 12), onde foram utilizados nos cunhais silhares graníticos aparelhados, semelhantes aos que se encontram na torre 1, reaproveitados provavelmente de uma construção romana. Nas torres em taipa, para além da reutilização de blocos de granito, há a registar o emprego, em vários sítios, de reforços em tijolo por detrás dos cunhais ou sobre as fiadas da base e que poderão corresponder a «remendos» de épocas posteriores.

O conjunto destas observações dá-nos indicações sobre a construção e os construtores. Encontram-se, de facto, em Juromenha, características da taipa já observadas noutras locais (19):

- a técnica do *luh*, com um caixotão característico de 0,84 a 0,92 m, ou seja, cerca de dois côvados *ma'muni*;
- um grande teor de cal na composição da taipa, para além de fragmentos de cerâmica e pedras — as quais não constituem mais de um terço da mistura;
- a presença de cunhais em pedra e de um soco na base das torres como, por exemplo, em Niebla;
- torres maciças, rectangulares,



Fig. 8: Torre 1 vista de frente. São visíveis três pedras «visigóticas» de que se destaca o «pé-de-altar», em mármore (?), do lado direito.

espaçadas regularmente entre si. Todas estas características lembram as encontradas noutras construções muçulmanas em *tabiya*.

A única exceção consiste na espessura fora do habitual das muralhas que, em vez dos três côvados *ma'muni* geralmente usados, têm em alguns pontos quatro côvados, ou seja, cerca de 1,84 m.

O estudo da muralha é pois muito importante para a datação da construção e da ocupação do local. As escavações vêm, muito incompletamente ainda, precisar estas observações.

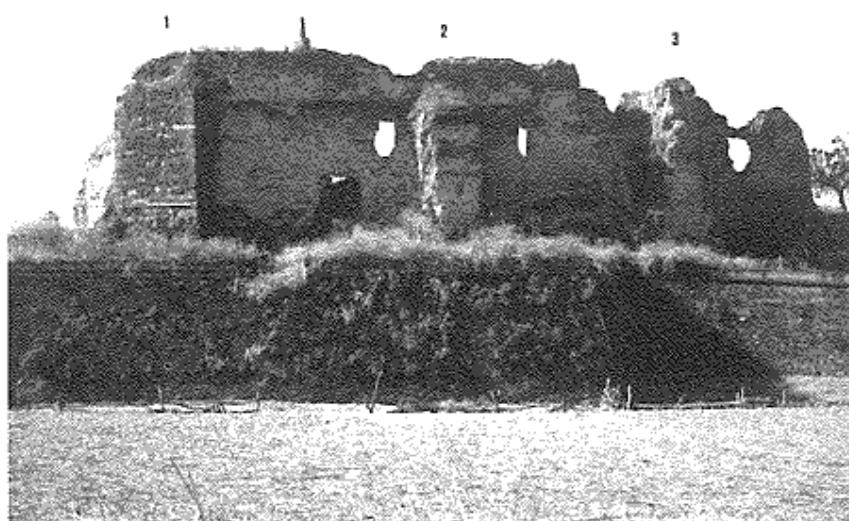


Fig. 9: Torres 1, 2 e 3, antes dos últimos restauros. Em primeiro plano são visíveis os baluartes.

3. AS SONDAZENAS

As três campanhas arqueológicas realizadas até ao momento incidiram em três zonas da fortificação:

- zona da Porta Sul, onde até ao momento se abriu uma sondagem;
- zona da Porta Norte (onde, até 1989, se abriram duas quadrículas, uma para o exterior e outra para o interior deste acesso medieval);
- zona da Praça, que corresponde à área a norte da Igreja Matriz, tendo a Este antigas instalações militares e que confrontava a Norte com a Casa da Câmara, actualmente derrubada; este espaço aparece representado como praça pública nas plantas a partir do séc. XVIII.



Fig. 10: Torres 7 e 8, recentemente restauradas.

Sondagem da zona da Porta Sul

A planta de Juromenha feita por Duarte D'armas nos inícios do séc. XVI localiza uma porta sul junto a uma torre (nº 12 na planta). Perto desta torre, obras relativamente recentes efectuadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais puseram a descoberto uma construção maciça (com 2,16 m de altura máxima por 2,24 m de largura), com grandes blocos graníticos aparelhados nas extremidades. Partiu-se da hipótese de esta construção ser a ombreira da Porta Sul, hipótese essa que se veio a confirmar.

Um dos vários objectivos desta sondagem era tentar definir a volumetria e formas de organização desta entrada. Devem ter sido as obras abaluartadas

iniciadas no séc. XVII e a consequente abertura de uma outra porta, que tornaram esta desnecessária. A necessidade de alargamento do arruamento que conduz da nova porta à Igreja de N.º S.º do Loreto, bem como a nova cintura fortificada, deixaram de justificar a continuação desta antiga entrada do recinto medieval, de que era apenas visível a ombreira sul. A sondagem levada a efeito revelou-nos níveis muito remexidos, vestígios de níveis mais antigos de calçada, vestígios de um pavimento em tijoleira, bem como cinzas, pedaços de argamassa, tijolos fragmentados e pedras (fig. 13).

Numa praça de armas fronteiriça, como Juromenha, com actividade militar até ao séc. XIX, tal remeximento e a sucessão de pavimentos com rebentamentos não são de estranhar. Aliás, mesmo no meio da antiga entrada, no contexto da estrutura 1009, foram encontradas três bolas de canhão muito oxidadas, relacionadas com cerâmicas que poderão ir até ao séc. XIX.

Os materiais que se encontram são essencialmente cerâmicos, destacando-se fragmentos maioritariamente dos séculos XVII a XIX, sobretudo cerâmica comum (não vidrada e vidrada interna e/ou externamente) e fragmentos de faianças.

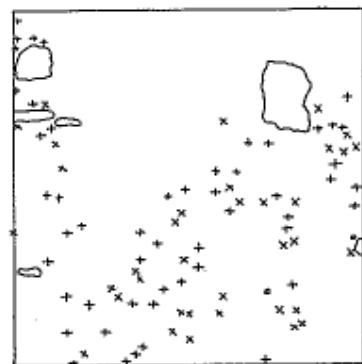
Esta sondagem deu-nos também outro tipo de materiais: cerâmica com vidrado melado, um fragmento com decoração a «verde e manjês» (fig.19-c), uma malha de jogo em xisto e um pequeno dado em corno.

Sob os níveis de revolvimento foi encontrada uma canalização com leito em barro cozido, paredes e cobertura em xisto. A canalização encontrava-se interrompida por uma vala que já se encontrava aberta quando se iniciaram as campanhas arqueológicas.

O significado desta canalização ainda não está esclarecido. Segundo várias opiniões locais, partia do antigo lagar uma canalização para a «água roça» e que passaria perto da



A



B

Pedra	x	telha e tijolo
Cerâmica	+	cascalho

Fig. 11: Levantamento dos elementos constitutivos da taipa, por m². Os locais onde foram realizados estão localizados na planta.

zona da Porta Sul. Por outro lado, a cerâmica até agora retirada do pouco que se desentulhou da canalização dá-nos materiais com uma cronologia mais antiga que a dos níveis superiores, de que se destaca um bordo de cerâmica de «paredes finas».

Aliás, esta sondagem, tendo sido a que envolveu a remoção de um menor volume de terras, foi a que proporcionou, até ao momento, maior quantidade de cerâmica romana e a única em que aparecem simultaneamente, fragmentos de «terra sigillata» clara e de «paredes finas».

Esta sondagem forneceu-nos um outro elemento muito significativo: a descoberta da ombreira norte da Porta Sul (Fig. 13). Conserva a mesma disposição da ombreira norte, a

1,70 m de distância, sendo o aparelho de construção semelhante: o exterior dos maciços em blocos graníticos e o interior, o enchimento, em xisto argamassado. Uma exceção: na ombreira sul foi reaproveitado um fragmento de fuste em mármore.

Ainda em relação a esta ombreira norte há que referir a não existência *in situ* de dois blocos do canto SO; mas, se os blocos desapareceram, os seus negativos ficaram bem nítidos na argamassa.

Convém referir que a existência de grossos blocos de granito aparelhado tem paralelos evidentes com outros blocos do mesmo tipo, reutilizados sobretudo nas torres em taipa da face norte da fortificação medieval. O tipo de trabalho a que foram sujeitos estes blocos (em pedra não existente nas proximidades), bem como a sua dimensão, sugerem relações com o mundo romano.

Todos os elementos desde já disponíveis apontam para o facto de estarmos perante a Porta Sul da fortificação medieval, coincidindo a sua localização com a planta de Duarte D'armas.

Sondagens da zona da Porta Norte

A abertura na taipa da face norte da muralha, conhecida popularmente por «buracão», localiza-se possivelmente no local coincidente com a Porta Norte da planta de Duarte D'armas, razão por que as sondagens realizadas nessa área da fortificação assim são designadas.

Até 1989 abriram-se nesta área duas sondagens, respectivamente para o exterior e para o interior do recinto medieval.

Para o exterior a sondagem iniciou-se junto à ombreira oeste, a qual foi sendo posta a descoberto, bem como um muro ligeiramente arredondado (visível em iconografia dos séc. XVIII e XIX) em cujo reboco são visíveis vários orifícios algo profundos, muito provavelmente devido ao impacto de projéteis. Tudo indica que tenha sido mais uma das muitas zonas atingidas por acções militares e, portanto, não será de estranhar a grande quantidade de obras de reparação a que foi sujeita.

Na verdade, viemos a encontrar não só uma grande potência estratigráfica, como vestígios de vários níveis de ocupação relativamente próximos protagonizados por vários pavimentos (Fig. 14), argamassados ou não, grande quantidade de entulhos (por vezes para a reconstrução de pavimentos), contendo restos ósseos de animais, ferros, cinzas e carvões e abundante espólio cerâmico.

A maioria dos pavimentos encontrados tem uma fina camada superior em argamassa (Fig. 15). Há um único caso de pavimento em tijoleira e que corresponde a um nível próximo dos inícios do séc. XIX. O nível mais profundo a que se chegou nesta campanha corresponde a uma calçada com uma inclinação descendente oeste-este e cuja última ocupação parece corresponder aos inícios do séc. XVIII. Esta calçada é anterior aos paramentos argamassados das ombreiras desta entrada (Fig. 14). O último restauro dessas ombreiras (segundo documentação do G.E.A. de Engenharia Militar) deve datar do período das invasões francesas.

A sondagem foi depois prolongada no sentido de nos dar a conhecer a ombreira Este.

A nível cerâmico regista-se grande coerência, com materiais que correspondem essencialmente a ocupações dos séculos XX (inícios) aos XVII/XVIII. Para além de cerâmica dita comum (sobretudo formas abertas), encontraram-se também fragmentos de faianças dos séculos XVII e XVIII. Em níveis de entulhos encontraram-se também pequenos fragmentos de cerâmica «melada» (de que se encontraram mais exemplares em recolhas de superfície) (Fig. 19-A e F), bem como fragmentos de tegulae e de «terra sigillata».

Apareceu no contexto da estrutura 2008 um fragmento de cerâmica islâmica: trata-se de uma asa vidrada a verde, com estampilhagem (fig.19 B e 20). A este fragmento estava agarrada argamassa rica em cal, semelhante à das muralhas.

Em 1989 continuou-se a escavação, desta feita para o interior do recinto. Continuam presentes os entulhos de inícios do presente século, com abundantes restos ósseos de animais domésticos, ferros e carvões, derrubés e pavimentos de terra batida ou com fraca argamassa (estruturas 4004 e 4005), com uma inclinação descendente sul-norte e correspondentes a pavimentos encontrados na sondagem anterior, do lado exterior da entrada e que parecem corresponder, pelo espólio aparecido, a níveis do século XIX.

O alargamento gradual da área escavada, dentro da mesma quadrícula, para perceber os pavimentos em toda a sua largura e definir correctamente a entrada, pôs à vista um muro rebocado e caiado, rematado superiormente por tijoleira. Obtinha-se, assim, o arruamento de acesso à Porta Norte em toda a sua largura.

Cerca de 10 cm abaixo de 4008 aparece, a toda a sua largura, um novo solo em terra batida, cuja cronologia varia em relação ao anterior somente em poucas décadas de anterioridade.

A nível de espólio, se até ao solo 4005 apareciam fragmentos cerâmicos de



Fig. 12: Torre 3 vista de este. Observação e levantamento das muralhas.

tradição medieval (geralmente formas abertas, não vidradas ou com cobertura vitrea exterior plumbearia, em tons de mel à mistura com

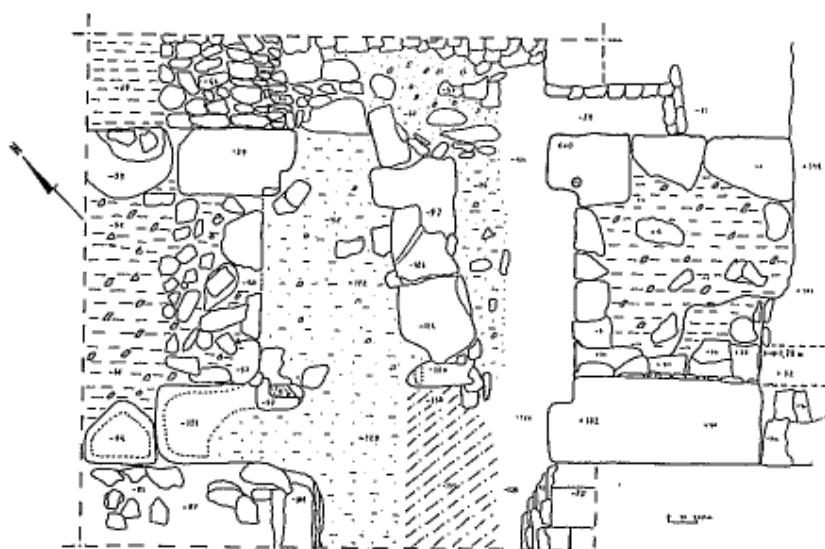




Fig. 14: Sondagem da zona da Porta Norte, para o interior da fortificação: fase dos trabalhos.

pequenos fragmentos de «terra sijillata», faiança e cerâmica de Estremoz de finais do século passado, a partir do solo 4008 deixam de aparecer formas cerâmicas claramente conotadas com século XIX, embora continuem a aparecer fragmentos de faiança (bastante fragmentados) dos séculos XVII e primeira metade do século XVIII (se bem que, em alguns casos, a datação seja forçosamente duvidosa — como, aliás, a mais recente bibliografia claramente admite), cerâmica de uso comum e cerâmica vidrada regional de tradição medieval.

Como exceção às formas abertas de tradição medieval, foram encontrados dois fragmentos de cerâmica islâmica vidrada em tons de mel-esverdeado com traços de manganes, de bordo com saliência externa, no contexto 4010 (Fig. 19-I).

Os solos 4008 e 4009 revelaram o tipo de inclinação já referido, havendo também sob

4009 uma nova estrutura, extremamente tosca, em tijolos partidos e alguma argamassa, dando a 4009 um declive menos acentuado que a estrutura que se veio a encontrar por debaixo: a calçada. Foi precisamente neste espaço entre 4009 e a calçada que se encontrou, para além do mais, um fragmento de cerâmica de «corda seca» (Fig. 19-E).

Quanto à calçada, corresponde perfeitamente ao pavimento contíguo, encontrado anteriormente. A calçada continua com o mesmo tipo de inclinação: no topo sul encontra-se somente a cerca de 80-90 cm da actual superfície (Fig. 16).

Entre o solo 4009 e a calçada o espólio não é posterior à primeira metade do século XVIII, tendo aparecido vários fragmentos de «terra sigillata», «terra sigillata» clara e duas pontas em sílex, reaproveitadas para pederneira de arma de fogo.

O acesso à porta norte é delimitado por dois muros: um a este, rematado superiormente com uma fiada de tijoleira; a oeste, um outro rebocado exteriormente. Este último revelou uma entrada sensivelmente a meio da sondagem, encontrando-se no enfiamento da ombreira oeste da Porta Norte. Cremos que este muro corresponde à construção que aparece numa das melhores plantas militares de Juromenha (20) como sendo, nessa altura, a «casa do governador militar» (Fig. 17).

Na campanha de 1989 decidiu-se definir uma sub-quadrícula de 2X2 m no topo SW. Levantadas as pedras da calçada nessa área, verificou-se que a sua colocação fora precedida de uma conveniente preparação, tendo sido feita uma «cama» com pedras de tamanho pequeno, pedaços de tijolo e de telha. O espólio aparecido no nível imediatamente inferior não tem paralelos com cerâmica claramente datável dos séculos XVIII e seguintes. Há também a salientar um pequeno pote fragmentado, com asa e colo baixo. Extremamente importante é o aparecimento, neste nível, de duas grandes granadas/bolas de canhão em ferro, bem como de duas pequenas balas de chumbo. A cerâmica islâmica fez também aqui a sua aparição, sob a forma de um bordo de cerâmica vidrada melada (Fig. 19-G), e o que parece ser um fragmento de reservatório de uma candeia de bico, coberta com um vidrado cor de mel-esverdeado (Fig. 19-H).

Sensivelmente a meio desta subquadrícula apareceu o que parece corresponder a um pequeno muro, tombado, em pedra seca e sem vestígios de qualquer reboco. Este muro, que continua sob a «Casa do Governador», está interrompido parcialmente para Este (Fig. 16 e 17).

Abaixo deste nível de abundante espólio, encontra-se uma espessa camada argilosa, com algumas cinzas, totalmente estéril em espólio até ao momento, e por onde o pequeno muro parece continuar.

No sentido de acompanhar, de uma forma comparativa e complementar, a escavação sob a calçada na parte interna do recinto, foi delimitado um pequeno sector de 2,5X1,5 m, junto à base da muralha medieval, do lado exterior.

O nível sob a calçada é também um entulho preparador do seu assentamento, tendo aparecido uma grande bola de canhão em ferro, pequenos pedaços de estuque amarelado, cinzas, carvões, alguns ferros muito corroídos e cerâmica.

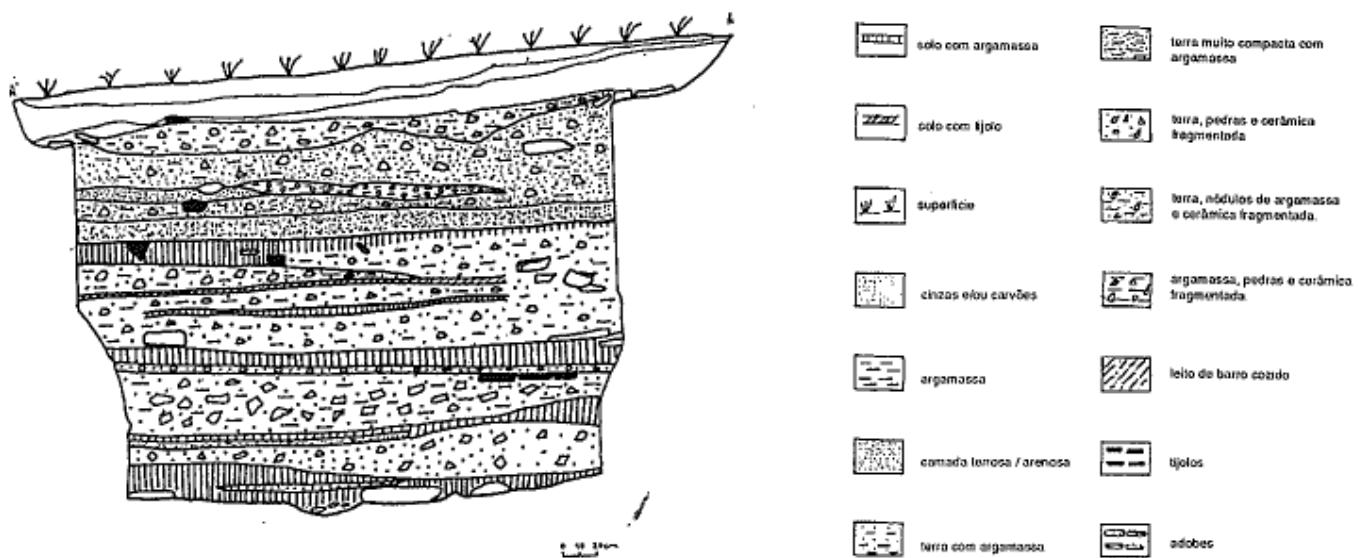


Fig. 15: Perfil sul da sondagem exterior da zona da Porta Norte.

Quanto à cerâmica, apareceram fragmentos brunidos, formas abertas de pasta avermelhada sem decoração, faianças relativamente antigas, bem como alguma cerâmica islâmica e de tradição medieval, vidrada em tons de mel (Fig. 19-J).

Tal como noutros níveis e noutros sectores, também apareceram fragmentos de «terra sigillata». Embora muitos materiais ainda estejam em estudo, uma análise preliminar destes elementos aponta para um assentamento da calçada muito perto de meados do século XVII.



Fig. 16: Pequena sondagem efectuada sob a calçada do interior do recinto.

Sondagem da zona da Praça

Durante a campanha de 1989 foi aberto um novo sector de escavação, localizado na zona que vem sendo ocupada pela praça pública da vila, pelo menos desde inícios do século XVIII, de acordo com todas as plantas consultadas.

Era, portanto, uma zona liberta de construções desde o século XVIII até aos nossos dias e que poderia fornecer elementos medievais ou modernos mas menos alterados.

A partir de uma profundidade de cerca de 20-25 cm encontrou-se uma camada muito profunda de entulhos de construção, entulhos esses bem compactados, com muita pedra não aparelhada, nódulos de argamassa muito rica em cal, fragmentos de telhas, uma tegula e alguns ossos de animais (sobretudo ovinocaprinos).

A escavação foi revelando duas paredes sensivelmente ortogonais entre si, formando na esquina interior um espessamento arredondado, tipo «meia cana» que termina a cerca de 60 cm da base. As paredes são em grossa alvenaria, rebocada no interior, con-

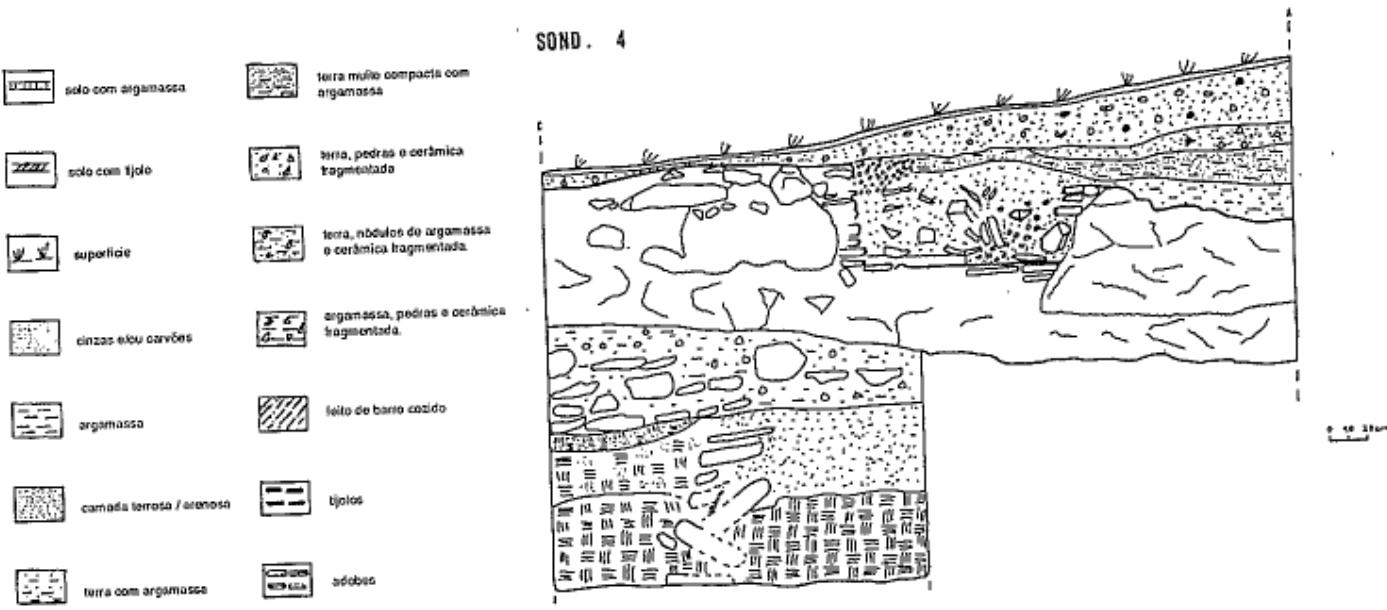


Fig. 17: Perfil oeste da sondagem interior da Porta Norte, sendo visível a soleira da construção que aparece como «Casa do Governador militar», em inícios do século XIX.

servando sobre o reboco alguns pedaços de pintura a vermelho, bem como algumas concreções. O pavimento desta construção é em argamassa muito sólida. (Fig. 18)

O espólio cerâmico é muito escasso e extremamente fragmentado. O nível 5004 (junto ao pavimento) forneceu pouquíssimo espólio: alguns fragmentos de faiança do século XVII e cerâmica comum de pasta avermelhada, muito fragmentada.

Convém destacar que esta construção, que serviu pelo menos como cisterna, é, ao que parece, inédita. Não consta em nenhuma das plantas conhecidas, nem na de Duarte D'armas, nem nas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Pelo tipo de aparelho e pelo espólio encontrado deve datar do século XVII a sua última utilização. Por outro lado, não parece ser anterior ao século XVI, pelo tipo de argamassa utilizada e porque Duarte D'armas nada assinala nesta zona da fortificação. Como hipótese, pensamos que pode ter sido construída cerca de 1640 e a sua destruição poderia ter resultado da grande explosão de 1659, com posterior entulhamento.

4. CERÂMICA ISLÂMICA — ELEMENTOS DISPONÍVEIS

Como foi referido, a quantidade de cerâmica claramente islâmica aparecida nas duas primeiras campanhas de escavação é muito reduzida. Esses fragmentos têm sido encontrados em níveis datados dos séculos XVII a XIX e até em recolhas de superfície (Fig. 19-D).

No entanto, algumas constatações poderão já ser feitas, tendo em consideração os tipos de cerâmica já aparecidos. O tipo de cerâmica que mais se tem encontrado diz respeito aos vidrados cor de mel, quase todos eles formas abertas; há dois fragmentos de tigelas de bordo com saliência externa, bem como fragmentos com vestígios de traços a manganês (Fig. 19-F, G e A, I).

Regista-se também o aparecimento de dois fragmentos, provavelmente de uma mesma peça, vidrados em tons de mel muito esverdeado com aplicações de manganês na face interior (4010 — Fig. 19-I), bem como um fragmento de «forma fechada» vidrado no exterior em tons de mel esverdeado, com escorrimiento do mesmo tipo de vidrado para o interior (4012 — Fig. 19-H); pela sua morfologia poderá corresponder a uma candeia de bico.

Há ainda a registar o aparecimento de um fragmento de asa de caneca vidrado a verde, com um pequeno apêndice decorado por estampilhagem. A decoração consiste num pequeno elemento floral. Esta peça encontrava-se inserida num pequeno bloco de argamassa, muito semelhante à taipa das muralhas (Fig. 19-B e 20).

Quanto à cerâmica decorada a «verde e manganês» ou «tipo Medina Azzahara», até ao momento só se encontrou um fragmento (Fig. 19-C).

Há também a registar o aparecimento de dois fragmentos de cerâmica de

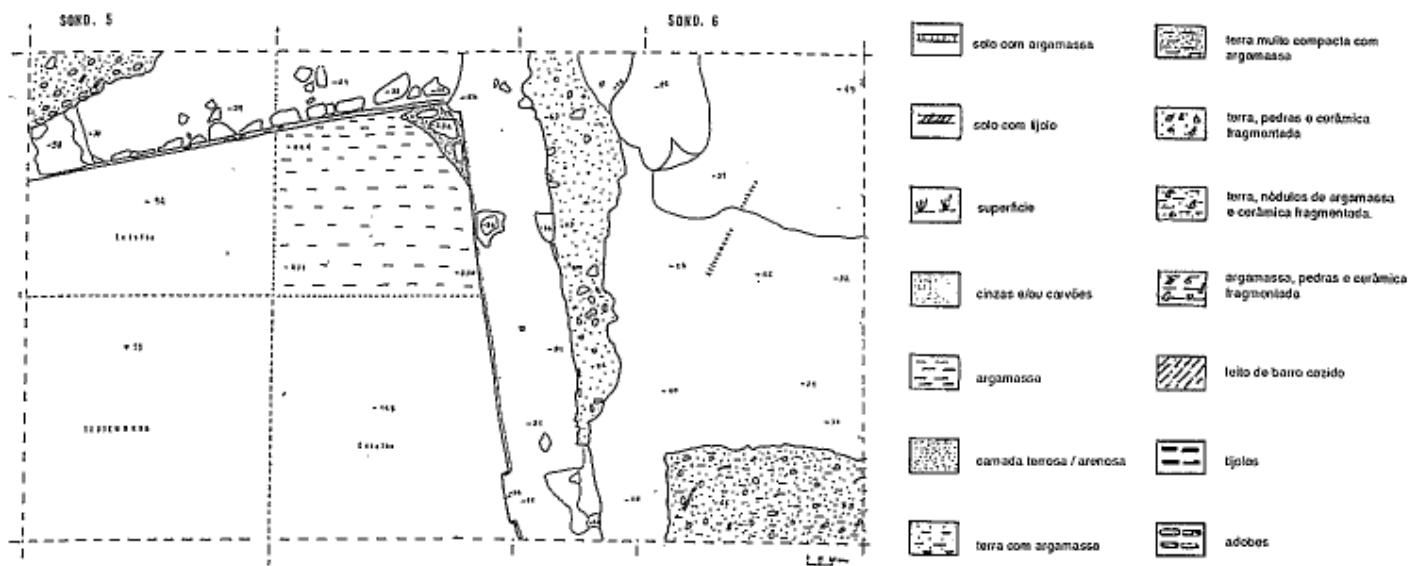


Fig. 18: Sondagem da zona da Praça pública: planta.

«corda seca», qualquer deles «formas abertas», possivelmente tigelas. Um dos fragmentos apresenta decoração à base de óxidos de ferro e de estanho na face interior e cobertura em cor de mel, na face exterior, junto ao pé anelar (Fig. 19-E e 21). O outro fragmento foi retirado da base da muralha de taipa, a oeste da torre 3. É também um fragmento de «forma aberta» com vestígios de óxidos de cobre e de estanho, separados por linha de manganês, e a face externa é também vidrada em tons de mel (Fig. 19-L e 21).

Embora nenhum destes fragmentos apareça em contextos medievais, poder-se-ão fazer alguns paralelos.

As tigelas com cobertura de vidrado em tons de mel e de bordo com saliência exterior têm paralelos com peças datadas dos séculos XI (21), XI/XII (22) e, nalguns contextos, até do XII/XIII (23). Por sua vez a associação do vidrado «melado» com decoração à base de traços de manganês traduz-se, em termos cronológicos, numa maior perdação, já que aparece numa maior variedade de formas cerâmicas, não só em contextos datados dos séculos X/XI (24), como em outros dos séculos XII/XIII (25).

33

O fragmento de asa com apêndice estampilhado tem paralelos com peças datadas do período califal (26) mas também com espólio de Mértola do século XII (27).

A cerâmica dita de «verde e manganês», durante muito tempo considerada como tipicamente califal, tem visto a sua cronologia ser estendida também ao século XI (28).

Quanto à cerâmica de «corda seca», de que se encontraram até ao momento dois fragmentos de «formas abertas», há elementos para atribuir-se-lhes, como datação, o século XI ou XI/XII (29).

Em síntese, podemos constatar que a cerâmica até agora encontrada não é anterior ao século X. É, no entanto, nos séculos XI e XII que encontramos uma maior concentração de

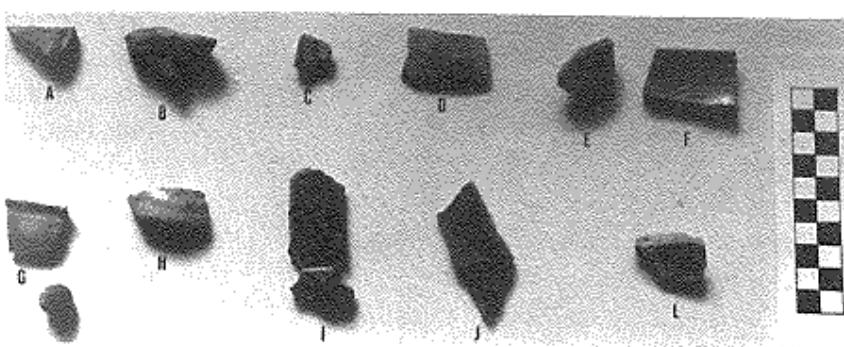


Fig. 19: Cerâmica islâmica.

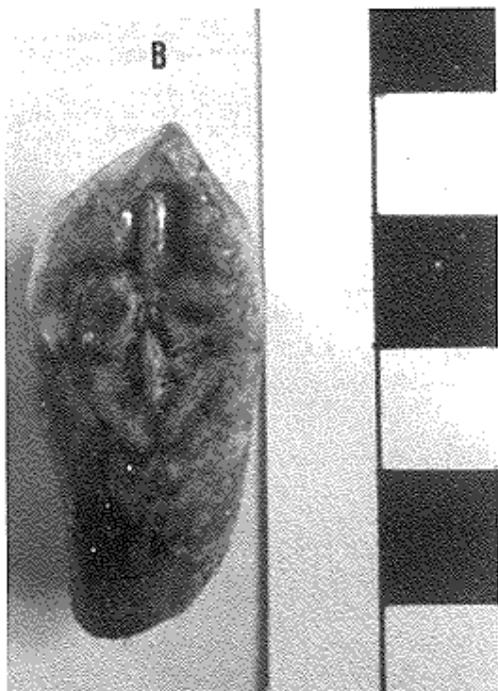


Fig. 20: Pormenor da peça B da figura anterior.

paralelos para a cerâmica até agora aparecida. Poderá ser significativo o não aparecimento, até ao momento, de cerâmica pintada, de cerâmica de pasta branca compacta, de «corda seca» parcial, bem como de peças brunidas ou de talhas estampilhadas. No entanto, respostas para estas questões só poderão surgir em campanhas futuras.

5. UMA OCUPAÇÃO QUASE CONTÍNUA DO LOCAL

No estado actual das escavações a ocupação pré-moderna de Juromenha confirma-se, pelo menos, pela epigrafia e cerâmica romanas (30), pelos textos medievais — árabes em particular — pela cerâmica e pelo próprio recinto. Constatamos que há vestígios de, pelo menos, três épocas de construção antes de 1242.

A torre 1, construída com o aproveitamento

de blocos visigóticos, apresenta o único vestígio de uma construção possivelmente anterior ao conjunto das muralhas de taipa. As possibilidades de datação são algo largas: desde o fim do domínio visigótico até ao século X (período califal). Com efeito, durante este período, a técnica de construção de fortalezas utilizava, na Península Ibérica, como material de construção, essencialmente a pedra (31). Por enquanto a única informação que pode ajudar a esclarecer-nos provém de Ibn Hayyan, o qual assinala que, após o saque de Évora pelo futuro Ordonho II, em 913, os habitantes de Badajoz e dos arredores, para fazer em face aos berberes e, provavelmente, para prevenir novas incursões cristãs, reconstruiram Évora e as fortalezas dos arredores (32). Juromenha, próxima de Badajoz, apresentava então um interesse muito particular, tanto mais que desde finais do século IX — quando se dá a primeira fitna do Andaluz e, sobretudo, a nova fundação de Badajoz — dava de novo à região uma importância perdida desde pelo menos a época visigótica.

Se nenhuma informação no terreno permite ligar esta fase da história à construção desta torre, a sua arquitectura e a sua anterioridade à taipa, tornam a ligação possível.

Quanto à taipa, as suas características de construção, atrás expostas, permitem abordar um pouco melhor a época da reconstrução das muralhas. Convém aqui ligar duas situações: a arquitectura em taipa da zona norte do recinto e a porta sul. Além da analogia resultante da utilização de blocos graníticos aparelhados, tanto nos paramentos da porta como nos cunhais e bases das torres, constatámos uma relação de coerência entre o traçado das muralhas e a própria porta sul, a qual se encontra (como já foi referido) ladeada por uma torre cujo interior é também em taipa. As próprias características da porta sul lembram o que se encontra noutras fortificações muçulmanas da Península Ibérica: o sistema de duplo paramento do maciço tem paralelos com outras portas com entrada a direito de época muçulmana, como Mérida, Gormaz ou Toledo (33).

De igual modo, as características da taipa, excepto a espessura da muralha (em alguns pontos), lembram as outras fortificações deste tipo, a começar pelas dimensões dos caixotões, mas também pela composição da taipa, a forma e a maneira como as torres foram levantadas. Com efeito, encontramos através dos estudos feitos para o levante, por Pavón Maldonado, Vallvé Bermejo e Bazzana (34), ou em Aragão por Guitart Aparicio (35) os mesmos critérios. No caso particular do *Gharb al-Andalus* há evidentes analogias, pelo menos a nível da altura dos caixotões, com as fortificações de Alcácer do Sal, Moura, Serpa, Silves, Paderne, Salir (36)...

Também encontramos nos estudos feitos para os castelos levantinos, como Corbera, Luchente e outros, as mesmas características de composição da taipa, com uma diversidade própria de cada local, a nível de alguns elementos (37). A nível da composição da taipa faltam os estudos para o *Gharb*.

Estas características, a juntar a outras informações, põem-nos em presença de uma arquitectura militar islâmica. Contudo, neste estádio, a imprecisão é ainda muito grande, tanto mais que o ordenamento interno, tal como se nos apresenta,

e devido ao cuidado que se tem posto na escavação (de forma a não rebentar, à toa, os níveis de ocupação mais modernos) ainda não nos revelou as possíveis instalações medievais.

Na verdade, não é ainda possível reconhecer um reduto especialmente forte, individualizado mas em comunicação com a restante fortificação (38). Por outro lado, as funções da fortificação ainda não estão cabalmente definidas. Para além de vigilância e controlo de um ponto importante do Guadiana, não longe de vias que se dirigem do sul para Badajoz, pode ter servido como refúgio temporário de populações vizinhas (39) e pode também, de alguma maneira, estar relacionada com a exploração mineira (40) ou, o que não será de estranhar, com vários factores simultaneamente.

Contudo, o problema cronológico permanece, na medida em que a utilização da taipa nos aponta para uma cronologia que pode cobrir os séculos XI - XII/XIII, ou seja, as épocas dos *muluk at-Tawa'if*, dos almorávidas ou dos almóadas. Por outro lado, temos, na região, dois conjuntos de taipa datados com mais precisão. Em Moura, uma inscrição atesta a construção de uma grande torre em taipa, no século XI, sob os Abádidas, num momento em que se enfrentavam nesta região os interesses das dinastias sevilhana e aftácida de Badajoz. A outra data precisa diz respeito a Badajoz, cujas estruturas defensivas são reforçadas em taipa nos anos de 1169, 1173 e 1204, sob o domínio almóada, para fazer face ao avanço do domínio cristão (41).

No entanto, talvez possamos chegar um pouco mais longe, ainda dentro do campo das hipóteses. O espaçamento regular das torres maciças da face norte, reforçadas nos cunhais (como, por exemplo, em Niebla), a presença unicamente de entradas a direito, como mostra a planta mais antiga de que dispomos e o estado actual dos nossos conhecimentos, tudo isto pode ser compatível com técnicas construtivas típicas do período dos reinos Taifas, com forte influência ainda da época califal (42). No mesmo sentido, a ausência de torres albarrás, de torres multifacetadas e de entradas em cotovelo numa torre (43) afastam a probabilidade de estarmos perante construções conotadas com as

técnicas construtivas mais típicas dos períodos almorávida e almóada.

Estas constatações encaminham-nos para o século XI e poderão fazer de Juromenha um dos testemunhos de construções em taipa feitas pelos aftácidas. A presença de um fragmento de cerâmica de «corda seca» na taipa da muralha norte, entre as torres 3 e 4, em nada contradiz esta hipótese.

CONCLUSÃO

Facilmente se constata o carácter incompleto do presente estudo, até porque as investigações ainda não terminaram. À imprecisão cronológica junta-se, por ora, a ausência de informações resultantes das sondagens sobre a utilização do local durante o período medieval e sobre a ocupação árabe em particular.

De qualquer forma, convém não esquecer que a ocupação militar da fortificação até ao século XIX e a estratégia de escavação que tem sido levada a cabo (respeitando ao máximo os níveis de ocupação mais recentes), têm contribuído para dificultar o aparecimento de estruturas medievais; por outro lado, não é de excluir que as sucessivas ocupações, sobretudo as grandes obras militares que se iniciaram no século XVII, tenham destruído, em alguns

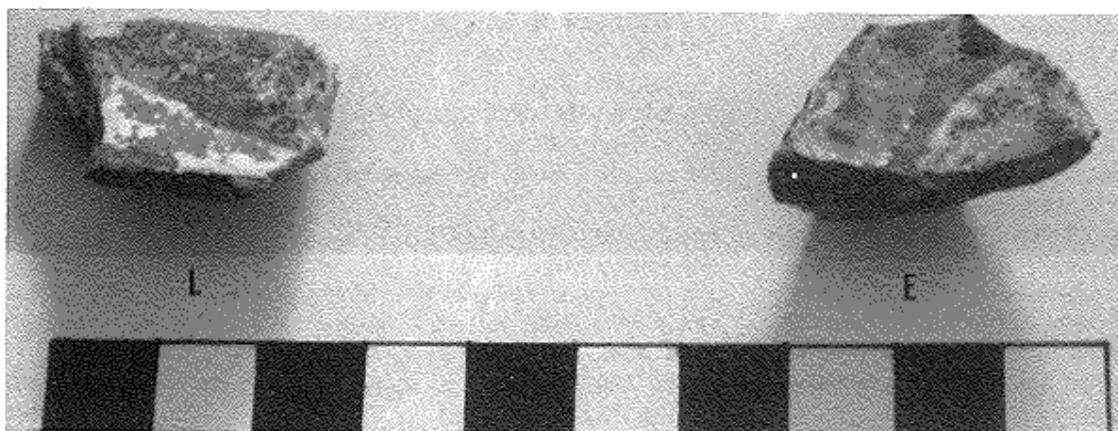


Fig. 21 : Pormenor das peças E e L da figura 20.

pontos, vestígios das ocupações medievais.

Contudo, a fortificação de Juromenha não deixa de fornecer alguns importantes elementos, mesmo que ainda imprecisos, que a colocam no contexto das fortificações islâmicas peninsulares e que a podem tornar num ponto de referência para outras fortificações do *Gharb al-Andalus*, até pela sua articulação com ocupações militares anteriores e posteriores ao período árabe-medieval.

NOTAS

- (1) VASCONCELOS, J. Leite, *O Arqueólogo Português*, vol. I, 1895, p. 64; LAMBRINO, Scarlat, *L. Fulcinus Trio, gouverneur de Lusitanie, sur une tabula patrous de Juromenha*, Lisboa, 1953.
- (2) ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora, T. I, vol. 1, pp. 35-40, Lisboa, 1976.
- (3) LOPES, David, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1911, pp. 66 e 125; IBN HAWQAL, *Kitab al-Masālik wa I-mamālik* (trad. de Kramers et Wiet ou Ma José Romani Suay, Valencia, 1971). Ibn Hawqal faleceu cerca de 980.
- (4) IBN SA'ID (1210-1284), *Al-Mughrib fi hula I-Maghrib*, Cairo, 1953, pp. 278; IBN SAHIB AL-SALA, *Al-Mann bil-Imāma* (trad. de Huici Miranda), Valencia, 1969, pp. 138, 149 e 150.
- (5) IBN KHALDUN, *Kitab al-Yibar*, Cairo, 1867 (trad. de SLANE in *Histoires des Berbères*, I, pp. 320 e II, pp. 198).
- (6) IBN HAWQAL, op. cit.
- (7) AL-IDRISI (1100-1162), *Nuzhat al-Mushtāk fi Ikhtirāk al-Afāk* (ed. e trad. de DOZY e DE GOEGE) — *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, pp. 226.
- (8) Cf. ESPANCA, T., op. cit.
- (9) ibidem.
- (10) ibidem.
- (11) Cf. ESPANCA, T., op. cit. A este nível temos posições algo diferentes deste autor.
- (12) Esta torre já foi alvo de tratamento especial em anterior trabalho: CORREIA, F. Branco, *O castelo árabe-medieval de Juromenha*, trabalho apresentado ao I Simposium sobre castelos raianos de Portugal e Espanha, Portalegre-Badajoz, 1984.
- (13) Esta circunstância dificulta uma correcta medição da torre, a qual tem 9 m de largura, 6 m de profundidade e mais de 10 m de altura.
- (14) CORREIA, F. B., op. cit.
- (15) A distância de 9,20 m entre as torres 1-2 e 2-3 tem também valor para o espaço 3-4, embora este meça 23,4 m. Isso deve-se, certamente, à soma de duas vezes 9,20 m mais 5 m correspondentes à largura de uma outra torre. Esta outra torre, que parece localizada nos desenhos de Duarte D'armas, aparece também ainda em algumas plantas militares do século XVIII.
- (16) Os diferentes distanciamentos entre as torres 6-7-8 explica-se, em grande parte, pelo tipo de terreno, onde abundam os alloramentos xistosos.
- (17) Cf. CORREIA, F. B., op. cit. Em alguns pontos encontram-se medidas ligeiramente inferiores a 80 cm.
- (18) VALLVE BERMEJO, J., «Notas de metrologia hispano-árabe. El codo en la España musulmana» in *Al-Andalus*, XLIII, 1978, pp. 339-354; PAVON Maldonado, B., «Contribución al estudio del arabismo de los castillos de la Península Ibérica (región levantina): El castillo de Olocau de Valencia» in *Al-Andalus*, XLII, 1978, p. 222.
- (19) BAZZANA, A., «Elements d'archéologie musulmane dans al-Andalus: caractères spécifiques de l'architecture militaire arabe de la région valencienne» in *Al-Qantara*, I, 1980, pp. 339-363; PAVON Maldonado, op. cit., pp. 207-225.
- (20) Planta geral da fortificação de Juromenha, da autoria do Major Brandão de Sousa (1817), existente no Gabinete de Arqueologia da Arma de Engenharia Militar.
- (21) IZQUIERDO, R., «Tipología de la cerámica hispanomusulmana de Vascos (Toledo)» in *Segundo Colloquio Intern. de Cerámica medieval del Mediterráneo Occidental*, 1986, p. 115.
- (22) TORRES, Cláudio, *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, 1987, nº 40; MIRA, M. del Mar — «Cerámica Islâmica de Torre de Da Blanca» in *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, III, pp. 26 e 31, Madrid, 1987.
- (23) BAZZANA, A., *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia*, Valencia, 1983, nº 157 - pp. 59 e 76.
- (24) Cf. TORRES, C., op. cit., nos 41, 59, 60 e 61.
- (25) AZUAR RUIZ R., *Denia Islámica*, Alicante, 1989, pp. 317-318.
- (26) ZOZAYA, Juan — «Aperçu général sur la céramique espagnole» in *La céramique médiévale en Méditerranée*, Valbonne 1978, 1980, pp. 271 e 275; AGUADO VILLALBA, J., *La cerámica hispanomusulmana de Toledo*, Madrid, 1983, lám. VI-C.
- (27) TORRES, C., op. cit., nº 52.
- (28) AZUAR RUIZ, op. cit., pp. 321-324; RUBIO VISIERS, Ma Jesus, «La técnica de engalba blanca bajo cubierta en la submeseta sur» in *II Congr. de Arq. Med. Esp.*, III, pp. 123-130.
- (29) TORRES, C., op. cit., nos 80 a 85; AZUAR RUIZ, R., op. cit., p. 327.
- (30) Em obras públicas ou privadas que têm tido lugar em vários pontos da povoação extra-muros, é comum aparecerem vestígios da ocupação desse período.
- (31) Cf. TERRASSE, Henri, *Les forteresses de l'Espagne musulmane*, Madrid, 1954.
- (32) IBN HAYYAN, *Muqtabis V*, ed. P. Chalmeta, Madrid, 1979.
- (33) TORRES BALBAS, L., *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, 2a ed., 1985, pp. 603-644.
- (34) PAVON Maldonado, op. cit.
- (35) VALLVE BERMEJO, op. cit.
- (36) BAZZANA (1980), op. cit.
- (37) GUITART APARICIO, C., *Castillos de Aragón*, I, *Desde el siglo IX hasta el segundo cuarto del XIII*, Saragoça, 1976.
- (38) CORREIA, F. Branco, «Fortificações muçulmanas no Algarve» in *IV Congresso do Algarve*, I, pp. 97-102.
- (39) BAZZANA (1980) pp. 354-360.
- (40) ibidem, p. 346.
- (41) O que Bazzana (1980, p. 348) designa como «albacar», nos castelos da região valenciana.
- (42) A sul de Juromenha, junto ao Guadiana, há vestígios de explorações mineiras do período romano, nas herdades de Casco e Mocíos.
- (43) Cf. TORRES BALBAS, L., «La alcazaba almohade de Badajoz» in *Obra Dispersa*, I - *Al-Andalus*, pp. 248-249.
- (44) TERRASSE, H., op. cit.
- (45) TORRES BALBAS, L. (1985), pp. 567-596.

APÊNDICE

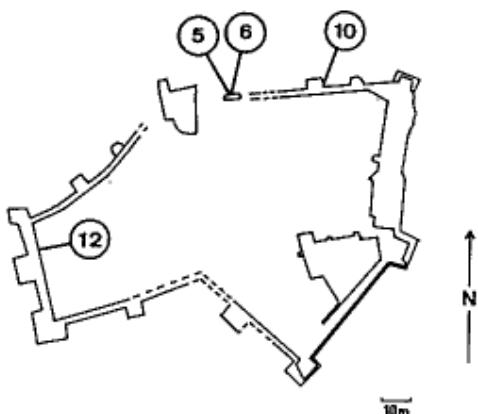
ANALYSES GEOCHIMIQUES ET SEDIMENTOLOGIQUES D'ÉCHANTILLONS DE PISE PROVENANT DE LA FORTERESSE DE JUROMENHA (PORTUGAL)

I. BUTS DE L'ETUDE

Quatre échantillons de pisé ont été prélevés sur le site fortifié de Juromenha, afin d'obtenir une base de comparaison avec des prélèvements déjà effectués ou à faire, et de débuter un éventuel classement en différents lots (correspondant éventuellement à différentes phases de construction).

La situation de ces échantillons est précisée dans le tableau et le schéma ci-dessous

N°	Situation	Exposition
JRH 5	Sous niveau initial du sol . Extérieur	Nord
JRH 6	A 2 m au dessus du niveau du sol Extérieur	Nord
JRH 10	De 0 à 1,30 m au dessus du niveau actuel du sol. Extérieur	Nord
JRH 12	Au dessus du niveau du sol. Intérieur	Ouest

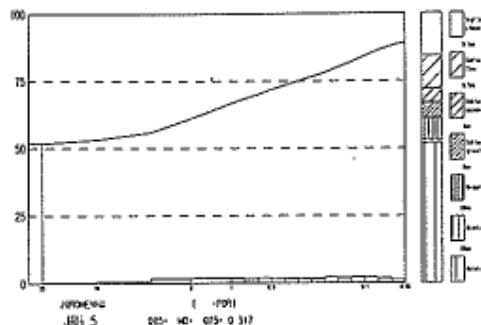


Echantillon JRM 5

ANALYSES GEOCHIMIQUES

Carbonates : 33% pH : 9 Phosphates : 0,09%

GRANULOMETRIE



Echantillon JRH 10

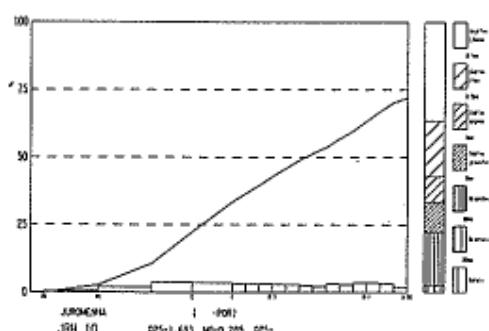
ANALYSES GEOCHIMIQUES

Carbonates : 21%

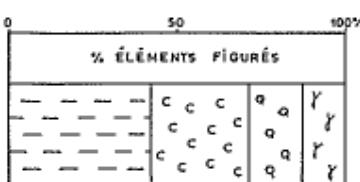
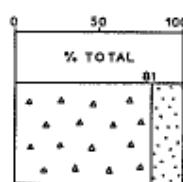
pH : 8.2

Phosphates : 0,14%

GRANULOMETRIE



COMPTAGES



Echantillon JRH 12

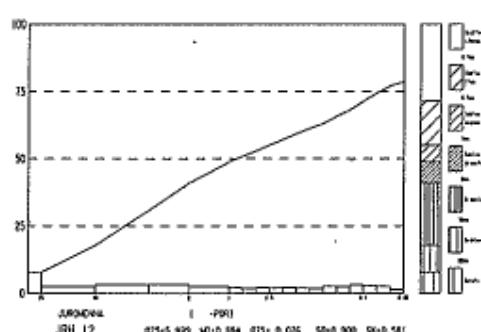
ANALYSES GEOCHIMIQUES

Carbonates : 32,5%

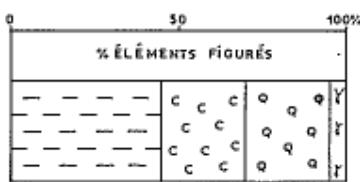
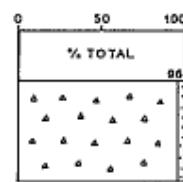
pH : 8,6

Phosphates : 0,14%

GRANULOMETRIE



COMPTAGES



- ▲ Agrégats d'éléments figurés encore cimentés ensemble.
- Eléments figurés.
- Micaschistes .
- Eléments probablement issus de la fabrication de la chaux .
- Quartz et assimilés.
- ✗ Autres éléments cristallins non distingués.

A NECRÓPOLE TARDO-ROMANA E VISIGÓTICA DA PEDREIRA. RIO DE MOINHOS - ABRANTES



CARLOS JORGE ALVES FERREIRA

RESUMO

O presente artigo dá a conhecer uma necrópole que foi objecto de uma intervenção arqueológica de emergência realizada em Novembro de 1983 pelo Departamento de Arqueologia do IPPC no sítio da Pedreira, freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Abrantes. O local tinha fornecido, através de prospecção superficial, uma grande quantidade de materiais, na sua maioria atribuíveis à época romana, e encontrava-se ameaçado pela construção da variante à Estrada Nacional nº 3 (Alcanena — Abrantes), dado que o traçado da nova via atravessava a zona de maior concentração de vestígios. A escavação revelou sepulturas da Alta Idade Média, dos séculos V a VII (para além de outros vestígios da época Romana).

1. INTRODUÇÃO

A estação arqueológica da Pedreira, situada a cerca de 1,5 kms a NW da freguesia de Rio de Moinhos nas proximidades da Estrada Nacional nº 3, foi dada a conhecer ao Instituto Português do Património Cultural em Junho de 1982 pelo seu achador (1) através de relatórios onde descrevia pormenorizadamente os materiais recolhidos por prospecção superficial (do Bronze Final à época romana) e as estruturas visíveis, propondo uma intervenção arqueológica na área abrangida pelo projecto de construção da variante à EN3 (Alcanena — Abrantes).

Feito um reconhecimento no local por técnicos do Departamento de Arqueologia e contactada a Junta Autónoma das Estradas decidiu-se realizar sondagens arqueológicas que averiguassem da efectiva importância da estação tendo em vista uma possível alteração do traçado da estrada.

Os trabalhos efectuaram-se durante o mês de Novembro de 1983 e contaram com o apoio da JAE, da Câmara Municipal de Abrantes e da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos. O acesso à estação faz-se através de um desvio à esquerda da EN3, entre os kms 105 e 106, situando-se a necrópole a cerca de 200 metros da referida estrada.

2. LOCALIZAÇÃO (Fig. 1 e 2)

O sítio da Pedreira pertence à freguesia de Rio de Moinhos, concelho de

Abrantes, distrito de Santarém, região natural do Ribatejo (coordenadas hectométricas GAUSS: M — 189 900 / P — 279 600⁽²⁾), e situa-se a cerca de 1 km do Rio Tejo, entre os 40 e os 70 metros de altitude, numa plataforma que se sucede à planície aluvial, sendo delimitada a Norte por relevos mais vigorosos constituídos essencialmente por granitos e gnaisses que aqui afloram (maciço de Rio de Moinhos — Tramagal) (GONÇALVES *et alii*, 1979, p. 52).

A área é explorada agricolarmente como olival, tendo as zonas mais elevadas sido florestadas a eucaliptos. A destruição do primitivo manto vegetal facilitou a acção erosiva das águas pluviais que, conjuntamente com os calhaus que transportam, têm contribuído, mais que o arado, para a destruição da estação.

3. METODOLOGIA

Tendo em consideração a dispersão de estruturas e espólio por uma grande área, previu-se a quadriculagem entre os Paralelos 20.200 e 20.600 metros e os Meridianos 9.800 e 10.400 metros, definindo no rectângulo assim criado zonas de 50 metros alinhadas de Norte para Sul e de Oeste para Este. Cada zona foi dividida em cortes de 5 metros de lado, numerados de igual modo. Cada corte foi subdividido em quadrados de 2 metros de lado com meio metro de banqueta para cada lado, parcialmente desmontadas depois de resolvidos os problemas estratigráficos. O espólio *in situ* foi coordenado tridimensionalmente, dado as linhas de água, que sempre atravessaram a estação, terem destruído a maioria dos estratos arqueológicos. Face às condicionantes estratigráficas do local, a convenção que acompanha as peças tem o seguinte significado:

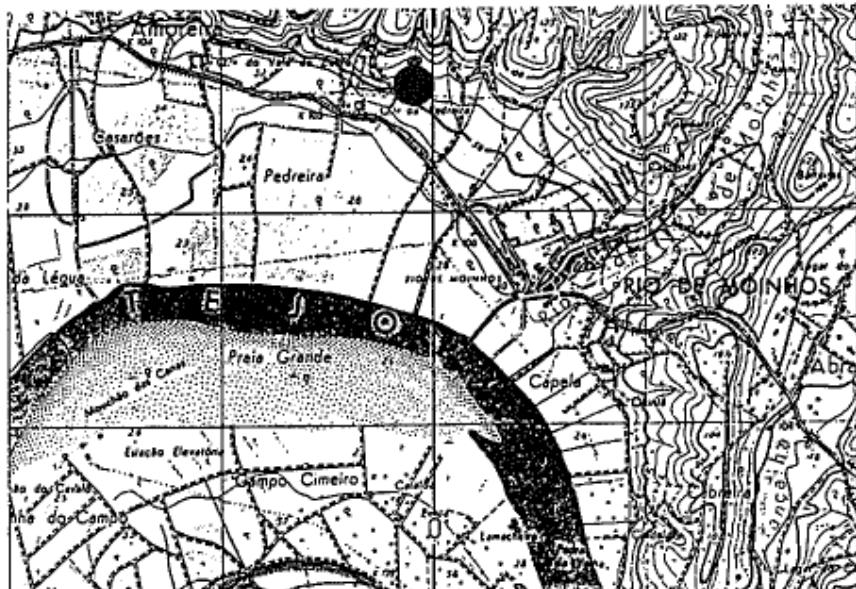


Fig. 2: Localização da Pedreira na C.M.P., esc. 1/25.000, folha 331, Abrantes.



Fig. 1: Localização da estação arqueológica da Pedreira na Península Ibérica.

RS — Recolha superficial.

00 — Camada arada ou leito de cascalho.

01 — Lentículas de terra negra ou castanha com material transportado.

02 — Peças mas provenientes de derrubos, violações, etc., deslocadas da sua posição original.

03 — Peças *in situ*.

Cabe aqui referir que se estuda, neste artigo, quase exclusivamente o espólio encontrado *in situ* da necrópole, aguardando-se para outra oportunidade o estudo integral da estação nas áreas escavadas.

No terreno, depois de implantado o eixo da via, quadricularam-se os seguintes sectores :

1 — Zona 52: Cortes 22, 32, 42, 23, 33, 43

2 — Zona 53: Cortes 51, 61, 52, 62

3 — Zona 45: Cortes 82, 92, 83, 93, 84, 94

Zona 53: Cortes 2, 3 e 4

4 — Zona 53: Cortes 36, 46

A coordenação da quadriculagem apoiou-se em dois marcos de cimento (I 142, M 10 305.169, P 20 391.059, cota 51.305 e I 143, M 10 058.355, P 20 464.401, cota 50.766) implantados pela JAE aquando do levantamento topográfico efectuado para a realização do projecto da variante.

4. A ESCAVAÇÃO (fig. 3)

A escavação nos quatro sectores abertos revelou o seguinte:

Sector 1 — Área habitacional com muro e lareira de época romana.

Sector 2 — Uma estrutura, que designámos por Estrutura II e que veio a revelar-se ser um forno de planta rectangular fornecendo na área circundante as moedas nºs 41 e 43, com cronologias entre 268 e 282.

Sector 3 — Este sector revelou o cunhal de um muro com vestígios de incêndio, um muro assente sobre calhaus rolados com derrube de telhado no interior, um piso de coloração aver-

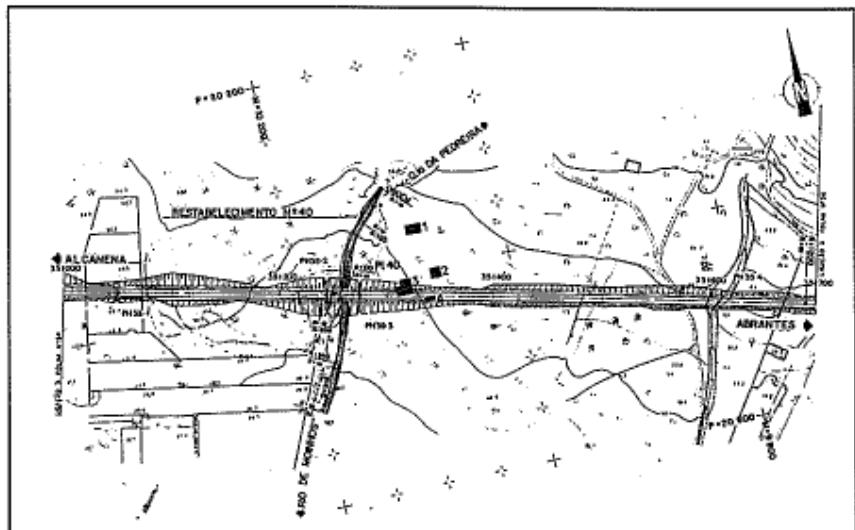


Fig. 3: Planta do projecto de execução da variante à E.N.3 (Alcanena, Abrantes), entre os Kms 35.000 e 35.700, com a implantação dos sectores escavados.

Fig. 4: Planta parcial da necrópole (sector 3).

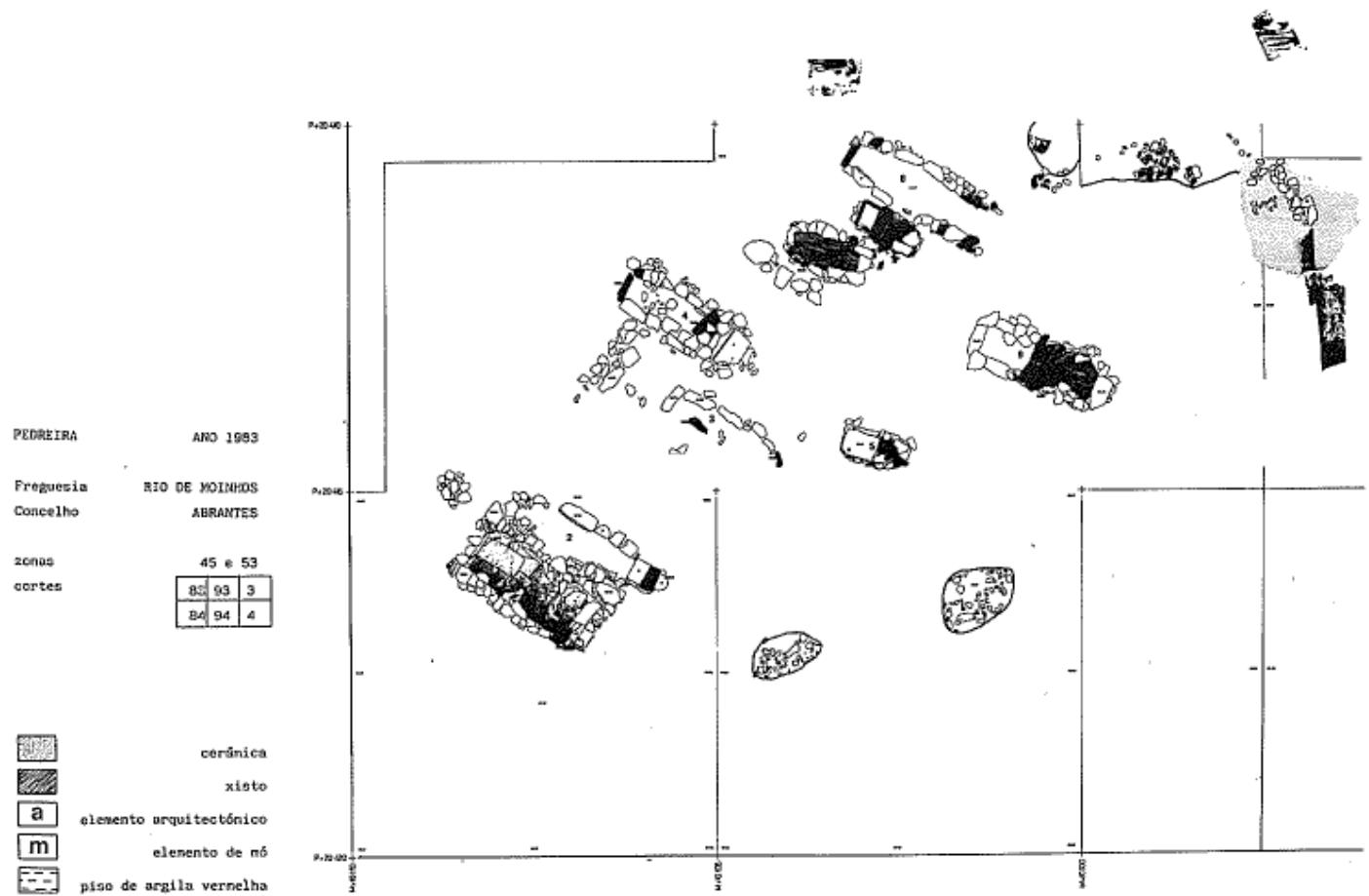




Fig. 5: Vista geral da necrópole.

melhada que integrava um fragmento de mó (peça nº 63) e uma necrópole de 11 sepulturas (3).

Sector 4 — Um terraço antigo do rio Tejo, sem vestígios arqueológicos e que poderá ser tomado como um dos limites da estação arqueológica.

A necrópole (sector 3)

As onze sepulturas escavadas abrem-se em sedimentos de época romana e depósitos coluvionares, tendo uma orientação NO/SE aproximadamente. É de referir que as moedas deixam de chegar ao local a partir de 370 (4) e o sector da



Fig. 6: Vista parcial da necrópole.

necrópole revelou apenas duas moedas romanas: nº 44, um «antoniniano» de Galieno (260 -268) e nº 45, também do séc. III.

Sepulturas

Nº1 — Sepultura de inumação, de adulto, de planta e secção rectangulares. Cobertura de *tegulae* e *imbrices* em forma de telhado de duas águas, de pastas e colorações diferentes, que abateu, preenchendo o interior. Paredes de blocos irregulares de granito e calhaus rolados regularizados na parte superior por elementos pétreos e cerâmica. Sobre o telhado, conservou-se no ângulo SE uma pequena moldura de lajes pétreas rectangulares e fragmentos cerâmicos que cobriria toda a orla do telhado. Fundo de terra com três *imbrices* para assentamento do caixão de madeira, de que se conservaram os pregos (nºs 14 a 37). Provavelmente pertenceram a um caixão de madeira, rectangular, mas de dupla vertente no topo, daí a *tegula* nº 52, perfurada por um prego, e o prego nº 37, ajudarem a consolidar uma estrutura relativamente frágil e que abateu muito rapidamente.

Não violada. Com espólio votivo — tijela (nº 1, figs. 7, 8, 28 e 34).

Dimensões interiores: Comprimento 1,80m; largura (cabeceira) 0,70m; largura (meio) 0,70m; largura (pés) 0,70m; profundidade média 0,60m.

Localização: sector 3, zona 45, corte 84.

Nº 2 — Sepultura de inumação, de adulto, de planta trapezoidal na metade inferior. Cobertura conservada apenas na zona dos pés, constituída por pequena laje de xisto e elemento de coluna de meia-cana (nº 58) de rocha de filão riolítico. Paredes de blocos paralelipípedicos e três elementos de coluna de meia-cana de calcário, um deles (nº 62) delimitando a caixa na zona dos pés. A metade superior está destruída, conservando apenas um bloco de

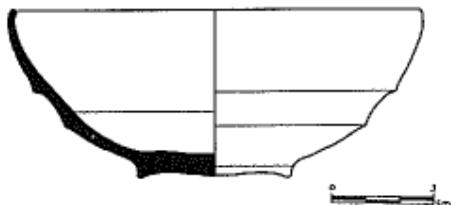


Fig. 7: Tijela da sepultura nº 1.

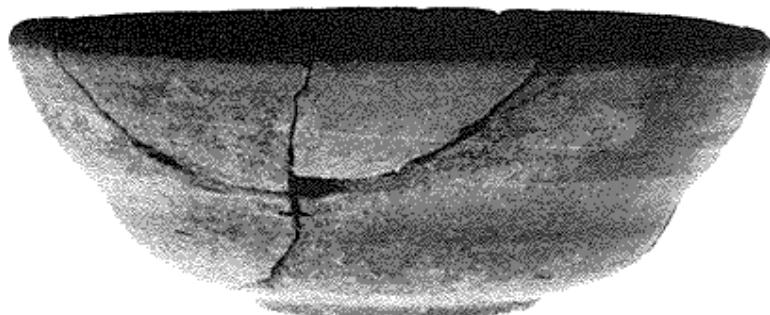


Fig. 8: Tijela da sepultura nº 1.

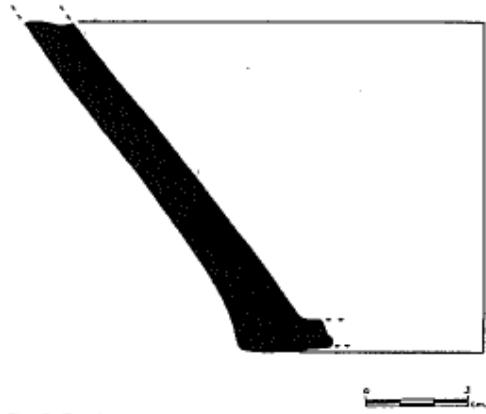


Fig. 9: Fundo.



Fig. 10: Bordo de cerâmica (sepultura nº6).

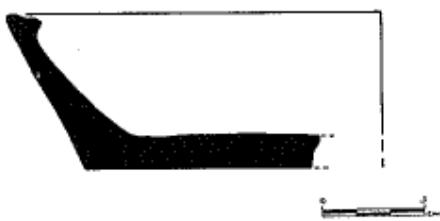


Fig. 11: Frigideira da área da necrópole.



Fig. 12: Asa.

granito na parede lateral direita. O centro da sepultura está assinalado pelos elementos de coluna de meia-cana, afrontados (nºs 60 e 61). Fundo de tijoleira (Figs. 33 e 35).

Muito destruída. Não revelou espólio.

Dimensões interiores: c. ?; l.(c.) ?; l.(m.) ?; l. (p.) 0,15m; pm.0,29m.

Localização: s. 3, z. 45, c. 84.

Nº 3 — Sepultura de inumação, de adulto, destruída, provavelmente pela plantação da oliveira situada a seu lado. Da cobertura conservou-se um fragmento de laje de xisto no interior. Parede lateral arqueada formada, como a pedra de cabeceira, por blocos talhados irregularmente. Fundo de calhaus rolados (Fig. 36).

Muito destruída. Espólio de inumação vestida — fivela de aro rectangular (nº 6, fig. 13).

Dimensões interiores: c. +1,60m; l. (c.) 0,35m; l. (m.) ?; l. (p.) ?; p.m. 0,22m.

Localização: s. 3, z. 45, c. 83 e 93.

Nº 4 — Sepultura de inumação, de adulto, de planta subtrapezoidal, violada na zona da cabeceira (nesta zona o interior forneceu um pequeno fragmento de rocha riolítica e uma cunha de ferro (nº 9). Cobertura transversal conservada apenas na zona dos pés, formada por laje de xisto e placa moldurada, de calcário (nº 56), reforçada por blocos de pedra e calhaus rolados. Paredes da parte superior de lajes de xisto e granito (cabeceira) e na zona inferior (pés), blocos paralelipédicos de rocha riolítica, dispostos de forma acentuadamente trapezoidal. Paredes laterais arqueadas. Fundo de calhaus rolados (fig. 36).

Com negativo de violação na zona da cabeceira. Sem espólio.

Dimensões interiores: c. 1,70m; l.(c.) 0,35m; l.(m.) 0,35m; l.(p.) 0,20m; pm. 0,45m.

Localização: s. 3, z. 45, c. 83 e 84.

Nº 5 — Sepultura de inumação, de criança, de planta subtrapezoidal, intacta. Cobertura formada por bloco de calcário e laje de xisto, reforçada por um anel de

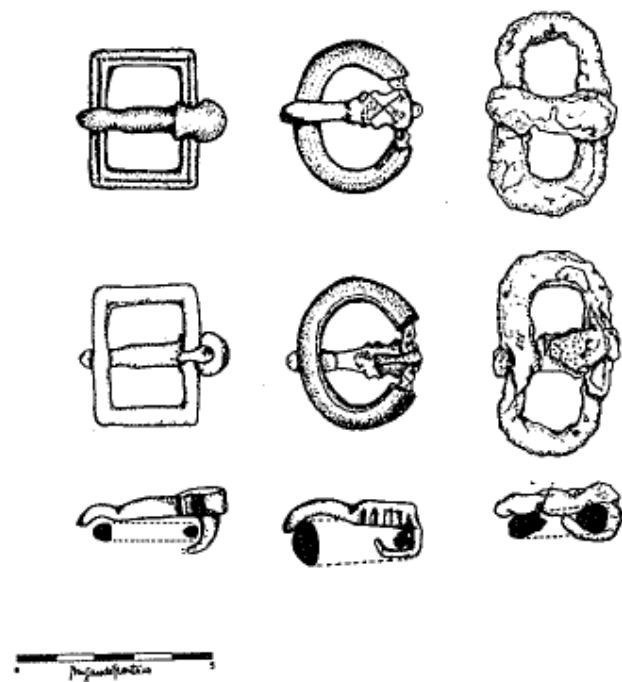


Fig. 13

Fig. 14

Fig. 15

Fig. 13: Fivela de aro rectangular - sepultura nº3; Fig. 14: Fivela de aro ovalado - sepultura nº 8; Fig. 15: Fivela de aro riniforme - sepultura nº8

pequenas pedras e fragmentos de cerâmica. Caixa de bloco de granito mal afeiçoados e de pequenas dimensões. Fundo de calhaus rolados (fig. 37).

Não violada. Sem espólio.

Dimensões interiores: c. 0,65m; l.(c.) 0,25m; l.(m.) 0,25m; l.(p.) 0,20m; pm. 0,20m.

Localização: s. 3, z. 45, c. 93.

Nº 6 — Sepultura de inumação, de criança, de planta subtrapezoidal, não violada. Selada por uma laje de xisto ovalada, assente longitudinalmente. A esta sobreponham-se pedras de granito e calcário, conservadas na zona dos pés, dando um aspecto trapezoidal à cobertura (as que faltam encontram-se tombadas a certa profundidade em relação ao topo da sepultura, nas imediações da cabeceira). Paredes cuidadas, formadas por pedras de faces regularizadas de granito. Cabeceira de bloco de rocha riolítica rectangular e com vestígios de pico, partido para se adaptar às medidas da sepultura. Fundo de calhaus rolados (figs. 38 a 42).

Não violada. Sem espólio.

Dimensões interiores: c. 0,90m; l.(c.) 0,30m; l.(m.) 0,30m; l.(p.) 0,25m; pm. 0,20m.

Localização: s. 3, z. 45, c. 93.

Nº 7 — Sepultura de inumação, de criança, de planta subtrapezoidal, violada

na zona da cabeceira (nesta zona o interior forneceu um pequeno fragmento de xisto, estando preenchido de areão). Cobertura e paredes de lajes de xisto e blocos de granito. Os dois blocos de granito sobre a laje de xisto da zona dos pés poderiam fazer parte de um remate da cobertura, idêntico ao que se conservou, parcialmente, na sepultura nº 6. Fundo de calhaus rolados pequenos (fig. 42).

Violada na zona da cabeceira. O espólio é constituído pela «pega» (nº 10, fig. 20).

Dimensões interiores: c. 0,75m; l.(c.) 0,30m; l.(m.) 0,25m; l.(p.) 0,20m; pm. 0,25m.

Localização: s. 3, z. 45, c. 93.

Nº 8 — Sepultura de inumação, de adulto, de planta subtrapezoidal. Nesta sepultura é bem visível o nivelamento da parte superior das paredes com pequenas pedras e fragmentos de cerâmica, para assentamento da cobertura, que não se conservou. Cabeceira de laje de xisto. Paredes arqueadas com placa moldurada, de rocha de filão riolítico, na parede lateral esquerda, na zona da cabeceira (nº 57). Esta parede «abre-se» na zona de contacto com a sepultura nº 7, estando aí interrompida. A zona dos pés não apresentou nenhum elemento pétreo que a delimitasse a SE. Fundo de calhaus rolados (figs. 42, 43 e 47).

Sem vestígios de cobertura. Espólio de inumação vestida — fivela de aro ovalado (nº 7, fig. 14) e fivela de aro riniforme (nº 8, fig. 15). Punção de bico (nº 12, fig. 21).

Dimensões interiores: c. +2,00m; l.(c.) 0,35m; l.(m.) ?; l.(p.) 0,35m; p.m. 0,37m.

Localização: s. 3, z. 45, c. g3.

Nº 9 — Sepultura de inumação, de adulto, de planta subtrapezoidal, sem vestígios de cobertura na zona da cabeceira. Cobertura conservada na metade inferior, de lajes de xisto assentes transversalmente, parte delas fracturadas e abatidas para o interior da sepultura. Paredes de blocos irregulares de granito,

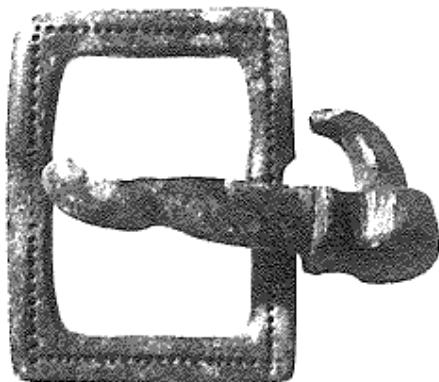


Fig. 16: Fibula de aro rectangular.



Fig. 17: Fibula de aro ovalado.



Fig. 18: Fibula riniforme.

apresentando formato acentuadamente trapezoidal. Fundo de calhaus rolados (figs. 44 e 45).

Sem cobertura na zona da cabeceira. Sem espólio.

Dimensões interiores: c. 1,70m; l.(c.) 0,40m; l.(m.) 0,35; l.(p.) 0,25m; pm. 0,40m.

Localização: s. 3, z. 45 e 53, c. 93 e 3.

Nº 10 — Sepultura de inumação, muito destruída. Fossa aberta em sedimentos romanos. Conservaram-se *in situ* três blocos de granito irregulares, pertencentes às paredes laterais (fig. 48).

Muito destruída. O anel (nº 40) poderá provir da violação desta sepultura.

Dimensões interiores: c. t 0,70m; l.(c.) ?; l.(m.) 0,34; l.(p.) ?; pm. 0,20m. Localização: s. 3, z. 45, c. 93.

Nº 11 — Fossa aberta em sedimentos de época romana. Não conservou nenhum elemento pétreo da caixa (fig. 48).

Muito destruída.

Dimensões interiores: impossíveis de determinar.

Localização: s. 3, z. 4S, c. 92.

CATÁLOGO DAS PEÇAS

97

Cerâmica

Nº 1 — Tijela completa, embora fragmentada, de pasta fina porosa, de coloração laranja, com mica e cerâmica moída laranja escura. Paredes divergentes com estrangulamento a meia altura. Bordo ligeiramente espessado para dentro. Pequeno pé de tipo anular. Superfície interna muito atacada pela acidez do terreno. Superfície exterior com estrias de roda, muito visíveis no fundo. Notam-se vestígios de engobe na superfície exterior (figs. 7 e 8).

Dimensões: diâmetro do bordo — 122 mm

altura — 48 mm

diâmetro do fundo — 48 mm

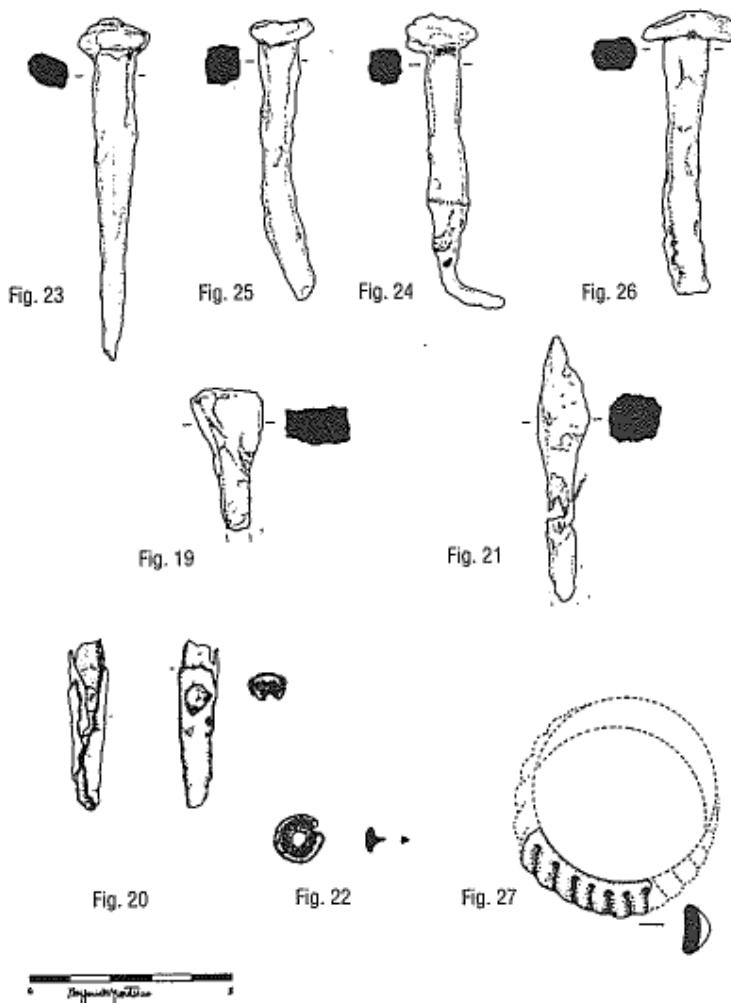
Localização: No ângulo superior direito, zona da cabeceira, da sepultura nº 1. 03.

Nº 2 — Fundo de pasta grosseira, compacta, com elementos de quartzo e mica, de coloração interior vermelha-alaranjada e exterior castanha-avermelhada. Com desgaste de uso (fig. 9).

Dimensões: diâmetro do fundo — 130 mm

Localização: s. 3, z. 45, c. 84 (sobre a sepultura nº 1). 02.

Nº 3 — Asa trilobada de pasta semi-compacta, fina, com mica, de



Legenda: 19 — Cunha de ferro; 20 — "Pega"; 21 — Punção de bico; 22 — Anilha de bronze; 23 — Prego vertical da sepultura nº 1; 24 — Prego de "módulo" da sepultura nº 1; 25 — Prego ligeiramente encurvado da sepultura nº 1; 26 — Prego em "T", intrusão na sepultura nº 1; 27 — Bracelete de vidro.

coloração bege (fig. 12).

Localização: s. 3, z. 45, c. 04 (sobre a sepultura nº 1). 02.

Nº 4 — Bordo extrovertido, com canelura, de pasta bege, porosa, fina, com mica e cerâmica moída (fig. 10).

Localização: metade inferior da sepultura nº 6, a 12cm do fundo. 02.

Nº 5 — Frigideira de pasta friável, com elementos de mica e quartzo, de coloração acastanhada e negro de fumo no interior. Parede divergente abaulada com bordo biselado e espessado para o interior (fig. 11).

Dimensões: diâmetro do bordo — 220 mm
Localização: s. 3, z. 45, c. 83-4. 02.

Metais

Fivelas

Nº 6 — Fivela de cinturão, de bronze. Aro e secção rectangulares, com decoração em picotado sobre a superfície exterior e encaixe para articulação do fusilhão. A zona de apoio do fusilhão apresenta ligeiro rebaixamento e desgaste de uso. Fusilhão de base escudiforme com estrangulamento na zona da ponta e inclinação para baixo na extremidade de apoio sobre o aro (figs. 13 e 16).

Dimensões: aro — 30x37 mm
comp. fusilhão — 38 mm
espessura máxima — 16 mm

Localização: Zona da cabeceira da sepultura nº 3. 02.

Nº 7 — Fivela de liga de chumbo. Aro ovalado e secção aproximadamente em D. Eixo para articulação do fusilhão muito desgastado, originalmente de secção circular, com vestígios ferrosos da mola. Fusilhão de bronze, de base escudiforme decorada por duas linhas incisas cruzadas, com estrangulamento na proximidade da base e inclinação para baixo na extremidade de apoio sobre o aro (figs. 14 e 17).

Dimensões: aro — 34x40 mm
comp. fusilhão — 30 mm
espessura máxima — 14 mm
Localização: Na zona central da metade superior da sepultura nº 8. A 6 cm do fundo. 02.

Nº 8 — Fivela de metal ferroso, de aro rini-forme, bastante oxidada (figs. 15 e 18).

Dimensões: aro — 28x52 mm
comp. fusilhão — 33 mm
espessura máxima — 19 mm

Localização: Na zona central da sepultura nº 8. A 1 cm do fundo. 03 (?).

Outros metais

Nº 9 — Cunha de ferro (fig. 19).

Dimensões: comprimento máximo conservado — 34 mm

no topo — 18x10 mm

Localização: Sepultura 4. A 30 cm do fundo. 02.

Nº 10 — Duas folhas de bronze, unidas por um prego do mesmo metal (fig. 20).

Dimensões: comprimento máximo — 41 mm

largura máxima — 9 mm

espessura máxima — 6 mm

Localização: Ângulo superior direito da sepultura nº 7, violada nessa área. A 12 cm da base da sepultura. A violação atingiu o fundo nesse local como o prova um fragmento de xisto assente sobre este. 02.

Nº 11 — Placa de ferro semicircular, de secção rectangular, biforcada numa extremidade. Fragmento (s/ il.)

Dimensões: comprimento — 38 mm

espessura — 10 x 5 mm

Localização: Sepultura nº 7, nas proximidades da parede lateral esquerda, à cota do fundo da sepultura. 03.

Nº 12 — Punção de bico, de ferro (fig. 21).

Dimensões: comprimento total conservado — 66 mm

Localização: sepultura nº 8, ângulo superior direito. A 5 cm do fundo. 02.

Nº 13 — Anilha de bronze (fig. 22).

Dimensões: diâmetro máximo — 13 mm

espessura máxima — 6 mm

Localização: s. 3, z. 53, c. 2-1. No interior do cunhal do muro. 02.

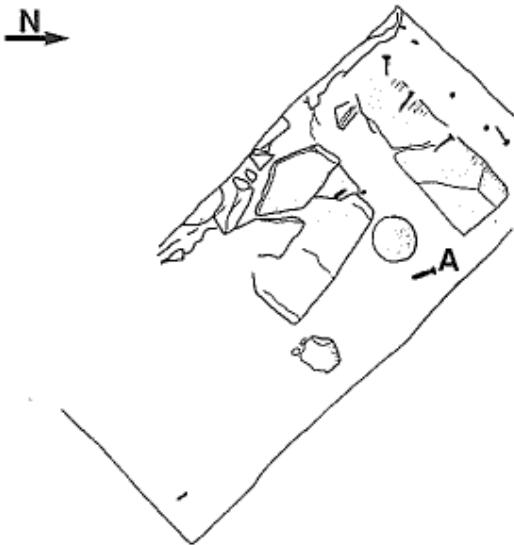


Fig. 28: Planta nº 2 da sepultura nº 1 com tijela *in situ* (A). Esc. 1/30.

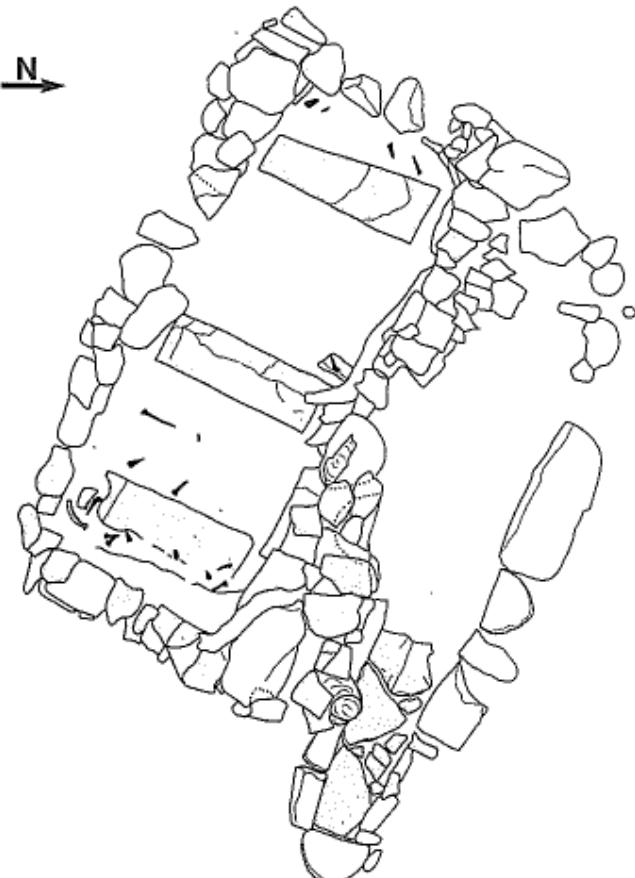


Fig. 29: Planta nº 3 das sepulturas nºs 1 e 2; Esc. 1/30.

Pregos da sepultura nº 1

Os pregos são de ferro. A haste é de secção aproximadamente quadrangular. A cabeça, descentrada em relação à haste, é de planta entre o rectangular e o losangular, de secção elipsoidal.

- a) comprimento total do prego.
- b) medidas da haste tomadas abaixo da orla da cabeça.
- c) medidas da cabeça: comprimento x largura x espessura na orla. Dentro de parêntesis a sua espessura máxima.

Atendendo a que os pregos foram medidos posteriormente ao restauro e se encontravam bastante corroídos, o comprimento original dos pregos rondaria os 8 cm. A haste, de secção quadrangular, seria de 9 mm, aproximadamente.

Prego em posição oblíqua no ângulo superior esquerdo (zona da cabeceira)

Nº 14 — Prego de ferro (s/i.l.).

- Dimensões: a) 80 mm
b) 11x9 mm
c) 21x15x4 (6) mm

Pregos da zona da cabeceira em posição ligeiramente oblíqua

Nº 15 — Prego de ferro (fig. 23).

- Dimensões: a) 73 mm
b) 10x10 mm
c) 15x14x3 (3) mm

Nº 16 — Prego de ferro (s/i.l.).

- Dimensões: a) 73 mm
b) 10x9 mm
c) 19x12x3 (6) mm

Nº 17 — Prego de ferro (s/i.l.).

- Dimensões: a) 77 mm
b) 11x10 mm
c) 19x15x4 (7) mm

Nº 18 — Prego de ferro (s/i.l.).

- Dimensões: a) 77 mm
b) 11x10 mm
c) 19x15x4 (7) mm

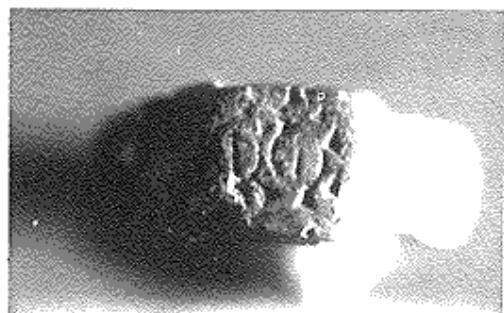


Fig. 30: Anel visigótico.



Fig. 31: Sepulturas nºs 1 e 2 em fase de escavação.



Fig. 32: Sepultura nº 1 com tijela votiva *in situ*.



Fig. 33: Sepultura nº 1 com *imbrices* do fundo e pregos da zona dos pés *in situ*.



Fig. 34: Sepulturas nºs 1 e 2, mostrando a diferença de cotas e aparelhos construtivos.

Pregos em posição vertical da zona dos pés

Nº 19 — Prego de ferro (s/il.)

Dimensões: a) 74 mm

b) 11x10 mm

c) 18x18x4 (6) mm

Nº 20 — Prego de ferro (s/il.)

Dimensões: a) 77 mm

b) 10x9 mm

c) 21x15x4 (9) mm

Nº 21 — Prego de ferro (s/il.)

Dimensões: a) 74 mm

b) 11x9 mm

c) 18x18x3 (5) mm

Pregos em posição oblíqua no ângulo inferior direito (zona dos pés).

Nº 22 — Prego de ferro (s/il.)

Dimensões: a) 81 mm

b) 9x9 mm

c) 19x18x6 (8) mm

Nº 23 — Prego de ferro (s/il.).

Dimensões: a) 74 mm

- b) 10x10 mm
- c) 22x14x3 (6) mm

Pregos em posição horizontal no ângulo inferior esquerdo (zona dos pés).

Nº 24 — Prego de ferro (s/il.).

Dimensões: a) 72 mm

- b) 9x9 mm
- c) 18x17x5 (8) mm

Nº 25 — Prego de ferro (s/il.).

Dimensões: a) + 57 mm

- b) 11x10 mm
- c) 20x17x5 (8) mm

Pregos em posição horizontal sobre o *imbrex* da cabeceira.

Nº 26 — Prego de ferro (s/il.).

Dimensões: a) 81 mm

- b) 9x9 mm
- c) 16x15x2 (7) mm

Nº 27 — Prego de ferro (s/il.).

Dimensões: a) 77 mm

- b) 11x11 mm
- c) 19x18x2 (6) mm

Nº 28 — Prego de ferro (s/il.).

Dimensões: a) 78 mm

- b) 9x9 mm
- c) 16x14x2 (6) mm

Pregos de «módulo» de 55 mm

Nº 29 — Prego de ferro (fig. 24).

Dimensões: a) 80 mm

- b) 9x9 mm
- c) 22x15x3 (7) mm

Nº 30 — Prego de ferro (s/il.).

Dimensões: a) 77 mm

- b) 9x9 mm
- c) 20x19x4 (5) mm

Nº 31 — Prego de ferro (s/il.).

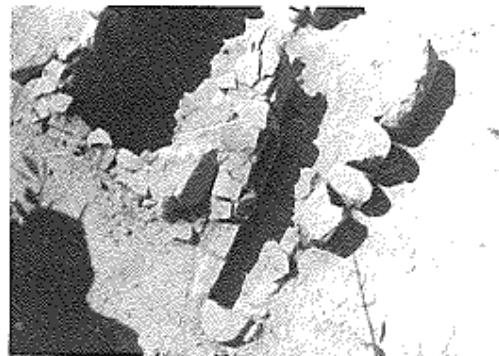


Fig. 35: Sepulturas nºs 1 e 2, mostrando a diferença de orientação e forma.



Fig. 36: Sepulturas nºs 3 e 4.



Fig. 37: Sepultura nº 5.



Fig. 38: Sepulturas nº 6 na primeira fase de escavação.



Fig. 39: Sepultura nº 6 na segunda fase de escavação.

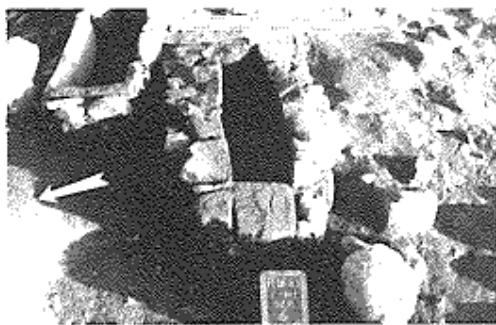


Fig. 40: Sepultura nº 6 na terceira fase de escavação.

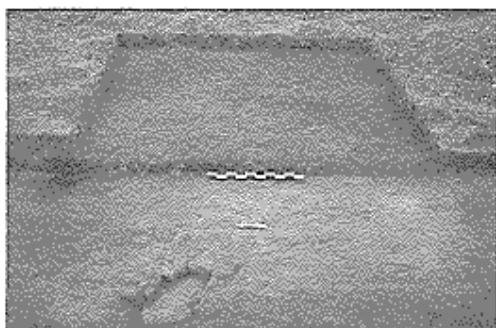


Fig. 41: Aspecto geral da escavação com aparecimento da sepultura nº 6.



Fig. 42: Sepultura nºs 6, 7 e 8.

Dimensões: a) 76 mm
b) 10x9 mm
c) 19x15x3 (5) mm

Nº 32 — Prego de ferro (s/i.).

Dimensões: a) 82 mm
b) 11x11 mm
c) 15x13x3 (4) mm

Pregos ligeiramente encurvados

Nº 33 — Prego de ferro (fig. 25).

Dimensões: a) +69 mm
b) 10x10 mm
c) 16x15x5 (6) mm

Nº 34 — Prego de ferro (s/i.).

Dimensões: a) + 65 mm
b) 9x9 mm
c) 21x17x3 (6) mm

Nº 35 — Prego de ferro (s/i.).

Dimensões: a) 81 mm
b) 10x9 mm
c) 18x17x4 (7) mm

Nº 36 — Prego de ferro (s/i.).

Dimensões: a) 77 mm
b) 11x11 mm
c) 13x13x3 (3) mm

Bico de prego (ver *tegula* nº 52)

Nº 37 — Prego de ferro, fragmento (s/i.).

Dimensões: comprimento máximo conservado (da haste) — 45 mm
espessura máxima conservada (da haste) — 9x6 mm
Somando a espessura da *tegula* nº 52, de 2,5 cm + 0,2 cm da cabeca + 4,5 cm
do comprimento da haste dá um prego de comprimento máximo de 72 cm.
Localização: Sepultura nº 1. 02.

Nº 38 — Prego de ferro, em forma de T, partido na haste (fig. 26).

Dimensões: a) + 68 mm
b) 10x9 mm
c) 23X13X3 (8) mm

Localização: sepultura nº 1. Intrusão. 02.

Nº 39 — Fragmentos de ferro (dois) (s/ii.).

Dimensões: fragmento maior
comprimento máximo — 44 mm
espessura média — 7 mm
fragmento menor
comprimento máximo — 19 mm
espessura média — 7 mm

Localização: sepultura nº 1. Intrusão. 02.



Fig. 43: Elemento arquitectónico da sepultura nº 8.

Anel

Nº 40 — Anel de bronze, com sinete decorado e letras grayadas (5).

Foi encontrado entre a sepultura nº 9 e a nº 10 (fig. 30).

Localização: s. 3, z. 53, c. 3-1.



Fig. 44: Sepultura nº 9.

Moedas

Nº 41 — «Antoniniano» de Probo (276-282).

Diâmetro máximo: 24 mm

Localização: s. 2, z. 53, c. 51-1. 02.

Nº 42 — *Nummus* de Constantino II, César (317-337).

Diâmetro máximo: 19 mm

Localização: s. 2, z. 53, c. 52-1. 00.

Nº 43 — «Antoniniano» de Cláudio II, imitação (268-270).

Diâmetro máximo: 15 mm

Localização: s. 2, z. 53, c. 61-2. 02.

Nº 44 — «Antoniniano» de Galieno (260-268).

Diâmetro máximo: 13 mm

Localização: s. 3, z. 45, c. 94-1. 01.

Nº 45 — «Antoniniano» ? (séc. III).

Diâmetro máximo: 16 mm

Localização: s. 3, z. 45, c. 92-4. 02.



Fig. 45: Sepultura nº 9. Aspecto do abatimento da cobertura.

Vidro

Nº 46 — Bracelete de vidro negro, opaco (fragmento). Aro decorado com estrias oblíquas, paralelas, distribuídas regularmente. A superfície exterior apresenta desgaste de uso e ligeiro picado (fig.27).



Fig. 46: Piso avermelhado com fragmento de mó.



Fig. 47: Sepultura nº 8 (os pregos indicam a posição da fibela ovalada e da punção de bico).



Fig. 48: Sepulturas nºs 10 e 11 e cunhal de muro romano.

Dimensões: diâmetro interior — cerca de 42 mm
 altura do aro — 12 mm
 espessura máxima — 5 mm
 Localização: s. 3, z. 45, c. 83-1. 01.

Osso

Nº 47 — Fragmento de osso (s/il.).
 Dimensões: - 5 mm
 Localização: sepultura nº 9, nas proximidades da parede lateral direita, sob a laje de xisto que abateu para o interior. A 2cm do fundo.

CERÂMICA DE CONSTRUÇÃO

Cerâmica da cobertura da sepultura nº 1

Nº 48 — Imbrex do cume do telhado de dupla vertente, digitado com 4 sulcos, de coloração laranja-avermelhada.

Dimensões: comprimento máximo — 58,5 cm

largura máxima — 31 cm

largura mínima — 28,5 cm

espessura máxima — 2,5 cm

Localização: Parte superior da sepultura nº 2. 03.

Nº 49 — Imbrex do cume do telhado da sepultura nº 2, de coloração vermelho-acastanhada.

Dimensões: comprimento máximo — 58 cm

largura máxima — 27,5 cm

largura mínima — 20,5 cm

espessura máxima — 2,5 cm

Localização: Parte central da sepultura nº 2. 03.

Nº 50 — Imbrex de junção das *tegulae*, com vestígios de digitação e coloração castanha-avermelhada.

Dimensões: comprimento máximo conservado — 48 cm

largura máxima conservada — 13,5 cm

espessura máxima — 1,5 cm

Localização: Parte superior esquerda da sepultura nº 2. 03.

Nº 51 — Imbrex de junção das *tegulae*.

Dimensões: comprimento máximo — 53 cm

largura máxima — 13 cm

espessura máxima — 1,5 cm

Localização: Parte central esquerda da sepultura nº 2. 03.

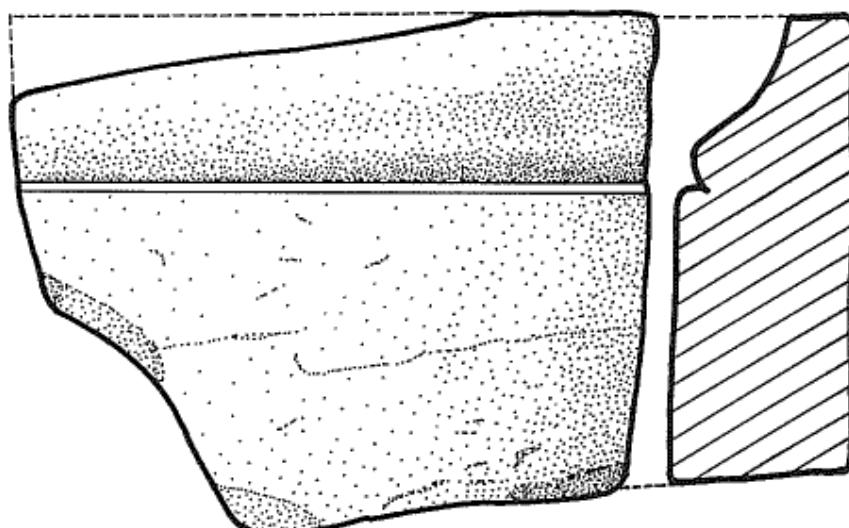


Fig. 49: Placa moldurada da sepultura nº 4.

Nº 52 — *Tegula* fragmentada, mas completa, de coloração vermelho-acastanhada, com pasta incorporando grão de quartzo e mica. Atravessada por um prego na parte central. O prego está muito desgastado (medidas da cabeça: 21x20x2 mm — ver prego nº 37). A *tegula* apresenta lascamento na parte interior provocado pela perfuração efectuada pelo prego.

Dimensões: comprimento máximo — 55 cm

largura máxima — 40 cm

espessura — 2,5 cm

altura do rebordo — 4,5 a 5,5 cm

Localização: Na parte superior da sepultura nº 1, lado esquerdo. 03.

Imbrices do fundo da sepultura nº 1.

Nº 53 — *Imbrex* fragmentado, completo. Digitado com 4 sulcos em todo o comprimento. Pasta de coloração laranja-avermelhada incorporando grãos de mica e quartzo.

Dimensões: comprimento máximo — 58,5 cm

largura máxima — 19,5 cm

largura mínima — 15,5 cm

espessura máxima — 2 cm

Localização: Cabeceira da sepultura nº 1.

Nº 54 — *Imbrex* de pasta de coloração laranja-avermelhada, incorporando grãos de mica e quartzo.

Dimensões: comprimento máximo — 66 cm

largura máxima — 16,5 cm

largura mínima — 13,5 cm

espessura máxima — 2 cm

Localização: Parte central da sepultura nº 1.

Nº 55 — *Imbrex* de pasta de coloração laranja-avermelhada, incorporando grãos de mica e quartzo.

Dimensões: comprimento máximo — 60,5 cm

largura máxima — 19 cm

largura mínima — 14 cm

espessura máxima — 2 cm

Localização: Pés da sepultura nº 1.

ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS

Nº 56 — Placa moldurada, de rocha riolítica. A placa encontra-se fracturada no topo esquerdo e na base esquerda. A superfície para adossamento à construção de onde proveio apresenta alisamento, embora irregular, e vestígios de pico. A parte frontal, a partir da moldura para baixo, apresenta também trabalho de pico, irregular (fig. 49).

Dimensões: máximas da placa — 44x54x14,5 cm

altura da moldura — 14 cm

espessura da moldura no topo — 6 cm

Localização: Parte inferior da sepultura nº 4, como laje de cobertura transversal. 03.

Nº 57 — Placa moldurada, de rocha riolítica. A placa encontra-se completa, com superfície regularizada para adossamento à construção de onde proveio e vestígios de pico (fig. 50).

Dimensões: máximas da placa — 25x40x14,5 cm

altura da moldura — 15 cm

espessura da moldura no topo — 5,5 cm

Localização: Na parede lateral esquerda, zona da cabeceira da sepultura nº 8. 03.

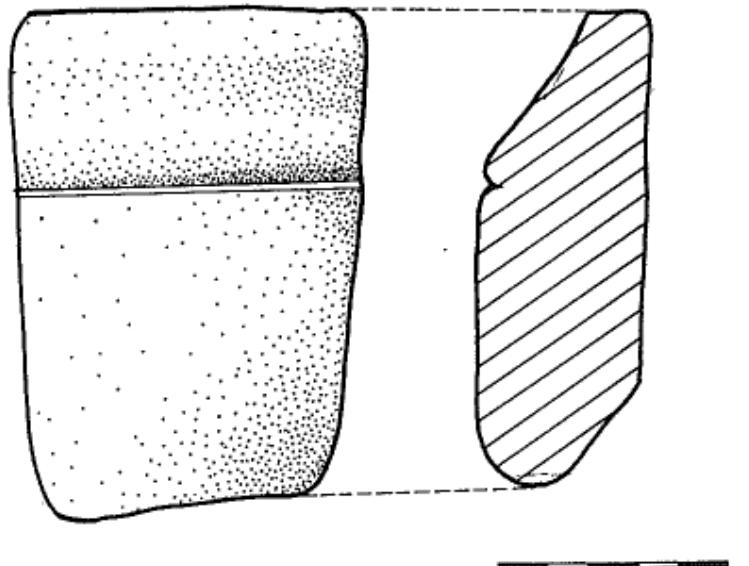


Fig. 50: Placa moldurada da sepultura nº 8.

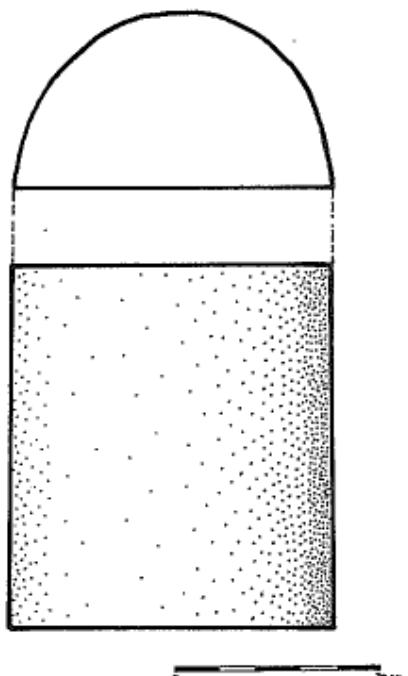


Fig. 51: Elemento de coluna de meia-cana da sepultura nº 2, lado direito nº 61.

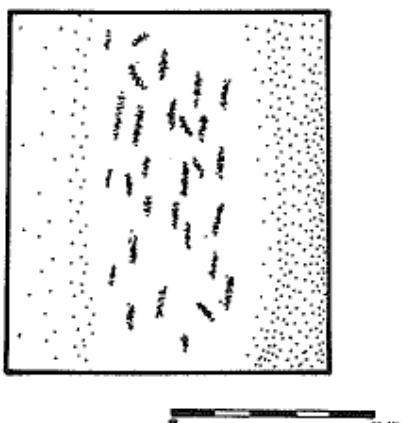


Fig. 52: Reverso da fig. 51.

Nº 58 — Coluna de meia-cana, de rocha de filão riolítico.

Elemento de coluna, completo, com vestígios da acção do fogo (coloração avermelhada e fissuras). Negativo de pico na superfície destinada a adossamento à construção de onde proveio.

Dimensões: 29 x 22 x 16,5 cm

Localização: Parte inferior da sepultura nº 2, como laje de cobertura transversal, próxima dos pés. 03.

Nº 59 — Coluna de meia-cana, de rocha de filão riolítico. O elemento de coluna está fracturado em relação à sua altura original. Apresenta vestígios de fogo (coloração avermelhada) posterior à sua fractura e vestígios de pico na superfície destinada a adossamento à construção de onde proveio.

Dimensões: (18) x22x16,5 cm

Localização: Sepultura nº 2. 02.

Nº 60 — Coluna de meia-cana, de rocha de filão riolítico. Elemento de coluna, fragmento, com vestígios da acção do fogo (calcário avermelhado). Negativo de pico na superfície destinada a adossamento à construção de onde proveio.

Dimensões: (26) x22x16,5 cm

Localização: Parte central da parede esquerda da sepultura nº 2. 03.

Nº 61 — Coluna de meia-cana, de rocha de filão riolítico. Elemento de coluna, completo, com estalamento da superfície. Negativo de pico na superfície destinada a adossamento à construção de onde proveio (fig. 51 e 52).

Dimensões: 29x22x16,5 cm

Localização: Parte central da parede direita da sepultura nº 2. 03.

Nº 62 - Coluna de meia-cana, de rocha de filão riolítico.

Elemento de coluna, fragmento, com vestígios da acção do fogo (coloração avermelhada). Negativo de pico na superfície destinada a adossamento à construção de onde proveio.

Dimensões: (15)x22x16,5 cm

Localização: Parte inferior da sepultura nº 2. É o elemento que define a parede dos pés da sepultura. 03.

Nº 63 — Mó manuária de granito, fragmento (fig. 53).

Localização: S.3, 2.53, c.3 -1. 03.

As sepulturas encontram-se destruídas pela lavra do terreno e pela plantação de oliveiras que removeram elementos da estrutura das caixas sepulcrais, encontrando-se muito destruídas a sepultura nº 2, de que desapareceu a metade superior e a sepultura nº 3, sem lado esquerdo. No caso da sepultura nº 8, a actual ausência de qualquer vestígio de cobertura, eventualmente removida pelo arado, não prova a sua violação. Foi a sepultura que forneceu duas das três fivelas da necrópole (as de aro ovalado e riniforme), única prova de reutilização das sepulturas face à ausência de vestígios ósseos.

As violações encontram-se documentadas apenas no caso das sepulturas nºs 4, 7 e 9 e localizam-se sempre na zona da cabeceira, o que leva a pensar em violações antigas, em que os elementos da cobertura ainda estariam a descoberto.

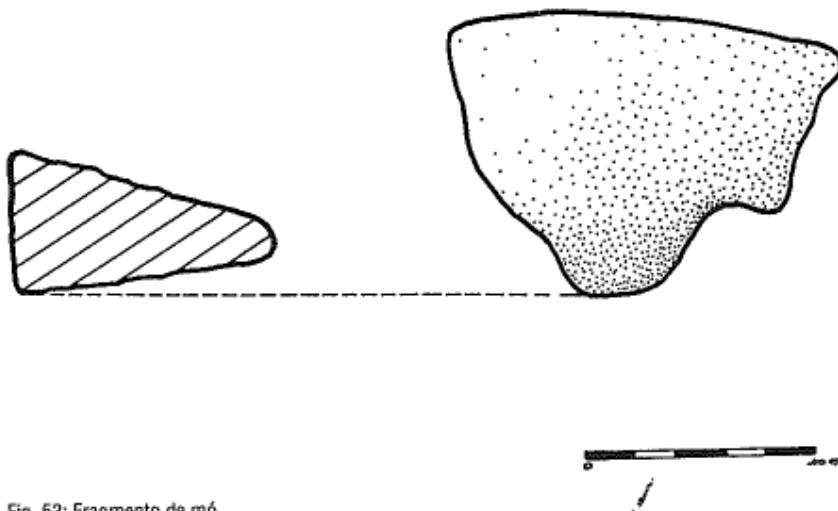


Fig. 53: Fragmento de mó.

to. Esta circunstância adverte-nos para o facto de o espólio recuperado poder não corresponder à totalidade do espólio depositado. Por se terem mantido intactas as sepulturas nºs 5 e 6, de criança, que não forneceram espólio, provavelmente os antigos violadores conheceriam os hábitos de inumação desta necrópole.

A necrópole hispano-visigótica parece restringir-se ao núcleo de dez sepulturas detectadas na campanha de 1983 dado que a abertura das áreas adjacentes à necrópole, efectuada na campanha de 1984 não revelou mais sepulturas. Tratar-se-á do cemitério de uma pequena comunidade rural, eventualmente familiar, circunstância que parece verificar-se noutro caso, geográfica e cronologicamente próximo como é o das três sepulturas de S. Miguel do Rio Torto (Abrantes) (CANDEIAS e PONTE, 1981).

O único caso em que o vínculo familiar parece provado arqueologicamente é o das sepulturas nº 7, pelas dimensões eventualmente de recém-nascido, e a nº 8, de adulto, apresentando a parede esquerda desta uma interrupção na zona de contacto com a caixa da sepultura nº 7 (sepulturas de mãe e filho recém-nascido?).

Quanto à distribuição espacial das sepulturas, estas parecem manter um espaço envolvente vazio, situação que apenas não se verifica no caso das sepulturas nºs 7 e 8, e no caso da sepultura nº 2. Esta sepultura está quase completamente destruída na sua metade superior e parece «desconhecer» a sepultura nº 1.

A sepultura nº 1 inaugura o local como cemitério e poderá datar-se do séc. V: a sua forma, materiais utilizados e espólio é claramente tardio-Romana (cf. para a tijela ALARCÃO, V, nº 622, p.96, 133, 134, Est. XXX) mas a deposição desta no ângulo superior direito da sepultura, junto da cabeça do defunto, reflectirá já influências germânicas (BARROCA, 1987, p.78). A cronologia das restantes sepulturas é fornecida pelas fivelas, com datação centrada no séc. VI (RIPOLL, 1985, p.38 e 39). Neste conjunto a maior antiguidade vai para as sepulturas nº2 e 4 dada a quantidade de materiais reaproveitados.

A necrópole implantou-se sobre os restos da anterior ocupação romana, facto comum a outras necrópoles deste período, tendo as sepulturas sido abertas no solo formado por aluviões modernos e onde a escavação revelou restos de muros e outro tipo de vestígios (pisos e derrubos de telhado) da anterior ocupação romana e eventualmente posteriores. Os dois montículos assinalados na fig. 4 formados por terra com pequenas pedras e fragmentos de cerâmica podem corresponder a terra retirada para abertura das sepulturas adjacentes, no caso as sepulturas nº 5 e nº 9.

O núcleo claramente hispano-visigótico da necrópole, constituído pelas sepulturas nºs 2 a 11, é formado, atendendo às dimensões das caixas, por cinco sepulturas de adulto e três de criança (as sepulturas nºs 10 e 11 não permitem calcular as suas dimensões), circunstância que apesar da pequenez da necrópole e da inexistência de vestígios antropológicos que possam documentar reutilizações, parece tudo normal nas sociedades pré-industriais com elevado grau de mortalidade infantil.

Contexto arqueológico

O maior conjunto de necrópoles hispano-visigóticas publicado é o do concelho de Castelo de Vide (RODRIGUES, 1975 e 1978), tendo o seu estudo sido posteriormente retomado (CAEIRO, 1984 e 1984-b).

Nas proximidades da estação mas do outro lado do rio Tejo, e integrando o concelho de Abrantes, encontram-se publicadas 3 sepulturas de S. Miguel do Rio Torto (SILVA e PONTE, 1981).

Neste último caso é relevante o fundo das sepulturas ser de calhaus rolados, como na Pedreira, e o facto de parecer assentar também sobre vestígios romanos.

Importante para o contexto arqueológico da presente estação é também a *villa* romana de Vale do Junco (freg. de Ortiga, conc.

de Mação) (ALARÇÃO, 1987, p.58 e ALARCÃO, 1988, p. 145-146) distanciada da Pedreira cerca de 25 km para montante e igualmente sobre a margem direita do rio Tejo. Na sequência da descoberta ocasional de seis peças metálicas (CARVALHO e PONTE, 1985/1986, p. 105-106), uma escavação arqueológica aí realizada em 1986 revelou uma forja datada «dos finais do século IV, inícios do século V, momento em que se dá o seu abandono definitivo» (CARVALHO, 1987, p. 64-65).

Face à proximidade geográfica e à sobreposição cronológica parcial entre as duas estações, seria de grande interesse a comparação dos materiais (nomeadamente os pregos da sepultura nº 1 da Pedreira com os pregos ilustrados na publicação do Vale do Junco) (CARVALHO, 1987, p. 65), comparação tipológica mas também de tecnologia metalúrgica que poderia eventualmente fornecer elementos sobre o «mercado» que a forja abasteceria (a *villa*?, a região?), contribuindo deste modo para o conhecimento do quadro produtivo dos séculos IV/V neste sector do vale do Tejo.

CONCLUSÕES

A necrópole da Pedreira conheceu dois períodos de inumação: um primeiro representado pela sepultura nº 1 e correspondente à inumação com oferta votiva, substituído em tempos posteriores, talvez ainda no séc. V pela inumação vestida, como provam as fivelas encontradas nas restantes sepulturas. Dentro deste segundo período haverá uma evolução cronológica que provavelmente chegará ao séc. VII: as sepulturas estendem-se em fiadas mais ou menos regulares desde as mais antigas (nºs 2 e 4) até à mais tardia de planta claramente trapezoidal (nº9).

As tampas eram feitas para estarem à vista, e não parece ter havido deposição de terra por

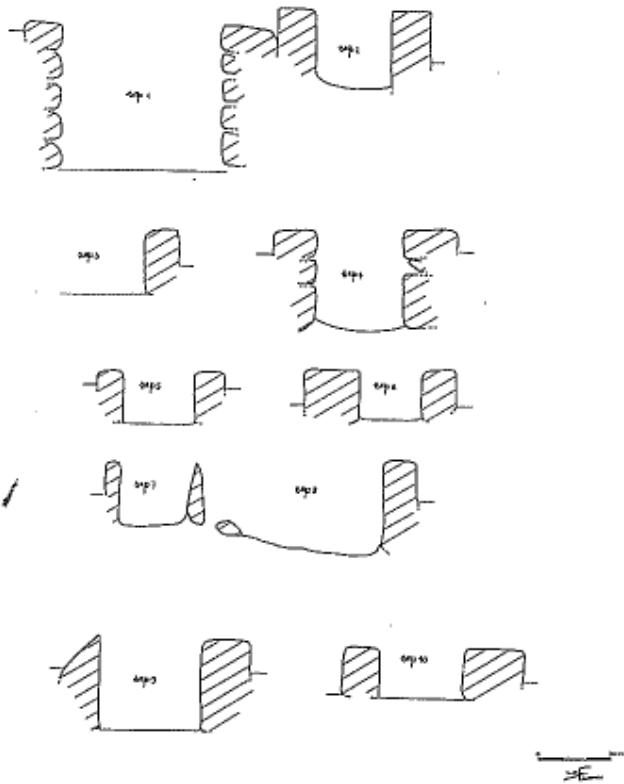


Fig. 54: Perfil medianos das sepulturas.

cima do corpo como o indica a ausência de materiais de grande calibre no interior das sepulturas estudadas.

Para além do interesse científico que a escavação de qualquer necrópole oferece (cronológico, tipológico, demográfico e económico-social) há que realçar a futura destruição da necrópole em causa, a qual documenta materialmente um período muito mal conhecido, designado normalmente por «bárbaro» ou «visigótico»⁽⁶⁾. Por outro lado, a necrópole que no sector já escavado se pode datar a partir do séc. V, demonstra a perduração de ocupação humana na região (sobrevivendo ao desaparecimento da estrutura político-militar e económico-social do Império), ligada muito provavelmente à planície aluvial do Tejo... pertencente à categoria das planícies famosas desde a Antiguidade, a que os nateiros das cheias conferem uma fertilidade sempre renovada» (BIROT, p.164) não se podendo deixar de referir também as potencialidades mineiras da região, documentadas pela existência de «extensas "cortas" para a exploração do ouro, em épocas que podem situar-se, pelo menos, desde a Idade do Ferro até ao domínio romano» (GONÇALVES et alii, 1979, p. 63) assim como a possível exploração do ouro aluvial (Idem, p. 9). Os 150 pesos de tear recolhidos à superfície pelo Sr. Álvaro Batista, testemunham uma importante indústria de tecelagem durante a época romana.

NOTAS

- (1) Sr. Álvaro Batista, residente em Rio de Moinhos, ao qual se agradece as diligências efectuadas em defesa da estação e o apoio prestado aquando da realização dos trabalhos arqueológicos.
- (2) Segundo a Carta Militar de Portugal, Serviços Cartográficos do Exército, folha 331, Abrantes, na escala 1/25.000, 1954.
- (3) O presente artigo reporta-se apenas ao sector da necrópole (sector nº 3), referindo aspectos de outros sectores escavados quando tal interesse à compreensão do sector em questão.
- (4) Agradecemos ao Dr. António Faria a classificação sumária das cerca de trinta moedas provenientes da estação, cinco das quais encontradas nos sectores escavados. Agradecemos também ao Museu Monográfico de Conimbriga o restauro dos metais e ao Centro de Arqueologia de Almada o restauro da cerâmica. Ao Prof. Dr. Miguel de Magalhães Ramalho agradecemos a análise litológica de algumas amostras provenientes das caixas das sepulturas.
- (5) O anel foi recolhido depois da escavação e encontra-se em restauro.
- (6) Os materiais deste período encontram-se quase sempre «absorvidos» por contextos romanos e tardo-romanos, sendo muito fragmentários os dados publicados sobre o período.

BIBLIOGRAFIA REFERENTE À ESTAÇÃO

- ALARÇÃO, J. De, *Roman Portugal*, II, fasc. 2, Aris & Phillips Ltd., England, 1988, p. 113.
- ENCARNAÇÃO, J. d' e SILVA, J. C., *Catálogo da Epigrafia de Abrantes, Abrantes Cadernos para a história do Município*, 7, 1982, p. 21-38.
- FERREIRA, C. J. A., «A necrópole visigótica da Pedreira — Rio de Moinhos», in *Arqueologia no vale do Tejo*, Lisboa, 1987, p. 66-68.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALARÇÃO, J. De, *Fouilles de Conimbriga* (publiées sous la direction de J. Alarcão et R. Etienne), V, *La céramique commune locale et régionale*, Paris, 1975.
- ALARÇÃO, J. De et alii, *Fouilles de Conimbriga* (publiées sous la direction de J. Alarcão et R. Etienne), VII, *Trouvailles diverses — Conclusions Générales*, Paris, 1979.
- ALARÇÃO, J. De, «Traços essenciais da geografia política e económica do Vale do Tejo na época romana», in *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa, 1987, p. 55-58.
- ALARÇÃO, J. De et alii, *Fouilles de Conimbriga* (publiées sous la direction de J. Alarcão et R. Etienne), VI, *Céramiques diverses et Verres*, Paris, 1976.
- ALARÇÃO, A. M. e PONTE, S., *Colecções do Museu Monográfico de Conimbriga — Catálogo*, Coimbra, 1984.
- ALMEIDA, D. Fernando de, *Arte Visigótica em Portugal*, Lisboa, 1962.
- BARROCA, M. J., *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, políptico, Porto, 1987.
- BIROT, P., *Portugal*, livros Horizonte, nº 31, s/d.
- CAEIRO, J. O., *A Necrópole I da Azinhaga da Boa Morte — Castelo de Vide*, Portalegre, 1984.
- CAEIRO, J. O., *A Necrópole II da Azinhaga da Boa Morte — Castelo de Vide*, Portalegre, 1984, b.
- CARDOZO, M., «Pulseiras antigas de vidro encontradas em Portugal», *Revista de Guimarães*, LXXI, 1961, p. 50-64+IV ests.
- CARVALHO, R., «Uma forja romana em Vale do Junco» in *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa, 1987, p. 64-65.
- CARVALHO, R. e PONTE, S., «Seis peças metálicas do Vale do Junco», *Portugália*, nova série, vol. VI/VII, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985/1986, p. 105-106+II ests.
- DINIS, M. V., «A dupla necrópole luso-romana de Bouçós — Meixomil (Paços de Ferreira)» in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, 1980, p. 141-150+2 ests.
- FARIA, A. M., «Guerras e Conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade: O Testemunho dos Tesouros Monetários» in *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa, 1987, p. 60-61.
- FÉVRIER, P. A., «Archéologie et Société: l'exemple hispanique» in *Actas de la II Reunió d' Arqueologia Paleocristiana Hispanica*, Barcelona, 1982, p. 87-104.
- FRANÇA, E. A., «Anéis braceletes e brincos de Conimbriga», *Conimbriga*, VIII, 1969, p. 17-64+V ests.
- FUENTES DOMINGUEZ, A., *La necropolis tardo romana de Albalate de las Noguras (Cuenca) y el problema de las denominadas «Necropolis del Duero»*, Cuenca, 1989.
- GONÇALVES, F. et alii, *Carta geológica de Portugal na escala de 1/25.000. Notícia explicativa da folha 27-D Abrantes*, Lisboa, 1979.
- RIPOLL, G., «La Necropolis Visigoda de El Carpio de Tajo (Toledo)», *Excavaciones Arqueológicas en España*, 142, Madrid, 1985.
- RODRIGUES, M. C. M., *Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Vide*, Lisboa, 1975.
- RODRIGUES, M. C. M., *Sepulturas Medievais do concelho de Castelo de Vide*, Lisboa, 1978.
- SCHLUNK, H. e HAUSCHILD, T., «Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen Zeit», *Hispania Antiqua*, Mainz, Philipp von Zabern, 1978.
- SILVA, J. C. e PONTE, M. S., «Três sepulturas no Moinho do Meio - S. Miguel do Rio Torto (Abrantes)», *Arqueologia*, 4, 1981, p. 124-130.
- ZEISS, H., *Die Grabfunde aus dem spanischen Westgotenreich*, Berlin — Leipzig, 1934.

SILOS MEDIEVAIS NO PALÁCIO NACIONAL DE SINTRA

CLEMENTINO AMARO

1. CIRCUNSTÂNCIAS DO ACHADO

No decurso das obras realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na ala SO do Palácio Nacional de Sintra, para dotar este de um novo espaço destinado a bilheteira, bengaleiro e sanitários, foi detectado um compartimento entapado (Est. I). A curiosidade dos operários, suscitada pelo som oco durante a picagem de uma parede, levou-os a fazer uma sondagem na mesma, o que veio a revelar um compartimento totalmente entulhado e sem qualquer acesso visível⁽¹⁾. Foi aberto um acesso e desentulhado o espaço, no sentido de ser aumentada a área disponível. Os entulhos eram essencialmente constituídos por restos de construção e incluíam muitos fragmentos de azulejos hispano-árabes e outros. Durante esta tarefa foi posto a descoberto um silo, o que levou a então directora do Palácio Nacional de Sintra, Dra. Matilde Sousa Franco, a solicitar a

presença de técnicos do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. Foi após esta visita que fomos convidados, pelos mesmos serviços, a proceder a uma intervenção arqueológica no local⁽²⁾.

Os trabalhos de escavação definiram os alicerces de uma parede, uma lixeira e três silos. Estes, integralmente entulhados no período Medieval, foram abertos no saibro. São usados como fossa detritica num momento relativamente curto. O espólio arqueológico é muito diversificado, incluindo diversos elementos indicadores de uma diversificada dieta alimentar. Os 18 numismas exumados correspondem, 16 à 1 Dinastia e 2 ao reinado de D. João I.

Para além deste núcleo de silos, conhecem-se, até ao momento, mais dois na área urbana de Sintra: um na Rua Gil Vicente e um outro na Rua das Padarias. O Núcleo de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia do Museu Regional de Sintra procedeu a escavações arqueológicas de 5 silos no primeiro local, em 1983/84. No segundo local, escavado em 1986 e sob estruturas de diferentes períodos, foram localizados dois silos e vestígios de outros⁽³⁾.

2. CONTEXTO CRONOLÓGICO E CULTURAL

O espaço físico onde se situa o Palácio Nacional de Sintra e grande parte da designada Vila Velha é constituído por um esporão, vulgarmente designado por «ferro de engomar», e está delimitado por dois vales encaixados por onde

SILOS MEDIEVAIS NO PALÁCIO NACIONAL DE SINTRA

CLEMENTINO AMARO

1. CIRCUNSTÂNCIAS DO ACHADO

No decurso das obras realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na ala SO do Palácio Nacional de Sintra, para dotar este de um novo espaço destinado a bilheteira, bengaleiro e sanitários, foi detectado um compartimento entaipado (Est. I). A curiosidade dos operários, suscitada pelo som oco durante a picagem de uma parede, levou-os a fazer uma sondagem na mesma, o que veio a revelar um compartimento totalmente entulhado e sem qualquer acesso visível⁽¹⁾. Foi aberto um acesso e desentulhado o espaço, no sentido de ser aumentada a área disponível. Os entulhos eram essencialmente constituídos por restos de construção e incluíam muitos fragmentos de azulejos hispano-árabes e outros. Durante esta tarefa foi posto a descoberto um silo, o que levou a então directora do Palácio Nacional de Sintra, Dra. Matilde Sousa Franco, a solicitar a

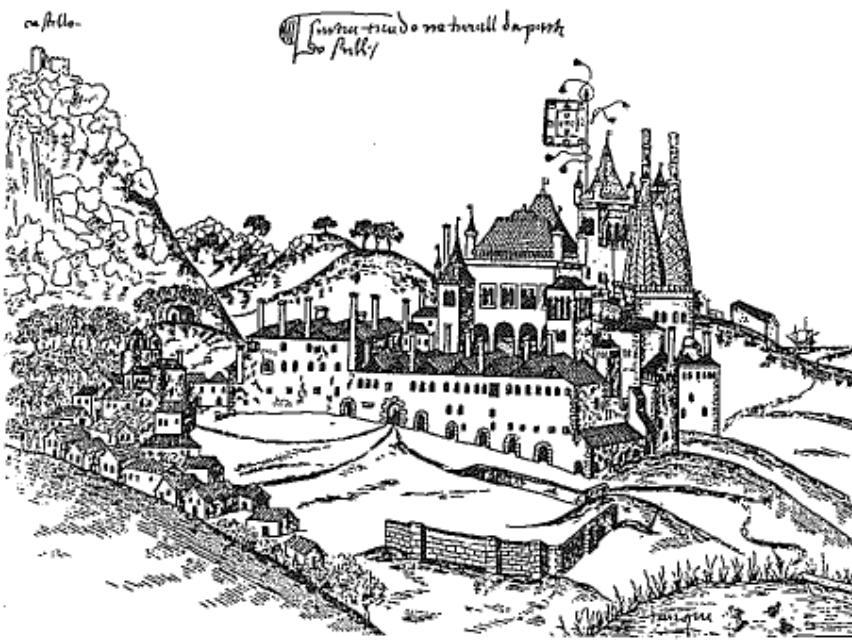
111
presença de técnicos do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural. Foi após esta visita que fomos convidados, pelos mesmos serviços, a proceder a uma intervenção arqueológica no local⁽²⁾.

Os trabalhos de escavação definiram os alicerces de uma parede, uma lixeira e três silos. Estes, integralmente entulhados no período Medieval, foram abertos no saibro. São usados como fossa detritica num momento relativamente curto. O espólio arqueológico é muito diversificado, incluindo diversos elementos indicadores de uma diversificada dieta alimentar. Os 18 numismas exumados correspondem, 16 à 1 Dinastia e 2 ao reinado de D. João I.

Para além deste núcleo de silos, conhecem-se, até ao momento, mais dois na área urbana de Sintra: um na Rua Gil Vicente e um outro na Rua das Padarias. O Núcleo de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia do Museu Regional de Sintra procedeu a escavações arqueológicas de 5 silos no primeiro local, em 1983/84. No segundo local, escavado em 1986 e sob estruturas de diferentes períodos, foram localizados dois silos e vestígios de outros⁽³⁾.

2. CONTEXTO CRONOLÓGICO E CULTURAL

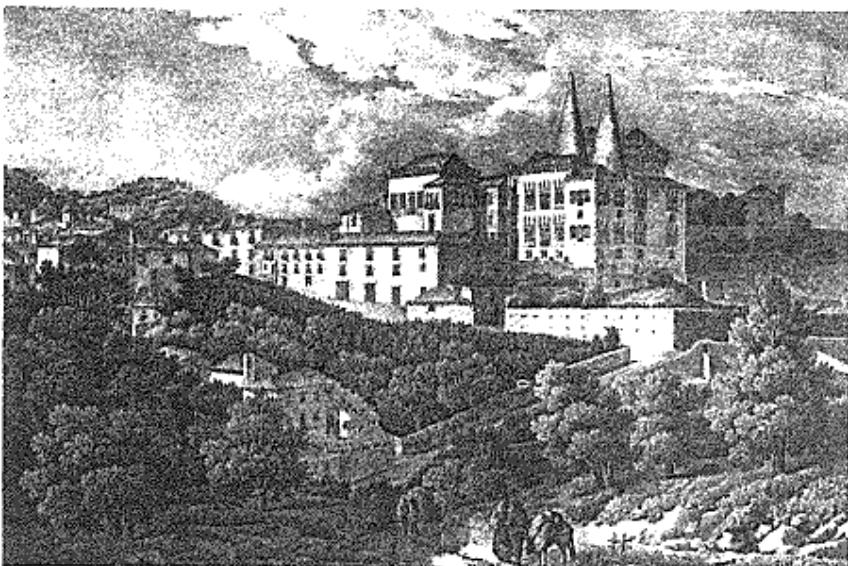
O espaço físico onde se situa o Palácio Nacional de Sintra e grande parte da designada Vila Velha é constituído por um esporão, vulgarmente designado por «ferro de engomar», e está delimitado por dois vales encaixados por onde



Est. I : (1) - Desenho de Duarte de Armas - 1507 (?)

correm duas ribeiras. O palácio ocupa precisamente a ponta deste esporão.

Os vários materiais atribuíveis aos períodos Neolítico Final e Calcolítico recolhidos neste espaço, vem reforçar a ideia da existência de um povoado fortificado em tudo semelhante aos existentes a sul do Tejo, mais raros a Norte, surgindo uma vez mais a península de Lisboa como «ponto de convergência de culturas dispares» (4). Outras estações Neolíticas e Calcolíticas emprestam um enquadramento cultural à área urbana de Sintra, com destaque para as estações



Est. I : (2) - Palácio Nacional de Sintra - 1830.

arqueológicas de Sta. Eufémia, sobranceira à vila, e os povoados das Castanheiras e da Penha Verde, de entre os vários sítios arqueológicos de diferentes períodos cronológicos que gravitam à volta da vila.

A escavação arqueológica na rua das Padarias, em 1986, veio confirmar a ocupação pré-histórica de Sintra, com a descoberta de bolsas com material lítico e cerâmico, correspondendo a um povoado Neo e Calcolítico (5). A escavação dos silos do palácio reforça a proposta da existência de um povoado pré-histórico com o aparecimento de um instrumento lítico e quarenta e seis fragmentos cerâmicos de feição pré-histórica. A disposição destes nos silos era completamente arbitrária, tal como o restante espólio Medieval (6).

Estruturas tardo-romanas, medievais e modernas foram igualmente identificadas na rua das Padarias, constituindo parte dos testemunhos dissimulados no actual tecido urbano e que atestam a continuidade de ocupação da Vila Velha.

Os silos tradicionalmente ligados ao armazenamento de cereais foram na segunda metade do séc. XIV utilizados como fossa detritica, tanto de desperdícios domésticos, como de entulhos de obras. Esta reutilização como fossa foi igualmente verificada nos silos da Rua Gil Vicente, aqui profusamente entulhados com materiais dos séculos XV e XVI, e também por três utensílios de pedra polida e uma moeda romana do séc. IV d.C., objectos estranhos ao contexto dominante, tal como acontece nos silos do palácio.

Terão sido as obras de ampliação do palácio, mandadas executar por D. João I, que vieram ocupar o espaço pré-existente. Reynaldo dos Santos refere que «os grandes arcos ogivais sobre que assentam... a sala dos Cisnes e as pequenas portas ogivais de algumas salas e frestas geminadas são vestígios interiores do paço joanino, que teriam ar de fortaleza medieval» (7), aspecto este

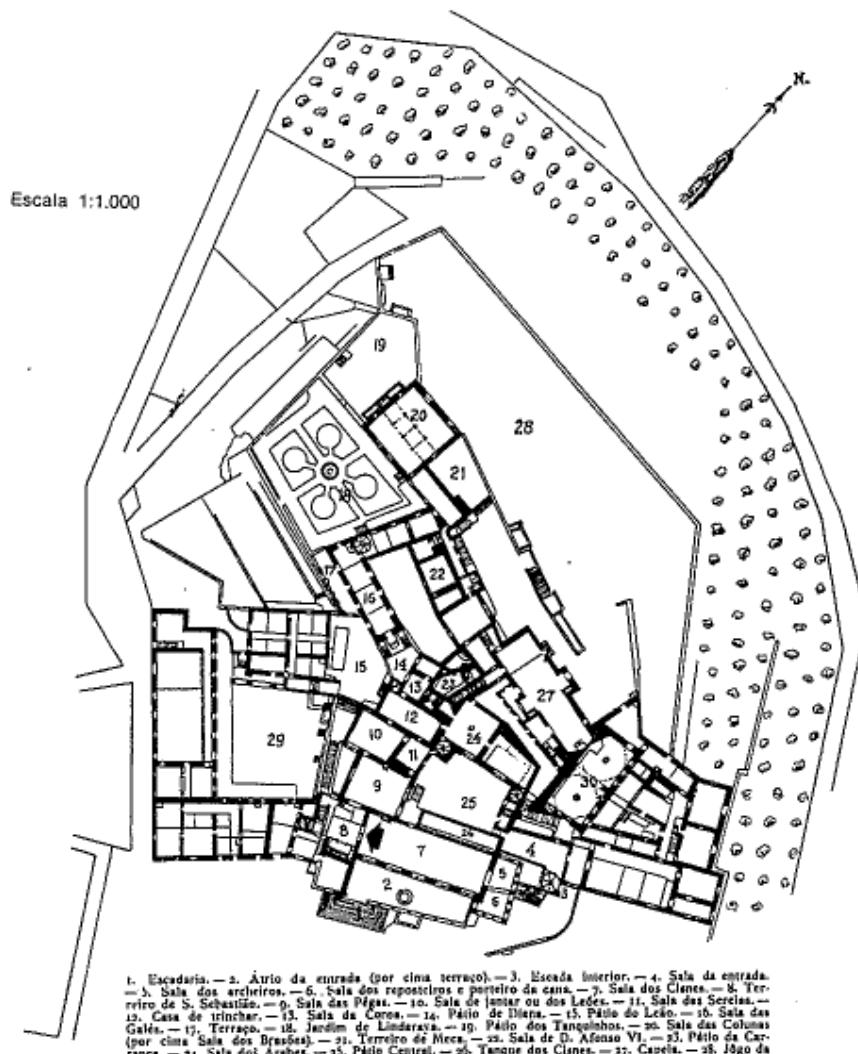
brilhantemente atenuado pelas obras e ampliações introduzidas por D. Manuel I, como se pode apreciar no desenho de Duarte D'Armas (Est. I, 1). Foi construído, num primeiro momento, uma estrutura, sobre um dos silos (Est. II e III), que foi entretanto demolida. Num segundo momento, foi construído o compartimento posto a descoberto no decurso das obras. Este espaço, em dada altura, foi reduzido pela construção no lado SE, de uma estrutura abobadada (Est. III). Na actual bilheteira, uma parede foi igualmente reforçada pela construção justaposta de uma segunda. Estas obras estão ligadas à necessidade de reforçar os «baixios» do palácio, na sequência das várias obras de ampliação a que foi sujeito.

3. A ESCAVAÇÃO; RESULTADOS.

Iniciaram-se os trabalhos arqueológicos pela limpeza e crivagem das terras revolvidas pelos operários, no momento em que suspenderam o trabalho no local. O terreno apresenta uma pendente no sentido Norte/Sul e o fundo dos silos acompanha este declive natural do terreno.

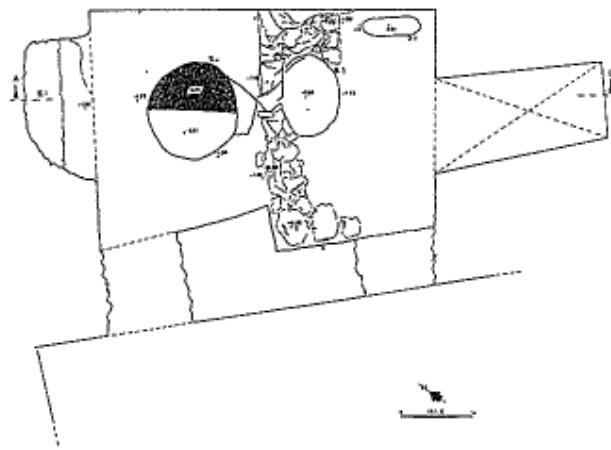
Observou-se que os entulhos aqui vasados cobriram toda a área, muito acima da altura da boca dos silos. Um vestígio destes entulhos é ainda visível no corte da parede NE do compartimento (Est. IV).

Os trabalhos arqueológicos iniciaram-se pelo que restava da lixeira ainda existente no lado SE do compartimento. Seguiu-se a escavação do silo 1 e quando se procedia a delimitação do alicerce da parede pôs-se a descoberto os silos 2 e 3. O corte da parede construída sobre a boca do silo 3 está bem registado na parede NE do compartimento (Est. III e IV). Houve que desmontar a única fiada de pedras que subsistia sobre a boca do silo 3, para permitir a sua escavação e a segurança da equipa de campo.

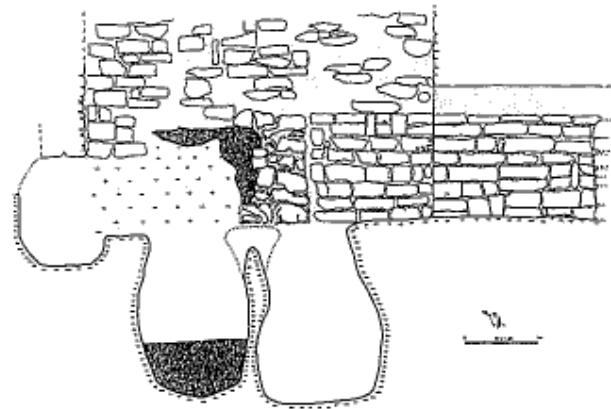


Est. II: Palácio de Sintra

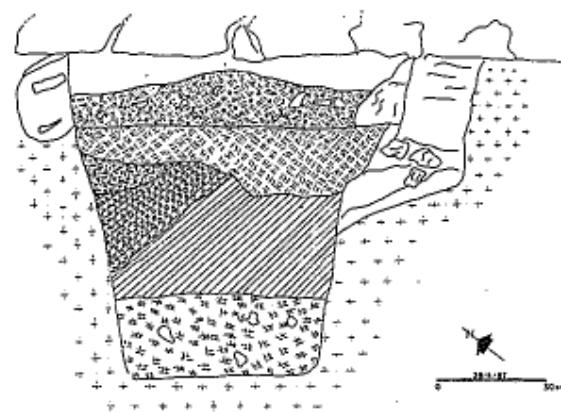
O silo 1 tem, actualmente, de altura 1,50 m, apresentando nítidos vestígios de ter sido cortado em cerca de 1/3, durante a construção da parede NW do compartimento. O silo 2 terá ainda sido ligeiramente cortado na sua parte superior, durante o desbaste do saibro, iniciado pelos operários. Apresenta uma altura de 2,30 m e uma largura máxima de 1,52 m. O silo 3, geminado com o silo 2, é o mais intacto. Apresenta apenas um rombo na zona de contacto com o silo 2 em consequência do peso da parede construída no local, provocando o natural esboroamento do saibro, que ruiu no decurso dos trabalhos arqueológicos (Est. III).



Est. III: Palácio Nacional de Sintra; localização dos silos.



Est. IV: Palácio Nacional de Sintra; corte A/B.



Est. V: Palácio Nacional de Sintra; Silo 1, perfil.

Tem 2,50 m de altura e 1,70 m de largura máxima. Os silos 2 e 3 apresentam uma forma piriforme.

Estes receberam entulhos de obras, restos de combustão, detritos vegetais e artefactos rejeitados em quantidade considerável, num ritmo de despejo perfeitamente aleatório e, segundo tudo sugere, num curto espaço de tempo, pelos finais do séc. XIV ou mesmo dos inícios do séc. XV. Um dado importante é que em nenhum caso foi possível a recuperação da totalidade dos fragmentos de uma peça cerâmica. Em muitos casos, fragmentos da mesma peça surgiram em diferentes planos e até em silos diferentes. As moedas também confirmam este despejo arbitrário. Pensa-se que os detritos foram despejados nos silos num segundo momento, vindos de uma lixeira eventualmente mais próxima da residência. Outra hipótese terá sido a necessidade de se eliminar a função dos silos como reserva de cereais, entulhando-os num único momento para permitir a ampliação dos Paços da Rainha (D. Isabel), no reinado de D. João I.

4. ESPÓLIO

O espólio foi individualizado por silos I, 2, 3 e 4, por lixeira 1 e material sem contexto; este, resultante das terras revolvidas pelos operários antes do início dos trabalhos arqueológicos. O espólio é ainda referenciado por plano, no interior dos silos.

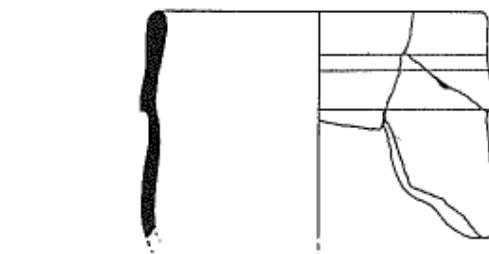
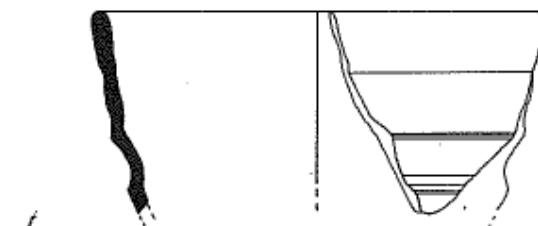
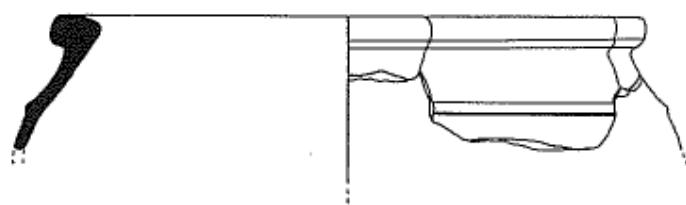
Está em curso o estudo integral do espólio arqueológico exumado; procede-se à seriação e registo das peças tipologicamente iguais e ainda ao desenho de um significativo conjunto de peças, nomeadamente, cerâmicas. Assim, neste primeiro artigo, apenas se pretende apresentar um estudo preliminar, com inevitáveis lacunas e omissões, de um conjunto de peças que dê, de alguma forma, uma primeira imagem do espólio recolhido, ficando para um

segundo momento o estudo quantificado e a catalogação das peças. Quanto à nomenclatura das formas usadas, pareceu-nos preferível, neste momento, adoptar a terminologia adoptada para a cerâmica popular portuguesa, no que se refere à cerâmica comum medieval, aqui ilustrada.

O espólio foi integralmente marcado e tratado no Laboratório de Restauro do Museu Nacional de Arqueologia (8).

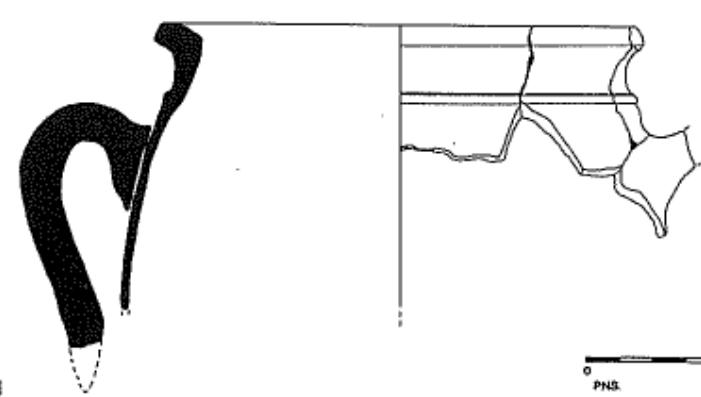
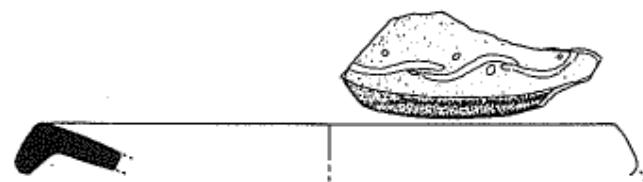
Entre o **espólio cerâmico**, destacamos (9):

- Número significativo de fragmentos de **tijoleiras** e de **telha Portuguesa**. Em muitos casos apresentam vestígios de argamassa.
- Fragmentos de **alguidares** não vidrados.
- Pequeno conjunto de asas pertencentes a **candeias** (?).
- Coleção de 11 **marcas de jogo** recortadas a partir de peças em cerâmica comum; diversas dimensões.
- Vários fragmentos de bordos de **panela** de duas asas, com diferentes diâmetros; alguns fragmentos apresentam marcas de exposição ao fogo (Est. VI, 1 e VII, 2).
- Três exemplares quase completos de **cantarinha** e de vários fundos (Est. VIII, 1). O exemplar não ilustrado apresenta o arranque da asa.
- Fragmentos de bocas de **jarro** ou **copo** (Est. VI, 2 e 3).
- Conjunto de fundos com o pé em bolacha, pertencentes a **copo** (Est. VIII, 2; Est. IX, 1).
- Fragmentos de bocas de **púcaro** (?) (Est. X, 2 e 3; Est. XI, 1).
- Fragmento de grande vaso, com cordão digitado, a modo de trança (Est. XI, 2).
- Fragmento de **testo** (Est. X, 1).
- Fundo de vasilha com asa (Est. IX, 2).
- Fragmento de **tampa** (?); cerâmica com decoração pintada a branco, apresenta discretas bandas brunidas, no corpo pintado (Est. VII, 1).
- Base de uma **tampa** (?) decorada por



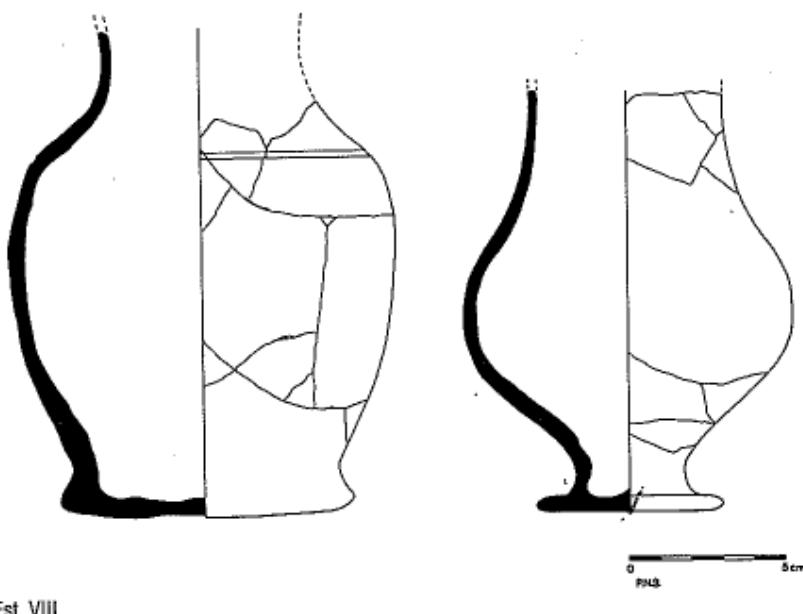
0 5 cm
PNB

Est. VI

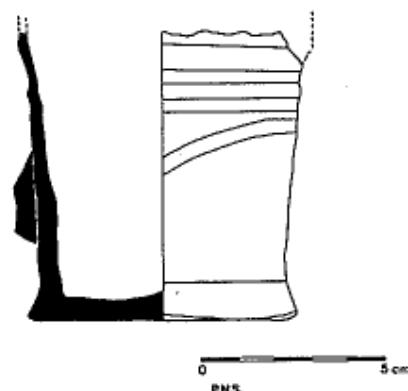


Est. VII

0 5 cm
PNB



Est. VIII



Est. IX

linhas onduladas riscadas e por linhas pintadas a branco (Est. XIII, 4).

— Fragmento de cerâmica, com decoração incisa e posteriormente vidrada a verde na face externa (Est. XIV, 2).

— Fragmento de cerâmica vidrada a verde interna e externamente (Est. XV, 1).

— Fragmento de cerâmica de fundo negro e com sobreposição de bandas brancas (Est. XIV, I).

Cerâmica de importação esmaltada

Entre centenas de fragmentos cerâmicos recolheram-se 9 fragmentos referentes a peças distintas e que numa primeira análise apresentam paralelos com a produção da Espanha Oriental, em particular com o ciclo de Paterna — Manises, na região Valenciana. Dentro do grupo de decoração geométrica, um dos esquemas geradores de decoração é a estrela, como refere André Bazzana (10). O exemplar da Est. XII, 3 apresenta no centro do fundo uma estrela de seis pontas. O motivo estrelado é também referenciado por José Maria Viladés Castillo (11). Outro motivo geométrico característico é o recticulado, que surge no fundo, lado externo, da peça da Est. XII, 1.

No seu estudo sobre a cerâmica valenciana, Maria Elisa Palomar Llorente distingue a cerâmica denominada de «Manises» da de «Paterna» pela decoração (12). O primeiro grupo apresenta séries de reflexo metálico e de reflexo metálico com azul, enquanto o segundo parece ser mais frequente a segunda série.

Sete dos exemplares de Sintra são decorados a azul cobalto sobre esmalte branco (estanífero) e englobam-se dentro da «louça azul clássica», produção atribuível, segundo Elisa Palomar Llorente, entre 1350-1413/1425.

A pasta é creme/amarelada, outra das características apontadas para a produção de Paterna. Em muitos casos o reflexo metálico perdeu-se.

As escavações do castelo de Silves deram uma taça decorada a azul cobalto (13).

A peça da est. XIII, 3 é o único exemplar que, para além da decoração de bandas a azul, tem uma decoração vegetalista, muito estilizada, em castanho, tanto interna como externamente. O fundo da est. XII, 1, tem decoração recticulada em castanho. Trata-se de produção valenciana, provavelmente de outra oficina, mas dentro do mesmo período cronológico.

Em síntese:

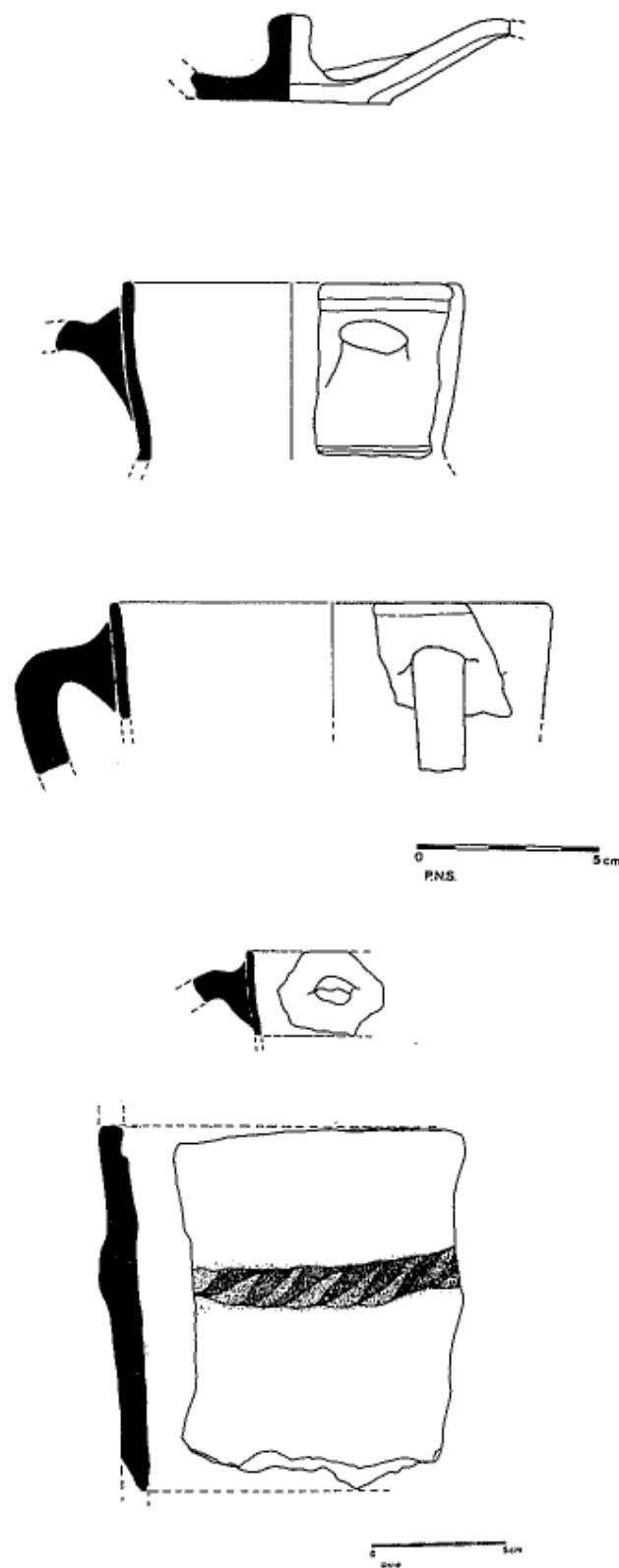
- Três fragmentos com decoração geométrica a azul (Est. XIII, 2; Est. XIV, 3 e 4).
- Fragmento de bordo, decorado a azul a partir de duas bandas na orla (Est. XIII, 1).
- Fragmento com decoração geométrica a azul e floral estilizado a castanho (Est. XIII, 3).
- Fragmento de bordo com fundo branco (Est. XII, 2).
- Fundo de taça (?) com decoração em recticulado a castanho, na face externa (Est. XII, 1).
- Fundo de taça com decoração estrelada a azul (Est. XII, 3).
- Fragmento de fundo de prato decorado com bandas e pequenos losangos, com pintas no centro, a azul; não ilustrado.

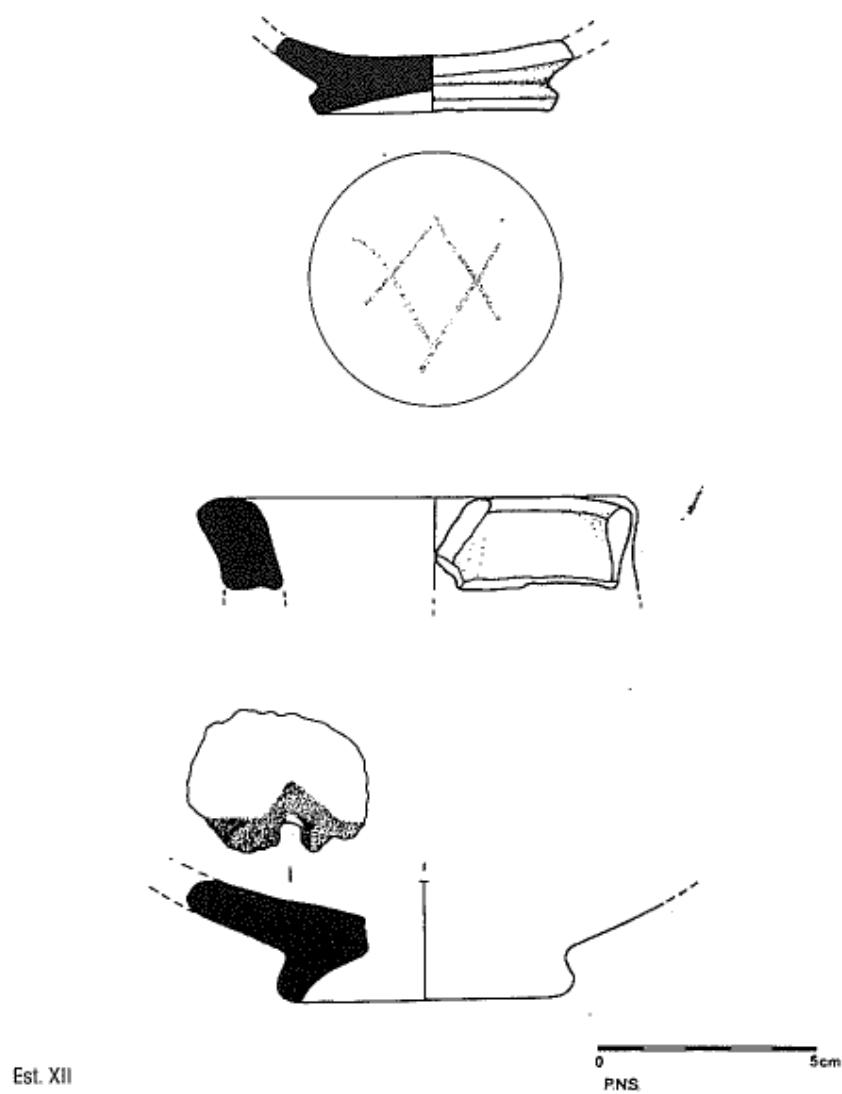
Do restante espólio exumado há a destacar:

- Faca em ferro com a pregação que fixava o revestimento do cabo, em madeira, ao osso. Apresenta ainda duas chapas em cobre no início da fixação (Est. XVI, 1).
- Fragmento de lâmina de faca em ferro e espigão de fixação do cabo (Est. XVI, 2).
- Cabo de faca (?), em bronze (Est. XVI, 3).
- Ponta de fuso, em cobre (Est. XVII, 1).
- «Estilete», em osso (Est. XVII, 2).
- Suporte ou gancho, em ferro (Est. XVII, 3).
- Peca, em bronze, tipo «pé de apoio», com encaixe e decoração em retorcido; apresenta fractura nas pontas e no encaixe. Fragmento de espóra (Est. XVIII, 1).
- Pequena chave, em ferro (Est. XVIII, 2).

Est. X

Est. XI





- Meia conta com dois sulcos, em azeviche (Est. XVIII, 3).
- Amostragem do tipo de pregos e cavilhas, em ferro (Est. XIX).
- Fivela, em bronze, com decoração incisa (Est. XV, 2).
- Pilão de almofariz, em bronze (Est. XX, 1).
- Pintadeira, peça de cozinha para decorar doçaria, em bronze (Est. XX, 2).
- Do conjunto de artefactos pré-históricos exumados destacam-se (14):
 - instrumento, em silex, vulgarmente denominado «foicinha». Instrumento lítico comum nos povoados e necrópoles do Neolítico e do Calcolítico da Estremadura portuguesa (Est. XX, 3).
 - Fragmento de bordo, de vaso esférico carenado e liso; surge com frequência em contexto do Neolítico Final.
 - Fragmento de taça hemisférica, de bordo em aba, liso. Forma vulgar a partir do Calcolítico Inicial.

— Fragmento de fundo plano. Registados a partir do Calcolítico Médio e comuns no período do Bronze.

Fauna

A recolha de espólio osteológico foi muito elevada e diversificada. Numa análise muito sumária verifica-se a presença das seguintes espécies:

- Caprino/Ovino
- Bovino
- Suíno
- Leporídeo
- Galináceo e outras pequenas aves.

A recolha de vértebras, escamas e fragmentos de maxilares de peixe grosso e miúdo é vasta e diversificada, encontrando-se o seu estudo por realizar.

A fauna malacológica está representada por:

- *Mytilus edulis* (Mexilhão)
- *Lapel la* (Lapa)
- *Cardium* (Berbigão)
- *Ostrea* (Ostra).

O mexilhão é de longe o molusco mais abundante.

Foram, ainda, recolhidos fragmentos de crustáceos (casca e pinças de sapateira).

A recollecção de moluscos, a pesca, a caça e a criação de animais domésticos estão aqui bem patentes; testemunho de uma alimentação rica e variada.

Numismas

Do conjunto monetário do Palácio Nacional de Sintra, 11 numismas apresentam algumas dificuldades na atribuição exacta do período dinástico, devido ao seu mau estado de conservação (8 exemplares) e à necessidade de tratamento laboratorial (3 exemplares). Todos eles, no entanto, referem-se a dinheiros da 1ª Dinastia.

A implantação dos 16 dinheiros e de dois 1/2 reais de D. João I, é a seguinte :

Sítio	Qt	Reinado
Lixeira 1	1	D. Dinis (?)
Silo 1, Plano 1	1	D. Sancho I
Silo 1, Plano 2	1	D. Dinis ou D. Afonso IV
Silo 2, Plano 3	2	1 ^ª Dinastia
Silo 2, Plano 4	1	D. Fernando
Silo 2, Plano 6	2	D. Fernando
Silo 2, Plano 8	1	D. Dinis (?)
Silo 2, Plano 8	1	D. Sancho I
Silo 3, Plano 1	1	D. Dinis ou D. Afonso IV
Silo 3, Plano 5	2	D. João I
Silo 3, Plano 7	1	D. Afonso IV (?)
Silo 3, Plano 7	2	D. Dinis ou D. Afonso IV
Silo 3, Plano 8	1	D. Dinis (?)
Silo 3, Plano 11	1	1 ^ª Dinastia

A diacronia do conjunto monetário é grande mas, no entanto, a distribuição algo arbitrária dos numismas no interior dos silos, por um lado, e o estudo preliminar do espólio, por outro, elimina a hipótese da utilização dos silos como fossa detritica ao longo de cerca de 200 anos.

5. ANÁLISE DE SEDIMENTOS

Pretende-se proceder à análise de microelementos relativos a composição da matéria orgânica existente nos silos. Com este tipo de análise prevê-se determinar a influência antrópica na composição dos sedimentos e, assim, completar-se o estudo sobre o tipo de dieta da comunidade medieval de Sintra.

A amostragem consistiu na recolha de duas colunas contínuas, ao longo do perfil estrati-

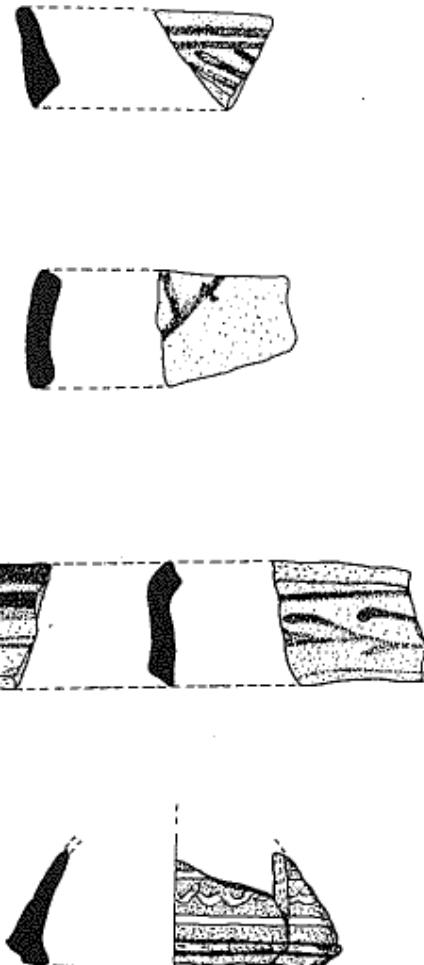
Est. XIII

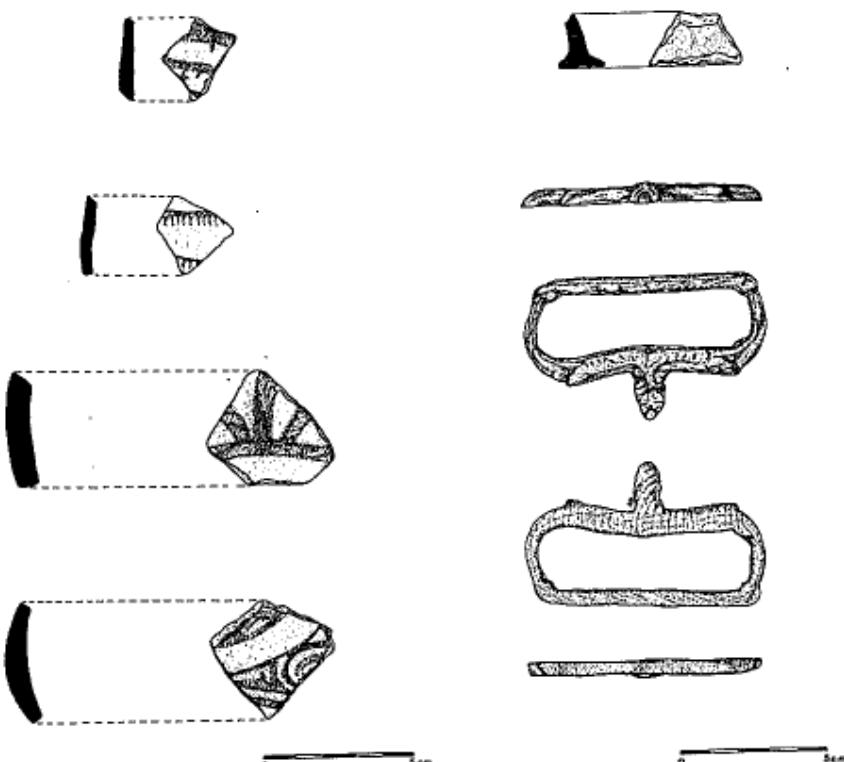
gráfico do silo 1. Dado o carácter granulométrico dos sedimentos, recolheram-se amostras com o peso aproximado de 250 gr., devidamente embaladas (15).

Optou-se no final da escavação, pela manutenção de uma pequena reserva arqueológica, com o fim de se proceder a análises futuras, no silo 2 (Est. III).

6. Programa de valorização das estruturas

Após acordo estabelecido entre as entidades envolvidas, o compartimento foi destinado, exclusivamente, a núcleo museológico com acesso pela recepção (Est. XXI, 2). Foi construída uma porta e um postigo, em tosco, para «marcar» a entrada e manter uma relação consonante com o interior do compartimento.





120

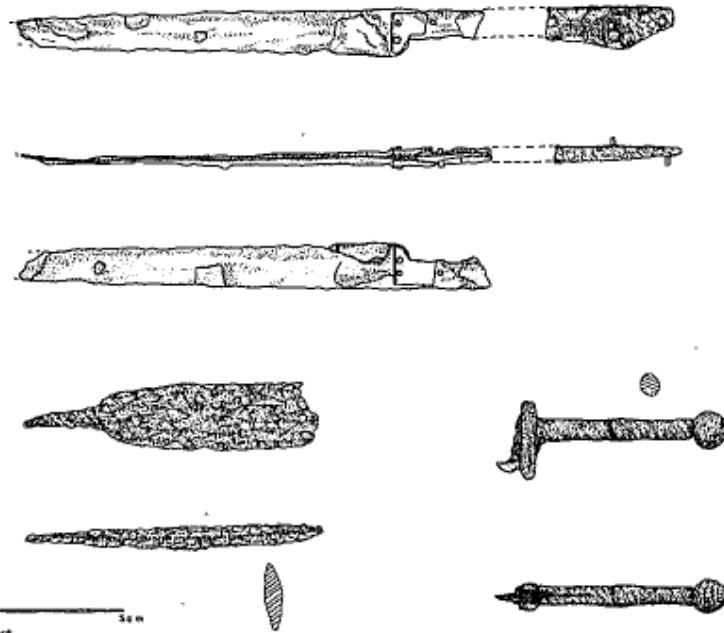
Est. XIV

Est. XV

0 5 cm

0 5 cm

Est. XVI



Est. XVI

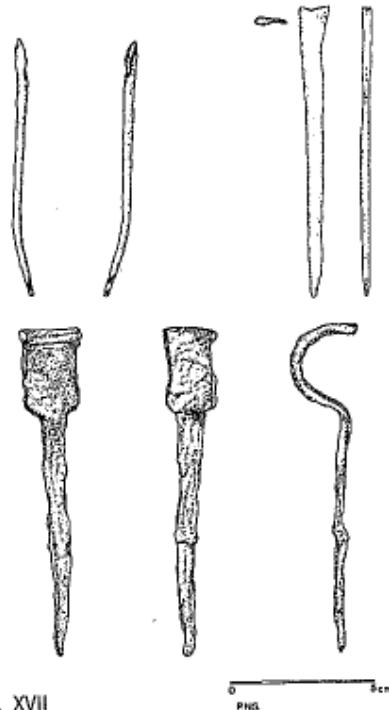
0 5 cm

As obras de melhoramento da visualização dos silos, serão efectuadas no ano em curso (1991). Estes são observados a partir da recepção, terão uma iluminação de luz fria e as aberturas serão estanques para se evitar troca de temperaturas, lesivas para os silos (16).

Dentro do programa de museolização do sítio, procurar-se-á apresentar alguns aspectos relacionados com a vida quotidiana dos séc. XIV, XV com o apoio de peças exumadas no local. Será concebida uma vitrina, para o efeito, na área da recepção. A divulgação será complementada com a edição de um desdobrável ou pequena publicação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de silos, covas de pão ou tulhas, subsistiu no Alentejo até ao séc. XIX. Os silos estão ligados a uma estrutura económica que privilegia a auto-suficiência de uma região, de uma comunidade. É natural que este princípio base tenha origens muito recuadas e que



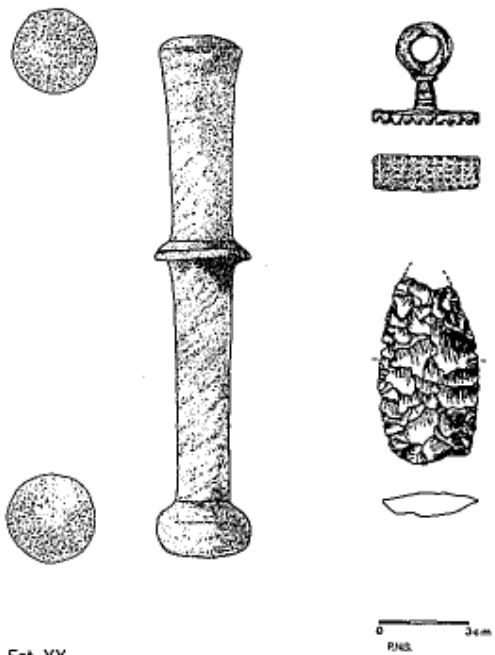
Est. XVII

0 5 cm

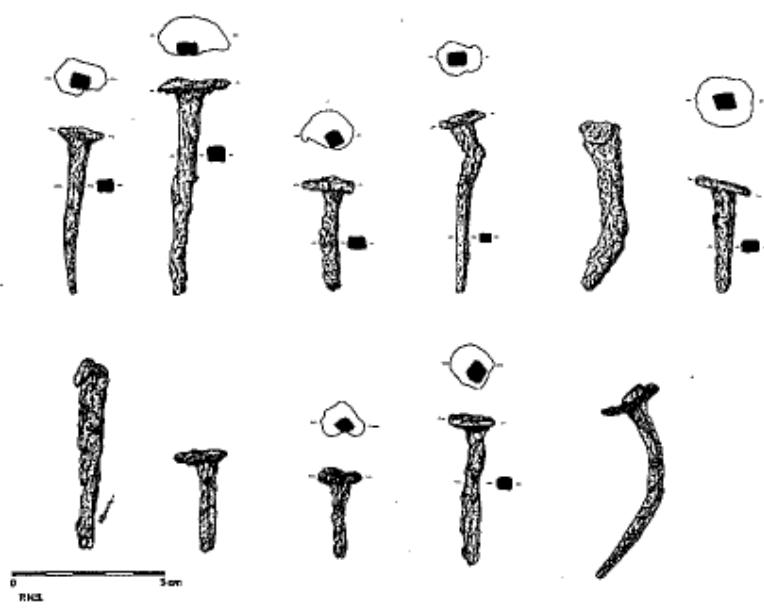
remonte mesmo ao tempo das primeiras comunidades sedentárias e que, ao sentirem a necessidade de fortificar os seus povoados, constroem espaços destinados a provisão de cereais. Os silos da área de Sintra, integrados num espião onde terá existido um povoado Calcolítico fortificado, podem ser um sugestivo exemplo dessa antiga tradição. Há mesmo a hipótese da utilização dos mesmos silos ao longo de vários séculos. Estácio da Veiga ao explorar, no século passado, silos da zona de Mafra, é já de opinião que este tipo de exemplares estudados naquela região, pertencem a um período pré-romano (17).

Os dois silos anexos da Rua das Padarias foram cortados por um muro tardo-romano, comprovando, assim, a anterioridade daqueles.

Cerca de oito numismas são atribuíveis ao reinado de D. Dinis ou D. Afonso IV, momento a partir do qual são conhecidas as primeiras notícias seguras da existência de uns paços conhecidos por Paços da Rainha (D. Isabel). O conjunto monetário é «perturbado» pela inclusão de dois dinheiros de D. Sancho I.



Est. XX



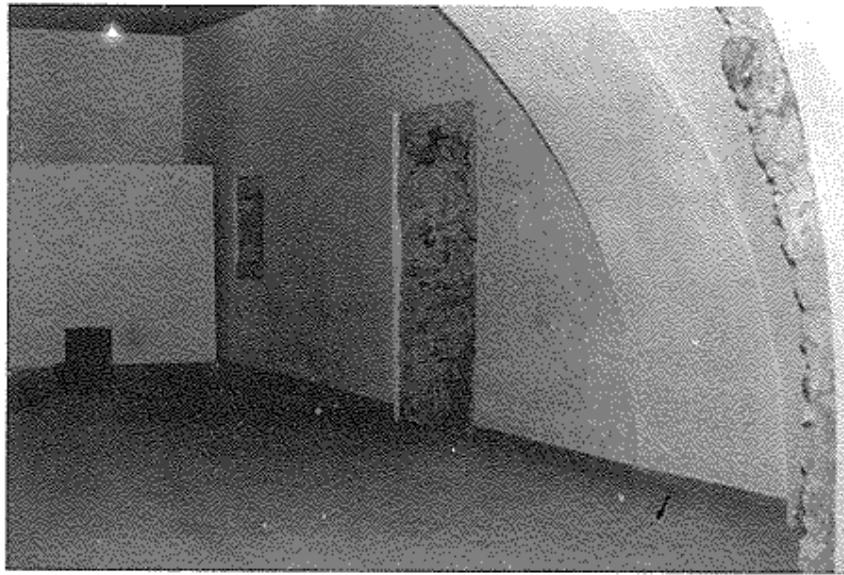
Est. XIX



Est. XVIII

É plausível a existência, no local, de casas e (ou) propriedade que após a Reconquista Cristã tenha ficado na posse do rei ou de alguém que lhe fosse próximo. A rica dieta alimentar registada no local e a presença de peças cerâmicas de importação, reforçam esta proposta. A hipótese de aqui ter sido o antigo alcácer árabe é uma tese muito polémica e uma discussão ainda em aberto. Futuros trabalhos arqueológicos, no local, poderão dar uma achega a esta discussão.

D. João I, ao eleger Sintra como a sua estância de Verão preferida, terá logo após a conquista de Ceuta mandado ampliar o paço, tal como o fez na alcaçova em Lisboa. Tudo sugere que as obras terão decorrido após a conquista de Ceuta, altura economicamente mais favorável e, como símbolo de prestígio. A presença



Est. XXI: (1) Acesso aos silos a partir da recepção.

nos silos de dois 1/2 reais em bulhão, que terão sido cunhados no período de instabilidade, de escassez de metais preciosos e de desvalorização da moeda, anterior, portanto, à Expansão, vem reforçar esta hipótese (18).

Em síntese, os silos teriam, assim, sido entulhados em finais do séc. XIV ou mesmo no 1 quartel do séc. XV.

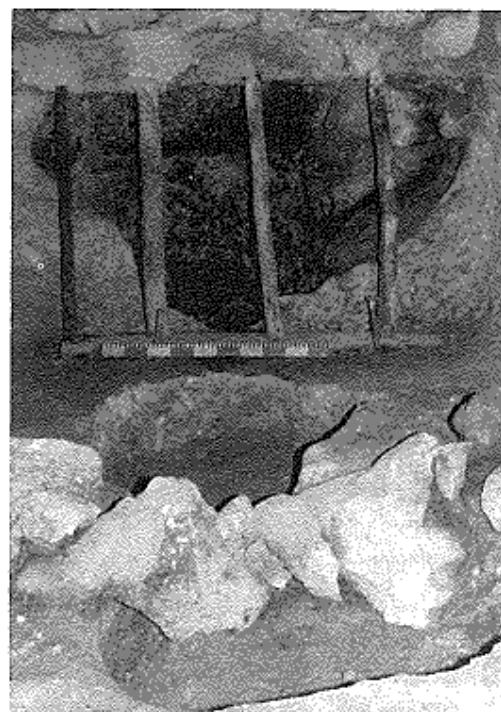
A cerâmica comum Medieval do Palácio Nacional de Sintra apresenta, de um modo geral, afinidades tipológicas com a de Cascais (19), Almada e Lisboa. Mas o facto de serem ainda materiais inéditos, não permite avançar-se com grandes hipóteses interpretativas.

No estudo, recentemente publicado, dos materiais do Salvador, Sobral de Monte Agração, observam-se algumas características que, embora apresentem certas afinidades, as diferenças registadas podem marcar uma área regional com influências mútuas, mas com centros produtores distintos (20).

Nas escavações arqueológicas do Convento de Jesus (Setúbal) surgiu uma bolsa de espólio cerâmico atribuída ao Séc. XIV e em que alguns exemplares exumados são tipologicamente idênticos aos de Sintra (21). Os indícios de um mercado regional começam a desenhar-se ainda que de forma muito ténue.

NOTAS

- (1) — O local do compartimento fica sob uma residência de um funcionário do palácio e esta, por sua vez, fica sob o terreiro de S. Sebastião — nº 8 da planta do palácio (Est. II), hoje em dia mais conhecido por pátio da Audiência.
- (2) — Sob a orientação do autor, estiveram ainda no terreno Maria Luciana Tomé, Anabela Ribeiro e Emanuel Carvalho. Esta acção foi integralmente custeada pelo Departamento de Arqueologia do I.P.P.C.
- (3) — A primeira notícia destas intervenções arqueológicas foram publicadas no Semanário *Jornal de*



Est. XXI: (2) Vista dos três silos em fase de escavação.

Sintra, n.os 2721, 2723 e 2724 de Fevereiro/Março de 1987, por José Cardim Ribeiro.

- (4) — RIBEIRO, José Cardim — «Vestígios arqueológicos pré-medievais na área urbana da vila de Sintra», in *Jornal de Sintra* de 13/3/1987.
- (5) — Autor supra-citado, in *Jornal de Sintra*, de 6/3/1987.
- (6) — O estudo dos materiais pré-históricos foi efectuado por Ângela Carneiro.
- (7) — SANTOS, Reynaldo dos — «Guia de Portugal: Lisboa e Arredores», Lisboa, 1924, p. 499.
- (8) — O técnico de Conservação e Restauro Moisés Campos, do Departamento de Arqueologia, foi coadjuvado pela técnica de restauro italiana, Margherita Parolin e por Ana Nunes.
- (9) — O desenho é de Marta de Matos, contando ainda com a participação de António Cruz, Denise da Silva, Clementino Amaro, Rita de Matos, Margarida Monteiro e Teresa Julião. O plano e cortes do compartimento foram levantados por desenhistas da DGEMN.
- (10) — BAZZANA, André — «Céramiques Médievales» (v. Bibl.)
- (11) — VILADÉS CASTILLO, J. M. — «Cerâmica islâmica con decoración estampillada de Zaragoza».
- (12) — Artigo publicado nas «Actas do II Congresso», referido na bibliografia.
- (13) — GOMES, Rosa Varela, in «Xelba», I, p. 131/132.

- (14) — CARNEIRO, Ângela — «Materiais pré-históricos nos silos do Palácio Nacional de Sintra». Artigo apresentado no Encontro Regional de Cerâmica Medieval e Moderna, Cascais, Out., 1989.
- (15) — A recolha da amostragem realizou-se sob a orientação do Dr. Fernando Real.
- (16) — As medidas de controlo e de estabilização da humidade foram propostas pelo Sr. Eng. Luis Casanovas.
- (17) — VEIGA, Sebastião Estácio da — «Antiguidades de Mafra». Lisboa, 1879.
- (18) — TAVARES, Maria José Ferro — «A moeda portuguesa de 1383 a 1481», p. 283-291.
- (19) — RODRIGUES, Severino — num artigo, ainda por publicar, «Cerâmica Medieval na vila de Cascais». Apresentou na sua comunicação ao Encontro Regional de Cerâmica Medieval e Moderna, materiais datáveis dos séc. XII a XIV.
- (20) — Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa, 1, 1990, p. 77-88.
- (21) — «Convento de Jesus, 500 anos de Arqueologia e História», p. 18.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge, «Cerâmica Comum Local e Regional de Conimbriga», *Suplemento de «Biblos»*. Coimbra, 1979.
- BAZZANA, André, «Ceramiques Médievales: Les Méthodes de la description analythique aux productions de l'Espagne Orientale»; «Mélanges de la Casa de Vélazquez», t. XVI, Paris, 1980.

- BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso, «A Terra e o Castelo». Porto, 1986.
- CARNEIRO, Ângela, «Materiais pré-históricos nos silos do Palácio Nacional de Sintra» in *Actas do Encontro de Cerâmica Regional, Medieval e Moderna*, Cascais, (no prelo).
- CASTILLO, José María Viladés, «Cerámica islámica con decoración estampillada de Zaragoza», in *Actas do II Congresso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 1987.
- FREITAS, Maria da Graça; MACEDO, Manuel M., «Olaria de Felgar, Torre de Moncorvo», 1, Barcelos, 1988.
- GOMES, Rosa Varela, «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves», «Xelb», Silves, 1, 1988.
- GONÇALVES, João Ludgero Marques; GONÇALVES, Joaquim, «Escavação arqueológica no Salvador (Sobral de Monte Agraço), Campanha de 1987», *Revista de Arqueologia*, Lisboa, Assembleia Distrital, 1990.
- GUIA DE PORTUGAL: LISBOA E ARREDORES, Fundação Calouste Gulbenkian, Reprodução da 1^a edição de 1924.
- LLORENT, M. Elisa Palomar, «Cerámica valenciana y de Teruel en las excavaciones de Jaca (Huesca)», in *Actas do II Congresso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 1987.
- MARQUES, Mário Gomes, «Moedas de D. Fernando», Lisboa, 1978.
- MARQUES, Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edições Cosmos, 1979.
- PASCUAL, Josefa; MARTI, Javier, «Nuevos datos para el estudio de la cerámica valenciana del siglo XIV», in *Actas do II Congresso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 1987.
- RIBEIRO, José Cardim, «Vestígios arqueológicos pré-medievais na área urbana da Vila de Sintra», *Jornal de Sintra*, de 20/2/1979, 6/3/1979 e 13/3/1979.
- RIBEIRO, Margarida, «Olaria de Uso Doméstico na Arquitectura Conventual do Século XVI», Montemor-O-Novo, 1984.
- SILVA, Carlos Tavares da; PEREIRA, F. António Batista, «Convento de Jesus, 500 anos, Arqueologia e História. Câmara Municipal de Setúbal, 1989.
- TAVARES, Maria José Ferro, «A moeda portuguesa de 1383 a 1481», in *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, vol. III, 1983.
- VAZ, J. Ferraro; SALGADO, Javier, «Livro das moedas de Portugal». Braga, 1987.

CERÂMICAS ROMANAS TARDIAS DE MÉRTOLA ORIGINÁRIAS DO MÉDIO ORIENTE



MANUELA DELGADO

INTRODUÇÃO

A presença, em Mértola, de duas produções cerâmicas originárias do Médio Oriente, a «Sigillata Foceana tardia», representada por 27 fragmentos de bordos e fundos e a «Sigillata Cipriota tardia», por um perfil quase completo da forma mais característica desta produção, parece-nos tanto mais significativa quanto é certo que estes achados provêm de uma estação arqueológica onde os níveis de ocupação romana não foram ainda atingidos, excepção feita no caso da intervenção de salvamento realizada no local onde se ergue o edifício da Câmara Municipal que integra as ruínas romanas ali postas a descoberto.

A quantidade de fragmentos de Sigillata Foceana tardia encontrados em Mértola é, em si mesma, muito significativa, considerando que ela é equivalente à de Troia e só superada pelos achados de Conímbriga e Cerro da Vila, de acordo com o mais recente quadro de difusão deste fabrico em território português, elaborado com base numa ampla prospecção que o tornam, de momento, suficientemente representativo (apresentado no IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental, realizado em Lisboa, em Novembro de 1987 e a publicar no próximo número 5 de *Cadernos de Arqueologia*, (no prelo).

Por outro lado, as percentagens dos achados de Mértola e Cerro da Vila, como se diz naquele trabalho, vêm corrigir "um aparente desequilíbrio na distribuição dum produto de difusão mediterrânea, o qual, tendo chegado em abundância a Conímbriga e mesmo a Braga, parecia existir, de modo apenas

esporádico, nas regiões a Sul do Tejo, com excepção de Troia.

Relativamente à presença, em Mértola, da Sigillata Cipriota tardia, consideramos que ela não deve ser subvalorizada, pelo facto de estar representada por um único fragmento. O próprio peso, em Mértola, da produção foceana, comtemporânea e originária da mesma região e a presença em Braga, de dois perfis quase completos de uma variante degradada da mesma forma, induz-nos a pensar que a presença do fragmento de Mértola não é acidental e por isso não deve ser negligenciado.

A presente publicação do material de Mértola tem pois, dois objectivos principais: contribuir, uma vez mais, para o estudo da difusão, em território português, da Sigillata Foceana tardia e dar notícia da presença, no nosso país, de mais uma produção originária do Médio Oriente até hoje desconhecida entre nós.

Se esta publicação contribuir também para reafirmar a importância de Mértola no panorama da arqueologia portuguesa, não será esse, para nós, um contributo menor, dado o trabalho, a vários títulos exemplar, que a equipa responsável pelo Campo Arqueológico ali tem desenvolvido.

I - SIGILLATA FOCEANA TARDIA

Esta produção cerâmica do Médio Oriente foi, pela primeira vez, apresentada e descrita por Waagé no 1º relatório das escavações realizadas na Ágora de Atenas e publicado em 1933 (Waagé, 1933, pp 279-328).

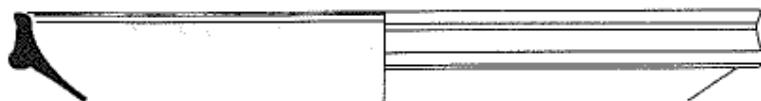
Nessa altura o autor decidiu dar aos fabricos romanos tardios cujos centros de produção então se ignoravam, uma designação que poderemos considerar não comprometedora. Foi assim que designou por Late Roman A e B a produção divulgada no Ocidente sob o nome de Terra Sigillata Clara (Late Roman A correspondendo à T.S.Clara C; Early Late Roman B à T.S.Clara A, Late Late Roman B à T.S.Clara D).

Quando em 1972 Hayes publicou um trabalho de síntese sobre várias produções cerâmicas romanas tardias presentes em toda a bacia do Mediterrâneo (Hayes, 1972) optou pela designação de «African Red Slip Ware» para as produções Late A e Late B de Waagé, dado não restarem então mais dúvidas sobre a origem norte-africana daquelas produções.

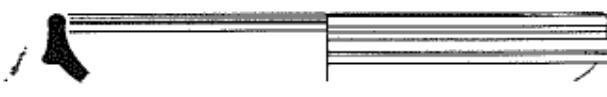
Manteve, todavia, as designações de Late Roman C e Late Roman D, respectivamente para as cerâmicas Foceana e Cipriota, originárias da região Mediterrânea Oriental, que o autor detalhadamente descreveu, mas cujos centros de produção continuava a desconhecer (Hayes, 1972, pp. 323-370 e pp. 371-386).

Foi, pois, sob a designação de Late Roman C que esta produção passou a ser conhecida em Portugal, fundamentalmente a partir da

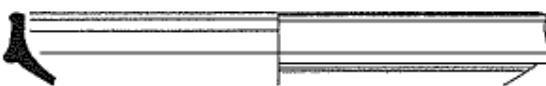
1



2



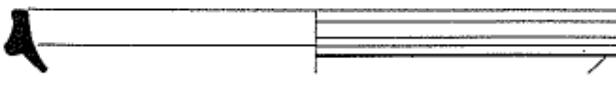
3



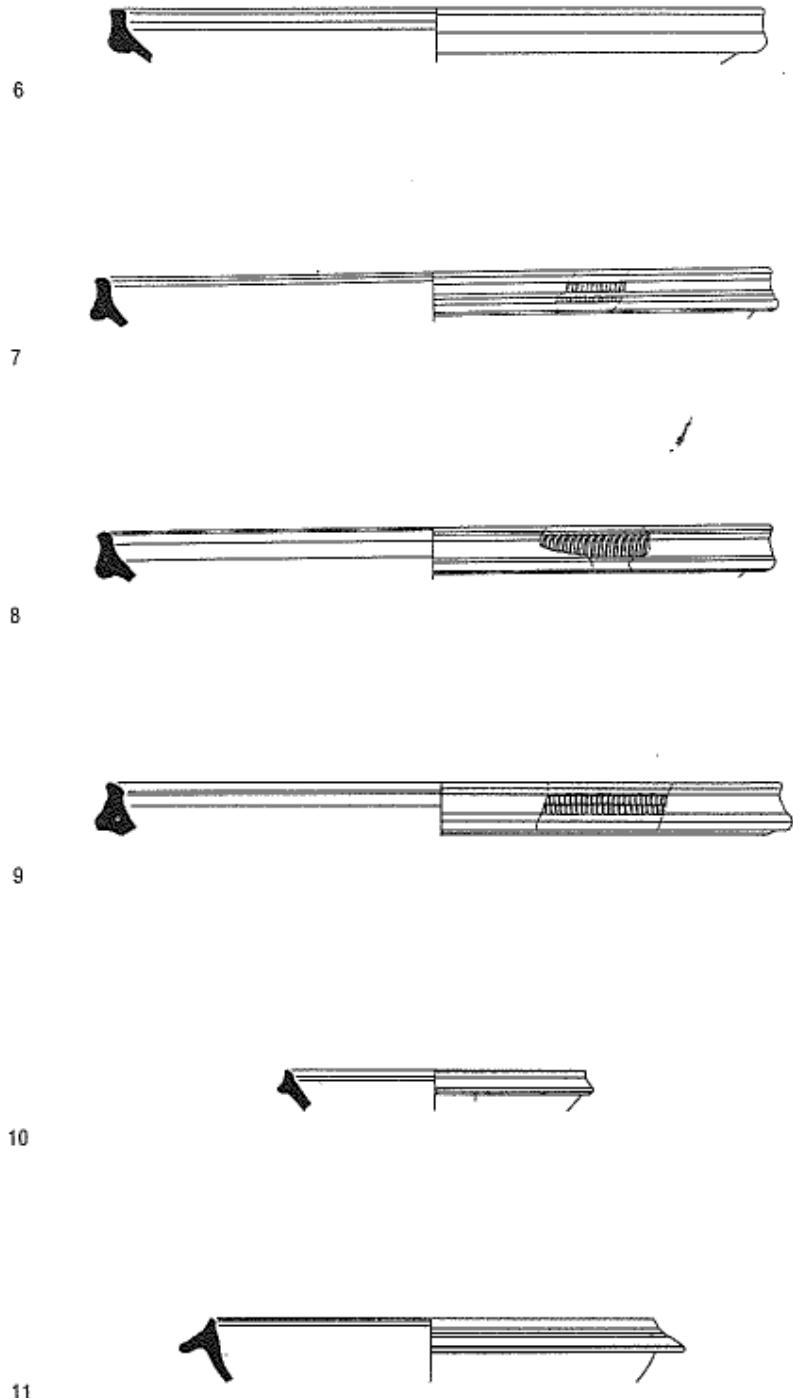
4



5



Sigillata Foceana Tardia de Mértola: forma 3.



Sigillata Foceana Tardia de Mértola: N°s 8 a 10 (forma 3); N° 11 (forma 8).

publicação dos materiais de Troia (Maia, 1974) e de Conímbriga (Delgado, 1975, pp. 285-291).

A persistência de tal designação, todavia, hoje já não se justifica, após a descoberta, na Focea (oeste da Turquia) de oficinas de produção de Late Roman C, descoberta que ficou a dever-se a M. Picon e P. Dumont do Laboratório de Ceramologia da Universidade de Lyon. Na sequência desta descoberta, Hayes propôs a substituição da designação Late Roman C pela de «Phocaean Red Slip Ware», no seu «Supplement to Late Roman Pottery» publicado em 1980 (Hayes, 1980, p.525).

À designação proposta por aquela autor preferimos, todavia, a de «Sigillata Foceana Tardia» adoptada por F. Mayet e M. Picon, porque a consideramos mais em sintonia com a designação de «Terra Sigillata Clara» dada por Lamboglia às produções Late Roman A e B mantida na tradição ocidental.

Os estudos laboratoriais realizados por M. Picon (F. Mayet e M. Picon, 1986) sobre fragmentos recolhidos com vista a determinar a origem desta produção e identidade das suas importações no Oriente como no Ocidente, confirmaram as anteriores observações de Waagé e Hayes. Trata-se, de facto, duma produção muito homogénea, (com excepção dum pequeno número de exemplares da variante H da Forma 3), originária dum único centro de produção, situado na Fócea, que se difundiu através do Mediterrâneo, tendo as suas exportações atingido no Ocidente regiões tão distantes como as Ilhas Britânicas.

Recordemos sucintamente aquelas características a título de referência para os materiais agora apresentados. A pasta, de grão fino, contendo apenas partículas calcáreas, que se destacam claramente nas pastas mais escuras, é dura e de cor homogénea em virtude da cozedura feita a uma temperatura bastante elevada. A cor varia entre o vermelho alaranjado, característico da primeira fase da produção, e vermelho escuro ou mesmo púrpura das fases



Sigillata Foceana Tardia de Mértola: nº 12 (fundo).

posteiros. As superfícies, sempre cuidadosamente alisadas com uma espécie de espátula ou pincel, conservam muitas vezes as respectivas marcas sob a forma de bandas ligeiramente côncavas ou rugosidades muito características.

O engobe, muito fino, é mate nas peças de cor alaranjada, podendo apresentar um ligeiro brilho metalizado nos fabricos de pasta mais escura e mais dura. Em consequência do empilhamento das peças no forno, os bordos tomam uma coloração sépia ou mesmo negra e uma tonalidade creme leitosa nos exemplares mais ricos em cal.

As dez formas definidas por Hayes são pouco variadas, incluindo apenas tigelas e travessas assentes geralmente em fundos apenas realçados, molduras largas e facetadas muito características desta produção ou pés muito baixos, nos exemplares mais antigos.

A parede de muitas das formas é acentuadamente mais fina a meio do que nos bordos e base, ao contrário do que acontece na generalidade dos outros fabricos tardios. Tal característica, responsável pela grande fragilidade desta cerâmica, aliada ao diferente tratamento dado às superfícies exteriores dos bordos e

das paredes, sugere que algumas das formas tenham sido feitas em moldes e os respectivos bordos acrescentados ao torno.

Dois tipos de decoração caracterizam esta produção:

O guilhocé, muito comum durante o séc. V e início do séc. VI, é aplicado na parede externa dos bordos e nos fundos internos da Forma 3. Este guilhocé é muito característico por ser geralmente muito profundo e aplicado com um instrumento possuindo duas ou mais séries de entalhes, capazes de produzirem, numa só vez, uma larga banda de decoração.

A decoração estampada está também presente nos fundos internos das peças maiores. Aparece logo na primeira fase de produção, inspirando-se claramente no estilo A da Terra Sigillata Clara D. Pouco a pouco, porém, vai-se individualizando e criando motivos decorativos mais variados, alguns dos quais muito originais, como toda a série de pequenos animais isolados em movimento, profundamente impressos (Hayes, 1972, fig. 72 a 79). Esta decoração começa a desaparecer a partir dos meados do séc. VI, mantendo-se, esporadicamente, nos fundos de alguns exemplares menos tardios da Forma 10.

O início da produção situa-se muito provavelmente nos finais do séc. IV, como deixam supor alguns exemplares da Forma 1, 2 e mais recentemente, da Forma 3, encontrados em contextos datados deste período.

Conhece um período de apogeu, entre os meados do séc. V e meados do séc. VI quando domina os mercados orientais em concorrência com a Sigillata Cipriota Tardia. Perdura até meados do séc. VII, com as variantes mais tardias da Forma 10.

Embora predominando na Ásia Menor e Mediterrâneo Oriental, os seus produtos espalharam-se por toda a bacia do Mediterrâneo. O número de sítios a oeste onde esses produtos chegaram não deixarão, certamente, de aumentar, à medida que se vai difundindo o conhecimento desta produção. Ambos os fabricos característicos desta produção estão presentes em Mértola. De facto, do total de 27 fragmentos atribuímos 14 (9 bordos e 5 fundos) ao primeiro fabrico de argila alaranjada. Atribuímos os restantes 13 fragmentos (8 bordos e 5 fundos) à variante de argila escura mais tardia.

Dos fragmentos ilustrados, os nº 2, 7, 8, 9, 10, 12 e 14 pertencem ao fabrico mais tardio. Na superfície interna do nº 2 são bem visíveis as marcas deixadas pela espátula utilizada no alisamento da superfície. A superfície interna do nº 12 possui um ligeiro brilho metalizado e a superfície externa é muito áspera em consequência do alisamento feito com escova ou pincel.

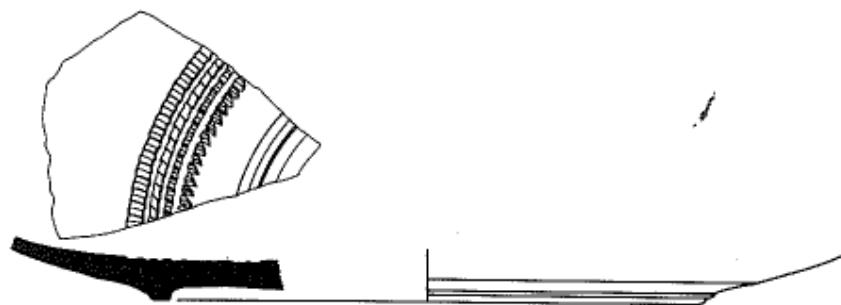
Atribuímos os restantes bordos e fundos ao fabrico anterior, em particular por causa da cor alaranjada das pastas, todavia bastante duras e dos engobes mates, mas muito aderentes, com exceção do nº 6.

AS FORMAS (Est. I e II nº 1 a 15)

Ao total de 27 fragmentos provenientes de Mértola correspondem 17 peças.

Este número foi determinado, exclusivamente, pelos 17 bordos diferentes encontrados, não se tendo levado em consideração, para o efeito, os restantes 10 fundos que podem pertencer ou não, às mesmas peças. 16 daqueles bordos identificam-se com a Forma 3 e o outro com a Forma 8. Consideramos supérflua a publicação de todos os fragmentos, excluindo, por isso, os fundos idênticos aos exemplares seleccionados e os fragmentos de bordos demasiado exíguos para permitirem um desenho correcto. Note-se que todos estes se integram nas variantes ilustradas.

A Forma 3 (nº 1 a 10) corresponde a um prato de dimensões variáveis, com a parede encurvada, assentando em pés muito baixos ou molduras largas muito



13



14



15

Sigillata Foceana Tardia de Mértola: Nºs 13 a 15 (Fundos).

características formando um falso pé. O bordo é vertical, com a extremidade inferior espessada, formando uma protuberância mais ou menos pronunciada. A face externa do bordo é frequentemente ornamentada com guiloché. O fundo interno pode ser ornamentado com bandas largas de guiloché profundamente impresso e decoração estampada circundada ou não por caneluras concéntricas. A pouca espessura das paredes em relação aos bordos e ao fundo dá uma grande fragilidade a esta forma que raramente se encontra inteira.

A Forma 3 durou cerca de 150 anos. Foi a forma típica da produção foceana tardia entre os meados do séc. V e os meados do séc. VI correspondendo a

80-90% de toda a produção, durante este período.

Não é fácil distinguir as variantes da Forma 3, não só porque os bordos divergem muito nos seus perfis mas também porque a definição das variantes propostas por Hayes assenta na associação dos bordos com as decorações dos fundos internos, só possível quando se trata de exemplares completos o que não é o caso presente.

Desistimos, por isso, da tarefa inglória de procurar paralelos exactos no material publicado por Hayes ou proveniente das escavações de Conímbriga (Delgado, 1975, PI LXXVI a LXXVIII). Pensamos, todavia, que os bordos aqui apresentados podem distribuir-se entre as variantes C, E e F.

As variantes C e E (nº 1 a 6) têm as paredes externas dos bordos ainda altas e verticais, sendo espessadas na extremidade inferior de maneira a formar uma saliência mais ou menos pronunciada. A extremidade superior dos bordos pode ser arredondada, chanfrada ou biselada. Na variante C os bordos biselados têm o ponto mais elevado na aresta exterior. Ambas as variantes admitem bordos lisos e bordos decorados. O guiloché do único exemplar decorado de Mértola é muito regular e pouco profundo.

Incluímos os números 7-9 na variante F, dadas a espessura e pouca altura dos bordos, a concavidade da parede externa, que parece projectar a extremidade inferior muito saliente, e ainda a presença de guilochés muito profundos.

O fragmento nº 10 corresponde a uma variante de reduzidas dimensões semelhante aos exemplares provenientes de Salónica e Atenas publicados por Hayes (Hayes, 1972, fig.69, nº 31-40).

A Forma 8 (nº 11) corresponde a uma tigela com diâmetros variáveis entre 13 e 18 cm. O bordo é em forma de aba larga inclinada para o exterior e diminuindo de espessura em

direcção ao lábio, mais ou menos afilado. A face superior da aba, ligeiramente côncava, apresenta uma larga canelura a meio e uma ranhura junto ao lábio. A parte inferior da parede é levemente carenada, assentando num pé baixo ou numa simples moldura facetada. Esta forma não tem decoração no fundo interno.

Foi produzida na 2^a metade do séc. V.

FUNDOS (nº 12 a 15)

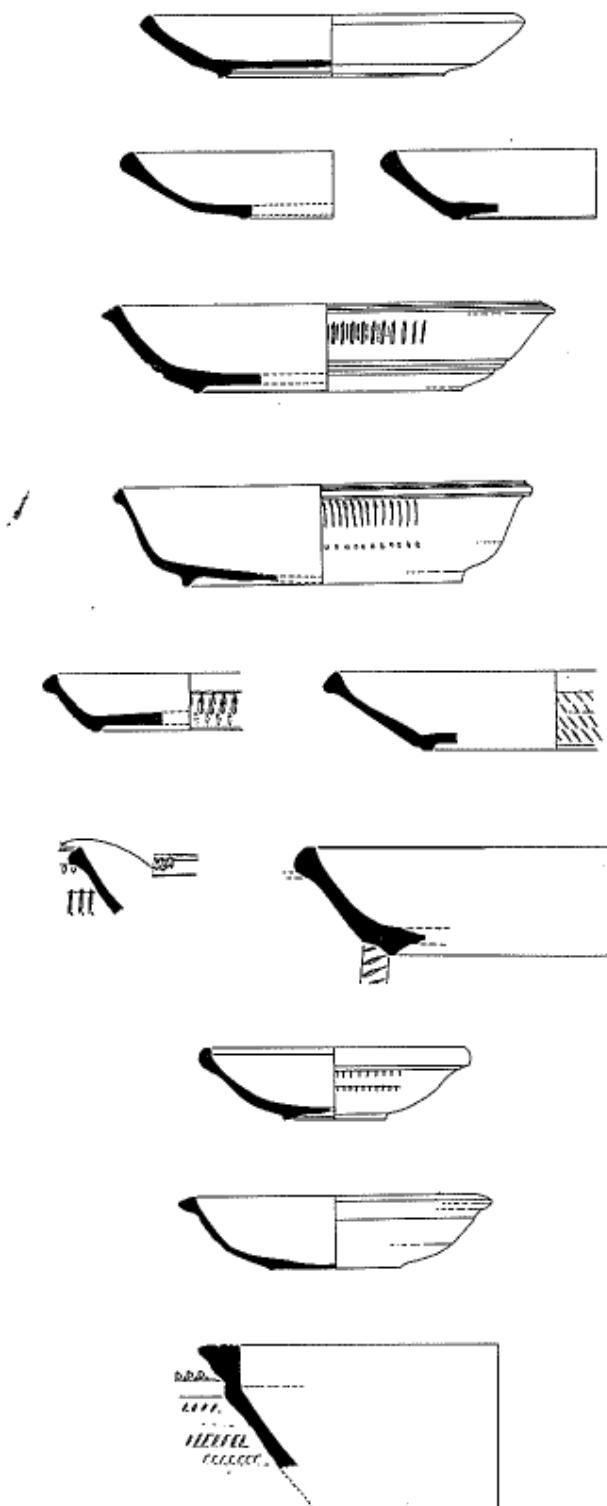
Dos 10 fundos encontrados ilustramos apenas os 2 únicos decorados e ainda 2 lisos, que ilustram a generalidade das bases de apoio presentes, que variam entre um pé baixo, mas bem definido e uma moldura baixa e com superfície de assentamento larga, muito características desta produção.

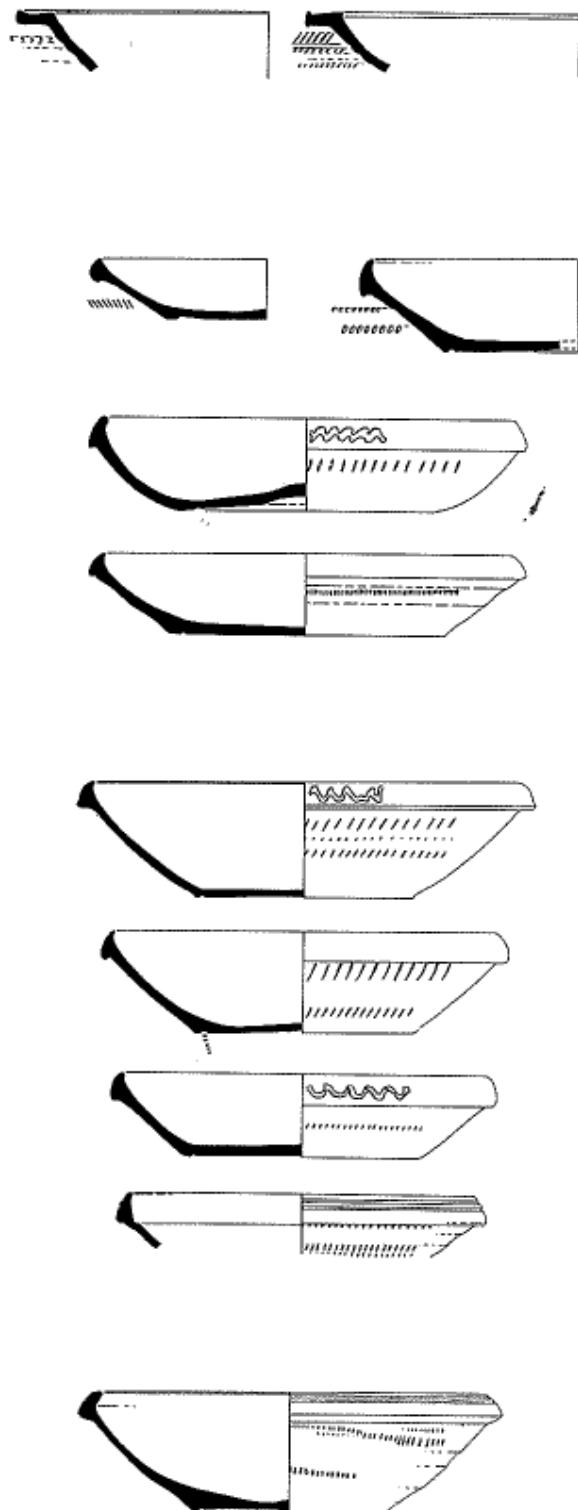
A decoração do fragmento nº 13 que supomos poder incluir no Grupo II de Hayes é composta por uma larga banda de guiloché profundamente impresso e 2 largas caneluras rodeando o centro. O fragmento não permite ver se este incluía um motivo estampado. A decoração do fragmento nº 12, constituída por um motivo central de difícil interpretação (Figura humana?) pode incluir-se no grupo III de Hayes.

II - SIGILLATA CIPRIOTA TARDIA

Embora se desconheça ainda o centro de origem deste fabrico é certo que todas as fases da sua produção estão representadas em Chipre e em quantidades que permitem considerá-la como a principal produção das cerâmicas romanas tardias ali encontradas. Considerando, por isso, Chipre, como local de origem mais que provável desta produção, Hayes propõe que a designação Late Roman D que lhe fora atribuída por Waagé fosse substituída pela de «Cypriot Red Slip Ware», em

Sigillata Cipriota Tardia.





Sigillata Cipriota Tardia.

coerência com as novas designações por si adoptadas.

Por motivo de idêntica coerência resolvemos designá-lanós por Sigillata Cipriota tardia.

Esta produção caracteriza-se por uma pasta muito fina, incluindo apenas partículas calcárias, ocasionalmente de dimensões consideráveis que podem deixar orifícios nas superfícies, quando expulsas pelo movimento de rotação do torno. Segundo Hayes, a presença destas partículas pode indicar que a textura fina da pasta não seria devida a um cuidadoso trabalho de decantação mas à natureza dos depósitos argilosos de aluvião. O grau de cozedura das pastas assim como a cor destas variam muito: mais vulgares as pastas de cor rosada e castanha avermelhada, aparecem também as cores alaranjada, vermelha, púrpura, sépia e mesmo amarela, esta última característica das formas mais tardias.

O engobe pouco espesso cobre toda a peça. Da mesma natureza das pastas é mate nas peças brandas, e ligeiramente metalizado nas peças muito cozidas. O sistema de empilhamento dentro do forno, explica que a superfície externa dos bordos se apresente frequentemente com uma coloração negra ou crema esbranquiçada, como acontece na Sigillata Foceiana Tardia.

O fabrico manteve-se constante durante o longo período da sua duração, com exceção de uma fase de má produção à roda dos meados do séc. VI.

Como se vê pelo quadro da Estampa 3, o repertório das formas é pobre, incluindo apenas algumas tigelas, potes, pratos, travessas mais ou menos fundas e bacias com ou sem asa. Os bordos são apenas engrossados, em amêndoas, triangulares ou em forma de aba estreita. Com exceção dos exemplares mais antigos da Forma 2, a generalidade das formas assenta em molduras baixas e largas formando um falso pé, ou simplesmente em fundos apenas realçados.

A decoração típica desta produção é constituída por um guiloché quase sempre grosso, disposto em bandas sobre a parede exterior. Os bordos são frequentemente ornamentados por fundas caneluras ou linhas incisadas ondeadas características dos exemplares mais tardios.

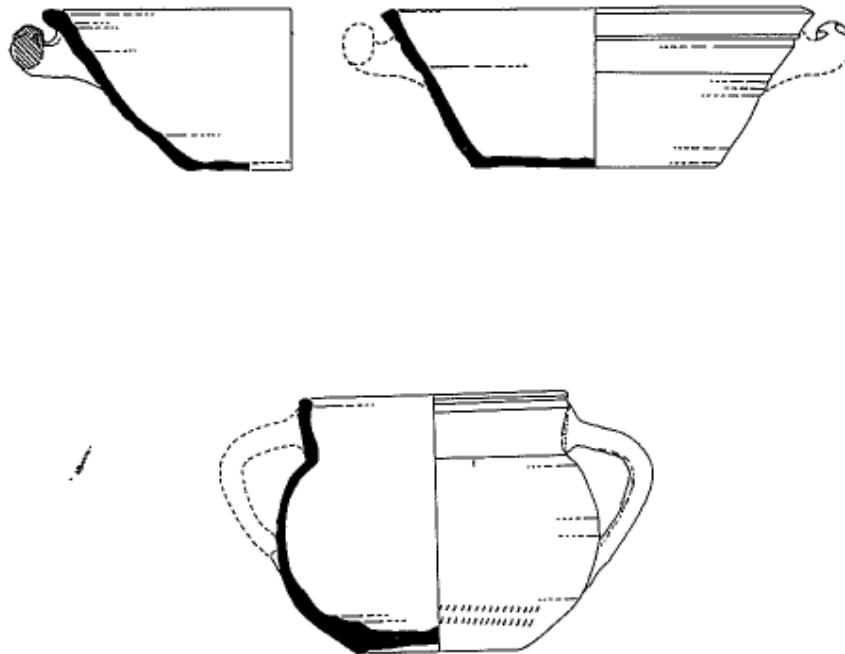
Os fundos internos de numerosas travessas possuem uma decoração estampada, ela também modesta, tendo como motivo predominante as cruzes gregas com as extremidades em forma de cauda de peixe.

O aparecimento de duas travessas da mais antiga forma 1, encontrados em salvados de Yassi Ada (Bodrum) datados de 770-80 d.C. permitem recuar o início desta produção até ao 3º quartel do séc. IV d.C..

O apogeu da produção situa-se entre os meados do séc. V e os meados do séc. VI, tendo então como única concorrente a Sigillata Foceiana Tardia.

A última fase, entre os meados do séc. V e o 2º quartel do séc. VI, é ainda muito produtiva, com o aparecimento de novas formas, algumas das quais, como a Forma 9, estão bem documentadas em contextos de Abu Mena (finais do séc. VI) Cirenaica (estratos correspondentes à invasão árabe de 642-43) Palestina e Chipre (meados e fins do séc. VII).

O fragmento de Mértola (Est. II, nº 16) integra-se na Forma 2 (Est. 2 nº 16) desta produção e é comparável ao exemplar nº 1 de Abu Mena, pela espessura do bordo e inclinação da parede. Tal como ele, assentaria, muito provavelmente, numa moldura baixa formando um falso pé. A largura do bordo não é uniforme, o que certamente dificultou a execução das duas caneluras, muito irregulares que o ornamentam. A parede apresenta duas bandas de guiloché grosseiramente executado, notando-se claramente a sobreposição dos entalhes, por deficiente aplicação da carretilha. O tamanho do fragmento não permite ver a decoração estampada do fundo interno habitual nesta forma.



Sigillata Cipriota Tardia.

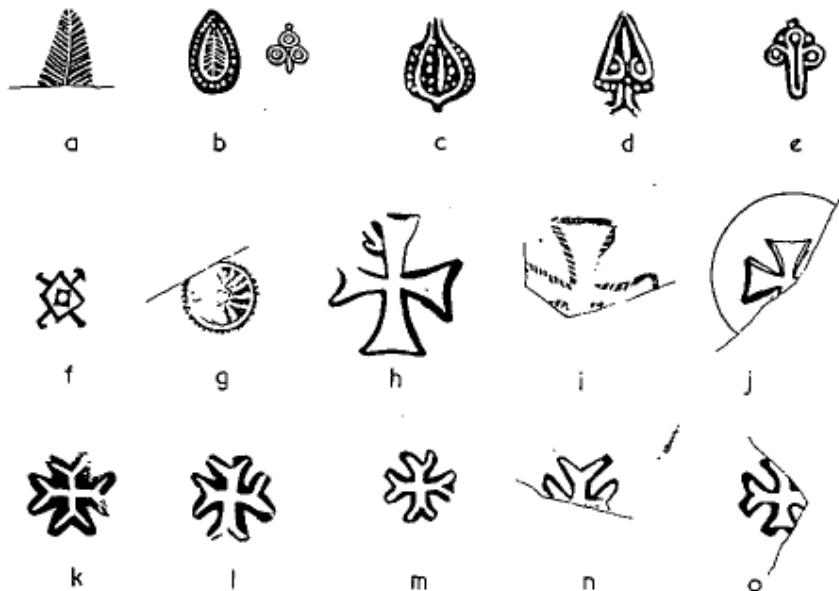
A pasta é castanha avermelhada, muito bem cozida e o engobe muito pouco espesso e mal distribuído, tem um leve brilho metalizado na face interna. A parte superior do bordo é ligeiramente descolorida.

Os exemplares nº1 e 2 mais antigos, publicados por Hayes (Hayes, 1971, fig. 80) constituem indubitavelmente os exemplos mais elaborados de toda a produção foceiana. Imitam claramente a Forma 84 da T.S. Clara C da segunda metade do séc. V, incluindo a tentativa, falhada, de reproduzirem o guiloché em forma de ave ("feather rouletting ?") que ornamenta a parede externa daquela forma (Hayes, 1971, fig. 23).

CRONOLOGIA

Os fragmentos de bordos da Sigillata Foceiana Tardia e da Cipriota Tardia encontrados em Mértola pertencem a formas produzidas nos meados do séc. V d.C..

A Forma 3 da cerâmica foceana e a Forma 2 da cerâmica cipriota atingiram, a partir de então, tal popularidade que podem ser consideradas as formas típicas do período de apogeu dessas duas produções, compreendido entre os meados do séc. V e meados do séc. VI. Tal popularidade e tal apogeu estão certamente relacionados, como Waagé já notara, com a invasão do norte de África pelos Vândalos ocorrida naquele período. Beneficiando das dificuldades que aquela



Sigillata Cipriota Tardia.

invasão causou aos centros produtores da Terra Sigillata Clara, as produções foceana e cipriota surgiram, certamente, como produções alternativas, conquistando então os mercados da bacia do mediterrâneo até então abastecidos pelos centros norte-africanos.

CONCLUSÃO

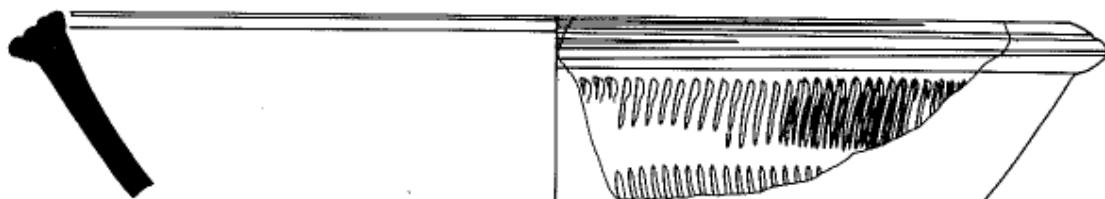
Os presentes achados de Mértola, provenientes de camadas de entulho ou de revestimentos muito posteriores à ocupação romana não podem contribuir para

precisar ou esclarecer cronologias. Muito se pode esperar, todavia, das escavações futuras, quando elas atingirem níveis inferiores aos níveis de ocupação árabe em que ainda se encontram.

Por outro lado, se os fragmentos de Sigillata foceana apenas ampliam a área de difusão desse fabrico em território português e ajudam a restabelecer-lhe o equilíbrio, admitimos que o fragmento da Forma 3 da Sigillata Foceana tardia, agora encontrado, além de constituir um vestígio não desprezível da presença dessa produção possa ajudar à identificação de novos achados que confirmam a difusão insuspeitada desse fabrico neste extremo do mediterrâneo ocidental.

BIBLIOGRAFIA

- Delgado, M. (1975), *Sigillée Late Roman C, Fouilles de Conimbriga*, IV, 1975, pp. 285-291.
 Hayes, J. W. (1972), *Late Roman pottery*, London.- (1980) - Supplement to Late Roman pottery, London.
 Maia, M.G.P. (1974), *Cerâmica fina oriental de Setúbal: "Late Roman C Ware"*, III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto, 1973, pp. 333-341.
 Mayet, F. e M. Picon (1986), *Une sigillée phocéenne tardive ("Late Roman C Ware") et sa diffusion en Occident*, Figlina, 7, pp. 129-133.
 Waagé, F.O. (1933), *The American excavations in the Athenian Agora, First Report: The roman and Byzantine pottery*, Hesperia, II.



AS CAIXAS-RELICÁRIO DE SÃO TORCATO GUIMARÃES (SÉCULOS X - XIII)

MÁRIO JORGE BARROCA *

MANUEL LUÍS REAL **

Este estudo é dedicado ao Revº. Luciano dos Santos, pela actividade que tem desenvolvido na salvaguarda do património alto-medieval da Diocese de Braga.

Na povoação de São Torcato, situada sete quilómetros a nordeste de Guimarães, existiu um antigo convento de agostinhos, cujo edifício ainda parcialmente se conserva. Tanto nas paredes do templo, como dispersos nas imediações, em museus e coleções particulares (1), existem materiais pré-românicos em elevado número, os quais têm sido objecto de acesa polémica entre "visigotistas" e "moçarabistas". São particularmente de realçar os elementos de friso, em calcário, que constituem o paralelo mais aproximado para o estudo das esculturas da capela de S. Frutuoso de Montelios. Daí a importância do monumento e a polémica que se gerou em torno das origens do mesmo (2).

(*) Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolsheiro do I.N.I.C.

(**) Do Arquivo Histórico Municipal do Porto

1. ORIGENS DA IGREJA DE S. TORCATO

A mais antiga referência ao nome da freguesia data de 1014. Ela vem numa carta que enumera diversos "mandamentos" doados ou confirmados pelo rei Ramiro II à condessa Mumadona e que haviam passado ao património do mosteiro de Guimarães. Um desses territórios — o "mandamento de Avizella" (Vizela) — fazia precisamente fronteira com o de São Torcato (3). Não é ainda clara a alusão à igreja, mas ela não podia deixar de existir no 2º. quartel do séc. X, pois o topónimo e a invocação do templo são indissociáveis. Um documento do reinado de Fernando Magno fala igualmente na "terra" de São Torcato. Embora conti-nue a não existir uma referência a qualquer comunidade religiosa, tudo leva a crer que constituiria terra coutada e que, pelo menos a partir de então, se encontrava na dependência do mosteiro de Guimarães. Só assim se explica que na carta de couto concedida pelo rei leonês ao mosteiro vimaranense (1049), ele tenha determinado que a aplicação das justiças seja feita não apenas na área de Guimarães, mas também que "in omnem terram Sancti Torquati similiter faciant" (4). Esta suposição vem confirmada no celebre inventário dos bens pertencentes ao mosteiro de Guimarães, lavrado logo dez anos depois, e no qual figuram o "monasterio sancti torquati per se etiam cum suas villas..." (5). São a seguir mencionadas nove "vilas" e quatro igrejas que, em conjunto, constituíam um património apreciável (6).

Corresponderia, inclusivamente, a uma área superior aquela que veio a ser

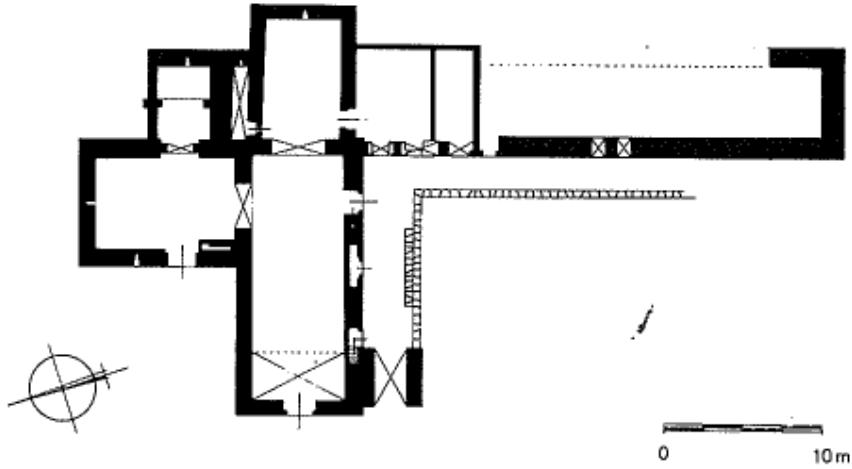


Fig. 1: Planta do Mosteiro de S. Torcato (adaptada de D. Fernando de Almeida, 1962).

definida para o couto do convento dos agostinhos, após a reforma do séc. XII. Do inventário de 1059 importa realçar, não apenas a confirmação da existência de uma comunidade monástica em São Torcato, mas também o esclarecimento de que o respectivo património fora instituído no tempo de Ramiro II (931-951). Na realidade, o documento é bem explícito ao dizer que as ditas vilas "in testamento de rex domno ranimiro et in commissorio configatas sunt" (7). Trata-se de uma informação deveras importante, tanto mais que se sabe que foi também com o apoio daquele monarca que Mumadona Dias — sua tia (8) — veio a fundar o mosteiro de Guimarães. Por outro lado, já em 959, era neste último mosteiro igualmente referido o culto de S. Torcato (9). E, tal como pudemos apurar, o nome de Ramiro II aparece ligado a mais outros dois lugares onde se venerava o mesmo santo. O primeiro vem referido num documento de 941, em que João e sua mulher, Cirilo, cedem ao mosteiro de Cardeña possessões em São Torcato, provavelmente na região de Burgos (10). O outro é o convento de Celanova, fundado por S. Rosendo por volta do ano 936 (11). De acordo com a lenda dos chamados Varões Apostólicos, Torcato e seus discípulos atingiram a santidade combatendo o paganismo romano, na província da Bética. O apostolado de S. Torcato concentrou-se essencialmente na região de Cadis, onde faleceu e veio a ser sepultado. Tendo sido objecto de culto local, a sua lenda terá passado para o Norte só muito tarde. Na versão dos monges de Celanova isso ficou a dever-se ao facto de, após a invasão de Sarracena, os cristãos andaluzes terem fugido para a Galiza, trazendo consigo o corpo do Santo, que foi piedosamente depositado

naquele mosteiro (12). A realidade, porém parece ser bastante mais complexa. Segundo afirma Carmen Garcia Rodriguez, a propósito dos santos Varões Apostólicos, "hay que reconocer que el silencio de las fuentes epigráficas de la Bética, del calendario de Carmona y listas de reliquias sobre estos santos es un indicio adverso a la antigüedad del culto; sobretodo es sospecho que no se mencione a San Torcuato en la larga lista de reliquias de Guadix, su sede. A jucio de Vives esto indicaria que en el siglo VII no tenia culto o se desconocia su sepulcro. Otro indicio contrario es la commemoración de todos los santos en un mismo dia; la unica razon para celebrar a todos em un dia, aparte de la influencia de la *Vita*, hubiera sido que se tratara no de la fecha de 'deposito' sino de consagración de una iglesia". É certo que também não há prova desta última. E a citada autora inclina-se até pela hipótese de que "esos obispos, como los de Mérida, fueron objeto de veneración popular en época visigoda en sus ciudades respectivas". Todavia, vê-se forçada a reconhecer que a difusão de *Vita Torquati* e a criação de uma festa comum dos santos Varões são seguramente posteriores à invasão árabe (13). Uma etapa importante na consolidação do culto poderá ter sido Toledo, onde na época moçárabe existiu uma igreja dedicada, precisamente, a S. Torcato. Carmen Garcia cita a opinião de Dom J. Perez Urbel, segundo a qual existiu um hino num códice de Toledo que terá sido escrito nesta cidade. Para Angel Fabrega Grau, a *Vita* foi redigida também longe de Cádis, em meados do séc. VIII, e aquele hino litúrgico ter-se-á inspirado a partir dela (14). A passagem do culto para a Galiza deve, por conseguinte, ser posterior a estes factos, estando relacionada com as migrações de moçárabes no séc. IX-X.

Quanto à origem do culto na região de Guimarães, é possível que se fique a dever às estreitas ligações que os condes portugueses

mantinham com Celanova. A condessa Mumadona era prima direita de S. Rosendo e este, em pessoa, veio mesmo presidir à sagradação do templo vimaranense (15). Por outro lado, já em 953, aparece em Guimarães um tal *Aloitus cellenovensis*, que aí confirma uma carta de venda ao mosteiro (16). Seis anos depois, este voltará a figurar entre os assistentes à sagradação da igreja, com o epíteto de *cellenovensis prepositus* (17).

Não se sabe ao certo que tipo de relação existia, no séc. X, entre o mosteiro de S. Torcato e o de Stª. Maria de Guimarães. Eles encontravam-se unidos no tempo de Fernando Magno, mas essa situação terá evoluído rapidamente. Logo nos alvores da nacionalidade os monges de São Torcato aparecem com o estatuto de independência face à casa-mãe, instituída por Mumadona, e irão aderir à Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Há quem defenda que Fernando I, de Leão, alimentava fortes desconfianças face

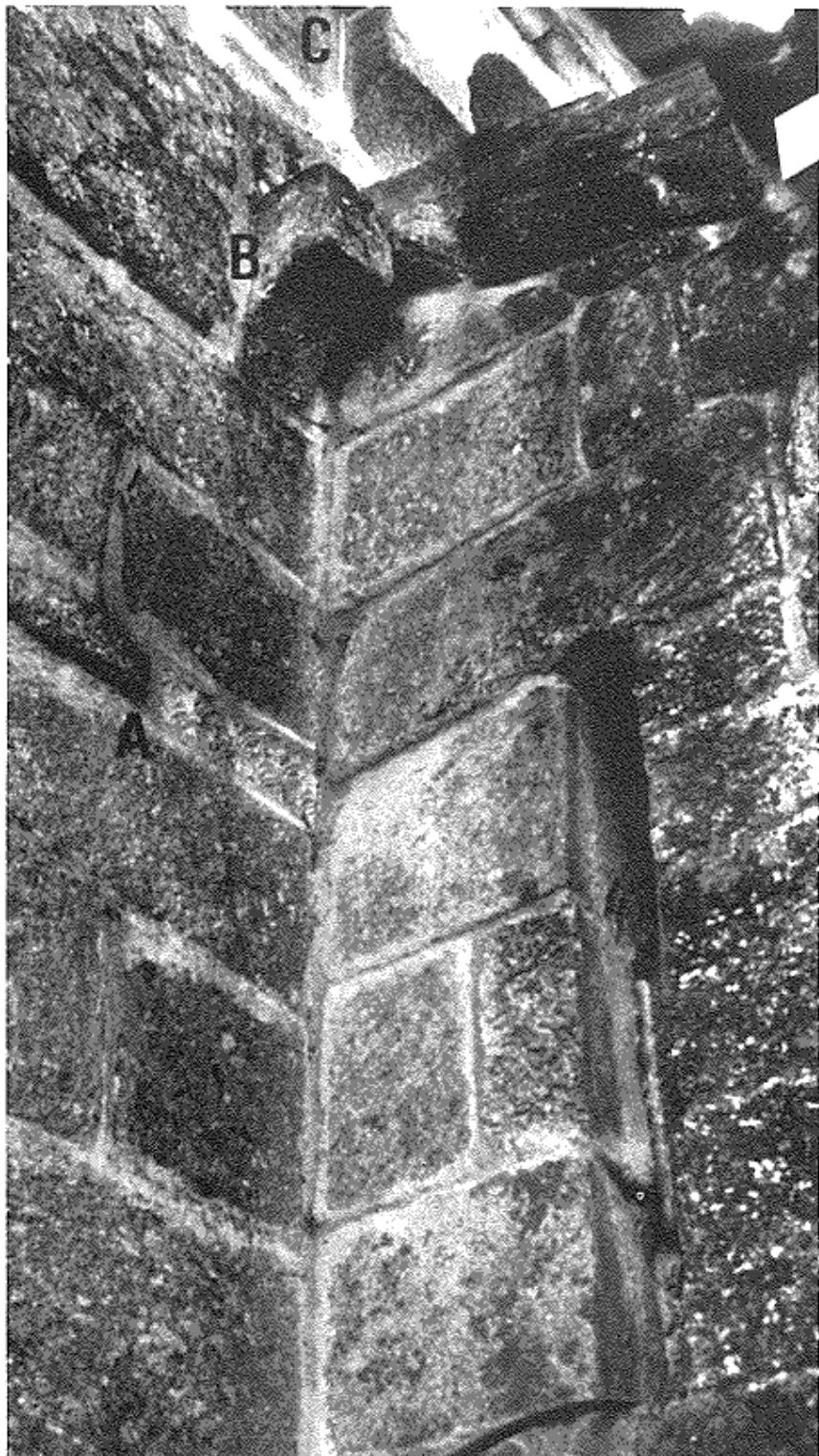


Fig. 2: Encosto do Anexo Norte com a parede lateral da capela-mor: (A) Friso moçárabe; (B) Modilhão da obra sagrada em 1132; (C) Cornija de reforma do século XIII.

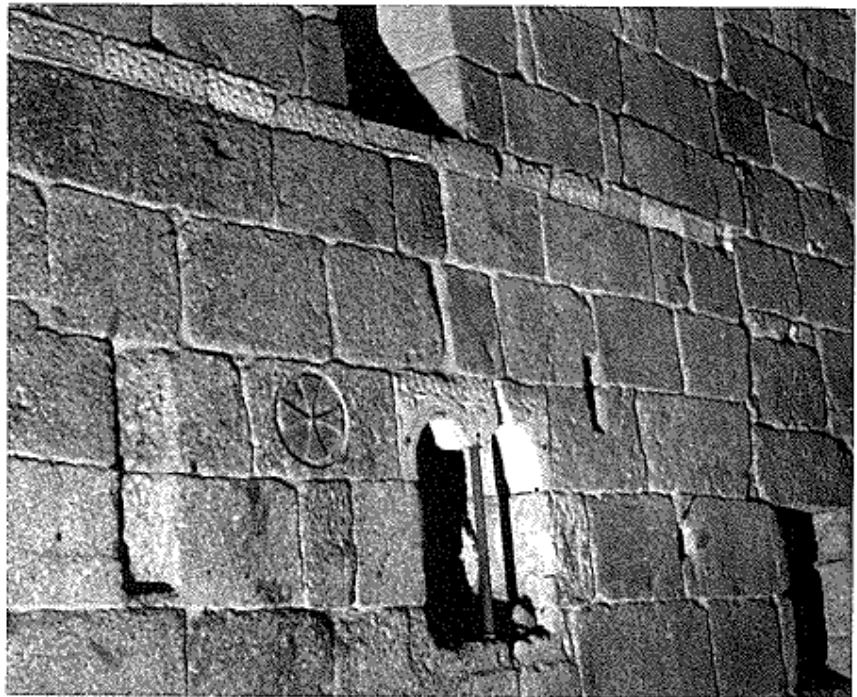


Fig. 3: Face interna do muro Norte da capela-mor, notando-se à direita a ampliação de 1802.

ao poder económico do mosteiro de Guimarães. Apesar de lhe haver concedido carta de couto, o monarca não poderia deixar de ver nele o suporte moral e religioso da estirpe portucalense. Nesta perspectiva, o inventário de 1059 tem sido interpretado como prelúdio da apropriação régia sobre grande parte dos respectivos bens. E, de facto, tal como aconteceu com o convento de Stº. Marinha da Costa, o mosteiro de S. Torcato deve ter sido incorporado no património da coroa leonesa, vindo mais tarde a fazer parte do dote recebido pelo conde D. Henrique, ao tomar conta do Condado Portucalense. Assim se explicará a sua passagem ao padroado dos reis de Portugal e a imediata entrega aos Cónegos Regrantes, por D. Afonso Henriques. Desconhece-se a data desta transferência, mas ela deve ter sido bastante precoce, pois já em 1132 a igreja estava a ser reconstruída e o altar-mor era sagrado pelo arcebispo D. Paio Mendes (18). As estruturas actualmente descobertas, ao retirar os rebocos da capela-mor, remontam na sua maior parte a este período. É visível, porém, o aproveitamento de pedras ornamentais em calcário oriundas do templo pré-românico. Eram já conhecidas algumas dessas esculturas (fig. 2 e 9), mas surgiram agora novos frisos a decorar os muros da ábside, ao nível do assentamento das frestas (fig. 3 e 4), e ainda os restos de dois ajimezes (fig. 7 e 8), de excelente lavor, reutilizados em nichos de um e outro lado da capela-mor (19).

Ao mesmo tempo foram reveladas marcas de transformações sofridas pelo templo, logo na centúria imediata, das quais se salientam o alteamento da capela-mor (fig. 2), o aparecimento de cornijas com arcos e a modificação da fresta sul da ábside (fig. 6). Esta apareceu semidestruída, mas é claramente distinta da fresta setentrional, mais pequena e sem qualquer "cicatriz" na estereotomia do muro (fig. 5).

Tais obras teriam coincidido com a cons-

Fig. 4: Face interna do muro Sul da capela-mor, notando-se à direita a interrupção original do friso moçárabe.



trução, no lado norte, da chamada "capela do Santo" (fig.1) (20). Grande parte dos anexos conventuais estarão ligados a esta fase da vida do convento.

É de referir também a construção de uma abóbada e o encerramento do espaço situado entre as duas cabeceiras românicas (a capela-mor e a "capela do Santo"), que foi utilizado como cartório e, talvez, como arrecadação de alfaias e outros objectos importantes. A porta de acesso a este corredor foi claramente metida num muro anterior, deixando cicatrizes idênticas às da ombreira direita da fresta meridional (fig. 3). Os Cónegos Regrantes terão aqui vivido até 1474, altura em que a comunidade foi extinta e os seus bens passaram à Colegiada de Guimarães.

2. A RENOVAÇÃO DO CULTO DE S. TORCATO E O APARECIMENTO DAS RELÍQUIAS

A partir do século XVI começam a surgir referências ao "corpo do santo", que se dizia ter sido descoberto incorrupto no local onde, pretensamente, lhe fora dada sepultura. Segundo a versão mais corrente, no dizer de Américo Costa, "o corpo deste santo fora primitivamente sepultado junto à fonte, onde tinha sido encontrado, pelo que foi conhecido aquele sítio por *S. Torcato-o-Velho*. Daqui fora levado para a igreja do mosteiro..." (21). É possível que esta devoção em torno do corpo incorrupto, ainda hoje venerado no santuário de São Torcato, tenha tido uma origem próxima da iniciativa do prior D. Rui Gomes Golas, que a 22 de Junho de 1512 se deslocou a S. Torcato para tentar a sua trasladação para a Colegiada de Guimarães. Era então vigário o Licenciado Jerónimo Coelho, que, devido ao relativo insucesso do Prior da Colegiada, continuou a manter à sua guarda o dito "corpo santo" (22). No segundo quartel do séc. XVII, o culto de S. Torcato mobilizou grandes atenções e esteve na origem de profundas reformas no interior do templo. Em 1628 foram consertadas as "cadeas" do túmulo e no ano seguinte iniciou-se a renovação da Sacristia (1629 -1631). Seguem-se a aquisição de grades para a capela do Santo e para o Adro, a encomenda da imagem de S. Torcato e a compra de frontais novos para os altares. Em 1634 é mandada retelhar a igreja e são consertados o claustro e a sala do capítulo. Referente ao ano de 1636 há a interessante notícia de uma inscrição em letra gasta que se encontrava junto ao túmulo do Santo e que, segundo "disseram os velhos", estivera na fresta do altar-mor. Tal inscrição continha o seguinte texto: "Homina Justos Hic quos Requescunt memoria Sanctos Vincenti, Martini, Romani, Fabiani, Estephani, Leandrae, Columbae, Sabinae, Christetae, Justiniae". A referida epígrafe foi depois colocada na parede da Epístola, ao lado do altar da capela do santo, e hoje estará porventura sob o revestimento de azulejo.

No ano seguinte ocorreu um importante acontecimento ligado ao túmulo do Santo, pois fez-se novo monumento em pedra para o receber e a ocasião foi aproveitada para reabrir o sarcófago (23). Segundo o relato antigo, "por Decreto de 18 de Julho de 1637 se fez a sepultura se S. Torcato, e neste dia se abriu a

Fig. 5: Fresta do século XII, no lado Norte, no inicio dos restauros.



sepultura, e se achou o Santo inteiro de que se fez Enstromento e está em o Cartório do Cabido. Custou a obra aos jornais vinte e seis mil reis, fóra o comer ao Mestre e os carretos que todos trouxerão (ou fizerão) de graça. Fez esta sepultura Domingos de Freitas..." (24). Decorreram ainda algumas obras de menor monta, até que, em 1685, foi tomada a decisão de abrir o altar-mor. Segundo A. Carvalho Costa, "sendo Thesoureiro mor da Collegiada de Guimaraens Nicolau Dias de Matos, revolvendo o Cartório daquella Igreja, achou em hum pergaminho antigo, que mal se pode ler, mas no que delle pode conjecturar, foy dizer que no Mosteiro de São Torcato estão muitas relíquias escondidas por varias partes de suas paredes; & indo a examinar o que tinha lido com o Mestre-escola Domingos Pinto de Araujo, & o Conego Miguel de Freitas da Cunha, acharão as relíquias". O autor transcreve depois a certidão guardada no mesmo Cartório, a qual reza o seguinte:

"Anno do Nascimento do nosso Senhor Jesu Christo de 1685. annos aos 7. de Novembro no Mosteiro de São Torcato, termo da Villa de Guimaraens, adonde forão vindos os Reverendos Nicolao Dias de Matos Thesoureiro mó, & Domingos Pinto de Araujo Mestre-escola, & Miguel de Freitas da Cunha, Dignidades & Conegos da insigne Collegiada da dita Villa, & bem assim o Padre Paulo Gomez Protonotario Apostolico, & eu o Padre João Fernandez Luiz, Notario Apostolico do Santo Officio, para effeito de no dito Mosteiro buscarem os corpos santos, & mais relíquias, que havia metidas nas paredes, que por memórias antigas havia tradiçam, & notícia, & isto com licença do senhor Arcebispo Primaz Dom Luis de Sousa, & chegando ao dito Mosteiro com o Mestre João da Costa, & Domingos de Oliveira, & Francisco Antunes, officiaes de pedraria, o Reverendo Conego Miguel de Freitas, assim declarado, se revestio, & disse Missa cantada ao Espírito Santo, & acabada ella, forão os sobreditos officiaes, & abrirão o Altar Mor, que estava de pedraria, & indo desfazendo em huma pedra, que no meyo acharão, que tinha quatro palmos & meyo comprido, & dous & meyo de largo, & de grosso hum palmo, & dous dedos, pedra que ja havia servido em outra obra, com moldura pelas cabeças, no meyo da qual estava hum buraco de palmo & dous dedos em quadro por cada banda, com huma tapadura de pano, & ao redor abatumada com breu; & logo o Padre Paulo Gomez atraç declarado meteo hum ferro de assentar, & o abrio, & aberta elle, achamos as relíquias, de que adiante se fará expressa, & declarada menção; & vistas por todos, & mais povo, que se achou presente, nos pusemos de giohos, & cantamos Te Deum laudamus; & dahi depois elle cantando, tomamos a sobredita pedra, & a pusemos sobre dous bancos com duas tochas acesas, & tornando-se a abrir, nella achamos as requeijas seguintes. Primeiramente acháram-se oito caixinhas de pão tosco, em que entrava huma lavrada, & na primeira, que se abrio, se achou hum escripto em papel, & outro na mesma caixa, que ambos contem o seguinte: "Dedicata est Ecclesia ista Domino Pelagio Bracharensi Archiepiscopo in honore Sancti Salvatoris, Sancta Mariae, S. Michaelis, Sancti Petri Apostoli, Sancti Torcati anno ab Incarnatione Domini millesimo centesimo trigesimo secundo": & dentro estavão huns fios de

Fig. 6: Situação em que foram encontrados os restos da fresta do século XIII, na parede Sul.



seda, que mal declinavão a cor, & com huns pedacinhos, que mostravão serem ossinhos, & outros bocadinhos, que não declinavão o que erão; e abrindo-se a segunda, nella se achou hum papel, que dizia o seguinte: "Reliquiae Sancti Cosmae & Damiani" & o mesmo rotulo na mesma caixa, & abrindo-se dentro achamos embrulhado em huma seda preta atados os dous ossinhos dos ditos Santos; & abrindo-se o terceiro lavrado, se achou um escrito, que dizia o seguinte: "Relequiae de Ligno Domini, & Cosmae, & Damiani, & Sancti Torcati" & dentro nelle estavão tam sómente huns pedacinhos de sedas de cores, que mostravão ser de algumas vestiduras de cor verde, & amarela, hum dentro do outro, & outro bocadinho de seda em dobras atado com um fio de retroz, que parecia gemado, & outro bocado de preto, no qual estava um bocadinho, que parecia de fita verde; & abrindo-se o quarto, que tinha três repartimentos, em hum tinha hum escrito, que não continha mais, que as palavras seguintes: "Reliquiae Sancti Ioannis", & outros que se não podem ler; & em outro repartimento, que tinha hum escritinho, que diz: "Reliquiae Sancti Iacobi Apostoli": & dentro achamos huns bocadinhos de ossos miudos com hum pano-sinho enrolado com hum ponto, em que mostrava estarem embrulhados: & abrindo-se o quinto, se achou hum escrito, que dizia: "Reliquiae Sancti Pelagij", & outros, que se não puderam ler, & dentro estava hum pedacinho de seda velha, & outros fios de seda mais escura sem mais outra causa; & visto o sexto, tinha um letreiro, que mal se lia, por fora na madeira, que dizia ao parecer. São Maxencio, & dentro delle estava huma pequena de seda vermelha atada com hum fio branco. E abrindo-se o septimo, nelle estava um escrito, que dizia: "Hic sunt Reliquiae Santae Mariae Virginis", & dentro estava hum pedaço de seis carmezim, & dentro della outro mais vermelho que parecia ser de lã: & no oitavo estava hum escrito, que dizia: "Reliquiae Sancti Stephani martyris, &

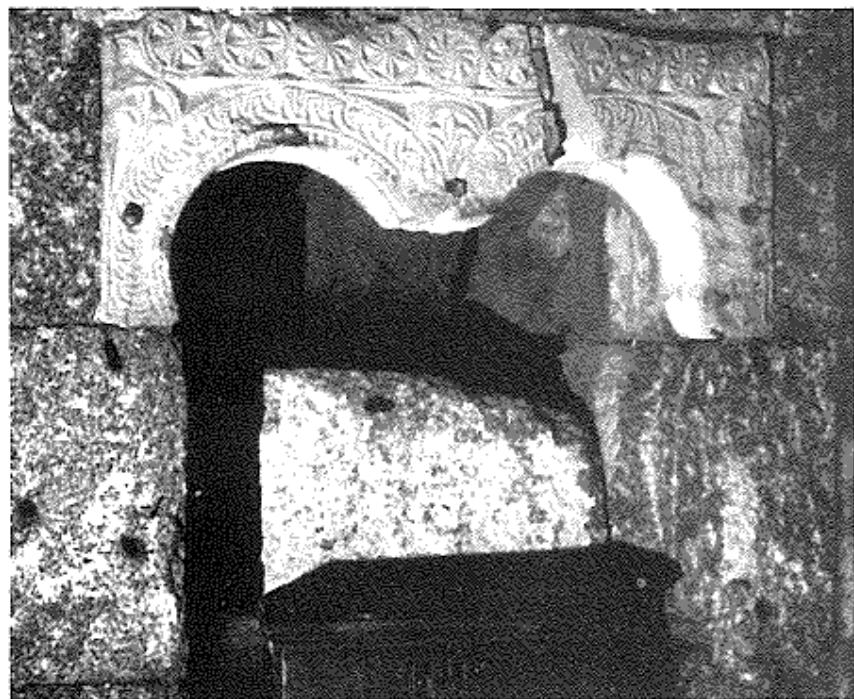


Fig. 7: Nicho do lado Norte com ajimez moçárabe.

Fig. 8: Nicho do lado Sul com outro ajimez.



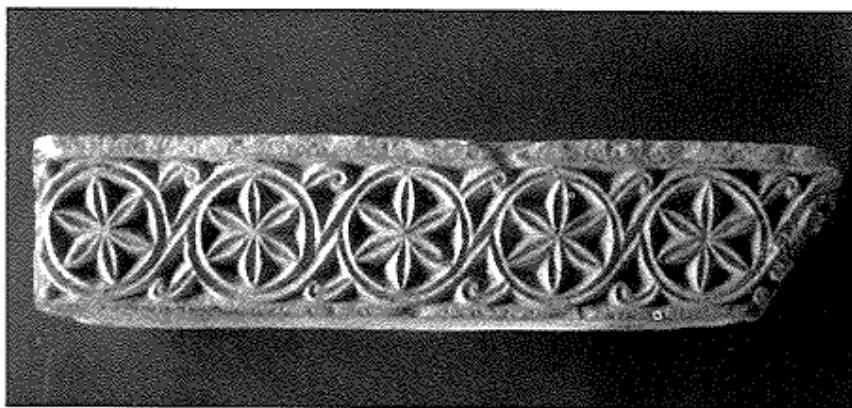
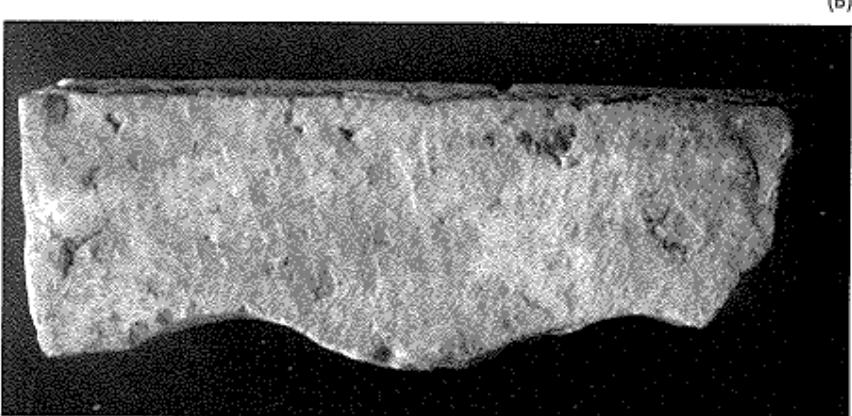


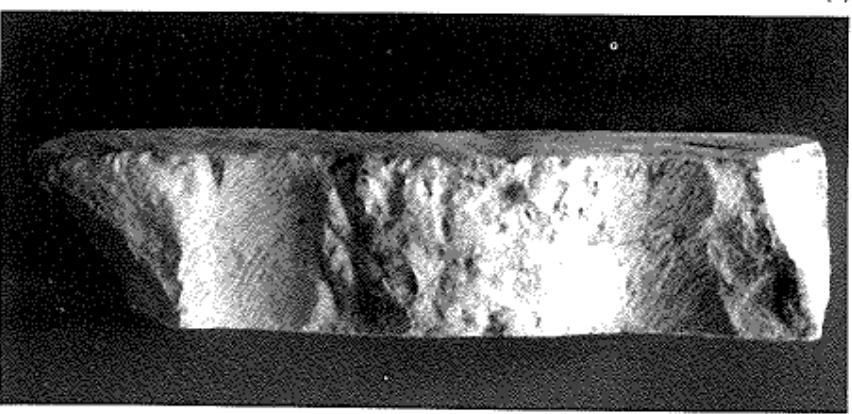
Fig.9: Elemento de friso moçárabe, tendo na face oposta vestígios de um ajimez inacabado.

Sanctae Eulaliae Virginis, & martyris", & dentro se acharão dous ossinhos, hum mayor que outro & uma migalha de seda tecida com la atada com hum fio de retroz vermelho; & não continhão mais as ditas caixas assima declaradas, de que fiz este termo por mandato, & vista de olhos, que assiney, dia, mez, & anno, "ut supra", João Fernandez Luis (25).

(A)



(B)



(C)

Apesar da grande devoção existente em torno das relíquias e do corpo incorrupto conservados neste Santuário, há a notícia de que em meados do século XVIII "a capela de S. Torcato lugar de sua aparição esta quasi deruída, e nela há muitos anos se não diz Missa, nem se faz festa ao mesmo Santo" (26). Em consequência disso, encetaram-se obras em 1802, as quais foram aproveitadas para ampliar a Capela-mor. Nessa ocasião procedeu-se à reforma do altar, tendo de novo sido observadas as caixas das relíquias. Sobre tal ocorrência foi então lavrado o seguinte auto:

"Anno do Nascimento de Nossa Senhor Jesuz Christo de mil e oito cento e dous aos vinte dias do mez de Mayo do d.^o anno, Rezendo na Igr^a. de D.s Pio Septimo, Reinando neste Reino de Portugal D. Maria primeira e o Príncipe Regente D. João, e sendo Arcebispo de Braga D. Caetano Brandão, e D. Prior da Colégia de Guim es D. Luiz de Saldanha, e sendo Vigario desta m.ma Igr^a. Thomaz Francisco da Silva, havendo de fazer hum acrescimo a Cappella mayor desta Igr^a., Tribuna, e mais concertos se acharão no Altar mayor oito caixas de madeira toscas com reliquias dos dez Martires companheiros de S. Torcato, como consta de hum papel, que aqui mesmo se conserva, as quais tem hums escriptozinhos, que declarão o nome dos Martires de q.m são; e retornarão a metter no mesmo Altar que se fez de novo de que forão testemunhas presentes o R.P. e Manuel Monteiro Viegas natural da frg^a. de S. Miguel do Monte, e

completamente esvaziada e levantaram-se os rebocos. Foi então que apareceram novos frisos em calcário e os restos de dois ajimezes, com ornatos semelhantes. Através do Arqtº. Fernando Távora um dos signatários (M. L. R.) teve conhecimento da importância dos achados, acorrendo ao local. Houve a preocupação de alertar, de imediato, o Instituto Português de Património Cultural, que veio a solicitar um relatório sobre a ocorrência e fez, depois, deslocar um técnico da Delegação do Porto (29). O relatório foi apresentado a 2 de Dezembro de 1985, dando conta dos achados pré-românicos, dos vestígios de transformações no séc. XIII, do aparecimento de frescos (um dos quais com o martírio de S. Sebastião) e da existência de diversos achados avulsos. Durante a primeira visita, o altar-mor ainda pode ser visto no sítio. Analisando-o pelo lado posterior, fomos encontrar, empilhados por debaixo da tabula moderna, "a mesa de altar medieval e ainda um pé de altar (românico, senão mesmo anterior), formado por cinco colunelos e tendo na parte superior a cavidade para guarda das relíquias" (fig.10). Posteriormente veio a constatar-se que a base de altar era do séc. X e que existiam vários fragmentos de uma mesa, mais recente que o pé de altar e que foi secionada em diversas partes, para constituir enchimento do altar moderno (fig. 12).

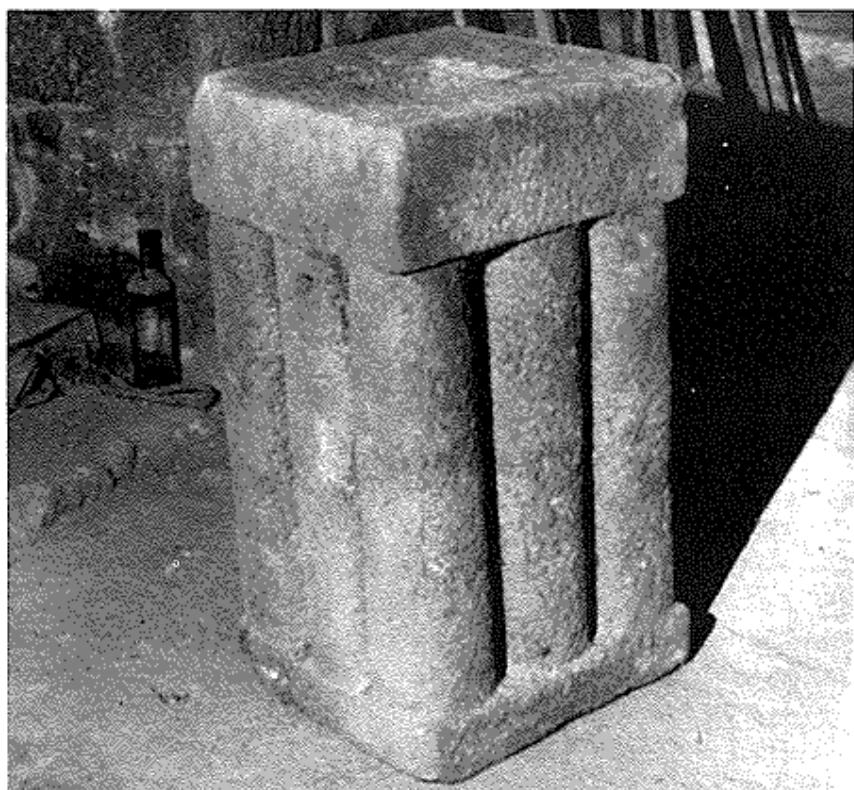
Coadjutor desta d^a. frg^a. e Antonio Per^a..pedreiro morador ao pê desta Igr^a. e mais povo que estava presente, era ut supra “.

A trasladação do "corpo do Santo" para o novo santuário — mandado construir pela Confraria depois de 1825 — fez com que o primitivo Templo passasse para segundo plano. A transferência ter-se-á dado em 1852. Mesmo assim, ainda há notícia de obras em S. Torcato-o-Velho por volta de 1866-67, nomeadamente "feitura de janela na Sacristia", "incaixilar de pedras as sepulturas da Igreja" e "cubrir as mesmas de madeira" (27).

3. RESTAURADA IGREJA E ÚLTIMOS ACHADOS

Passado praticamente um século, a Confraria de S.Torcato entendeu proceder a novas obras de restauro, e desta vez, de grande envergadura (28). A capela-mor foi

Fig. 10: Pé-de-altar moçárabe.



O corte da mesa foi efectuado de maneira mais ou menos regular, em várias secções, de modo a que o elemento central se conservasse intacto. Foi aí que se encontraram as caixas-relicário, dentro de uma concavidade regular, feita na parte superior da pedra e coberta por uma tampa de madeira, selada com resina. Através dos outros fragmentos verificou-se que a mesa possuía uma orla chanfrada, na metade inferior, e o seu perfil era ligeiramente côncavo (30). Na amálgama de pedras apareceu também um dos pés deste altar, sob a forma de colunelo, decorado com molduras ou tiras helicoidais (fig.11). Na sua forma original, a segunda ara era constituída por uma grande mesa rectangular e assentaria em quatro — ou mais — colunelos.

Em suma, o altar mais antigo — que apareceu deitado e com o *loculus* vazio — tinha uma forma compacta, limitando-se praticamente a um paralelipípedo colocado ao alto e com decoração à base de toros verticais (31). O tabernáculo fazia parte do próprio pé e seria coberto por uma pequena tábula, hoje desaparecida. Esta poderia ser quadrada, limitando-se as dimensões da parte superior do paralelepípedo, ou, então, formar um rectângulo ligeiramente mais alargado. Pela sua decoração integra-se num modelo comum a área de influencia asturiana (31). A análise das caixas-relicário confirma tratar-se de uma obra do séc. X, possivelmente da primeira metade. O segundo altar era, como dissemos bastante mais largo, mas possuía uma infra-estrutura mais aligeirada (33). O tabernáculo deixou de estar no pé e passou a parte superior da mesa. Como veremos adiante, a sua construção terá coincidido com a reforma do séc. XII. Em 1802, com o aumento da capela-mor, foi necessário desfazê-lo e optou-se por construir um novo altar, com retábulo em madeira, encostado à parede que veio a ser erguida mais a leste. A respectiva mesa, não se diferenciava muito da românica, mas deixou de ter tabernáculo. Isto explica-se porque foi respeitado o da ara anterior. A infra-estrutura passou a ser constituída por um maciço paralelipipedo, o qual integrava os elementos dos altares precedentes. Apesar de constituírem uma amálgama, a sua preservação tinha a ver com o facto de serem pedras benzidas e, numa delas, estarem as sagradas relíquias.

A 5 de Setembro de 1986, na sequência de nova visita, em que se constatou ter a Confraria avançado em trabalhos de limpeza, a remoção do mobiliário litúrgico e a eliminação dos revestimentos apresentou o signatário (M. L. R.) um segundo relatório, dirigido aos Serviços de Arquitectura e de Arqueologia do IPPC. Do seu conteúdo, por dizer respeito ao tema central deste trabalho, será oportuna a transcrição da seguinte passagem:

"O altar mais antigo parece-me ser o do séc. X-XI. Será o primeiro descoberto em Portugal relativo a este período. Não bastando isso, surgiram vários elementos do altar românico (fragmentos da mesa e um fuste), que era pintado, pois se observam vestígios de fresco. A parte central da mesa vinha ainda com a cavidade das relíquias no seu estado primitivo. Coberta por uma pequena tampa, ela continha várias caixinhas-relicário, uma das quais decorada, e um papel do séc. XVII dizendo que a urna desta mesa fora aberta, tendo sido mantida conforme se encontrou. Trata-se de um achado dos mais notáveis da arqueologia medieval

Fig. 11: Colunelo do altar de 1132.



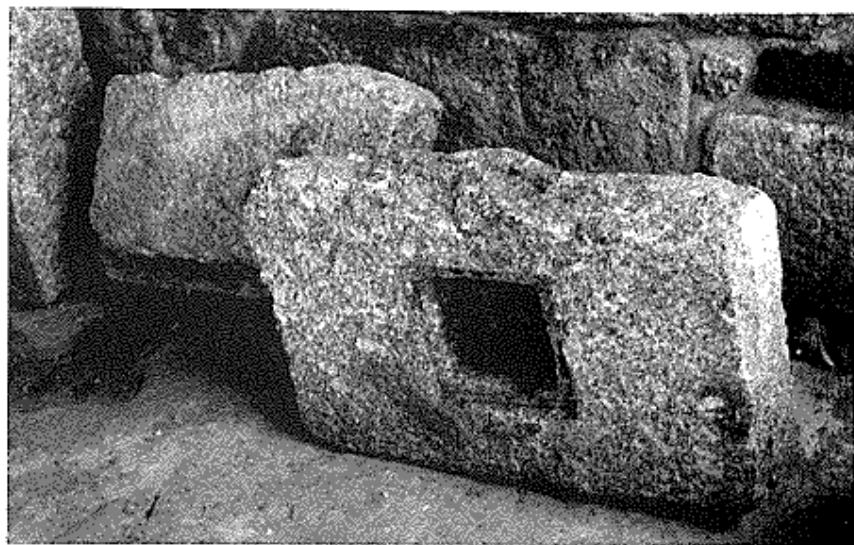


Fig. 12: Fragmentos da mesa do altar do século XII.

portuguesa, nos últimos tempos... Existe uma terceira mesa de altar, com uma inscrição, cuja leitura espero fazê-la logo que forem reveladas as fotografias feitas com iluminação especial.⁽³⁵⁾ Não tendo sido possível analisar o conjunto das caixas-relicário na altura do achado, o seu estudo foi feito a partir de uma visita efectuada em 19 de Julho de 1988. Dos elementos então recolhidos, segue-se a descrição das caixas ou lipsanotecas de S. Torcato.

4. DESCRIÇÃO DAS LIPSANOTECAS DE S. TORCATO.

São oito as lipsanotecas aparecidas na Igreja de S. Torcato em 1986, aquando das obras de restauro do templo. As características específicas deste conjunto, quer pelo número de caixas, quer pelo seu estado de conservação, quer ainda pelas informações que facul-

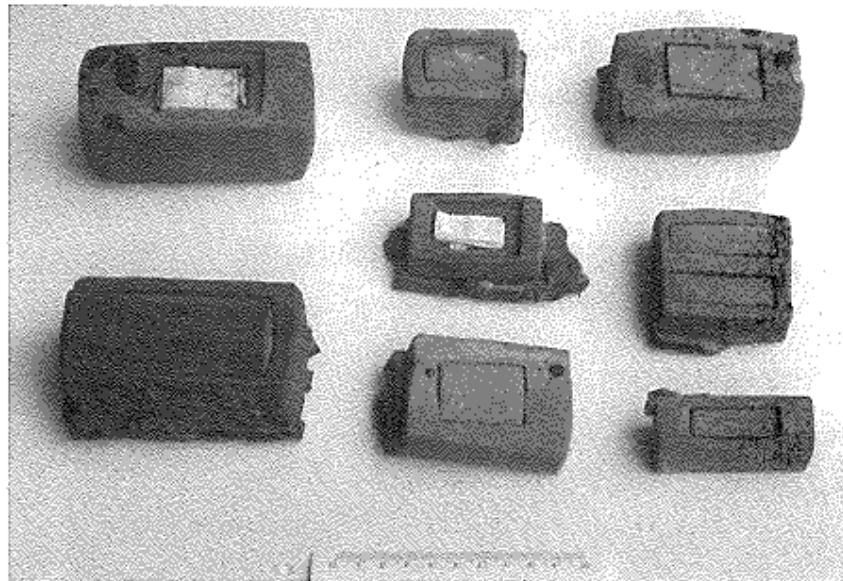


Fig. 13: Conjunto das lipsanotecas de S. Torcato.

tam sobre o ritmo de transformações do altar deste templo, permitem desde já colocar este conjunto num lugar de destaque. A análise das características de cada uma das pequenas caixas permitiu traçar uma evolução cronológica para o conjunto, definindo diferentes fases de abertura do altar e de colocação das lipsanotecas. Tendo em atenção as balizas cronológicas definidas para cada exemplar, foi-lhes atribuído um número de ordem, partindo do caso mais antigo para o mais recente. É esse o número seguido na descrição individual de cada caixa.

CAIXA Nº1 (Fig. 14 e 15)

Descrição: - Caixa em madeira destinada a conter as relíquias do Santo Lenho, de S. Cosme e S. Damião, e de S. Torcato. É, de todas as lipsanotecas, a única que apresenta decoração, muito embora o seu trabalho nunca tenha sido dado por concluído. O único tema iconográfico é o do quadrilátero com o espaço central atravessado por dois eixos ligando ângulos opostos, tudo trabalhado em bisel. Num dos laterais maiores o tema repete-se até à exaustão, preenchendo a superfície disponível. Houve, aparentemente, uma ausência de planificação prévia, já que se podem definir duas áreas distintas — um rectângulo com três bandas de quatro motivos, que, apresentando maiores dimensões, ocupam a maior parte da superfície, e uma pequena moldura terminal, à esquerda, com uma banda vertical de quatro motivos, que parece ser uma solução de recurso para esgotar a área disponível. A ornamentação exaustiva de toda a superfície parece ter sido a preocupação dominante. Mas já para as outras três faces onde há testemunhos de decoração — sempre com o mesmo motivo — já não se detecta a mesma preocupação. Na superfície que serve de fundo apenas foram gravados, numa banda, uma sequência de quatro quadriláteros idênticos aos acima referidos. Numa das faces menores da pequena caixa — no topo oposto ao da entrada da tampa — o tema foi apenas gravado, nunca se tendo procedido ao seu desbaste.

Esta primeira lipsanoteca de S. Torcato singulariza-se pelo facto de ser a única

a apresentar decoração. Também o sistema de tampa difere de todas as restantes. Efectivamente, enquanto que nas outras caixas as tampas são planas e de aplicação vertical, neste exemplar a tampa é abaulada e de entrada lateral, correndo em ranhuras abertas na face interna das paredes maiores. A cavidade destinada a albergar as relíquias também é mais ampla do que se irá verificar nas restantes caixas. Por tudo, pelas dimensões, pelo cuidado posto no sistema da tampa, e pela sua ornamentação, a caixa nº1, que julgamos poder atribuir ao século X, é um exemplar que se salienta face aos restantes. Muito embora a sua decoração não seja exactamente igual, esta lipsanoteca não pode deixar de recordar o exemplar moçárabe de Astorga, divulgado por D. Manuel Gomez-Moreno (36).

Dimensões - Comp.: 90 mm x Alt.: 52mm x Larg.: 45mm.

Receptáculo: 65x30x30 mm.

Conteúdo - Quando foi aberta em 1988, esta caixa apresentava dentro uma pequena porção de tecido, com cerca de 50 mm de comprimento, de cor ocre claro numa das faces e verde musgo seco na outra. Para além deste fragmento de tecido albergava areias e poeiras. No auto de abertura de 1685 referia-se a existência de três tipos distintos de tecido.

Legendas e Autêntica - Aparentemente esta caixa não recebeu qualquer tipo de legenda no momento em que foi executada e encerrada no pé de altar de S. Torcato. Isto talvez se deva ao facto de ser então a única incluída no altar e, portanto, não susceptível de confusão. Posteriormente, talvez no século XIII, foi registado na sua tampa, em letra gótica, a seguinte legenda:

1/ *de ligno sti Cosme et Da*

2/ *mjanj et sct Torqt mt.*

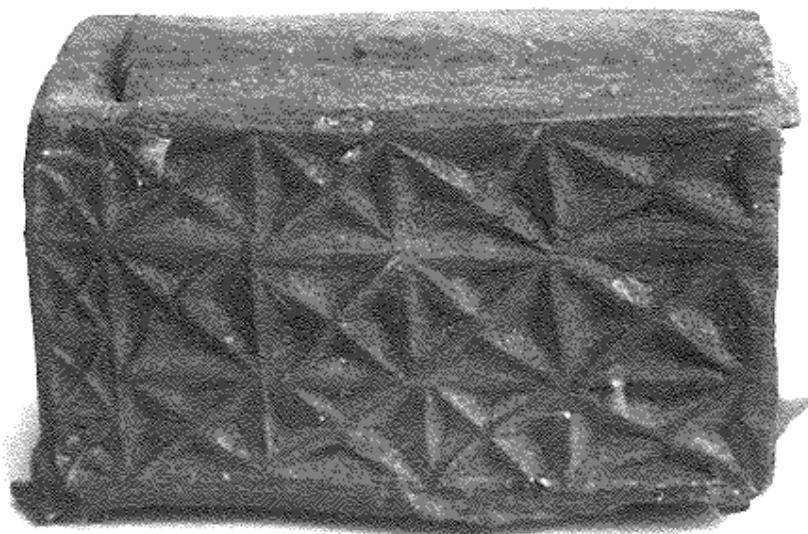


Fig.14: Ornamentação da caixa moçárabe.

Ou seja: [Relíquias] do [Santo] Lenho, de S. Cosme e S. Damião e de S. Torcato Mártil. Nos fins do século XV ou inícios da centúria seguinte, quando o altar foi uma vez mais aberto, foi colocado no interior desta lipsanoteca uma autêntica escrita num pequeno bocado de papel onde se lê (Fig. 23 A):

1/ +
2/ Reliquie de lino domini eft Sanctij
Cosme at Damiani et Santi. troquati

CAIXA N° 2 (Fig. 16)

Descrição - Caixa dupla, não ostentando qualquer tipo de ornamentação. Possui duas tampas planas, de aplicação vertical, que se apoiam em pequenas molduras desbastadas na caixa. Uma das tampas encerra uma única cavidade que, de acordo com a legenda exterior, se destinava a albergar as relíquias de S. Martinho Bispo. A outra tampa era comum a dois receptáculos, onde se recolhiam as relíquias de S. João Baptista e de Santiago Apóstolo. Esta é a primeira de uma sequência de cinco lipsanotecas trabalhadas no mesmo tipo de madeira e ostentando pequenas legendas em letra visigótica redonda, que apresentam um evidente aspecto de família.

Dimensões - Comp.: 54mm x Alt.: 26 mm x Larg.: 46 mm.

Tampa A - Comp.: 43 mm x Larg.: 13 mm x Esp.: 2 mm.

Receptáculo: Comp.: 34 mm x Alt.: 19 mm.

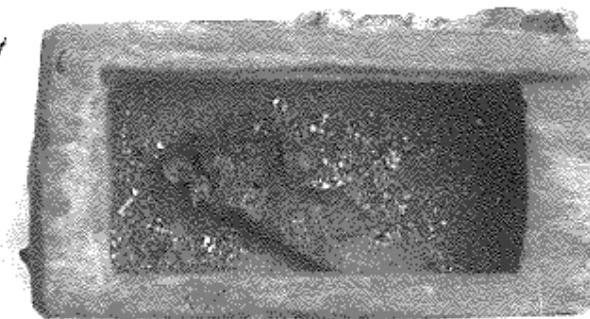
Tampa B - Comp.: 44 mm x Larg.: 13 mm x Esp.: 2 mm.

Receptáculos: Comp.: 14 mm x 17 mm x Alt. 19 mm.

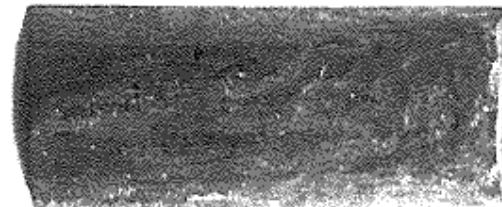
Conteúdo - Na cavidade mais comprida, correspondente às relíquias de Santiago Apóstolo, foi encontrado um pequeno bocado de papel,



Fig. 15: Caixa do século X: (A) Perspectiva geral;



(B) - Interior com reliquia;



(C) Tampa com inscrição em gótico cursivo.

cuidadosamente dobrado, o qual continha matéria orgânica pulverizada e areias. Associado a ele encontravam-se duas autênticas escritas em pequenos bocados de papel, em letra gótica cursiva, do século XV-XVI. Numa das cavidades menores encontraram-se restos de tecido de cor branco-sujo, praticamente desfeito. Na cavidade vizinha achava-se outro papel com fragmento de tecido do mesmo gênero. O auto de abertura de 1685 registava como conteúdo desta lipsanoteca bocados de ossos miúdos embrulhados.

Legendas e Autêntica - Na face da lipsanoteca correspondente à cavidade maior, encontra-se o seguinte letreiro, escrito em letra visigótica redonda:

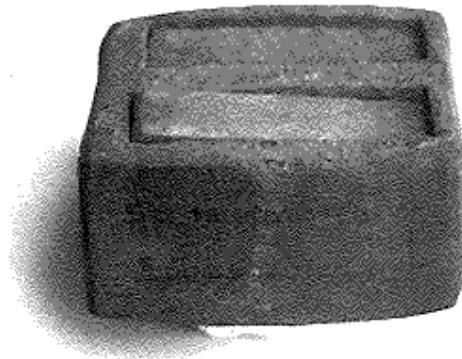
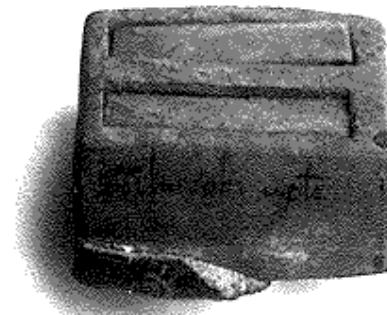
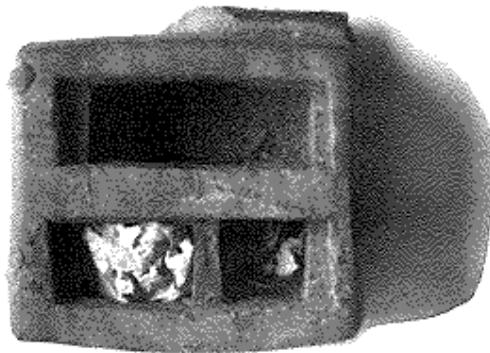


Fig. 16: Caixa do século XI: (A) Legenda em visigótica redonda, relativa a S. Martinho e S. João;



(B) Legenda coeva referente ao Apóstolo Santiago;



(C) Organização interna e conteúdo da caixa.

1/ *Sci iacobi apli*

Na face oposta, correspondente a dupla cavidade, e no mesmo tipo de letra, pode-se ler:

1/ *Sci martini epi*
2/ *Sci ihoani bab*

No seu interior encontraram-se dois papéis, um em cada metade da caixa, com os seguintes letreiros, escritos em letra dos fins do século XV ou inícios do século XVI:

1/+

2/ *Reliquie santi Jacobi apostoli*

1/+

2/ *[Re]liquje santi Johans Ba[ptista]*

3/ *Out.os q se nã podem [ler]*

Este último papel, hoje incompleto, ainda se encontrava intacto em 1685, conforme se pode depreender do auto de abertura de 7 de Novembro desse ano. Assim, o fragmento que falta deve ter sido perdido nessa altura ou em 1802, quando o altar foi de novo aberto.

CAIXA Nº 3 (Fig. 17)

Descrição - É a mais estreita de todas as lipsanotecas agora descobertas. Foi concebida para receber as relíquias de Stº. Estevão e de Sta. Eulália Virgem. A sua tampa, plana, encaixa verticalmente, ficando embutida e apoiada em pequena moldura desbastada.

Dimensões - Comp.: 61 mm x Alt.: 32 mm x Larg.: 21 mm.

Tampa: Comp.: 34 mm x Larg.: 12 mm x Esp.: 3 mm.

Conteúdo - No momento em que foi aberta em 1988, esta caixa continha um fragmento de tecido de cor branco-sujo, poeiras e fragmentos de lacre. No Auto de Abertura de 1685 registava-se entre o seu conteúdo dois pequenos ossos e uma "migalha" de seda atada com fio vermelho.

Legendas e Autêntica - Numa das faces

maiores da caixa pode-se ler, em visigótica redonda, a seguinte legenda:

1/ *Sci stephani et*
2/ *Sce eolalie virg.e*

O autêntica correspondente a esta caixa, escrito em letra do século XV-XVI e tendo papel por suporte, encontrou-se no interior da caixa nº4, para onde deve ter sido deslocado por lapso em 1685 ou 1802.

CAIXA Nº 4 (Fig. 18)

Descrição - Caixa destinada a conter as relíquias de Stº. Maria, feita em madeira idêntica às duas anteriores e ostentando o mesmo tipo de encaixe de tampa. Nas faces laterais maiores desta caixa são visíveis dois letreiros escritos com letras bem distintas.

Dimensões - Comp.: 64 mm x Alt.: 23 mm x Larg.: 47 mm.

Tampa: Comp.: 34 mm x Larg. 25 mm x Esp. 2 mm.

Conteúdo - No seu interior foi encontrado um pequeno fragmento de tecido de cor ocre seco, que não se chegou a retirar por ainda estar *in situ* e por ostentar grande fragilidade, correndo risco de se destruir totalmente. O Auto de Abertura de 1685 revela que esta caixa continha um bocado de seda carmesim e outro de lã.

Legendas e Autêntica - Como já tivemos oportunidade de referir, esta lipsanoteca ostenta dois tipos de legendas exteriores, correspondendo a dois momentos distintos. Numa das faces laterais, em letra visigótica redonda, coeva da manufatura da caixa, pode-se ler:

1/ *[S]te Marie vigs.*

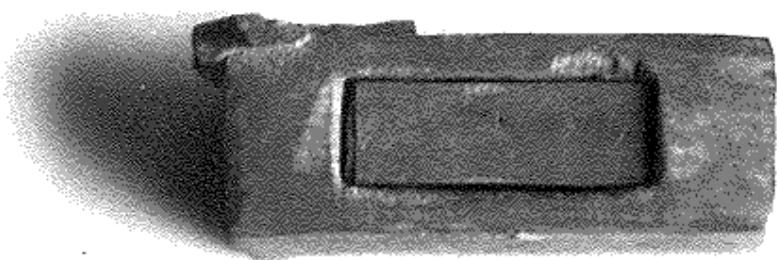


Fig. 17: Caixa do século XI: (A) Face superior;



(B) Legenda em visigótica redonda, relativa a Stº Estevão e Stº Eulália.

Na face oposta, em letra gótica do século XIII, registou-se:

1/ *hic ſ reliqe sce Marie vig*

No seu interior encontraram-se dois pequenos papéis escritos em letra dos fins do século XV ou dos inícios do século XVI, contendo os **autêntica** desta lipsanoteca e da caixa nº 3 (aqui guardado por lapso). No primeiro pode-se ler:

1/ +

2/ *Hict sut Reliquje santa marye virginjs*

No segundo regista-se:

1/ +

2/ *Reliquje Santi estephani marteri e santa eolalia Viginjs e M[artiris]*

CAIXA Nº 5 (Fig. 19)

Descrição - Caixa destinada a conter as relíquias de S. Mamede Mártir, com características idênticas às anteriores. Apresenta tampa de encaixe vertical que apoia em quatro molduras rebaixadas, muito embora as molduras das faces

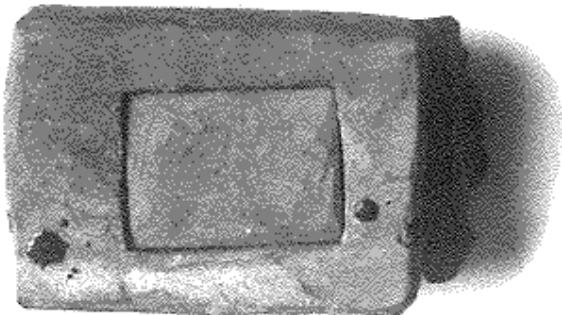
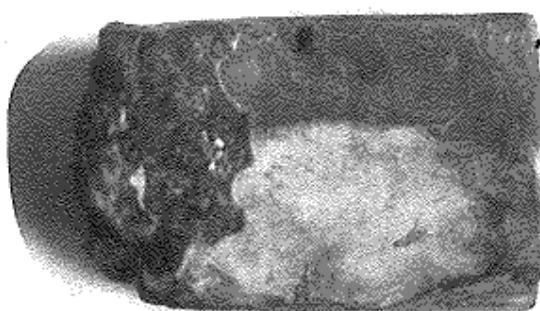


Fig. 18: Caixa do século XI: (A) Face superior;



150 (B) Face inferior com restos de lacre e vestígios da inscrição em visigótica cursiva, referente a Stº Maria;



(C) Legenda lateral em gótica cursiva.

maiores da caixa sejam de largura muito exigua. Apresenta uma primeira legenda, coeva da manufactura da caixa, em visigótica redonda, que foi mais tarde avivada. Por essa altura, que supomos ter sido no século XIII, a legenda original não foi bem compreendida e introduziu-se um erro: o "M" de Mametis foi gravado sobre o "i" de Sancti e mais à frente acrescentou-se um "t" que originalmente não existia. Assim, ficou registado "Matmetis" em vez de "Mametis". Por outro lado não se avivou a segunda regra da legenda original, que passou despercebida.

Dimensões - Comp.: 49 mm x Alt.: 41 mm x Larg.: 34 mm.

Receptáculo: Alt. 26 mm.

Tampa: Comp.: 33 mm x Larg.: 16 mm x Esp.: 2 mm.

Conteúdo - Aquando da abertura dos relicários em 1988, foram encontrados dois fragmentos de tecido fino, de cor vermelho tinto, juntamente com restos de fio acetinado de cor amarelada. À mistura encontravam-se areias e poeiras. O Auto de 1685 registava aqui um bocado de seda vermelha.

Legendas e Autêntica - Num dos lados maiores da Caixa, em letra visigótica redonda, foi registado:

1/ *Sci mameatis*

2/ *martiris*

Num momento posterior, no século XIII, a julgar pelo tipo de letra gótica, quando em algumas das outras caixas foi de novo registado o conteúdo, avivou-se a primeira regra desta legenda:

1/ *Sc matmetis (sic)*

Conforme já registámos, o erro ficou a dever-se a mal interpretação da legenda original. A segunda regra passou despercebida e não foi avivada. No Auto de 1685 houve um erro de leitura e identificou-se esta lipsanoteca como contendo relíquias de S. Maxêncio, santo de que o Mosteiro de S. Torcato nunca possuiu relíquias.

CAIXA Nº 6 (Fig. 20)

Descrição - A última das lipsanotecas introduzidas no Altar-Mor do Mosteiro de S. Torcato no século XI destinava-se a conter as relíquias de S. Paio. A caixa, lisa, apresenta grandes

afinidades com as quatro anteriores, ostentando a legenda original, em visigótica redonda, numa das faces. Na face oposta foi escrita nova legenda, no século XIII, em letra gótica cursiva. O sistema de tampa é idêntico ao descrito para os exemplares anteriores, tudo recomendado que tenham sido executadas pelo mesmo artífice.

Dimensões - Comp.: 78 mm x Alt.: 38 mm x

Larg.: 41 mm.

Receptáculo: Alt.: 23 mm.

Tampa: Comp.: 40 mm x Larg.: 24 mm x Esp.: 5 mm.

Conteúdo - Foi encontrado um pequeno papel dobrado contendo fragmento de um tecido vermelho, cor de vinho. O Auto de 1685 referia a existência de dois fragmentos de tecido.

Legendas e Autêntica - Numa das faces maiores da caixa foi registada, em letra visigótica redonda, do século XI, a legenda:

1/ *sci P[e]lagi*

estando o "e" oculto por mancha escura. Na face oposta, em letra gótica do século XIII, registou-se:

1/ *hic s reliquie sti pelagii*

No seu interior, para além do papel que encerrava o fragmento de tecido, encontrava-se uma autêntica, dos fins do século XV ou inícios do séculos XVI, dizendo:

1/ +

2/ *Reliqueje Santi Pela[gii] e outras que se*

3/ *Nā poderom ler*

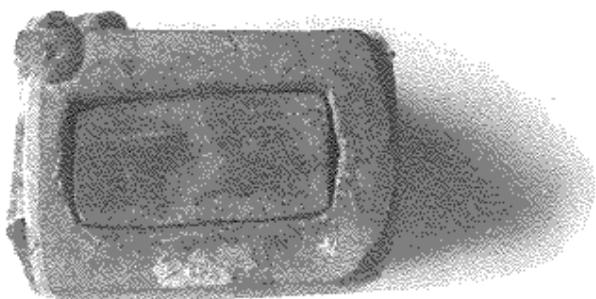
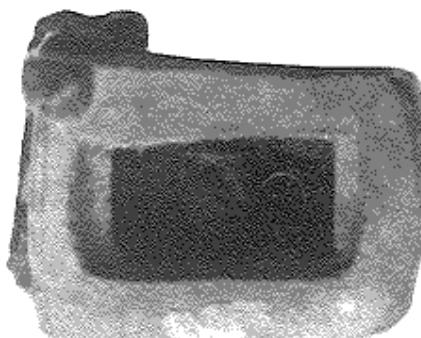
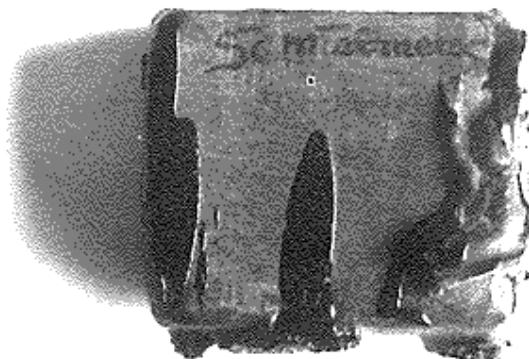


Fig. 19: Caixa do século XI; (A) Face superior;



(B) Interior com relíquia;



(C) Legenda em visigótica cursiva, relativa a S. Mamede, avivada no século XIII.

CAIXA N° 7 (Fig. 21)

Descrição - Esta lipsanoteca, datada de 1132, corresponde ao terceiro momento de abertura do *loculus* do Altar-mor de S. Torcato, por altura da sagrada da obra românica pelo arcebispo bracarense D. Paio Mendes. A caixa

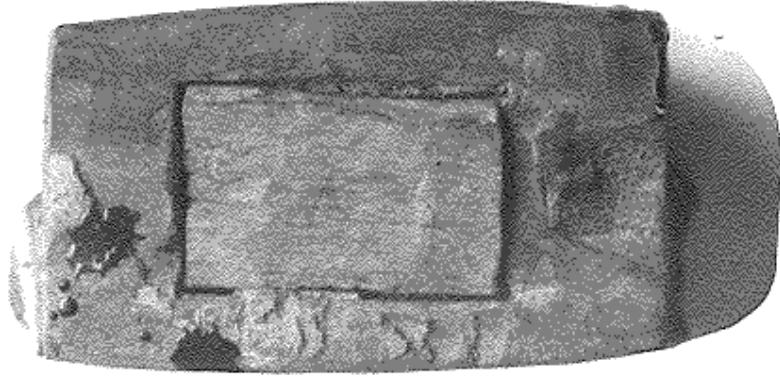


Fig. 20: Caixa do século XI; (A) Face superior



(B) Legenda em visigótica redonda, referente a S. Paio;



(C) Face lateral oposta, com legenda em gótica sursiva.

apareceu já sem a sua tampa, que também era de aplicação vertical, apoiando-se em moldura desbastada nas quatro faces do receptáculo. A sagrada do templo ficou registada numa das faces maiores. Não apresenta qualquer ornamentação.

Dimensões - Comp.: 95 mm x Alt.: 56 mm x Larg.: 38 mm.

Receptáculo: Comp.: 33 x Larg.: 20 mm x Prof.: 14 mm.

Conteúdo - Foram encontradas areias, poeiras e restos de lacre no receptáculo deste relicário, juntamente com uma **autêntica** em letra do século XV-XVI. O Auto de 1685 registava ainda a existência de pequenos fragmentos de ossos.

Legendas e Autêntica - Conforme referimos, numa das faces maiores desta lipsanoteca foi registada a seguinte legenda, em letra carolina:

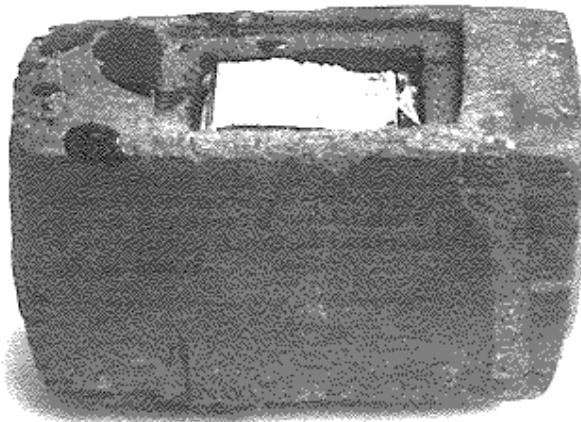


Fig. 21: Caixa de 1132; (A) Perspectiva geral, tal como foi encontrada;



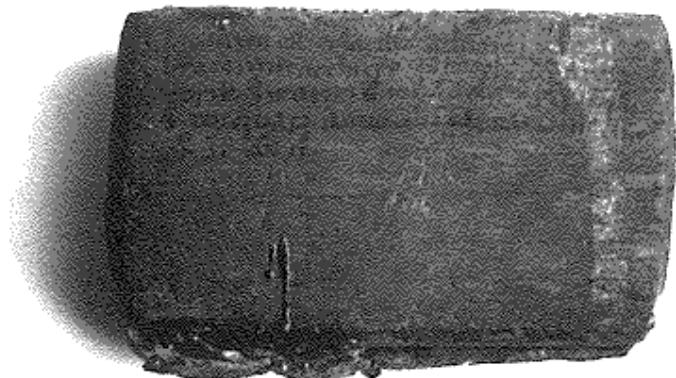
(B) Face superior depois de retirada a autêntica;

1/ D[e]dicata est ecla ista a dno pelaqio
2/ bracarensi archciepo. in honore
sci Sa[lv]ja
3/ toris. S marie. S michaelis. S ptr[i] [A]pli
4/ S. torquati. Anno ab icarnationis dni
5/ Mº. Cº. XXXº IIº

No seu interior encontrou-se uma autêntica, do século XV-XVI, onde se copiou a legenda exterior (Fig. 23 B).

CAIXA N° 8 (Fig. 22)

Descrição - É, de entre todas as lipsanotecas do Mosteiro de S. Torcato, aquela que apresenta uma cronologia mais tardia, devendo corresponder ao século XIII. Esteve durante bastante tempo envolvida num pequeno saco de tecido, de que se documentam vestígios junto do lacre da base. Não apresenta qualquer decoração e foi concebida para conter as relíquias de



(C) legenda relativa à sagrada do altar por D. Paio Mendes.

Sta. Eufémia e S. Damião. Sublinhe-se, desde já, que uma relíquia de S. Damião se encontrava guardada na primeira caixa que aqui estudamos. Também apareceu já sem a sua tampa e a madeira, de pior qualidade, foi atacada por bicho.

Dimensões - Comp.: 55 mm x Alt.: 28 mm x Larg.: 28 mm.
Receptáculo: comp.: 37 mm x Larg.: 23 mm x Prof.: 17 mm.

Conteúdo - Foi encontrado um bocado de papel mais esbranquiçado que os restantes, envolvendo um fragmento de tecido em mau estado de conservação,

de cor castanho muito escuro quase cinza. Juntamente com ele encontrava-se uma **autêntica** em letra do século XV-XVI. O Auto de 1685 registava nesta lipsanoteca um bocado de seda preta e dois fragmentos de ossos.

Legendas e Autêntica- Numa das faces maiores da lipsanoteca foi registada a legenda, em letra gótica do século XIII:

1/ *Euf[em]ie et Dam]jani*

No interior da cavidade foi encontrado uma **autêntica**, em papel mais amarelado do que aquele que envolvia a relíquia, onde se escreveu:

1/ *Reliquie Santi eufema e damjanj*

5. ALGUNS PARALELOS PENINSULARES

O aparecimento de lipsanotecas medievais não é acontecimento muito comum na Península Ibérica, o que ajuda a sublinhar ainda mais a importância do achado do Mosteiro de S. Torcato. No entanto, são vários os paralelos que podem ser evocados para as peças em estudo.

Comecemos por analisar os exemplos portugueses, apesar de eles, na sua maioria, se resumirem a notícias do aparecimento de caixas-relicário de que mais nada se conhece. Para três desses exemplos — S. João de Covas, N. S. do Torrão e S. Tiago de Areias — conhecemos elementos cronológicos seguros, todos eles situados dentro do século XII.

5.1. O paralelo cronologicamente mais próximo de S. Torcato é o de S. João Baptista de Covas (concelho de Vieira do Minho), que permanece inédito⁽³⁷⁾ (fig.26). Há cerca de 20 anos o Sr. Padre José Alves, ao proceder à abertura do altar daquele templo, encontrou

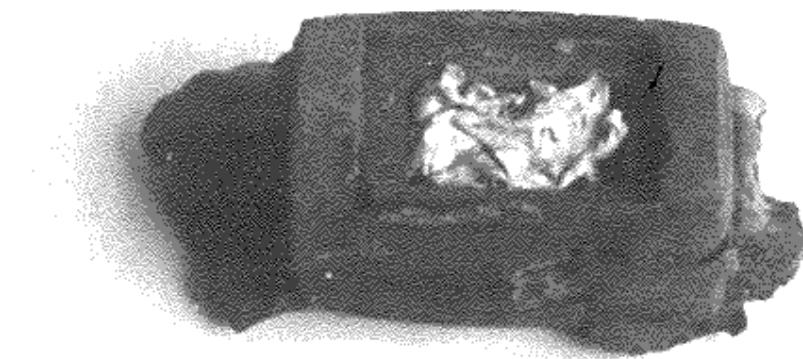


Fig. 22: Caixa do século XIII, como foi encontrada.

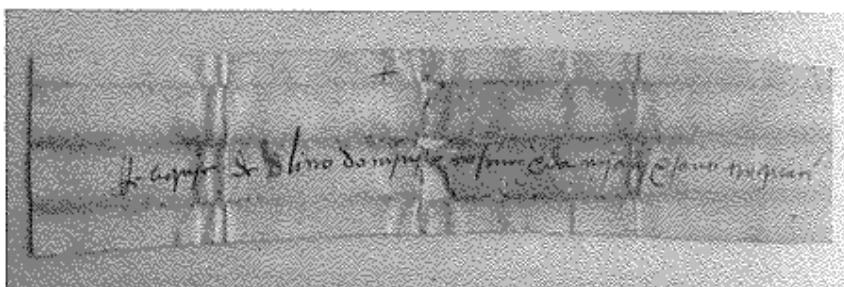
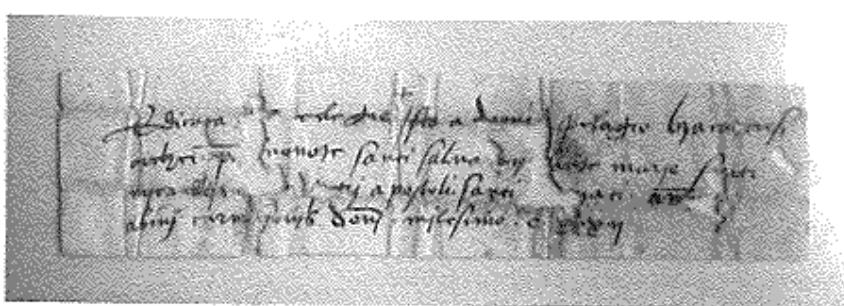
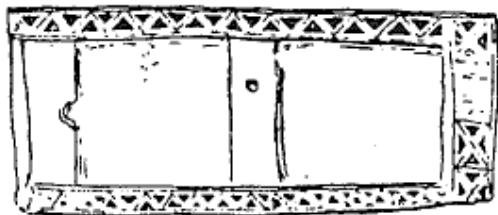


Fig. 23: Exemplos das Autênticas do século XV-XVI;

(A) caixa nº11

(B) caixa nº7





uma caixa de vidro com tampa de prata, com 87 mm de comprimento, 35 mm de altura e 55 mm de largura. No seu interior foram encontrados dois Autos de Abertura, datados de 1645 e 1791, cinco pequenos fragmentos de tecido, três de cor verde seco, com tendência para amarelado (38), e dois de cor vermelho seco (39). Juntamente com eles encontraram-se três autêntica de pergaminho (40). Dois dos pergaminhos possuem legenda. No primeiro pode ler-se:

1/ *Sci Ioannis baptist*

No outro, de interpretação mais difícil, parece-nos ver uma referência às relíquias de S. Miguel Arcanjo, sendo identificável a palavra:

1/... *m[ic]aheli*

Estas lêendas foram escritas em letra visigótica redonda, do século XI, apresentando soluções características desta época, nomeadamente os "ss", o "a" aberto e o nexo "te" gravado como beta invertido unido ao "e". No verso da folha com os Autos de Abertura aparece um registo alusivo à caixa primitiva em madeira:

"O letreiro escrito por fora no caixotinho de pau diz: Dedicada est Ecclesia ista ab domno Pelagio Bracharensi Archiepiscopo. in honorem Sanctae Mariae. Sancti Michaelis. S. Bartholomei. Sancti Ioannis. Sancti Iacobi. Era mil e cento e trinta e oito . 1138"

É interessante esta referência já que a maior parte dos autores considera que o Arcebispo D. Paio Mendes faleceu em meados de 1137. No entanto, a eleição do seu sucessor, D. João Peculiar, só se verificou no Outono de 1138, havendo notícias de estar à frente da Arquidiocese em 9 de Janeiro do ano seguinte (41).

A lipsanoteca de S. João de Covas fora aberta em 17 de Março de 1645 e, ainda em 4 de Fevereiro de 1791, conforme consta dos Autos de Abertura então lavrados numa única folha encontrada dentro do Altar:

"Por há pouco tempo se achar hum instrumento que dizia havião relíquias mettidas em hum caixotinho de madeira branca posto e engastado em hum pião de pedra que sustentava a pedra grande do Altar Mor: e por ter meu R(everen)do Antecessor mandado fazer obras de pedraria na Capella Mor e não saber que havião as referidas relíquias: hoje quatro de Fev(e)r(eir)o o mandei por hum carpinteiro perito tirar a madeira que cobria o Altar e levantar a pedra grande e achei no pião de pedra do meio tudo quanto se dizia no d(it)o Instrum(en)to. Feito a 17 de Marco do anno de 1645. E declaro que tudo o que se achava em po o metti em hum papel e as sedas e bocadinhos de pergaminho em outro. e os panos de linho em outro embrulho coberto com seda de fita azul e papel em presença do reve-rendo P(adr)e João António Barboza de Cameos. e do R(everen)do P(adr)e Fran(cis)co Ribeiro do Assento desta freuezia de S. João de Cova e do Professor Régio Lourenço António Bastos e tudo fica fechado no d(it)o



Fig. 24: Lipsanoteca moçárabe de Catedral de Astorga (seg. Gomez-Moreno, 1919)

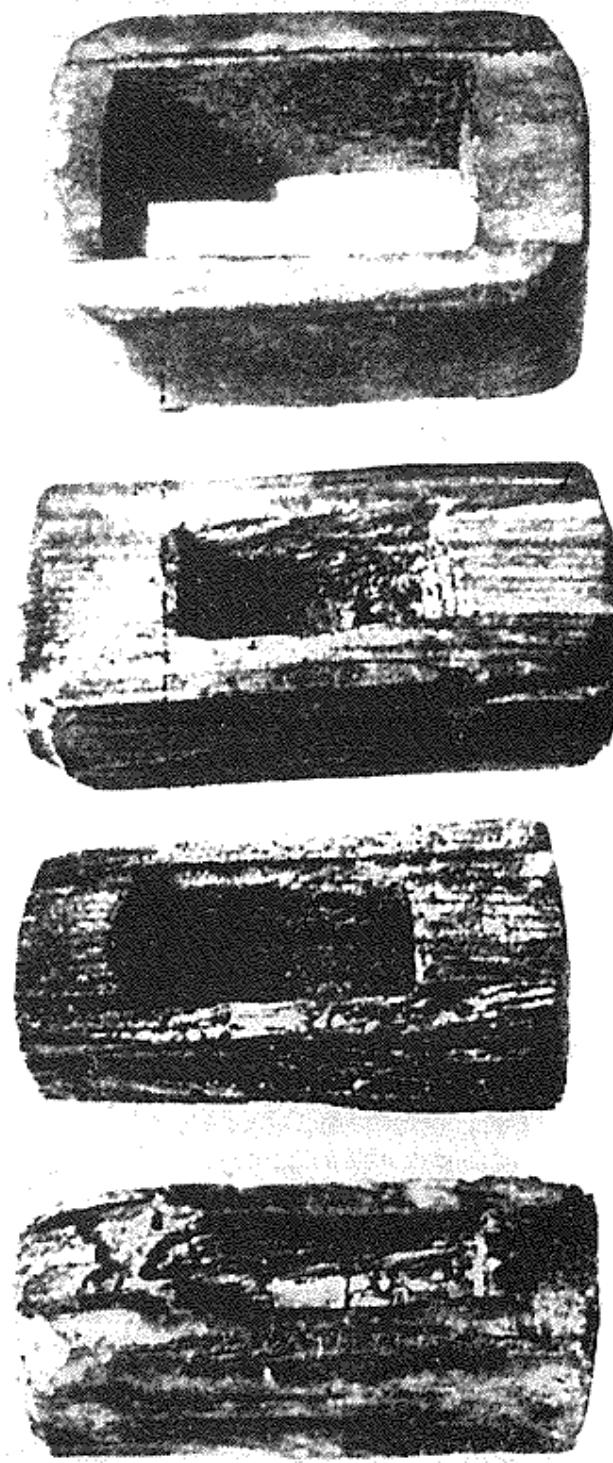


Fig. 25: Conjunto das caixas-relicário da Torre Velha de Oviedo (seg. M. Escotell Ponsoda, 1976).

caixotinho inteiriço. que torno a por no mesmo pião de pedra do meio. S. João de Cova 4 de fevereiro de 1971. Ab(ad)e António Soromenho de Olivaes. João Bap(tis)ta Rib(ei)ro. Lourenço Antonio de Basto. O P(adr)e João Ant(oni)o Barboza de Campos. O P(adr)e e Francisco Ribeiro".

O exemplo de S. João de Covas interessa particularmente para o nosso estudo já que não só se verifica um grande paralelismo cronológico no que diz respeito à sagrada da obra românica, realizada igualmente por D. Palo Mendes e separada por escassos anos, mas também porque na mesma lipsanoteca se documenta legenda anterior, escrita em letra visigótica redonda, semelhante às de S. Torcato.

5.2. O exemplo da Capela de N^o S^o do Torrão, em Longroiva, é pouco posterior. Em 1977, quando se procedeu ao desmonte do altar-mor daquela pequena capela, que reaproveita como pé uma ara romana dedicada a Jupiter, apareceu uma tábua de madeira com o seguinte texto:

*"Dedicata est ista ecclia e Dno
Iohane Arcpicpo Bracaren I
Honore Scae Mariae Sci
Nicolai Conf et Alior S. Cruz:
Erecta MCLXXXIII"*

A tábua foi pouco depois novamente encerrada no pé-de-altar, pelo que não nos é possível realizar a sua leitura. O texto, tal como o conhecemos, segundo a lição que se mostra em quadro exposto na referida capela e publicado por Adriano Vasco Rodrigues (42), apresenta evidentes deficiências de leitura, mas a sua lição não oferece problemas nem suscita dúvidas. Reporta-se à dedicação do pequeno templo românico, feita pelo arcebispo bracarense D. João Peculiar, que assumiu o

governo da diocese em 1138 e que viria a falecer em 3 de Dezembro de 1175.

É quase certo que, na altura da dedicação do altar, em 1145, tenham sido introduzidas relíquias no *loculus* rebaixado na ara pagã mas não ficou notícia do aparecimento de lipsanotecas.

5.3. O caso de S. Tiago de Areias só se conhece por um apontamento divulgado por Augusto César Pires de Lima, que o encontrou num Tombo daquela freguesia do concelho de Stº Tirso, onde se dava notícia da abertura do altar daquele templo:

"Memória que se achou em hua taboa q estava metida no altar de S. T.go sendo de pedra. "DEDICATA EST ISTA ECCLÉSIA A DOMINO JOHANNE BRACHARENsis ARCHIEPISCOPO. IN HONORE SANCTII JACOBI: SANCTI LAURENTII. SANCTI PELLAGII. SANCTI ROMANI. ANO M C L XXX V III" (43).

A transcrição, que também não está isenta de erros, nomeadamente quando diz "Ano" onde, obviamente, diria "Era", também não suscita grandes dúvidas quanto à sua autenticidade. A dedicação do altar teve lugar em 1150 e foi presidiada pelo mesmo arcebispo de Braga, D. João Peculiar. O formulário deste registo, tal como os dos exemplos anteriores, assemelha-se bastante com o da dedicação de S. Torcato em 1132.

5.4. Para S. Paio de Besteiros (concelho de Amares) apenas possuímos o relato de Pinho Leal. Em 1862, quando se procedeu "...à colocação de novo retábulo e encontrou-se por essa ocasião no altar-mor, que era todo de pedra, uma pequena pia da mesma matéria, contendo uma caixa de metal e dentro dela várias relíquias, com um pergaminho, muito gasto do tempo, escrito pelo abade (o licenciado Pedro de Carvalhais) do qual constava o seguinte: Que no dia 25 de Agosto de 1614, fazendo visita a esta Igreja o cónego da Sé de Braga, Miguel Sequeira Piriheiro, se abrira o altar do bem-aventurado S. Paio e que dentro de uma caixa de pau, muito gasta do tempo, foram encontradas as seguintes relíquias: S. João Evangelista; S. Bartolomeu, Apóstolo; S. Tiago Apostolo; S. Celestino, bispo; Santa Leocádia; Santa Marinha e Santa Cristina. Mais algumas se continham na dita caixa, mas por estar muito gasto o dito pergaminho, não se pôde averiguar a quem pertenciam. Declarava mais o dito pergaminho que não fora encontrada alguma de S. Paio; mas que ele abade a acrescentara por lhe ter dado um religioso da Ordem de S. Bento, que a tinha tirado de relicário de Refojos de Basto. Além desta acrescentara mais as seguintes: de Santo Inocêncio; de S. Vicente, Papa, Mártir; de S. Simão, Mártir; de S. Zenónio; de Santa Pluremes, Mártir; as quais houvera das mãos de religiosos, e que assim as colocara todas no mesmo lugar." (44).

No verso do pergaminho registava-se nova abertura do altar, em 1747-8, quando se procederam a obras na capela-mor. Infelizmente a notícia não nos dá elementos cronológicos seguros. No entanto, e atendendo a uma inscrição inédita que se conserva nos muros daquele templo, sabemos que ele foi consagrado em 1185 pelo Abade D. Viegas, pelo que poderemos reter tal data como horizonte cronológico para este exemplo.

5.5. Temos igualmente notícia do aparecimento, há cerca de 30 anos, de lipsanotecas na igreja de Lordelo (Guimarães), mas não conseguimos determinar o seu paradeiro (45).

5.6. Existe uma notícia dos inícios do século XVI, contida nas Visitações da Ordem de Cristo, onde se referem várias lipsanotecas da Igreja de Pombal. Esta referência é tanto mais interessante quando nos dá uma boa imagem de diversidade de formas e materiais de que se podiam revestir as lipsanotecas (46). Por ela sabemos que nos inícios dessa centúria o Vigário de Pombal tinha em seu poder

"...Hua arquinha velha cintada de marfim e nella duas ambolas de vidro. Outra

caixinha de marfim velha e muito quebrada cintada com cintas douradas. Outra caixinha muito velha e quebrada cintada de marfim e nella outra caixeta muito pequena. Nestas arquinhas estam signaes de reliquias e cousas que o parecem.”⁽⁴⁷⁾

O conjunto de Pombal devia ser notável, não só pela raridade de marfins românicos portugueses mas também pela possibilidade de se tratarem de peças de origem muçulmana, tal como vemos, por exemplo, no Tesouro da Colegiada de San Isidoro, em León.

5.7. Para Espanha conhecem-se vários casos do aparecimento de lipsanotecas. O Prof. Manuel Riui regista a existência de vários exemplares no Museu Episcopal de Vic (Osona, Catalunha), incluindo caixas de madeira e marfim e vasos de vidro⁽⁴⁸⁾. Na mesma obra notícia o aparecimento em 1969 na igreja de Sant Jordi de Cercs (Berguerdà, Catalunha) de duas caixas para relíquias no interior de uma ara românica que ficara oculta por um altar do século XVII⁽⁴⁹⁾.

Na vizinha Galiza é de registar o aparecimento de uma lipsanoteca, sob a forma de vaso cerâmico, na igreja de Stª Maria de Cambre. A sua descoberta deu-se em 1825. Trata-se de uma taça polilobada com duas asas, que na Idade Média era destinada ao consumo de vinho. A sua tipologia é desconhecida na Península, mas podem encontrar-se bons paralelos em França. Nas escavações de St. Denis apareceram vasos semelhantes em níveis do século XIV⁽⁵⁰⁾.

Francisco Iniguez Almech, por seu turno, publicou uma magnífica lipsanoteca de madeira, revestida com placas de marfim decoradas com círculos concêntricos munidos de ponto central e apresentando um *crismón* numa das faces, procedente do altar-mor de San Millan de la Cogolla⁽⁵¹⁾. Na mesma obra divulga, igualmente, uma pequena caixa de madeira revestida com folha de prata, onde, na tampa, foi repuxada uma inscrição dizendo:

“Hic Jesus Habitat cum Duodecim Apostolis et Sanctorum Cruorem Martirum”.

Nas faces laterais foram iconografados incipientes motivos insertos em círculos duplos⁽⁵²⁾. O exemplar, procedente de San Juan de la Peña, hoje conservado na Catedral de Jaca, foi datado por aquele autor à volta de 850, o que talvez seja uma data demasiado recuada.

No Tesouro da Colegiada de S. Isidoro, em Leon, conserva-se um conjunto de seis pequenas lipsanotecas em marfim e metal, dadas como de origem árabe, de magnífica execução. Uma delas apresenta a forma de pequeno cofre, com cintas de metal, o que não pode deixar de recordar as descrições dos inícios do século XVI relativas às lipsanotecas de Pombal, que acima referimos. Outra tem a forma de pequena caixa circular, e duas, ovais, são lavradas em metal. Uma quinta caixa, em marfim e com a forma de coração, guardava as relíquias de S. Paio, conforme nos documenta a inscrição gravada na orla da tampa:

“Ee (sic) Sut Relique Sci Pelagi”.

Na última destas caixas, executada em marfim e com tampa plana finamente adornada, lê-se na base, numa inscrição em quatro regras, que se destinava a guardar as relíquias de S. Cosme e S. Damião. Pertencem aos séculos X-XI, como bem evidenciam algumas características das suas letras — sobretudo os “T”, os “h” e os nexos — que permitem filiá-las, de forma inequívoca, na corrente moçárabe.

No Museu de Oviedo conservam-se mais quatro lipsanotecas de madeira que são particularmente importantes para o nosso estudo (Fig. 25). As caixas apareceram aquando de demolição da Torre Velha da Catedral de Oviedo e encontravam-se nos seus alicerces, o que permite estabelecer que são anteriores a 1095. Não ostentam decorações, mas três delas apresentam tampas de entrada lateral tal como o exemplo mais antigo de S. Torcato. Por

outro lado, três delas possuem legendas exteriores, revelando a natureza das relíquias que albergavam⁽⁵³⁾. Pelas suas características, elas constituem um bom paralelo para os exemplares mais antigos de S. Torcato, sobretudo para os da segunda fase, a que correspondem as caixas nº 2 a 6.

Por último, registamos um outro paralelo não menos importante. Trata-se de uma lipsanoteca da catedral de Astorga, divulgada por D. Manuel Gomez-Moreno⁽⁵⁴⁾ (Fig. 24). A caixa apresenta num dos laterais maiores e na moldura da secção superior uma decoração em bisel que não pode deixar de recordar a da primeira caixa de S. Torcato, muito embora difira em pormenor. No lateral oposto apresenta legenda indicando a natureza das relíquias, que se prolonga no topo menor:

*"Sci Salbatoris: S Mathei/Sci Xpotofiri:
S[Ben]edicti".*

Na sua base apresenta temas circulares tratados a bisel, entre os quais um motivo floral e um herliforme, e uma inscrição infelizmente truncada onde se lia o nome do autor desta lipsanoteca, gravado em monograma: "...dio Fecit". Gomez-Moreno surgiu a aliciente possibilidade de se tratar de uma obra encomendada pelo Bispo S. Genadio, de Astorga, ao qual se ficou a dever a restauração da vida eremítica no Bierzo, o que permitiria colocar esta lipsanoteca nos fins do século IX. Cremos que constitui um paralelo fundamental para o primeiro exemplar de S. Torcato.

6. A CRONOLOGIA DAS LIPSANOTECAS E A EVOLUÇÃO DO ALTAR-MOR DE S. TORCATO.

Apesar de só uma das caixas-relicário de S. Torcato apresentar uma datação inequívoca, o estudo individual das oito lipsanotecas

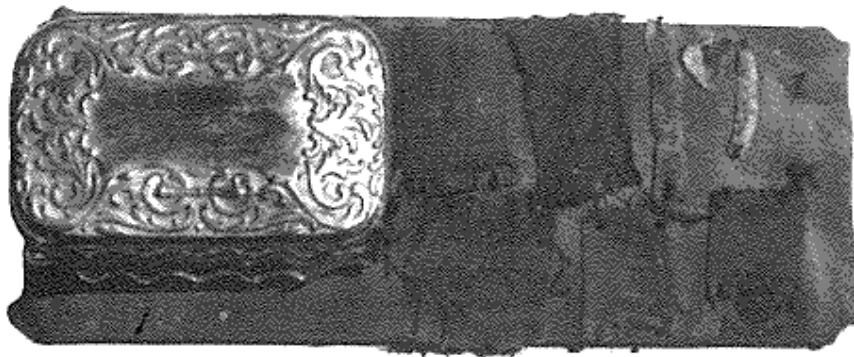


Fig. 26: Lipsanoteca de S. João de Covas (século XVII-XVIII) e relíquias medievais, com as autêntica do século XI.

permitiu a determinação de uma cronologia aproximada para cada uma delas.

A caixa nº 1, a mais antiga, deve corresponder ao século X. São várias as características que, a nosso ver, recomendam a atribuição desta cronologia. Antes de tudo, e talvez seja este o argumento mais forte, a ornamentação que nela foi utilizada não pode deixar de recordar a lipsanoteca de Astorga, para a qual Gomez-Moreno sugeriu uma datação nos finais do século IX. Se é certo que o tema representado na caixa de S. Torcato não é rigorosamente igual ao de Astorga, o certo é que a técnica e o resultado alcançado confere aos dois exemplares um evidente ar de familiaria. Por outro lado, não deixa de ser significativo que o tema tratado na caixa nº 1 de S. Torcato nos surja igualmente em várias obras moçárabes, nomeadamente em frisos de S.º Maria de Lebeña. Por outro lado, o facto de esta caixa não ostentar legenda em visigótica redonda sugere que houve um lapso de tempo a separar a manufactura desta primeira caixa e a introdução do grupo de caixas do século XI, que apresentam sistematicamente legendas utilizando esse tipo de letra (caixas nºs. 2 a 6). Por último salientamos que é esta a única caixa que continha relíquias de S. Torcato, ofago na igreja, facto não menos significativo e que recomenda, igualmente, a atribuição de uma maior antiguidade a este exemplar. A caixa ocupa um lugar de destaque entre o conjunto das lipsanotecas, não só por ser a única decorada mas também por ser a segunda maior em dimensões e aquela que apresenta um receptáculo mais amplo.

As caixas nºs. 2 e 6 correspondem a um único momento, sendo todas elas

executadas no mesmo tipo de madeira, apresentando legendas exteriores em visigótica redonda e não possuindo qualquer decoração. Sublinhemos que elas se distinguem, ainda, do primeiro exemplar pelo tipo de encaixe da tampa. Para a datação deste conjunto de lipsanotecas contamos com um auxiliar precioso — a Paleografia. O tipo de letra utilizado nas cinco caixas não só revela as características da visigótica redonda, como permite saber que essa legendas exteriores foram executadas pela mesma mão. Tivemos oportunidade de consultar a Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos, da Universidade de Coimbra, que amavelmente aceceu a dar o seu parecer, confirmando a cronologia por nós estabelecida:

“...Trata-se de uma legenda em visigótica redonda com um nexo muito característico da visigótica cursiva-ae (te) — o chamado “beta” invertido unido ao e. Todas as outras letras são típicas da visigótica redonda: a.g.h... Ora, a cronologia que, na minha Tese, atribuí ao uso daquele tipo de letra está situada entre 1014 - 1123. Assim, concordo com a data critica que apontaram...”⁽⁵⁵⁾

A caixa nº 7 não oferece dúvidas quanto à sua datação, já que possui uma inscrição coeva e datada. Foi escrita em letra carolina, que a Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos classificou de “bem traçada”, tendo acrescentado:

“...Quanto à data não levanta problemas, pois está datado do ano de 1132, época em que aquele tipo de letra, embora ainda não predominante sobre a visigótica, já era conhecido e usado por muitos scriptores”⁽⁵⁶⁾.

Nela se refere o arcebispo D. Paio Mendes, irmão de D. Soeiro e D. Gonçalo Mendes da Maia. Este prelado governou interinamente a diocese de Braga entre 1114 e 1118, tendo então sido eleito Arcebispo, cargo que desempenhou provavelmente até 1138. A introdução desta caixa coincidiu com uma reforma do pé-de-altar pré-românico já que, atendendo às medidas das caixas e do **Loculus**, seria impossível encerrar nele as sete lipsanotecas. De acordo com as experiências que fizemos, seria possível colocar apenas as caixas 1 a 6 no interior do altar pré-românico. Assim, a sagrada de 1132 foi acompanhada pela substituição do próprio altar. Os elementos do altar românico apareceram também, como dissemos, durante as recentes obras da igreja e no interior de um fragmento da mesa foi encontrado o tabernáculo fechado, contendo as oito caixas no seu interior.

A última caixa, a nº 8, e o exemplar mais recente e, segundo cremos, pertence já ao século XIII. Estamos, uma vez mais, perante um exemplar não datado — tal como os seis primeiros — pelo que o seu enquadramento cronológico teve de ser feito a partir de pequenos indícios. Em primeiro lugar registemos que se trata do único exemplar que esteve outrora envolvido por tecido ou metido num pequeno saco⁽⁵⁷⁾. Este pormenor individualiza a caixa, sugerindo que tenha sido introduzida no Altar-Mor de S. Torcato em momento distinto dos restantes exemplares. Por outro lado, não se encontram nela legendas em letra visigótica redonda ou em letra carolina, que nos recomendem uma associação com as caixas 2 a 6 ou com a caixa 7. Pelo contrário, a única legenda que apresenta é em letra gótica que

a Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos atribuiu ao século XIII. Assim cremos que nesta centúria se deve ter procedido a uma nova abertura do **Loculus** de S. Torcato, tendo sido introduzida uma derradeira caixa e avivadas as legendas das outras que, por essa altura, já deviam começar a ser pouco inteligíveis. É de sublinhar que nesta ocasião são colocadas novamente relíquias atribuídas a S. Damião, que também figuravam na primeira caixa, ligadas, como é usual, à invocação de S. Cosme.

De acordo com os dados enunciados é possível traçar a seguinte evolução para o Altar-Mor de S. Torcato:

1º Momento - Século X - Primeira sagrada do Altar, com a colocação da caixa nº 1, aparentemente sem qualquer legenda exterior mas contendo, entre outras, relíquias de S. Torcato. Corresponde a obra moçárabe, bem

base abandonou a linguagem toreada, típica da sensibilidade moçárabe, para adoptar estrias helicoidais, românicas. As relíquias deixam de estar encerradas no pé-de-altar, passando para a mesa. A sagrada explica-se não apenas pela reforma da capela-mor, mas sobretudo, porque o Altar foi substituído.

4º Momento - Século XIII- Nova abertura do **loculus** para introdução de uma última caixa, contendo relíquias de Sta Eufémia e S. Damião. Por esta altura, algumas das caixas que se encontravam no interior receberam novas legendas, em letra gótica.

5º Momento - Fins do século XV ou, mais provavelmente, nos primeiros anos do século XVI - O Altar foi novamente aberto, tendo sido introduzidas no interior das lipsanotecas pequenas tiras de papel onde, em letra típica da viragem de centúria, se registaram os **autêntica**. Por essa altura já algumas das legendas exteriores ofereciam dificuldades de leitura, como é expressamente declarado em alguns dos **autêntica**.

6º Momento - 1685 - A 8 de Novembro o altar é novamente aberto, tendo sido deixado no seu interior um Auto de Abertura. No Cartório da Colegiada de Guimarães, à qual o templo estava anexado desde 1528, fica exarado um relato mais pormenorizado .

7º Momento - 1802 - A 20 de Maio procede-se uma vez mais à abertura do **loculus**, sendo colocado no interior outro Auto de Abertura.

8º Momento - 1986 - Por ocasião do restauro do templo de S. Torcato as relíquias vêm de novo a luz do dia (58).

NOTAS

- (1) No templo existem diversos materiais reaproveitados na obra românica e em alguns trechos resultantes de transformações posteriores (frisos, duas placas conquiiformes, dois ajimezes, etc.). Na área conventual encontram-se três fustes em mármore (dois na zona do antigo claustro e um a leste da sacristia) e, em dependências da confraria estão ainda guardados alguns materiais soltos, recolhidos antes e durante as escavações arqueológicas. Existem peças avulsas no Museu Alberto Sampaio (Guimarães), no Museu Pio XII (Braga). O advogado bracarense Dr. Manuel Braga da Cruz — já falecido — possuía também restos de friso em calcário. Sobre a sua proveniência parecia existir alguma confusão, como nos testemunhou o Sr. Luis Costa, membro da ASPA e amigo pessoal do Dr. Braga da Cruz. Também já tem sido posta em dúvida a proveniência dos frisos ditos de Arosa, hoje no Museu Alberto Sampaio, e que podem ser mesmo de S. Torcato. Deste facto nos deu conta o director do Museu Pio XII, Revº. Dr. Luciano dos Santos. No mesmo sentido, interpretamos informações colhidas junto do Sr. Armando Martins Ferreira, natural de S. Torcato. No entanto, há a registar a presença de um elemento de friso na Casa-Museu Fernando de Castro (Porto) que tem legendada na própria pedra a proveniência da Igreja "Primitiva de Arosa" (secção de escultura, nº 71). Esta constatação não é por si só elemento decisivo, subsistindo as dúvidas. Do mesmo modo, não consideramos argumento de sinal contrário, o facto de

documentada no templo pelos dois magníficos ajimezes e pelos inúmeros elementos de friso. De resto, a gramática decorativa da caixa não anda muito distante da que vemos nos frisos. A esta sagrada deveria corresponder o pé-de-altar com toros verticais.

2º Momento - Século XI - O Altar é aberto e reformulado, sendo acrescentadas as caixas 2 e 6, com relíquias de S. Tiago, S. Martinho, S. João Batista, Stº Estevão, Stº Eulália, Sta Maria, S. Mamede e S. Paio. As lipsanotecas são portadoras de legendas em letra típica dessa centúria.

3º Momento - 1132- Dedição do templo românico, que veio substituir a obra moçárabe, pelo Arcebispo de Braga D. Paio Mendes. A dedicação é feita em honra de S. Salvador, Sta Maria, S. Miguel, S. Pedro e S. Torcato. A lipsanoteca regista o acontecimento em letra carolina. O Altar-mor foi então reformulado. A sua

a Igreja da Arosa não constar do censual do século XI. A Igreja de Lordelo (Guimarães), que também é ignorada, possui um ajimez pré-românico.

(2) Sobre os elementos de S. Torcato, vejam-se, entre outros:

Arão de Lacerda, *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Porto, Portucalense Editora, 1942, pp. 126-128;

Alberto Feio, "S. Torcato de Guimarães. Restos de uma igreja moçárabe", *Correio do Minho*, Braga, 21 de Jan. 1930 (reeditado in A. F., *Coisas memoráveis de Braga*, Braga, Universidade do Minho, Biblioteca Pública de Braga, 1984, pp. 150-154); idem, «A Arte da Alta Idade-Média no distrito de Braga», *Bracara Augusta*, 5 (1-3), Braga, 1954, pp. 61-78;

António de Azevedo, *O pintor de S. Torcato*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1962;

Arlindo Ribeiro dá Cunha, *Restos de igrejas visigóticas*, Braga, 1954, p. 23;

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Arte da Alta Idade Média", in *História da Arte em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 108-110 e 128-129;

Fernando de Almeida, *Arte visigótica em Portugal*, Lisboa, 1962, pp. 154-162.

Helmut Schlunk, Theodor Hauschild, *Die Denkmäler der fruhchristlichen und wesgotischen Zeit*, Mainz am Rhein, Philipp von zabern, 1978, p. 210;

Jacques Fontaine, *L'Art préonam hispanique*, 1, La-Pierre-Qui-Vire, Zodiaque, 1973, p. 407;

João de Moura Countinho, *As artes pré-românicas em Portugal*, São Frutuoso de Montelios, Braga, ASPA, 1978, p. 167 e Est. XIII e XIV; idem, *A capela de S. Frutuoso* p. 135-136 (preambulo de uma obra sobre este monumento, que não chegou a ser concluída, mas da qual ficaram impressas 144 páginas);

José Maria Gomes Alves, "Apontamentos para a história do concelho de Guimarães". *Manuscritos do Abade de Tagilde (Notas e comentários)*. "Revista de Guimarães", Guimarães, 91, 1981, pp. 120-152;

José Marques, *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, INCM, 1988, pp. 734-737;

Manuel Monteiro, S. Frutuoso. *Uma igreja moçárabe*. Braga, 1939, p.; idem, *L'Art pré-roman au Portugal*, Lisboa, 1949, p. 14, nota 2.

(3) "et divide cum Sancto Torquato" - Dipl. et ch.. nº 223 (Portugaliae Monumenta Historica-Diplomatae et Chartae. Lisboa, 1867) ou V.M.H., nº 24 (Vimaranis Monumenta Historica. Guimarães, 1908).

(4) V. . M . H . , nº 35.

(5) V. . M . H . , nº 45.

(6) No "comisso" ou "mandamento" de S. Torcato são referidas as Vilas de Real, Vilar d'Atão, Cedofeita (com a igreja de S. Felix), Gominhães, Reboreda, Trassariz, (com a igreja de S. Cosme e S. Damião), Segade, Laboeira (e entre Quintiães e Rendufe, a igreja de Santa Marta) e Astrulfe (ou Adaufe, com a igreja de Stº. Lucrecia).

(7) Cfr. nota 5.

(8) Num documento de 959 ela diz-se irmã de D. Ximeno, o qual, por sua vez, é referido como tio de Ramiro II (Cfr. *Grande Encyclopédia e Brasileira*, s.v. "Mumadona").

(9) O célebre testamento de Mumadona inclui uma extensa lista dos santos e santas venerados no cenobio vimaranense, entre os quais se inclui S. Torquato: "Dominus invictissimus, ac triumphatoribus gloriois Sancti Salvatori sancteque genitricis Marie semper virginis prius in ecclesie positos sanctos apostolos Petrus et Andreas Jacobus et Johannes Filippus et Bartolomeus Thomas et Matheus Jacobus et Tadeus Simon et Iudas cananeus cum glorioso ultimo Paulo dogmate egregio celesti curie sublimatur. Pontificum etenim christi electi Cirpiani Martini Christofori cum mitibus eorum Torquati Saturnini Augustini atque his Felici martirio consecratos. Nonniulli confessione floribus ornatos sanctis Dei martiribus Aciscli Romani Valeriani Facudi et primitui Justi et Pastoris Adriani Juliani Sebastiani Georgie Felicis Tirsli consocios sacro cruore perfusos. Beatissimarum Dei virginum Eolalia Leocadie Christine Victorie Basilisse Natalie Juste et Rufine Agnetis et Emerentiane cum ceteris virginibus talamo Christi sociatas et eius genetrici adnexas..."

(V. M. H. nº 9). No Museu Alberto Sampaio conserva-se um *cofre-relicário* em prata, proveniente da Colegiada de Guimarães, o qual foi mandado fazer pelo prior D. Luis Vasques Cunha, em 1457, para aí depositar as relíquias de S. Torcato. É indiscutível a estreita ligação do Mosteiro Vimaranense - e, mais tarde, da Colegiada — ao culto deste Santo. É mesmo possível que se devam aos cónegos da Colegiada de N.º Sr.º da Oliveira algumas das iniciativas destinadas a revitalizar este culto. Depois de um período em que as duas instituições permaneceram desligadas (séc. XII-XV), o mosteiro de S. Torcato veio a ser extinto e os seus bens passaram de novo para a comunidade vimaranense. Estava-se em 1477, ou seja, poucos anos depois de ter surgido a encomenda do cofre-relicário, pelo prior D. Luis da Cunha. É provável que remonte também a este período a pretendida "descoberta" do corpo do Santo. No actual santuário é venerado um corpo incorrupto, atribuído a S. Torcato, cuja primeira referência conhecida remonta logo ao séc. XVI, quando ainda não tinha decorrido um século após a anexação do convento dos cónegos pela Colegiada (Cfr. Doutor João de Barros - *Geographia d'entre Douro e minho e Tras-os-montes*. Porto, 1919, p. 72).

Em 1512, segundo o Prof. Doutor Avelino Jesus da Costa, "os Cónegos de Guimarães foram a S. Torcato, onde mandaram abrir um túmulo, tentando depois transladá-lo para a Colegiada". Embora a "descoberta" do corpo do Santo possa ter algo a ver com o movimento de renovação espiritual e religiosa que acompanhou o início dos tempos modernos, o culto de S. Torcato era já muito na Colegiada. Ele vem do tempo de Mumadona, como dissemos. Uma prova suplementar é dada pelo Inventário dos princípios do séc. XVI, que fala de um velho caderno com "o ofício de Santo Torquato, leenda e responsórios", cuja notação musical era "de huma corda", ou seja, era ainda de uma só linha (Cfr. Avelino Jesus da Costa - *Calendários portugueses medievais, sed. policopiada*, vol. 2, Braga, 1949, p. 141). As relíquias de S. Torcato estariam acompanhadas, na Colegiada, pelos demais Varões Apostólicos: "et sancti torquati cum sociis suis" (doc. de 1049- V. M. H., nº.35

(10) Justiniano Rodriguez, *Ramiro II. rey de Leon*, Madrid, Escuela de Estudios Medievales, 1972, pp. 280 e 688.

(11) *Vida e milagres de S. Rosendo*, "Santo tirso", 1 (1), S.T., 1977, p. 52-53.

(12) A lenda dos Sete Varões Apostólicos "não é tão antiga como supôs Garcia Villada, porque as suas actas são do séc. VIII, em que um hagiógrafo mozárabe, fugido talvez da Bética, as compôs no Norte da Península" (Avelino de Jesus da Costa, *Op. cit.*, 1949, p. 140, O carácter tardio do culto fora já invocado em 1930, por Alberto Feio, para combater a tese visigotista a respeito do templo de S. Torcato (*Op. cit.* na nota 2).

(13) Carmen Garcia Rodriguez, *El Culto de los santos en la Eseaña romana y visigoda*, Madrid, C. S. I. C., pp. 347-351.

(14) *idem*, p. 350.

(15) *Dipl. et ch.*, nº. 75 ou V. M. H., nº 9.

(16) *Dipl. et ch.*, nº 67.

(17) Cfr. nota 15.

(18) A quase simultaneidade com a fundação de Stº. Cruz de Coimbra não deve espantar, pois o mesmo se passou com o S. Salvador de Grijó [Cfr. Robert Durand, *Le cartulaire de Baio-Ferrado du monastere de Grijó (XI-XII siecles)*. Paris Centro Cultural Português, 1971, p. XXVIII-XXX]. Quanto à sagrada de 1132, há duas hipóteses a considerar. Ou é consequência de uma reedição a *fundamentis* da cabeceira, com o reaproveitamento de materiais de uma igreja anterior, mais pequena, e de cujos alicerces apareceram vestígios dentro da actual capela-mor. Ou teriam ocorrido apenas sumárias adaptações, ao nível das frestas, do arco triunfal e das cornijas, sendo parte da estrutura ainda pré-românica. A favor da primeira hipótese milita o facto de o tecido arquitectónico não evidenciar nítidas mudanças no aparelho, confirmado mais do que uma etapa de construção, antes do período românico. Ao invés, estão bem patentes as transformações do séc. XIII e posteriores. Todavia há a considerar três aspectos que, embora de modo pouco seguro, indiciam ter a obra do séc. XII aproveitado boa parte das estruturas pré-românicas,

adaptando-se às exigências da nova comunidade. Em primeiro lugar, a data precoce da sagradação do altar-mor — 1132 — pressupõe que os trabalhos decorreram com grande rapidez. À luz do que se sabe sobre o ritmo de construção no séc. XII, isso seria quase impossível sem o aproveitamento muros anteriores ou parte deles. Além disso, no 2º. quartel do século já não seria muito provável a reutilização de materiais avulsos, de lavor pré-românico, se não tivesse havido a intenção de economizar as próprias estruturas (Vd. Manuel Luis Real - *O projecto da Catedral de Braga. nos finais do século XI. e as origens do românico português*. Braga, 1990, p. 452 e 460. Separata das Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga). Em terceiro lugar, notam-se ténues anomalias na estereotomia dos muros e na técnica construtiva, que podem sugerir tal aproveitamento. Hoje não dispomos da parede leste, devido a ampliação do séc. XIX. Mas no muro setentrional, a meio de cada uma das faces, em baixo, existe uma junta contínua, que permite supor uma retoma na construção, utilizando pedras idênticas, porventura na sequência do apeamento parcelar do muro. Por outro lado, notam-se certas diferenças do aparelho, acima do friso de calcário, cuja genuindade românica é mais evidente. Nesta parte do muro, onde existe a fresta do séc. XII, notam-se já as características pedras estreitas, dispostas na vertical, entre outras de sentido horizontal. Dir-se-ia que, a ter sido refeito o muro, houve o aproveitamento de silhares mais antigos até ao friso e talharam-se novos daí para cima. Do lado sul, a situação seria diferente, pois o muro mostra vestígios de ter permanecido intacto até uma altura superior aos frisos. E o que é mais significativo é que o modo de implantação destes últimos, tanto no interior capela-mor, como do lado da sacristia, é completamente distinto dos do lado norte. Estes assentam directamente na última fiada de silhares, em cada face do muro, formando entre si uma espécie de caixa, cheia de argamassa e pedras miúdas. Isso via-se na parte inferior da fresta românica, na altura do seu aparecimento (hoje o leito da fresta foi refeito e colocado, na frente, um elemento de friso). No muro sul, apesar dos frisos se situarem à mesma altura, são independentes e estão encaixados em entalhes feitos nos próprios silhares. Esta técnica poderá ser mais antiga e é a que se verifica em alguns dos frisos do séc. X, em S. Frutuoso de Montelios. A admitir como verdadeira a hipótese de uma reconstrução parcial no séc. XII, levará a considerar a cabeceira moçárabe com dimensões idênticas às da capela românica. A qualidade do aparelho, a extensão dos frisos e a dimensão dos ajimezes não desaconselham esta hipótese. É de lembrar que as ábsides do séc. X, em S.º Marinha da Costa ou na Sé de Braga, eram também de aventajadas dimensões. Isto obrigaría ao recuo cronológico da estrutura no interior.

Sobre o resultado das escavações arqueológicas em São Torcato — cuja importância gostaríamos de sublinhar — aguardamos a respectiva publicação pelo Dr. Luis Fontes, Investigador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e responsável pelo bom êxito das mesmas. Sobre a cronologia da estrutura mais antiga não nos pronunciamos, mas importa salientar que a confirmar-se uma maior antiguidade, não significa que estivesse dedicada ao culto de S. Torcato. Na época visigótica, como dissemos, é impossível considerar a existência de tal culto. Alias, foram frequentes as mudanças de orago, com — ou sem — o abandono temporário do templo. A ter existido uma igreja anterior, pode admitir-se que a mesma tivesse permanecido em estado de abandono durante algum tempo, na fase de desorganização do território, e que o nascimento do culto de S. Torcato tenha coincidido com o reovoamento moçárabe. Em torno deste problema é de referir a descoberta de um elemento de friso, ao qual damos grande importância, e que contém na face posterior os vestígios de um ajimez reaproveitado. Numa primeira fase atribuimos-lhe a força do argumento para considerar o friso como do período moçárabe. Posteriormente, com o estudo mais aprofundado, feito por um dos signatários sobre ajimezes pré-românicos (Mário Jorge Barroca) — "Contribuição para o estudo de testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho e Ajinezes. Gelosias e Modilhões de Rolos". Braga, 1990, pp. 116-118: separata das Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga) levaram-nos a suspeitar que a peça possa ter sido reaproveitada por defeito de fabrico (por exemplo, fractura do arranque de um dos arcos) e, por conseguinte, que seja contemporânea do friso. O

material é o mesmo e a sua importação não deverá ser anterior ao séc. IX-X. Os ajimezes com lintel monolítico, parecem remontar a este período e a tipologia do friso é claramente moçárabe.

- (19) Destes novos achados foi dada notícia ao IPPC (Delegação do Norte), em relatórios apresentados por um dos signatários (M. L. R), a 2 de Dezembro de 1985. Os friso e ajimezes, em calcário, foram também considerados do séc. X por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que os publicou no seu livro sobre a "Arte da Alta Idade Média" (in *Historia da Arte em Portugal*), vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 108-110. Posteriormente, um dos autores deste artigo (M. J. B.) procedeu ao levantamento de algumas peças mais significativas de arquitectura pré-românica do norte, apresentando novos argumentos para a sua integração no período da Reconquista. (Vd op. cit na nota anterior). Quanto à obra românica da Igreja (1.ª fase) é possível que tenha terminado por volta de 1185. Na realidade, num velho manuscrito da Confraria diz-se que 'esta en um canto de baixo da janela grande que vai para a estrada hua pedra rente aos assentos que dis Era M.C.C. XXIII que mostra ser feito este mosteiro de S. Torquade'. A janela foi transformada e a inscrição desapareceu. No entanto, no local ainda se conservam silhares truncados, com vestígios de letras. Só depois da referida data é que se deram as alterações da cabeceira e a construção da capela anexa, no lado norte.
- (20) Diz-se que esta capela foi sagrada pelo Arcebispo S. Geraldo (1096-1108). Não sabemos qual a origem de tal afirmação (Cfr. Fernando de Almeida- Op. Cit. p. 155), nem se há fundamento para admitir a existência de um anexo mais antigo, que haja precedido o actual. Na carta de couto concedida por D. Afonso Henriques, em 1173, aparece claramente a referência à "ecclesie Sancta Marie et Sancto Torquati" (*Documentos Medievais Portugueses- Documentos Regios*, I, nº 316; veja-se tb. Oliveira Guimarães, Couto de S. Torcato, "Rev. de Guimarães", Guimarães, 18, 1906, pp. 104-141). A invocação do nome da Virgem poderia suscitar a hipótese de se tratar de um culto local, anterior à trasladação das relíquias de S. Torcato, no caso de se admitir que a igreja não tivesse sido construída expressamente em homenagem ao pioneiro dos varões apostólicos. No entanto, estamos em crer que dupla invocação remonta ao período em que se deu a união do mosteiro a Santa Maria de Guimarães. Como se verá adiante, as relíquias de Santa Maria foram somente introduzidas numa das caixa-relicário do séc. XI, ou seja, aproximadamente quando Fernando Magno determinou que a terra de São Torcato se viesse a reger pelas justiças de Guimarães. O altar do séc. X continha apenas as relíquias de Santo Lenho, dos mártires Cosme e Damião e de S. Torcato. É de lembrar que a igreja de Roriz, também dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, possuía no séc. XIII uma capela anexa, dedicada a Santa Maria (Cfr. Manuel Luis Real; Pedro Sá - *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*. Santo Tirso, 1982, pp. 20-22). Segundo D. Fernando de Almeida, a capela lateral é, porém, conhecida como capela de Santo António (Op. cit., p. 158). É neste anexo que se encontra o sarcófago em calcário, onde outrora repousou o corpo atribuído a S. Torcato. O mausoléu em que ele actualmente se encontra encerrado, corresponde ao mesmo processo de revitalização do culto do Santo, desde a passagem da igreja para a tutela da colegiada de Guimarães, e que atinge o seu ponto alto na primeira metade do século XVII. A ligação entre esta capela e o corpo da igreja fazia-se por uma passagem estreita. Só neste século é que foi demolida a porta românica e aberto o grande arco, que actualmente existe. Segundo o testemunho de um homem idoso da freguesia, que trabalhou na referida obra quando tinha dezassete anos, esta foi realizada por volta de 1923.
- (21) A primeira referência ao corpo incorrupto do santo deve-se ao Dr. João de Barros, cónego da colegiada de Guimarães e autor da *Geographia d' Entre Douro e Minho*. Hoje o "corpo do santo" é venerado no novo Santuário mandado construir pela Confraria. As obras iniciaram-se em 1825, tendo a transladação ocorrido em 1852.
- (22) Segundo relata o Padre A. Carvalho Costa, o Prior da Colegiada, acompanhado do referido vigário, "abrirão todos o sepulchro, onde está depositado o santo corpo, & com tochas acesas o examinarão & virão muito particularmente, sem acharem nenhuma corrupção alguma, senão todo o

perfeito, & suas sagradas vestiduras intactas sem offensa dos tempos. Nesta ocasião o Doutor Ruy Gomes Golias se animou a tirar e escondidamente daquelle santo corpo hum tornozello de um pe, & quando lho arrancou sahio com sangue claro como ainda hoje tem, levando esta santa relíquia para sua casa experimentou em si tantas misérias, & enfermidades, que parecendo-lhe ser castigo do Santo, por não querer que huma cousa profana fosse sacrário daquelle sagrada relíquia sahida do seu santo corpo, a mandou collocar no santuário da Colégia de Guimarãens, aonde se venera en hum relicário grande de prata dourado metido entre duas vidraças, por onde se esta vendo aquelle osso manchado de vivo sangue" (*Corographia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, 2^a ed., vol. 1, Braga, 1868, p. 21). Há quem considere este relato como fantasioso.

- (23) O Sarcófago, em calcário, encontra-se hoje encerrado no dito monumento e apresenta muitas fracturas. Admitimos que se tratasse de um enterramento pio da Alta Idade Média (séc. X-XI) e que, ao ser aberto o túmulo pela primeira vez, tenha aparecido o corpo incorrupto. Ao abrir-se de novo o sarcófago, em 1637, voltou a encontrar-se "o corpo em carne inteiro vestido em Pontifical com Baculo" (*Diccionario Geographico*, vol. 36, do Padre Luis Cardoso, manuscrito pombalino, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo). A acreditar no *Dicionario Geográfico de Portugal Continental Insular*, de Américo Costa, o corpo foi retirado do sarcófago só em 1805, tendo sido transladado para o novo santuário em 1852.
- (24) Este e outros elementos foram colhidos pelo Sr. Armando Martins Ferreira, grande entusiasta pelas origens históricas do culto de S. Torcato e a quem, em grande parte, se devem as iniciativas que conduziram às recentes descobertas arqueológicas. A generosidade com que sempre se empenhou neste processo, levou-o a transmitir-nos todos os dados que já tinha recolhido para uma monografia que prepara desde 1983 e que intitulou de "Apontamentos Históricos sobre S. Torcato". Esperamos que possa concluir tal monografia, recheada agora com os achados arqueológicos e a redescoberta das relíquias do altar. Pelo seu espírito combativo e pela abertura que sempre manifestou, não podemos aqui deixar de lhe prestar uma justa homenagem em testemunha do nosso reconhecimento.
- (25) *Op. cit.* p. 21-22. recentemente, ao ser de novo aberto o tabernáculo do altar, foi encontrado o auto de notícia relatando a cerimónia ocorrida em 1685. Trata-se de uma folha em papel, que apareceu dobrada três vezes, onde se lê o seguinte:
- "Anno do nascimento de Nosso S.or Jezu Xpo de mil e seiscents e oitenta e cinco aos oito dias do mês de Novembro do dito anno prezendido na Igr^a de Deos Inocencio undecimo Reinando neste Reino de Portugal dom Pedro Seg. do e sendo Arcebispo de Braga Dom Luis de Souza e dom Prior da Colégia de Guimarães Dom Pedro de Souza, vindo a esta Igr^a. por ordem do d^r. Arcebispo Domingos Pinho de Araújo Mestre escola em sua companhia Nicolao Dias e Mattos Thar^r. Mor e o Cónego Miguel de Freitas da Cunha p^r. efeito de procurarem as Relíquias de des Martires companheiros de Sam Torquato. Abrindosse de baixo do Altar Major forão achadas dentro nesta pedra oito caixinhas de madeira toscas dentro nas quoais estavão as relíquias q. contém os escritos que dentro dellas estão escritas na madeira della e isto se fez sendo Vig^r, na d^r. Igr^a. João Mendes e assim ao abrir das d. tas caixas e tornadas a por no lugar em que estavão se acharão presentes o Juiz da d^r. Igr^a. Cosme Frr^r. e outras pessoas mais da dt^r. freguezia".
- (26) *Diccionario Geográfico*, do P. Luis Cardoso, já citada na nota 23.
- (27) *Cfr.* 24. Antes da obra actual, que está na origem dos novos achados, é de referir que D. Fernando de Almeida chegou a empreender uma breve sondagem na área do claustro, antes de 1962 (*Op. cit.*, p. 1 60-1 61).
- (28) Tratou-se de uma iniciativa amplamente meritória, não obstante alguma precipitação inicial e um certo compasso de espera a que posteriormente deu lugar, em parte agravado pela hesitação da Confraria em nomear um arquitecto à altura das responsabilidades levantadas pelo restauro do monumento. O nome sugerido à Confraria, e avalizado pelo IPPC, foi o do Arq^r. Fernando Távora, que desinteressadamente se havia preocupado com o que se estava a passar no velho templo. A ele devemos o respectivo alerta, tendo sido possível, a partir dai, desencadear um conjunto de acções

que permitiram registar todos os achados e avançar com a proposta de escavações arqueológicas.

- (29) O pedido foi-nos formulado através do Ofício 503/85 e a segunda visita efectuou-se na companhia da Arqt^a. Ângela Melo, técnica do referido Instituto. Em São Torcato, fomos guiados pelo Sr. Armando Martins Ferreira, por cujo entusiasmo se deve, como dissemos, a responsabilidade da maioria dos achados. Ao Sr. Padre Guilhermino M. Gonçalves Areeira, manifestamos também o nosso reconhecimento por todas as facilidades concedidas para o estudo da igreja e, em particular, das caixas-relicário que publicámos no presente trabalho.
- (30) Um dos segmentos desapareceu, reaproveitado pelos pedreiros num enchimento da parede ao lado do arco triunfal, tendo-se dado conta da ocorrência já demasiado tarde.
- (31) São três em cada face, o que, devido às circunstâncias em que foi visto pela primeira vez, nos parecia tratar-se de um pé de cinco colunelos, à semelhança do da Sé Velha de Coimbra. O pé de altar de S. Torcato feito em granito róseo, possui as seguintes dimensões: alt.: 85 cm, larg.: 46 cm, prof.: 45 cm. Quanto ao *loculus*, as medidas são as seguintes: alt. 7,5 cm (receptáculo) + 1,2 cm (encaixe da tampa); área da tampa 17x17 cm; área do receptáculo 15x15 cm (abertura) e 12,5x12,5 cm (fundo).
- (32) Na arte moçárabe também existe uma certa tendência para os toreados, sobretudo em impostas e bases de coluna.
- (33) Admitimos a reutilização do altar moçárabe, como pé central da ara do séc. XII, mas enterrado na parte inferior cerca de 10 cm (por ser mais alto que o colunelo helicoidal) e com o *loculus* vazio.
- (34) Na face superior possui uma inscrição gravada, muito fruste onde no final se pode ler a palavra "TORQUATUS".
- (35) Neste relatório foi aflorado o problema das escavações arqueológicas, prestando-se algumas informações suplementares: "O subsolo da capela-mor está ainda pouco remexido. O lajeado foi retirado, sendo feita apenas uma pequena sondagem, ao que julgo, para ver a estabilidade das paredes. A maior parte das fundações está intacta, pelo que me parece imprescindível que o Serviço Regional de Arqueologia efectue uma operação de emergência, a fim de reconhecer a estratigrafia junto aos muros e, na medida do possível, se obter elementos subsidiários para a datação dos mesmos. O limite leste da cabeceira precisa de ser confirmado. Na parte central apareceram umas pedras de alicerce que arrancam dos muros laterais, numa e outra banda, podendo estar ligadas com o assentamento de uma cancela pre-românica. Desta última, parece terem aparecido fragmentos em mármore. Um elemento da cancela veio a ser recolhido — é alto e estreito (83x31 x4 cm) e completamente liso — mas a ligação com as mencionadas estruturas, não foi confirmada pelas escavações. Na sequência de uma reunião em 5 de Novembro do mesmo ano, e com a presença de diversas entidades relacionadas com o processo, foi debatido o problema da direcção da obra (que, infelizmente, não teve o seguimento que merecia) e conseguiu-se que a Confraria disponibilizasse uma verba que permitisse o arranque dos trabalhos arqueológicos. Estes vieram a decorrer durante o primeiro trimestre de 1987, como dissemos, sob a responsabilidade do Dr. Luís Fontes. Os resultados corresponderam às expectativas, aguardando-se que, do cuidadoso registo efectuado, venham a ser em breve publicados novos contributos para a história do Monumento e do culto de S. Torcato.
- (36) D. Manuel Gomez -Moreno - *Iglesias Mozárabes. Arte Español de los siglos IX a XI*, vol. 1, Madrid, 1919, p. 377-378.
- (37) Devemos a notícia deste achado ao Senhor Deão da Sé de Braga, Doutor Luciano Afonso dos Santos, a quem testemunhamos aqui a nossa gratidão. O conjunto preserva-se, ainda hoje, na Igreja paroquial, dentro de uma nova caixa com o fundo em madeira e redoma em vidro.
- (38) Medem 40x25 mm, 27x20 mm e 23x22mm
- (39) Medem 48x27 mm e 40x32mm
- (40) Medem 45x7 mm, 27x5 mm e 12x13mm
- (41) A morte de D. Paio Mendes em meados de 1137 vem referida, entre outros, por D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga.*, vol.2, 2^a ed., Braga, 1990, p.52; Mons. José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. 111- séc. XX)*, vol.1, Braga

- 1928, p. 283; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, 2^ª ed., Porto, 1967, p. 266, muito embora todos realcem as dúvidas que se colocam a respeito da morte do Arcebispo. Avelino de Jesus Costa, *D. João Peculiar Co-Fundador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Bispo do Porto e Arcebispo de Braga*. in "Santa Cruz de Coimbra do Século XX- Estudos". Coimbra, 1984, p. 65, revela que D. João Peculiar foi eleito no Outono de 1138, estando já investido no cargo em 9 de Janeiro de 1139.
- (42) Cf. Adriano Vasco Rodrigues, *Terras de Meda. Natureza e Cultura*. Meda, 1983, p. 112-113.
- (43) Cf. Augusto César Pires de Lima, *Estudos Etnográficos Filológicos e Históricos*. vol. 6, Porto, 1951, p. 326-327. Também citado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. vol.2, Porto, Ed. Policop., 1978, p. 53 (Diss. de Douramento).
- (44) Cf. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. 1, Lisboa, 1873, p. 394. A referência de Pinto Leal é citada também por Domingos M. da Silva, *Entre-Homen-e-Cavado Monografia de Amares*. vol. 1, Amares, 1958, p. 182-183.
- (45) Agradecemos ao Senhor Deão Doutor Luciano Afonso dos Santos as informações sobre este caso.
- (46) As lipsanotecas podiam ser concebidas nos materiais mais diversificados (madeira, tecido, vidro, marfim, osso, cerâmica, metais, etc.) e obedecem a formas muito variadas. Um extraordinário exemplo do que se acaba de referir é dado pela grande coleção de relicários do tesouro do *Sanctuaire de S. João de Latrão*. A sua descoberta deu-se em 1903 e encontram-se expostos no Museu do Vaticano. A este respeito veja-se Henri Leclercq; Fernand Cabrol, *Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et Liturgie*, Paris, 1907-1950, s.v. "Latran" e "Reliques et reliquaires".
- (47) Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos Artísticos*. Coimbra 1979, pp. 143 As notícias modernas sobre relíquias são abundantes. Veja-se, a título de exemplo, J.C. Lobato Ferreira, *Monografia da Antiga Vila de Belver (da Ordem de S. João do Hospital)*. Gavião C.M.G., 1984, pp. 110-111, onde se transcreve uma curiosa referência de João Baptista de Castro, retirada do *Mapa de Portugal Antigo e Moderno* (1745-1758), sobre a natureza das relíquias que se conservavam na Ermida de S. Brás, erguida dentro do Castelo de Belver, e que ali tinham sido depositadas pelo Infante D. Luís, filho de D. Manuel I.
- (48) Michel de Bouard; Manuel Rui, *Manual de Arqueología Medieval*. Barcelona, Teide, 1977, pp. 448-449.
- (49) *Idem*, pp.446.
- (50) Este vaso relicário foi atribuído ao século XII, no catálogo *O Pórtico da Glória e o Seu Tempo*. Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 1988, p. 48. Sobre as condições do achado veja-se Margarita Vila da Vila, *La Iglesia Románica de Cambre*. La Coruña, Ayuntamiento de Cambre, 1986, pp. 98-100.
- (51) Francisco Iníquez Almech- "Algunos Problemas de las Viejas Iglesias Españolas". *Cuadernos de Trabajos de la Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma*, 7, Roma, 1955, p. 69 e Est.8-9.
- (52) *Idem*, pp. 68-69 e Est. 77-83.
- (53) Cf. Matilde Escorrell Ponsoda, *Catálogo de las Salas de Arte Románico y Gótico del Museo Arqueológico de Oviedo*. Oviedo, 1976, pp. 13-14 e Lam. L. Uma das caixas, com 74 x 31 x 32 mm, apresenta a seguinte legenda: S(ancti) TOME APOSTILI/RELIQUIE/[III].
- Outra, com 67 x 22 x 30 mm, apresenta a inscrição: DE LIGNO S (an)C (t)E [Crucis]/ SANG(ui)NE S(an)C(t)I TO[me]
- Uma terceira, com 63 x 25 x 33 mm, diz: DE SANCTUM/[III] DE SAN(c)T(I) PIETRO.
- Uma quarta, com 69 x 43 x 40, não apresenta qualquer legenda.
- (54) D. Manuel Gomez-Moreno, *Iglesias Mozárabes. Arte Español de los siglos IX a XI*. vol. 1, Madrid, 1919, pp. 377-378 e fig. 208. Esta lipsanoteca mede 90 mm de comprimento, 15 mm de altura e 25 mm de largura.
- (55) Carta datada de 28 de Novembro de 1988. Agradecemos à Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos o parecer que teve a amabilidade de nos enviar. Para mais informações consulte-se a sua dissertação de doutoramento, intitulada *Da Visigótica a Carolina. A Escritura em Portugal de 882 a 1172*. Coimbra, 1988, p. 116 e ss.
- (56) Carta citada na nota anterior. Sobre a afirmação da letra carolina consulte-se Maria José Azevedo Santos, *op. cit.*, op. 175 ss.
- (57) Os testemunhos encontram-se no lacre que aderiu à base da lipsanoteca. Todas as caixas de S. Torcato apresentam lacre no fundo, sugerindo que em determinada altura, talvez aquando da abertura dos finais do século XV ou dos inícios da centúria seguinte, elas foram colocadas sobre uma base de lacre, aplicada no fundo do loculus. Também a tampa que encerrava a cavidade no pé-de-altar apresenta restos de lacre, evidenciando aqui pelo menos duas naturezas distintas. A análise do conjunto revela que o tabernáculo foi selado por várias vezes, utilizando-se algumas delas matéria de origem resinosa.

A SÉ-CATEDRAL DA IDANHA

CLÁUDIO TORRES



Aqueles sítios aos quais uma longa e sedimentada memória de gerações, por uma ou outra razão, conferiu poderes sacralizadores, raramente esquecem estas qualidades mesmo quando já se perderam as razões originais. Este fenómeno é sensível desde os tempos mais afastados em que a sobreposição de templos romanos, islâmicos ou cristãos acentua uma carga simbólica quantas vezes motivada por um insólito amontoado de lages, pela presença de uma árvore frondosa, ou por um simples manancial que brota na secura do Verão. Quase todos os locais de culto das várias e antigas religiões que proliferaram no Império Romano foram adaptados naturalmente ao ritual cristão quando este se tornou obrigatório, nas suas vertentes palatina ou funerária.

Durante a islamização o fenómeno não deixa naturalmente de se complicar. Primeiro porque no seio da própria cristandade

chegamos ao século VIII com acentuadas divergências litúrgicas e rivalidades filosóficas provocadas por heresias que, na Península Ibérica, se reflectiram na existência de agregados *unitarianos*, *monofisitas* e *monotelistas* nas cidades mercantis do sul, de *arianos* e *gnósticos* no leste e centro e de *priscilianos* no noroeste. Em segundo lugar, ao contrário do que tantas vezes é divulgado e repetido, as conquistas e convulsões militares posteriores a 711 não levaram a uma unificação política do al-Andalus e naturalmente muito menos a uma unificação religiosa. Durante todo o Emirato, o domínio militar de Córdoba assentou em múltiplos e quantas vezes fugazes acordos com as cidades e seus habitantes que, a maior parte das vezes, não contemplaram nem interferiram na sua organização interna religiosa ou mesmo política. O esforço militar dos emires cordoveses é constantemente atraído para as fronteiras da Marca Superior, para além das cordilheiras centrais de Guadarrama, Gredos e

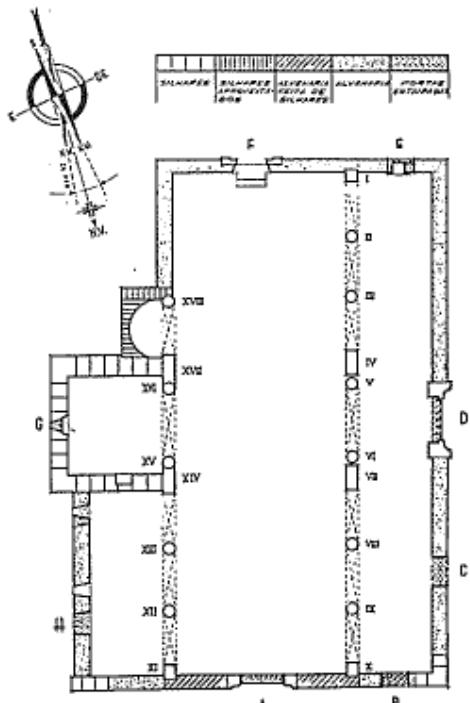


Foto 1

Estrela e que, toscamente, segue o antigo «limes» romano e visigodo. Estas «aceifas» e «algaras» trazem-lhes significativos benefícios em escravos e butim. Será apenas o auto-proclamado califa Abderraman III, portanto a partir de inícios do séc. X, a empreender e a conseguir a primeira unificação do al Andalus. Além das operações de conquista e submissão de várias cidades rebeldes, começa a afirmar nessa altura uma preocupação de unidade religiosa. Persegue o movimento herético de Ibn Masarra que defendia o livre-arbítrio dos muçulmanos, abre hostilidades e abate os rebeldes de Bobastro, o clã Hafsun que grangeara a sua força e prestígio apoiado nas comunidades moçárabes e destitui os últimos Marwan, importante dinastia de senhores locais, de ortodoxia muçulmana pouco recomendável, que durante quase um século dominaram militar e ideologicamente a maioria das cidades da antiga Lusitânia (1).

Erradicadas as heresias, clarificado o poder

religioso e mesmo no contexto de uma massiva conversão à nova fé muçulmana, os locais de culto cristão não são porém todos adaptados ou encerrados. Durante cerca de quatro séculos, ou seja até às invasões berberes de finais do séc. XI, houve no al Andalus uma certa permissividade dos poderes centrais e locais, com evidente convivência pacífica entre as três *religiões do livro*: a muçulmana dominante e as dominadas cristã e judaica.

A intransigência religiosa da «Reconquista», agravada com a posse definitiva dos principais centros urbanos do sul, foi, de certa forma, antecedida e justificada pelo fanatismo de sinal contrário introduzido pelos almorávidas e almóadas. A cristianização das mesquitas faz parte do próprio acto de tomada de posse da cidade ou povoação recém-conquistada. A mesquita maior passa sempre ou quase sempre a igreja de Santa Maria e antes da conversão forçada e expulsão de finais de quatrocentos, apenas são autorizados locais de culto muçulmano nos arrabaldes para onde tinham sido banidas as mourarias. Lá também se vão instalar as comunas judaicas que sob o Islão tinham ocupado o mais das vezes um bairro intra-muros, como foi o caso da Judiaria Velha de Lisboa.

Foto 2

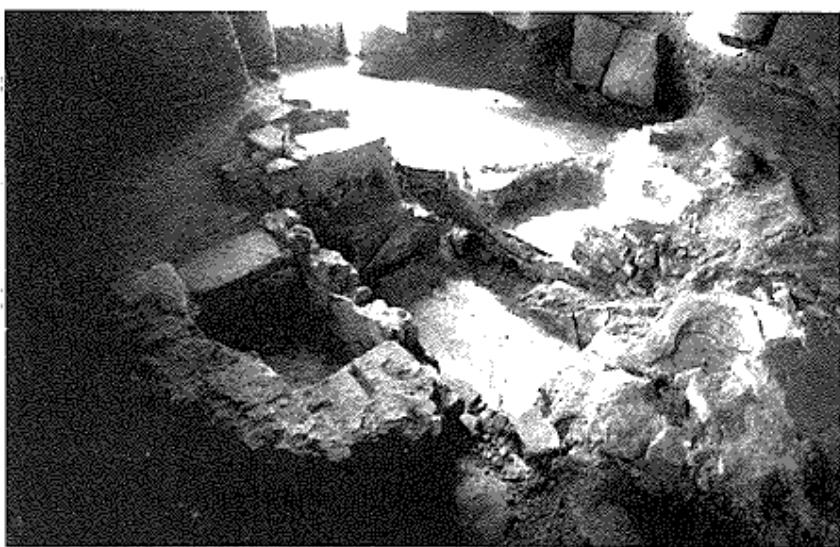




Foto 3

Se o novo orago da mesquita cristianizada passou a ser a Santa Maria, afirmação de mudança radical ante os princípios unitarianos e rigidamente monoteístas de Mahomé, na maior parte das sinagogas convertidas o padroeiro escolhido é vulgarmente o Salvador, numa evidente e intencional demarcação do povo de Moisés que ainda espera a vinda do seu Messias. Depois de um endurecimento sectário imposto pelas dinastias marroquinas, com a Reconquista entra em agonia ou simplesmente acaba a sociabilidade tole-

rante que caracterizara a civilização andalusa.

No actual território português há notícias documentais e arqueológicas de algumas mesquitas, embora não tantas como seria de esperar numa região tantos séculos integrada no mundo muçulmano. Além da mesquita almôada de Mértola, comprovada e indesmentivelmente reconhecida como tal, apenas se conhecem aqui e ali referências ou ténues sinais que a maior parte das vezes se ficam pela simples notícia. Poderá referir-se em Loulé uma torre sineira onde são visíveis dois ou três metros de silharia do embasamento de um possível minarete e a singular e pouco ortodoxa orientação de algumas igrejas de Santa Maria ou do Castelo, como acontece em Tavira e Beja. E pouco mais. Os topónimos urbanos referindo expressamente a localização de uma mesquita recordam apenas humildes locais de culto nos arrabaldes onde até finais do séc. XV foram autorizadas as mourarias.

A posse e sacrifício da grande mesquita da cidade era um importante acto público de confirmação da vitória militar. Um novo programa político, acompanhado quase sempre por uma nova ordem arquitectónica, exigia a substituição do antigo edifício por um outro afirmativamente diferente. Assim aconteceu em Coimbra, em cuja Sé Velha ficou gravado o lamento de um mouro canteiro; em Lisboa onde a imponente mole da catedral substituiu as sete naves da aljama. O mesmo programa e a mesma atitude são patentes nas estruturas góticas de Elvas, Évora, Silves e Faro. Ao contrário destes centros urbanos, em pequenas e médias povoações, ou então em antigas cidades que, por razões de estratégia territorial, entraram em decadência, o programa arquitectónico dos conquistadores é menos pretenso, ou simplesmente às verbas escasseiam. Modificadas por sucessivos arranjos e adaptações, podemos conjecturar antigas mesquitas de uma ou três naves que hoje

Foto 4



72 ainda, no sul do país, são as igrejas paroquiais de comunidades rurais.

Com pequenas variações regionais ou cronológicas, de uma forma geral, as basílicas e igrejas cristãs posteriores ao séc. IV, seguindo as prescrições anteriores da própria sinagoga e respeitando os antigos cultos solares e imperiais, vão mantendo a sua orientação litúrgica: o altar-mor é invariavelmente apontado ao nascer do sol. Entre nós, só a partir de finais do séc. XVI se começam a notar casos em que esta tradição é quebrada em resultado dos novos arranjos urbanísticos exigidos pelo espaço antropocêntrico das modas italianizantes. A liturgia muçulmana impõe o seu próprio centro do universo ritualizando a direcção da cidade santa de Meca. Ao contrário porém das metrópoles do Oriente, como Damasco ou Bagdad, em que a quibla se posiciona frontalmente a sul, no al Andalus o olhar dos crentes começa de muito cedo a ser dirigido a sudeste. Todas as mesquitas peninsulares seguem este preceito, sobrepondo-se e adaptando-se muitas vezes sem inibições às anteriores basílicas cristãs cuja orientação, decidida sem grandes rigores astronómicos, Ilhes era bastante próxima.

A Reconquista, arrastando consigo uma nova ordem imposta por Cluny, vai começar a marcar a diferença. Entre as cerimónias de purificação e sacralização cristã da mesquita parece ter sido obrigatória a deslocação do altar-mor para a parede lateral norte ou nordeste de modo a fugir da quibla e da presença inquietante do mirhab. A nova igreja fica assim insolitamente orientada a nordeste, denunciando por este facto as suas origens. É o caso da igreja matriz de Mértola, cuja história é nesse sentido sintomática. Em finais do séc. XV e a pedido dos moradores da vila, o altar-mor é removido e instalado «onde estava o Alcoram» (...) que era «pera onde nace o sol, onde per-

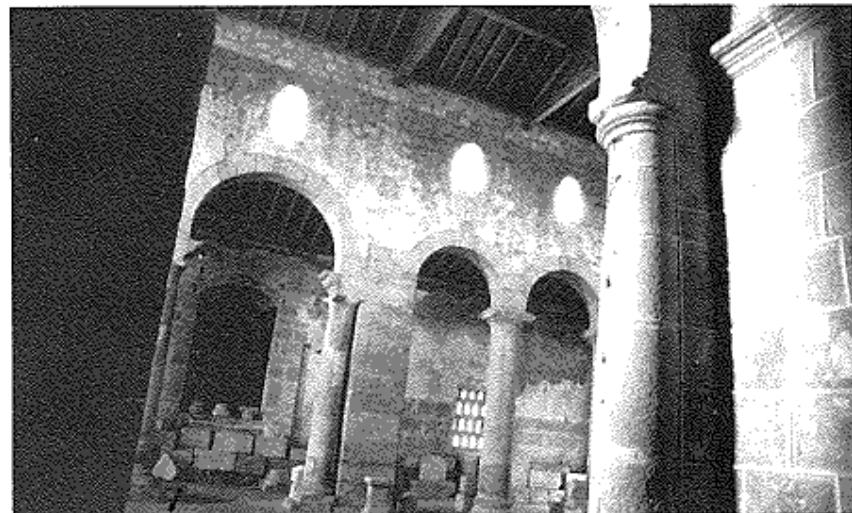


Foto 5

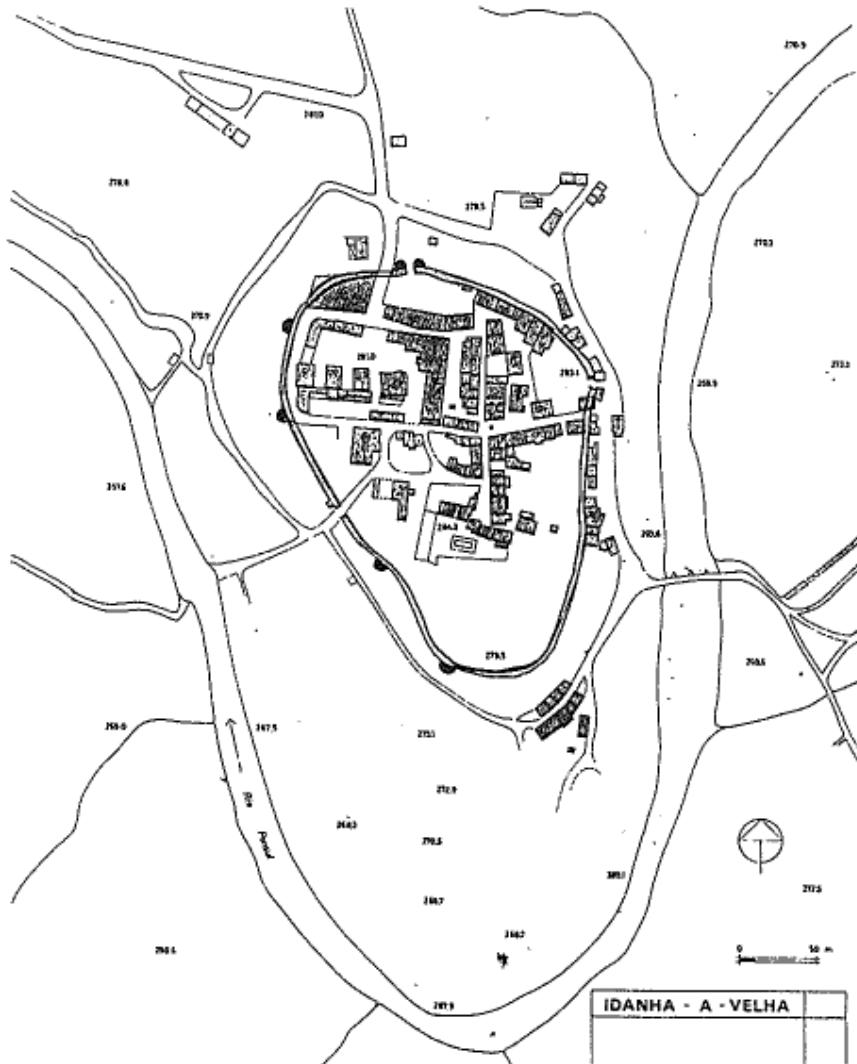
direito deve d'estar» (2). A operação de viragem a norte deve ter sido ordenada em 1238 no próprio ano da conquista da vila pelos Espatários e anulada três séculos mais tarde por uma comunidade que, afinal, não perdesse a memória do santuário islâmico que servira os seus antepassados. Uns anos depois, ainda na mesma centúria de quinhentos, sopraram do Concílio de Trento outros ventos de intransigência e sectarismo que, uma vez mais, fixaram o altar contra a parede norte onde, ostensivamente, permaneceu até aos nossos dias.

Foto 6



A antiga cidade romana da Egitânia, ainda fluorescente em época visigótica como sede episcopal, ocupa um lugar muito especial na nossa mitologia histórica. Para esta celebridade têm contribuído não só o seu espólio epigráfico latino — que parece ser o mais abundante do país — como também, naturalmente, as sugestivas ruínas que afloram ainda imponentes por entre as poucas casas habitadas da actual aldeia da Idanha-a-Velha. Ao longo de várias gerações tem servido de pasto a certas formas de nacionalismo sedento de argumentos que

Foto 7



mostrem e comprovem as esperadas destruições e flagelos provocados depois de 711 pelos bárbaros seguidores de Maomé. Com tantas e evidentes provas dos seus pergaminhos romano-cristãos e em irrecuperável decadência aquando da chegada libertadora dos templários, só eles, os mouros, podiam ter sido os culpados de tão heróicos e definitivos escombros. De um modo geral, aceite este pressuposto, as primeiras investigações arqueológicas não podiam deixar de encontrar o que à partida era suposto: a Sé Catedral dos bispos godos da Egitânia.

Contudo, o monumento como hoje se encontra e os próprios resultados das campanhas de escavação que durante vários anos e sob a direcção de D. Fernando de Almeida, fizeram escola na arqueologia portuguesa, não são de molde a permitir uma única e redutora leitura, abrindo, pelo contrário, outras hipóteses de interpretação a ser ou não confirmadas em futuros trabalhos de terreno. Embora a sua perspicácia tenha notado algumas incongruências, D. Fernando de Almeida não resistiu a fazer coincidir pressupostos ideológicos com os resultados obtidos no terreno: Na Idanha-a-Velha podemos hoje visitar uma imponente basílica de três naves — já restituída a uma certa imagem primitiva — um baptistério paleo-cristão e as fundações de um hipotético paço episcopal.

Mantêm-se porém alguns problemas não resolvidos e que continuam a lançar demasiada incerteza nas atribuições até hoje propostas. Um dos factos, e não dos menores, é a orientação do monumento. Tanto D. Fernando como C. A. Ferreira de Almeida (3) fogem ao problema mantendo como aceite e portanto plausível, a orientação Nordeste-Sudoeste para a basílica. Como vimos antes, não creio no entanto ser admissível a partir do Séc. IV, uma tal desorientação num edifício de culto cristão e de tipo basilical (Fot.1).

Em segundo lugar, se é certo que o bap-

tistério é perfeitamente atribuível aos sécs. VI ou VII, não me parece estar este em conexão com o edifício actual, sob cujos alicerces visivelmente se prolonga (Fot.2). Antes da construção hoje existente, haveria uma outra, essa sim associada ao baptistério e à qual pertenceriam os elementos arquitectónicos encontrados na escavação e outros embebidos na alvenaria ou reutilizados nas cantarias (Fot.3 e 4).

Em terceiro lugar, a consulta de algumas fontes árabes, não só contradiz a sempre repetida destruição e abandono da Idanha em virtude das invasões árabes, como refere para os sécs. IX e X uma certa prosperidade económica e militar da cidade.

Deixando provisoriamente de lado a época de construção do actual edifício, temos conhecimento para inícios do séc. XVI de uma campanha de obras em que, curiosamente, os objectivos se assemelham à que foi mandada executar pela mesma época na igreja matriz de Mértola. Corrigindo uma localização do altar-mor pouco ortodoxa, e provavelmente intervindo numa ruína, os construtores quinhentistas adaptam ou readaptam a altar-mor uma pequena capela orientada a sudeste e abrem o portal de gablete onde se inscrevem as armas reais encimadas por um crucifixo. Este enfeite do portal e da cabeceira respeita a anterior lógica arquitectónica onde as colunas reforçadas de pilastres acentuam e destacam uma outra nave central (Fot.5). Desta campanha de obras deve datar também o pequeno nicho — sacrário aberto na parede norte desta capela — a cabeceira e a porta de arco quebrado que, a norte, dava acesso directo à povoação. Mais tarde, a coincidir talvez com o esgraffito datado de 1589 e respondendo à nova vaga de fanatismo religioso da corte de Madrid, é rasgada a porta sul, com as suas jambas de silhares almofadados, fronteira a um novo altar principal que a norte inviabilizava a passagem apenas utilizada durante escassas dezenas de anos.

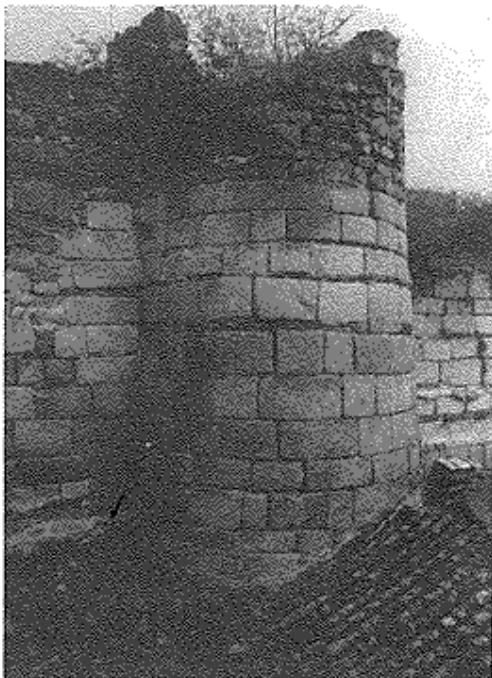


Foto 8

Como à primeira vista parece não ter havido obras de vulto entre a *Reconquista* e os restauros quinhentistas e recordando as incongruências arquitectónicas do baptistério e dos elementos insculturados encontrados sem contexto ou inseridos na alvenaria, parece não restar outra hipótese senão apontar para um importante programa construtivo durante a época islâmica, ou seja, entre o séc. VIII e

Foto 9



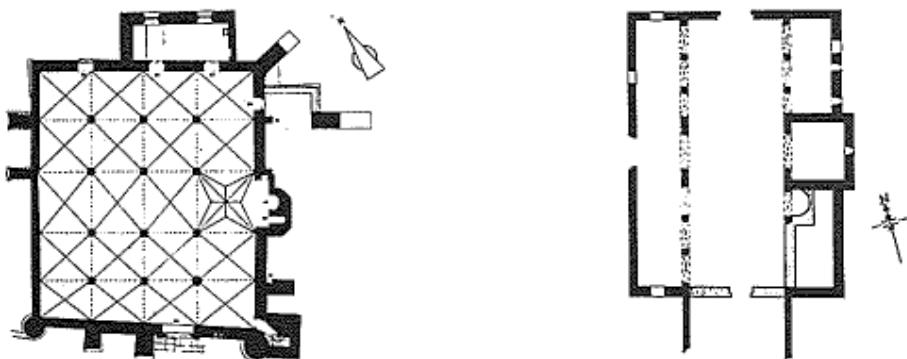


Foto 10: Mértola e Idanha

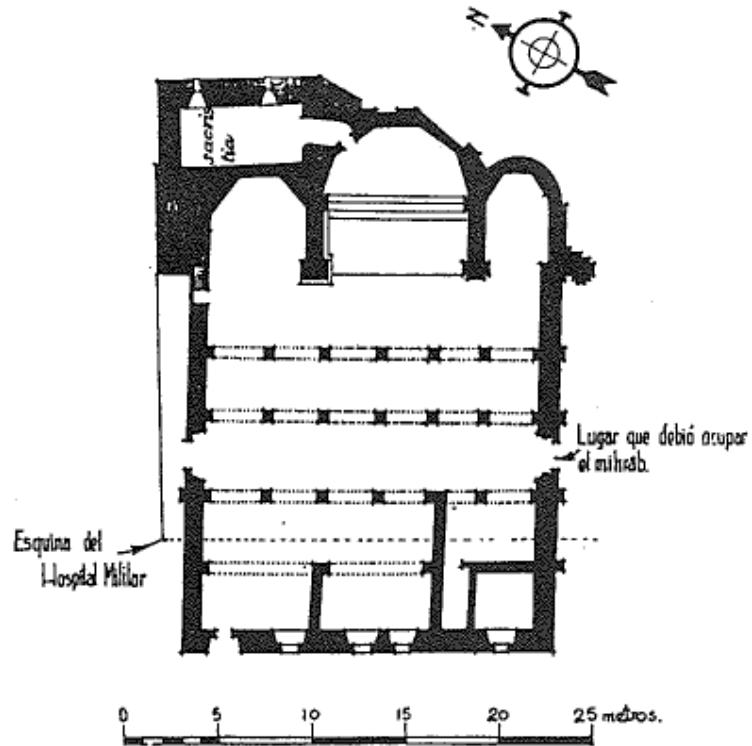
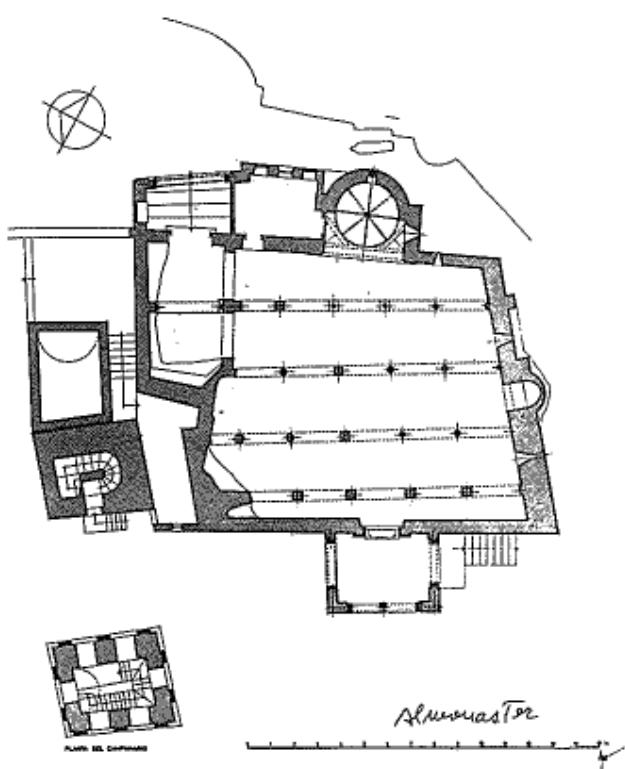
1165 quando Afonso Henriques faz a sua doação à Ordem do Templo. Trata-se de facto de um edifício gizado por um único e bem definido projecto arquitectónico em que o ritmo e a forma das arcadas, as colunas e capiteis, o aparelho regular de silhares e a modenatura se integram perfeitamente na mesma linguagem (Fot. 6).

III

«A Egitania encontra-se a Oriente de Coimbra e a Ocidente de Cordova. É uma cidade muito antiga, forte e bem dotada, com um território bem provido de cereais, de vinhas, de caça e de peixes e um solo fértil» — dito historiador Al Razi na primeira metade do séc X (4).

Fotos 11 e 12: Almonaster e Igreja de S. Maria - Badajoz

175



A partir desta época parece que a Idanha entra em decadência — à medida que se afirma Badajoz — e apenas continua a ser referida sempre que é citado o movimento e revoltas «muladis» — na sua fase inicial antes de Ibn Marwan se fortificar definitivamente em Badajoz em 890. A última referência parece vir de Ibn Hayyan que escreve na primeira metade do séc. XI. Contando estes mesmos acontecimentos de finais do séc. IX, diz — «Said Ibn Malik que naquela altura se tinha apoderado de Beja, chamou Masud Ibn Saadun — a quem apodavam de Surumbaqui — que estava na fortaleza conhecida por N. Yani, a Oriente de Santarém» (5).

As muralhas que hoje cercam Idanha pertencem manifestamente à mesma família do Conventual de Mérida (erguido em 835) com os seus 2 m e 70 de espessura e utilizando grandes silhares romanos (Fot. 7). São certamente pouco anteriores ou mesmo contemporâneas das defesas de Talavera la Reina, (Fot. 8) obra de Abderraman III, em inícios do séc. X, com as suas torres semi-cilíndricas semelhantes às de Lugo e Zamora (6). Parece portanto haver em todas estas fortificações,



Foto 13: Igreja Matriz de Lourosa

além de uma cronologia comum, as mesmas raízes tipológicas aparentadas com a tecnologia militar bizantina do norte de África.

A Idanha era nos Séc. IX e X uma povoação relativamente importante, em que um perímetro muralhado de 700 metros cercava uma área de 5 hectares com habitação para uns 1000 habitantes. Não esquecer que durante esta época os espaços urbanos de Évora,

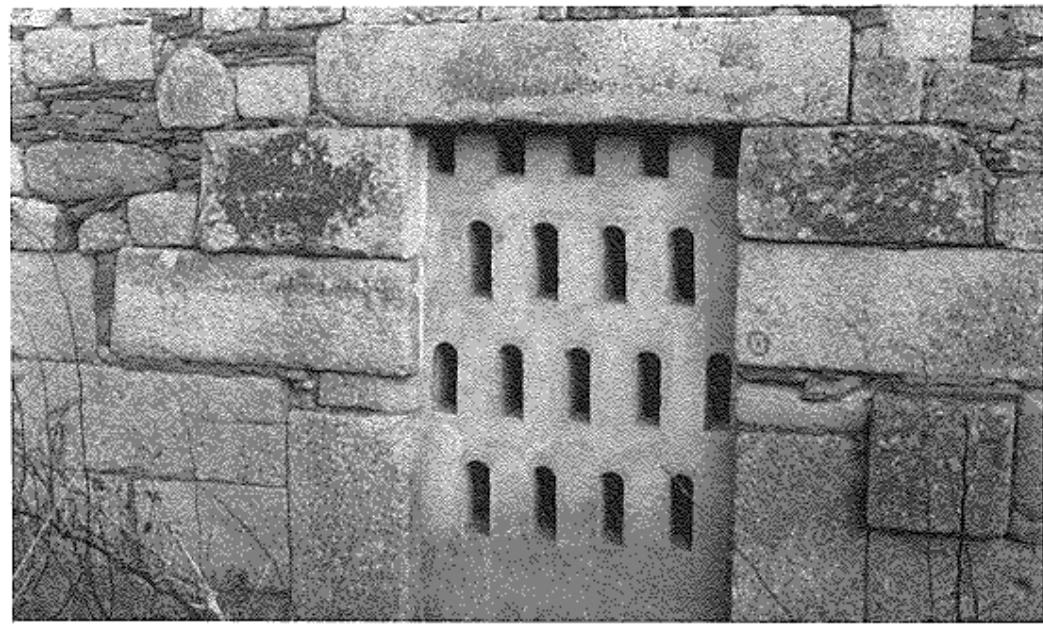


Foto 14

Alcácer do Sal e Silves pouco ultrapassam os 7 hectares (com populações rondando os 2000 habitantes) e que cidades como Leiria, Tomar, Guimarães e Porto têm nessa altura cascos urbanos não superiores a 3 hectares. Para uma cidade como Idanha teria de haver naturalmente um local de culto. Um templo de uma certa importância. Se admitirmos ser a parede sudeste a «quibla» de uma mesquita, a volumetria anormal do edifício começa a tornar-se menos enigmática (Fot. 9). Ressalvando as devidas proporções, o modelo parece ser a grande mesquita Omeizada de Damasco com uma grande nave central e duas colaterais em que o mirhab ocupa o centro da colateral sul, dirigida a Meca.

A orientação da catedral da Idanha segue rigorosamente o padrão de todas as mesquitas do Al Andalus (Fot. 10, 11 e 12) e o próprio poço cisterna para abluições situado na colateral oeste, seria pelo menos insólito, senão inadmissível, em qualquer basílica cristã onde o espaço profiláctico da água coincide sempre com o baptistério.

Aliás é de notar que nas Memórias Paroquiais de 1758 é afirmado sem hesitações

que «o templo foi mesquita dos mouros». Quem o afirma é um pároco suficientemente culto para saber que o mesmo templo «foi modificado e sagrado por ordem de el rei D. Manuel quando restabeleceu a cidade» (7).

Para uma atribuição cronológica podemos recorrer a alguns elementos que nos parecem significativos, embora o mais evidente seja o paralelismo técnico da catedral da Idanha com a igreja de Lourosa — a pouco mais de 50 quilómetros de distância — e que está datada de 912. Nos dois edifícios, o mesmo tipo de arcos ultrapassados, um mesmo aparelho de grandes silhares com o uso sistemático de perpianhos e uma modenatura que parece ter saído das mãos dos mesmos canteiros (Fot. 13). As semelhanças formais vão mesmo ao ponto de constatar no monumento egitanense, tal como em Lourosa, um possível arco de descarga sobre os linteis das três portas mais antigas, cujas jambas são grandes silhares de travamento horizontal e vertical (Fot. 14). Sente-se o mesmo ar de família nas técnicas construtivas, embora, naturalmente, o programa seja outro.

Ora é no programa que parece estar o aspecto mais interessante deste monumento. Tudo estaria certo e a mesquita incontestável se não fosse a anormalidade do *mirhab* (Fot. 15). Com tal profundidade e volumetria autónoma, não há aparentemente nenhum outro caso semelhante. E no entanto nada leva a crer que não seja perfeitamente contemporâneo do resto do edifício. Cremos que esta cabeceira-mirhab se inscreve no fenómeno «muladi» na sua vertente mais heterodoxa que nessa época tem precisamente como local de implantação a zona fronteiriça da Idanha antes de se estender a todo o Garb-al Andalus — de Badajoz a Ossónoba (8). Durante várias dezenas de anos os Marwanidas fizeram a ponte entre Leão e Córdova. E as acusações de que foram alvo Ibn Marwan e Saadun Surumbaqui de que «pregavam aos seus compatriotas uma nova

Foto 15



religião que fundia o islamismo e o cristianismo» terão talvez neste edifício uma prova inesperada e bem expressiva.

NOTAS

- (1) Este período conturbado do Garb al Andalus nos Sécs. IX e X é objecto de inúmeras referências de Ibn Hayyan, nomeadamente no que diz respeito ao esforço centralizador de Córdova na sua luta contra os movimentos rebeldes, religiosos ou políticos, de Ibn Masarra, Ibn Marwan ou Ibn Hafsun. — Ibn Hayyan, *al Muqtabis V*, tradução de M^a de Jesus Viguera e Frederico Corriente, Saragoza, 1981.
- (2) A.N.T.T., Inst. Rel. — S. Tiago, L. 228. Visitação de Mértola, 1482.
- (3) *História da Arte em Portugal*, Vol. 2, Lisboa, 1986, pp. 43, 46.
- (4) António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa 1972, pp. 43, 44.
- (5) Ibn Hayyan, op. cit. pp. 88 e 89. Ao contrário do que opina Martim Velho (in «Ibn Marwan — Ibn al Djiliki — e Sa d'ur Surunbaqi», *Nono congresso da Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, Amesterdam, 1978, Leyde, 1981, p. 279) os topónimos de Antaniya, An. Dania e N. Yani, indicados por Ibn Khaldun, Ibn al-Qutiyha e Ibn Hayyan — referem-se naturalmente a Idanha-a-Velha e de forma nenhuma a um povoado nas cercanias de Coimbra.
- (6) Sergio Lillo, *Arqueología Medieval Española II* Congresso, Madrid, 1987. Tomo II das *Actas*, pp. 199/205.
- (7) D. Fernando de Almeida, *Egitania, história e arqueologia*, Lisboa, 1956, p. 353.
- (8) Para abordar com mais profundidade esta região em finais do Emirato, destaca-se o interessante e bem fundamentado artigo de Christophe Picard: «Quelques aspects des relations entre chrétiens et musulmans dans les zones de confins du Nord-Ouest de la Péninsule ibérique. (IX- X siècles)». *Études de Histoire*, Université de St. Etienne, 1990.

A OLARIA NEGRA EM PORTUGAL, ONTEM E HOJE: URGÊNCIA NO SEU ESTUDO

JACQUES THIRIOT ⁽¹⁾

HELEDER CHILRA ABRAÇOS ⁽²⁾

JOÃO MANUEL DIOGO ⁽³⁾

A realização em Novembro de 1987 na Fundação Calouste Gulbenkian do IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental ⁽⁴⁾ foi para nós a ocasião de organizarmos uma visita a um certo número de oleiros tradicionais que produzem olaria negra nas regiões de Coimbra e de Viseu. Esta visita inscreve-se num projecto de estudo que desde 1973 se tem vindo a realizar sobre a cozedura redutora: escavações de oficinas de oleiros medievais no sul de França (Thiriot 1986), estudo do artesanato recente na Catalunha e norte de Espanha (Thiriot b), inquéritos *Patrimoine Industriel dans le Midi de la France* ⁽⁵⁾, escavação franco-espanhola de Cabrera d'Anoia na Catalunha ⁽⁶⁾ (Lopez 1979, Padilla 1989), visita etnoarqueológica na região de Zamora (Thiriot d), observações científicas de cozeduras tradicionais na Catalunha ⁽⁷⁾ e projecto de experimentação da cozedura redutora ⁽⁸⁾.

A Visita de estudo: a objectivos limitados, resultados limitados...

A nossa visita foi programada a partir do livro de E. Sempere (Sempere 1982) que recenseia em toda a Península o artesanato tradicional que ainda subsiste e a partir de uma viagem preparatória de dois de nós. As deslocações e o programa deviam ser forçosamente limitados. As olarias a visitar foram escolhidas em função das observações de E. Sempere a fim de cobrir o essencial das diferentes instalações assinaladas e tendo em conta a disponibilidade dos oleiros que ainda se encontravam em actividade. Os dias curtos de finais de Novembro e a temperatura já mais baixa foram ainda factores determinantes. Visitámos os seguintes oleiros e olarias:

- J. M. Rodrigues em Ribolhos
- A. M. Coimbra em Molelos
- J. Simões Correia em Alveite Pequeno (Barreira Branca)
- J. Augusto Simões em Alveite Pequeno
- S. Simões Correia em Alveite Pequeno (Olho Marinho)
- H. Fernandes em Carapinhal
- S. Ferreira dos Santos em Carapinhal
- M. Francisco em Carapinhal

Nestas diferentes olarias procedemos, para além de um rápido inquérito, à

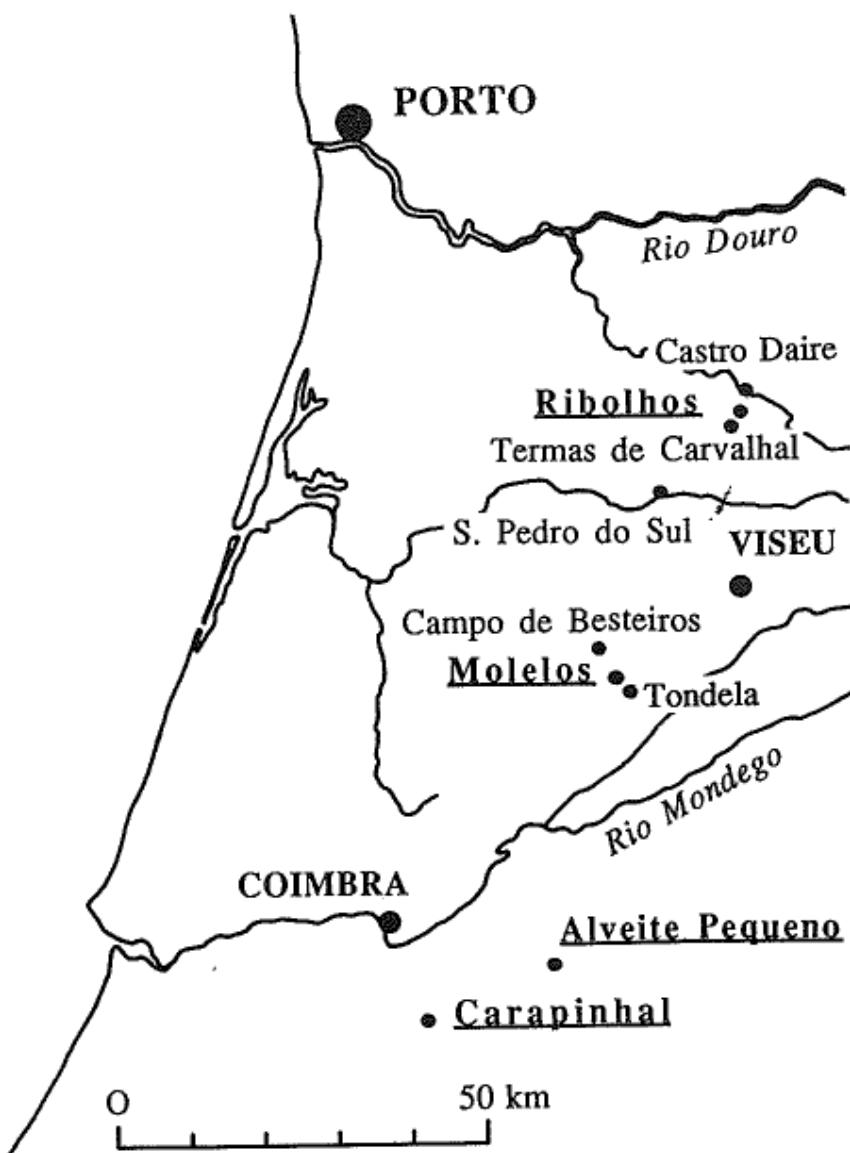


Fig. 1: As olarias visitadas (nomes sublinhados) em 1987 (desenho Jacques Thiriot).

anotação dos pontos principais da organização do seu espaço. Tivemos ainda em conta o problema do abastecimento em argila, alguns pormenores no que diz respeito ao torno, o estado do solo de terra batida, quando existia, e o forno.

Num espaço de tempo tão curto, não era nosso propósito realizar um inquérito etnográfico, mas antes uma visita de carácter etnoarqueológico forçosamente limitada. Nesta fase inicial da investigação, as observações no terreno foram complementadas pela consulta de documentação existente (por dois de nós) com vista à publicação (Thiriot c). Dois aspectos das observações efectuadas com o oleiro A. M. Coimbra são apresentadas aqui nas suas

grandes linhas a fim de ilustrar o nosso propósito.

Dois aspectos do inquérito realizado a António Matos Coimbra em Molelos:

A razão que nos levou a falar deste oleiro em particular tem a ver com a organização do espaço onde ele habita e trabalha (fig.2). A coexistência das três seguintes funções é típica de uma economia familiar: artesanato, agricultura e criação de gado. Além disso, a utilização de uma técnica muito antiga de cozedura em *soenga* apresenta-se como uma questão interessante. O estudo (dois aspectos são aqui apresentados) do conjunto das instalações sempre em evolução permite analisar e formular hipóteses relativas a certos artesanatos (modestos) da «Idade Média».

1. A COZEDURA EM *SOENGA*

1.1. O princípio

Soenga é o nome português que se dá ao processo de cozer cerâmica em atmosfera redutora, ao ar livre, numa cova pouco profunda cavada no solo. Através da obstrução completa do «forno» em fim de cozedura (gerando uma atmosfera carregada de carbono que se deposita sobre as peças e uma transformação físico-química dos óxidos metálicos das argilas devido ao monóxido de carbono) a louça a cozer torna-se completamente negra e parcialmente impermeabilizada.

1.2. As grandes etapas da cozedura

A secagem/pré-cozedura: a louça é colocada sobre uma *sequeira* (duas estruturas de tijolo suportando alguns troncos de madeira de pinho) sob a qual se acende uma pequena fogueira com ramos de pinho e *caruma*.

Este primeiro aquecimento permite, para além de um ligeiro aumento da temperatura, concluir a secagem das peças a cozer.

O Empilhamento das peças e construção do «forno»: as peças são retiradas da *sequeira* já enegrecidas e ainda quentes e colocadas num *estralho* previamente escavado e preparado com *caruma* e *caçamulos*. São seguidamente embracadas e muito bem acondicionadas com a ajuda de cacos provenientes de outras cozeduras. Na base e a toda a volta, colocam-se verticalmente *cavacas* (lenha de pinho rachada). Cobre-se a louça com *torrões* de terra postos em várias camadas, deixando alguns orifícios na base (para alimentação do fogo) e uma grande abertura no alto que serve de chaminé (fig. 3).

A cozedura: o fogo é lançado em várias partes da *soenga*. Para o manter aceso, introduzem-se pequenos pedaços de lenha de pinho nos buracos da base chamados *bueiros*. O oleiro observa a cor do fogo e das peças pela

chaminé durante as várias fases da cozedura. A *soenga* é constantemente refeita com *torrões* para tapar as fendas ou buracos que aparecem na estrutura (fig. 4).

— obstrução da *soenga*: após uma última introdução de lenha (especialmente escolhida por conter resina), fecham-se os bueiros com *torrões*. Com a ajuda de uma enxada, o oleiro retira a terra à volta da *soenga* e com ela a cobre quase inteiramente. A abertura central da chaminé é progressivamente reduzida com *torrões*, observando o oleiro atentamente a cor do fumo que dela se escapa. Quando a chama se torna azulada e o fumo negro desaparece, o oleiro abafa-a completamente.

A pós-cozedura: depois de ter colocado uma tampa metálica sobre a chaminé, o oleiro recobre-a de terra, comprimindo ambas, para impedir qualquer fuga de gases. É a partir deste momento que se produzem as transformações físico-químicas e que se dá o depósito de carbono nas peças. É no decurso da pós-cozedura redutora que estas se tornam negras e brilhantes. Esta fase tem uma duração bastante variável devido a numerosos factores exteriores, nomeadamente condições atmosféricas.

O desenfornar: com uma enxada, o oleiro retira cuidadosamente toda a terra. Em seguida, retira também os *torrões* que restam e põe de lado aqueles que ainda podem voltar a servir. Com a ajuda de paus e panos velhos, o oleiro e a mulher retiram do «forno», ainda quentes, as peças brilhantes e parcialmente cobertas de carbono e dispõem-nas no bordo da *soenga*.

A duração destas diferentes fases, observadas em três cozeduras, realizadas entre 1987 e 1989, é indicada no quadro seguinte:



Fig. 2: António Coimbra ao torno (fotografia: Helder Abraços).

	1987	1989	1989
secagem/pré-cozedura (sequeira)	1h 34mn	58mn ⁽⁹⁾	53mn
preparativos e empilhamento da fornada no estralho	17mn	18mn	5mn
cozedura	2h 40mn	2h 45mn	1h41mn
pós-cozedura ⁽¹⁰⁾	4h 57mn	2d11h36mn	—
desenformar	5mn	1 6mn	— ⁽¹¹⁾

1.3. O tipo de produção

A maior parte da produção de olaria fabricada por António Coimbra, destina-se ao uso doméstico. As peças são todas fabricadas ao torno e brunitidas com pequenos seixos do mar. Por vezes, o oleiro António Ribeiro Valverde pede-lhe para cozer algumas peças decorativas na sua *soenga*.

De 1987 a 1990, vimos tornear ou cozer as seguintes formas:

assadeira: pequena, média e grande, serve para assar carne, peixe, batatas, etc.

padela: serve para assar carne.

tendedeira: serve para bater a massa que vai ao forno para cozer o pão de milho.

tacho com e sem gancho: serve para cozinhar alimentos, tendo mais a ver a sua utilidade com o gosto do cliente.

cântara: serve para levar líquidos como água, vinho, etc.

púcaro com asa: serve para fazer sopa e também para cozer castanhas.

cafeteira: serve para fazer café, chá e aquecer água.

assador: serve para assar castanhas.

caçoula: serve para cozinhar alimentos, tendo mais a ver a sua utilidade com o gosto do cliente.

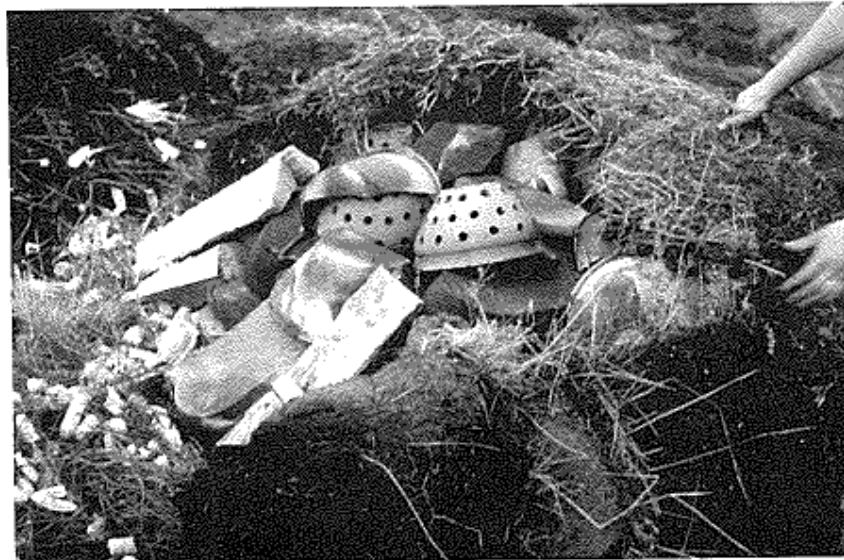


Fig. 3: Preparação da «abóbada»: a fornada de peças com as cavacas de madeira de pinho e os torrões (fotografia Jacques Thiriot).

pote com tampa: serve para conservar azeitona e carne em vinho e alho.

vaso: serve para colocar flores.

cesto: é uma peça com uma função decorativa.

tartaruga: é uma peça com uma função decorativa.

castiçal: é uma peça com uma função decorativa.

Para obter um bom reflexo metálico nas suas peças de olaria negra, o oleiro escolhe por ocasião da última introdução de lenha antes da obstrução da *soenga*, pedaços de madeira abundantes em resina. Com efeito, esta é, segundo ele, responsável pela qualidade do reflexo prateado. Chega mesmo, por vezes, a cozer as peças uma segunda vez para as tornar «mais bonitas e o mais brilhante possível».

1.4. Impacto da *soenga* sobre o solo — restos arqueológicos desta prática

É sempre possível encontrar alguns restos arqueológicos de uma antiga *soenga*. A principal dificuldade é a de tomarmos consciência de que estamos perante uma tal estrutura e não perante uma fossa com desperdícios.

Algumas dificuldades:

— o local onde se realizam as *soengas* pode ser sempre o mesmo; a preparação do *estrelho* necessita de um ligeiro aprofundamento da cova deixada desde a última cozedura. A cova em ligeiro declive, é escavada em função do número de peças a cozer; o seu diâmetro pode variar bastante, podendo ultrapassar os três metros. O terreno a preparar é inteiramente removido, nivelado e ligeiramente escavado ao centro. Por ocasião da pós-cozedura, a estrutura da *soenga* é inteiramente coberta com terra que é retirada à volta da mesma. Esta última operação faz desaparecer toda a estratificação possível em redor da mesma. O desenformar permite reconstituir o terreno antes revolvido, deixando nesse momento intacta a zona de cozedura propriamente dita.

— durante a cozedura, algumas peças partem-se. Estas misturam-se com os cacos empilhados juntamente com as peças a cozer, colocados antes da constituição da «abóbada» da *soenga* para o seu acondicionamento. No desenformar, os maiores fragmentos são recuperados para a protecção da cozedura seguinte. Os outros cacos misturam-se na terra em volta.

— os carvões de madeira das diversas cozeduras misturam-se igualmente na terra. Somente os carvões da última cozedura podem ser retirados para amostra, à superfície, se o local tiver sido abandonado.

Estas três observações mostram que existem poucas comparações com a estratigrafia que podemos encontrar nos fornos construí-

dos, e com as deduções que possamos fazer a partir das camadas de cinzas e a definição rigorosa das produções.

O abandono duma zona ocupada por *soengas* pode todavia apresentar alguns aspectos particulares, que permitem a sua identificação. Se a terra da referida zona for negra acinzentada, contendo bastantes carvões de madeira e pedaços de cerâmica negra sem clara distinção estratigráfica, podemos todavia constatar alguns detalhes topográficos. A conservação durante um largo espaço de tempo de estruturas de cozedura em *soenga* num mesmo local, conduz a uma elevação do solo devido não só aos detritos de cozeduras, mas também à terra saída da desagregação pelo calor dos *torrões* utilizados para cobrir as peças. A superfície dessa elevação, se não houver nivelamento do terreno após abandono desse modo de cozedura, pode apresentar uma série de irregularidades mais ou menos encurvadas e bastante amplas que correspondem às posições das últimas *soengas*. Um nivelamento do terreno à volta da oficina, pode dar-nos algumas informações. Uma escavação experimental sobre tais estruturas abandonadas deveria permitir o aperfeiçoamento de métodos de investigação próprios se é que é possível estudar uma tal estrutura de cozedura... Numa primeira abordagem tais estruturas aparecem-nos como simples fossas desprovidas de estratigrafia. É talvez essa ausência de camadas bem definidas, essa terra misturada que nos deve levar a colocar algumas questões.

2 . A ECONOMIA FAMILIAR

2.1. Composição da família

António Matos Coimbra é o proprietário

das instalações de trabalho onde guarda e prepara a argila, onde molda as peças ao torno, onde seca e coze a sua cerâmica. Comprou o terreno à Junta de Freguesia em 1952. Artesão desde os treze anos, casou com Lucinda Marques Janardo, tendo tido uma rapariga e três rapazes, hoje já todos casados. Nenhum deles se dedicou à produção de cerâmica. A sua mulher tem um grande papel na economia familiar. Ela trabalha e ajuda no cultivo das terras, brune as peças com pequenos seixos antes da cozedura, e participa activamente em quase todas as etapas da cozedura em *soenga*: na disposição das peças na *sequeira*, na alimentação do fogo da mesma, na preparação do *estrálho*, no acondicionamento das peças a cozer, na cozedura e no desenfornar. Dado que cozer em atmosfera redutora numa *soenga* é uma operação mais difícil que cozer num forno, o papel da mulher, segundo António Coimbra, é particularmente importante (as etapas a realizar numa



Fig. 4: Aspecto da *soenga* no decorrer da cozedura (fotografia: Helder Abraos).

cozedura em *soenga* são em maior número que as executadas num forno, além da vigilância constante a que aquela é sujeita).

2.2. A agricultura

António Matos Coimbra dedica-se a numerosos trabalhos agrícolas. As diferentes culturas distribuem-se ao longo do ano: batatas entre Março e Abril, couves, ervilhas e favas no mês de Novembro; as colheitas estão igualmente distribuídas por diversas épocas. O oleiro ocupa-se ainda de árvores de fruto: colheita de pêssegos em Julho e apanha da azeitona em Dezembro. Semeia todo o ano cenouras e alfaces. Para além de tudo isto, produz o seu próprio vinho.

O estrume animal e vegetal serve para adubar os terrenos, embora tenha por

vezes necessidade de lhes juntar adubos químicos. A produção não é abundante, visto que os terrenos são secos; de Verão, o oleiro afirma que lhe «falham». No entanto, nunca secam completamente.

2.3. A criação de gado

A criação de animais efectua-se unicamente no quadro da economia familiar. Tem um burro adquirido há onze anos, uma ou duas cabras e vários porcos. Estes últimos foram comprados na povoação quando pequenos. outrora, tinham também galinhas poedeiras; actualmente cria frangos. A alimentação dos animais é comprada (farinhas) ou natural (palha de erva).



Fig. 5: O desenfornar de padelas (fotografia: Helder Abraços).

2.4. O artesanato

A quantidade de louça produzida pode depender do número de encomendas mas também do meio de transporte de que o oleiro dispõe para transportá-las até à feira. Dado que as dimensões da *soenga* podem aumentar ou diminuir conforme as necessidades da produção, o volume desta varia de uma cozedura para outra. O tamanho das peças tem igualmente influência: se forem de grandes dimensões (assadeiras), a quantidade a cozer é menor. No entanto, segundo o oleiro, «a produção não é o que se quer; há uma norma...», quer dizer, um método para a elaboração da estrutura deste tipo de cozedura.

Este facto pode ser confirmado pela observação das três cozeduras que presenciamos entre 1987 e 1989: 48 peças por ocasião da primeira cozedura, 80 na segunda (45 *padelas* e 35 peças pequenas)⁽¹²⁾, 35 peças na terceira. O oleiro indica que o número de peças cozidas pode ir até à centena, se estas forem pequenas.

O ritmo de produção varia consoante as encomendas, mas principalmente em função das condições atmosféricas. É o grande inconveniente da cozedura redutora ao ar livre. Muitas vezes, a chuva obriga o oleiro a suspender o seu trabalho com prejuízos consideráveis. É principalmente durante certos meses do Inverno beirão que a produção é mais reduzida. Tudo se restabelece a partir da Primavera. A *soenga* permite cozer mais rapidamente e com menores custos, uma vez que necessita de menos combustível. O forno construído sob o telheiro só é utilizado quando o oleiro tem falta de torrões para cozer em *soenga* ou quando estes se encontram húmidos, não podendo ser utilizados.

A venda nas feiras

As feiras realizam-se em Tondela, todas as segundas-feiras, e em Campo de Besteiros, quinzenalmente, às segundas e últimas quintas-feiras de cada mês. De início, António Coimbra começou por fazer umas «feiritas» em Tondela. Mais tarde, por acordo com um outro oleiro de Molelos, passa a vender na feira de Campo de Besteiros, indo aquele vender a Tondela. Alimentando-se de pão e sardinhas, António Coimbra expõe os seus produtos tradicionais da região. De Inverno, permanece na feira todo o dia; de Verão, regressa pelas 17 horas. A louça que não é vendida, é guardada numa arrecadação até à feira seguinte. O seu pai ia também vender em feiras como S. Pedro do Sul, acompanhado por António Coimbra quando pequeno.

As despesas (difícil de calcular) devem ser avaliadas no contexto mais amplo da economia familiar. Os *torrões*, a *caruma* e algumas qualidades de argila são adquiridos gratuitamente em terrenos baldios ou pertencentes à Junta de Freguesia. A madeira para as cozeduras é encomendada a uma fábrica (cerca de três toneladas por ano), sendo o seu trans-

porte até às instalações de trabalho assegurado por uma camioneta. A experiência e a habilidade do oleiro permitem-lhe fabricar peças de boa qualidade, diminuindo assim a quantidade das que se quebram durante cada cozedura. Os seus lucros estão também em relação com as estações do ano: ao Verão corresponde uma maior produção que compensa a fraca produtividade do Inverno.

Modernos materiais como o alumínio e o plástico conduzem a novas práticas na preparação e na conservação dos alimentos, apresentando-se deste modo como sérios concorrentes da olaria. No entanto, António Coimbra pensa que se pode tirar proveito da olaria, pois ela vende-se bastante bem. Todavia, segundo ele, os oleiros não podiam viver exclusivamente da agricultura numa economia familiar.

Transporte e deslocação

A reputação e a necessidade dos oleiros de Molelos, faziam com que percorressem longas distâncias. Antes do surgimento do comboio na região, homens e mulheres levantavam os seus carregos de louça à cabeça e partiam a pé para os mercados e feiras.

Quando vendia nas feiras, António Coimbra percorria a distância a pé, transportando a louça numa carroça puxada pelo burro. Nunca foi a pé com a louça à cabeça vender à feira. Da sua oficina à feira de Campo de Besteiros tinha 4 km a percorrer. Geralmente transportava cerca de vinte peças das quais vendia pouco mais de metade.

2.5. Variação sazonal das actividades económicas

António Coimbra gosta muito da sua arte ainda que ache cansativo preparar a argila, trabalhar ao torno... Durante o Inverno, as condições de trabalho são mais duras.

A chuva, o frio, a geada impedem o oleiro de prosseguir o seu trabalho ao torno de forma contínua (contudo nunca para totalmente, a não ser que esteja doente, como aconteceu durante dois meses no Inverno de 1988). Em vez de trabalhar no torno que se encontra sob as escadas de sua casa, abriga-se numa oficina fechada onde pode acender a fogueira e aquecer a água do *caqueiro* para humedecer as *achas* (pequenos pedaços de madeira para ajudar a trabalhar o barro) e os trapos que ajudam à modelagem. De outro modo é obrigado a interromper as suas actividades, diminuindo assim a produção.

A actividade agrícola surge como complemento. A sua mulher e a sua filha partilham esta tarefa menos fatigante, mais «agitada» e distribuída no tempo. Esta partilha é benéfica, tal como o é a colaboração com a vizinhança: o oleiro põe o seu forno de pão à disposição dos vizinhos.



Fig. 6: A oficina de António Coimbra: construções evolutivas, e conjugação das três funções económicas: olaria, agricultura e criação de animais (fotografia Jacques Thiriot).

2.6. O peso do artesanato na economia familiar

O artesanato rural, invenção medieval⁽¹³⁾, tem ainda hoje uma considerável importância na economia familiar. As rápidas mudanças do mundo contemporâneo (políticas e económicas) pouco alteram o ritmo tradicional. Neste meio rural, as medidas de política social (reforma, assistência médica, ...) coexistem com o importante esforço (que pode ir até à exaustão das suas forças) que o artesão deve dispensar ao mesmo tempo no artesanato e nos trabalhos agrícolas para poder subsistir. Para António Matos Coimbra, a olaria tem mais importância que a actividade agrícola na economia familiar. É por esta razão que ele passa numerosos dias na sua oficina. Para muitos oleiros, a olaria constitui a única

fonte de rendimento; para outros, ela constitui um importante complemento às actividades agrícolas familiares.

Da utilidade do estudo em longa duração

O artesanato de olaria faz intervir técnicas geralmente simples e pouco evolutivas. A produção de olaria negra, em particular, necessita sempre de uma cozedura de tipo redutora, qualquer que seja o seu modo de fabricação. Esta evolução lenta de um artesanato tradicional autoriza o exame de artesanatos recentes quando estes conservam a organização e os métodos antigos. Estas observações podem ser úteis para esclarecer, em certos casos, as descobertas relativas a artesanatos antigos e em particular medievais. Dispomos então de «referências» que nos permitem propor uma ou várias interpretações dos vestígios descobertos, mas, por outro lado, não nos autorizam, por princípio, a considerá-las como conclusões definitivas.

Estado actual do artesanato tradicional: urgência do seu estudo

A partir do inventário publicado em 1982 por E. Sempere, mas mais antigo, constatámos uma grande degradação das oficinas (muitas delas fechadas por morte ou reciclagem do oleiro) e ainda um certo envelhecimento dos artesãos ainda em actividade, excepto nos «grandes centros» de produção onde a actividade tem tendência para se especializar na cozedura oxidante em detrimento da cozedura redutora, que retrocede de forma significativa.

O estudo sobre toda a área deste artesanato em vias de extinção, juntamente com o estudo das olarias espanholas das regiões fronteiriças (Cf. bibliografia regional: Cortes, Ramos), parece ser um passo prioritário antes de empreender pesquisas arqueológicas sobre esta actividade de tempos passados, qualquer que seja a sua antiguidade. Grandes zonas de influência com evoluções diferentes, podem assim ser melhor caracterizadas. Existe todo o interesse em observar o artesanato actual com o olhar do etnólogo, mas também com o olhar do arqueólogo (o que resta depois do abandono da oficina, madeira desaparecida, estudo dos alicerces das paredes, dos solos, relações entre os gestos do oleiro e as marcas deixadas nas peças...), tendo em conta que as observações de ambos se complementam neste estudo.

A partir do inventário dos inquéritos já publicados ou não em Portugal (Cf. bibliografia respeitante à região aqui estudada: Coimbra, Correia) e no estrangeiro, o estudo clássico deverá ser feito, se ainda o não tiver sido, ou complementado com dados actualizados, permitindo registar as evoluções. O trabalho de equipa pluridisciplinar (arquivos e terreno) apresentará:

- estudo «arqueológico» das instalações: descrição, levantamento gráfico e fotográfico sistemático;
- todas as fases do trabalho, ritmos de trabalho/cozeduras, observação científica das cozeduras, análise das argilas e produções, constituição de colecções de

cerâmica produzidas e instrumentos de trabalho, salvaguarda das produções mais importantes;

— estudo sócio-económico: constituição da equipa, número e qualificação dos artesãos, parentesco, aprendizagem, propriedade dos instrumentos de trabalho, filiação dos oleiros e das olarias, herança/trespasse da oficina, aquisição de matérias-primas, sistema e área de difusão dos produtos...

As importantes diferenças existentes entre as diversas olarias tradicionais observadas, podem ser fonte de informações diversas e complementares. Uma pequena oficina com uma economia familiar como a de António Coimbra apresenta bastantes dados acerca das actividades que o oleiro deve desenvolver com a sua família para poder viver. O carácter evolutivo das instalações (fig. 6) e a simbiose entre o artesanato, a criação de gado e sobre tudo a agricultura são bastante reveladores de uma actividade familiar cujo espírito importa reter, quando se estuda alguns pequenos artesanatos medievais. Pelo contrário, uma grande oficina com forte produtividade vê as suas instalações periodicamente rationalizadas para aumentar o seu rendimento. As instalações antigas dão então lugar a outras mais amplas, mais facilmente preservadas e muitas vezes mecanizadas. Podemos sem dúvida beneficiar com a observação das antigas instalações ainda visíveis.

Por uma etnoarqueologia do artesanato recente

Apesar dos numerosos estudos clássicos, devemos igualmente retomar o inquérito, no sentido de uma etnoarqueologia. Quanto aos problemas colocados pela interpretação dos vestígios encontrados durante as escavações ou dos dados de textos relativos ao artesanato medieval (quando estes existem...), parece necessário pesquisar os possíveis pontos de

comparação junto dos artesãos tradicionais ainda em actividade ou sobre os lugares mais ou menos recentemente abandonados, mas que conservam os vestígios das suas instalações. Estudar na perspectiva de um arqueólogo essas actividades recentes, se possível num domínio próximo daquele estudado nas escavações (mesmo tipo de produção, importância económica aproximada...), permite constituir um conjunto de respostas possíveis às quais se podem ir buscar exemplos, hipóteses de respostas, mas, infelizmente nenhuma certeza. Mesmo que a tecnologia cerâmica de base seja simples, existem múltiplas maneiras de produzir uma mesma peça; e isso não deixa forçosamente alguma marca característica... A actividade etnoarqueológica, ligada às questões específicas que advêm no seguimento de tal descoberta, parece ser essencialmente uma actividade individual. As observações de natureza etnoarqueológica dificilmente constituem um «corpus» de referências correntemente empregues, mas antes um conjunto de respostas utilizáveis consoante os casos. Esta observação etnoarqueológica deve portanto ser retomada cada vez que uma nova questão se vem colocar à arqueologia. As visitas etnológicas e etnoarqueológicas anteriormente efectuadas funcionam aqui como informação base para uma nova investigação.

Para uma arqueologia mais eficiente do artesanato antigo

Fora a salvaguarda indispensável do artesanato tradicional recente e da sua memória, a documentação recolhida pode ser útil para a pesquisa arqueológica. Estudar o artesanato tradicional a diferentes níveis só pode ser útil para as futuras pesquisas puramente arqueológicas. Para além dos estudos etnológicos clássicos, praticar uma observação «arqueológica» das oficinas tradicionais recentes ou contemporâneas (micro-relevos, micro-resíduos sobre

o solo e as paredes, vestígios de estruturas das instalações, gestos do oleiro, ...), reflectir sobre os vestígios que deixariam tais oficinas após destruição e decomposição dos utensílios ou instrumentos feitos em materiais degradáveis, procurar as marcas de uma prática específica (estudo etnoarqueológico preciso), pode completar apreciavelmente os estudos já realizados.

Todos esses estudos efectuados ao longo da investigação arqueológica (antes, durante e depois), permitem uma melhor interpretação dos vestígios descobertos numa escavação, um melhor conhecimento do artesanato dos oleiros antigos e, em particular, os medievais.

Notas

- (1) Investigador do CNRS no URA 6, Laboratoire d'Archéologie Médiévale Méditerranéenne d'Aix-en-Provence, France.
- (2) Licenciado em Ciências Históricas.
- (3) Licenciado em História.
- (4) Actas do IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental a publicar.
- (5) Trabalhos colectivos em curso por H. Amouric e J.-L. Vayssettes (arquivos), F. Isler, F. Morin e J. Thiriot (terreno e produções): em Uzège no Gard (La Terre 1985) e na região de Dieulefit no Drôme (Potiers 1986). Pesquisas mais profundas têm lugar na Provence e no Languedoc: ver bibliografia parcial de H. Amouric e J.-L. Vayssettes.
- (6) Escavações franco-espanholas de 1987 a 1990, co-dirigidas por I. Padilla e J. Thiriot, estudo do material recolhido da oficina por M. Leenhardt.
- (7) Trabalho colectivo em curso pelos oleiros J. Bonadona de Quart (Girona), J. Cornellà de la Bisbal (Girona) e J. Font de Verdu (Lérida), o oleiro M. Bosch e a equipa de M. Vendrell (Universidade de Barcelona).
- (8) Projecto de fabricação de olaria e de várias cozeduras no lugar escavado de Cabrera d'Anoia com a colaboração de M. Leenhardt, M. Bosch e a equipa de M. Vendrell.
- (9) O tempo aqui indicado não corresponde à duração total da pré-cozedura. A operação já estava a decorrer quando chegámos.
- (10) Os tempos da pós-cozedura apresentam grandes diferenças devido sobretudo aos factores atmosféricos, não tendo uma relação directa com a cozedura. Variam igualmente em função da disponibilidade do oleiro.
- (11) O desenformar não foi presenciado.
- (12) Algumas destas pequenas peças eram de um velho artesão que aproveitou a ocasião para as cozer gratuitamente na soenga de António Coimbra.
- (13) Cf. Fossier, R. — *Enfance de l'Europe (X^o-XII^o siècles). Aspects économiques et sociaux, T.2: structures et problèmes*. Nouvelle Clio, 17bis, Paris, 1982, (Traduction espagnole, Barcelona, 1984, p. 522).

BIBLIOGRAFIA

Amouric 1986a: AMOURIC (H.), CHEMORIN (M.), DEMIANS D'ARCHIMBAUD (G.), PICON (M.), «Une Enquête sur les centres de production céramique dans les régions rhodaniennes: approches

globales, localisations et structures», In: *La ceramica medievale nel mediterraneo occidentale, Siena-Faenza*, 1984. Firenze, 1986. p. 279-292

Amouric 1986b: AMOURIC (H.), DEMIANS D'ARCHIMBAUD (G.), «Potiers de terre en Provence-Comtat Venaissin au Moyen Age», In: *Artistes, artisans et production artistique au Moyen Age*. Vol 1. Les Hommes, 1986, Picard, Paris, p. 601-623.

Amouric 1989: AMOURIC (H.), «Céramologie: archéologie et histoire», In: *Archéologie en France métropolitaine. Le Courrier du CNRS (dossiers scientifiques)*, 73, 1989, p. 82-83.

Carvalho 1981: CARVALHO (A.F.de), *A Terra de Besteiros e o Actual Concelho de Tondela, Esboço Histórico e Toponímico*, nova edição, s.l., ed. da Câmara Municipal de Tondela, 1981, 315 pp.

Coimbra 1948: COIMBRA (M.), *Louça preta de Molelos. Mensário das Casas do Povo*, ano 11, 22 de Abril 1948, p. 12-13.

Coimbra 1979: COIMBRA (A.), *Notas breves geográficas, históricas, descriptivas. IX grande prova de pericia automóvel, Campo de Besteiros, 29 de Julho de 1979.*

Correia 1975: CORREIA (A.), «Barros negros de Molelos», *Revista Beira Alta*, 4º trim., 1975, p. 355-391.

Correia 1981: CORREIA (A.), «Barristas populares de Molelos (Tondela)», Mestre António Vista, *Revista Beira Alta*, 1º trim., 1981, p. 87-98.

Correia 1982: CORREIA (A.), Barristas populares de Molelos (Tondela). Mestre António Vista, *Separata*, edição da Assembleia Distrital de Viseu, 1982, 12 p.

Cortes 1954: CORTES VAZQUEZ (L.), *La Alfarería en Pereruela (Zamora)*, Zephyrus, 1954.

Cortes 1958: CORTES VAZQUEZ (L.), *La Alfarería feminina en Moveros*, Zephyrus, IX. Salamanca, 1958.

Ethnoarchéologie: L'ethnoarchéologie (Dossier). *Nouvelles de l'archéologie*, 4, 1980, p. 7-48.

Goudineau 1989: GOUDINEAU (Ch.), GUILAINE (J.), «Les transformations de l'archéologie de la France», In: *Archéologie de la France. 30 ans de découvertes*, Catalogue d'exposition, Paris, 1989, Paris, 1989, p. 18-28.

La Terre 1985: «La terre cuite en Uzège». Un artisanat ancien, (*Catalogue de l'exposition de Saint-Quentin-la-Poterie, Dieulefit, Arles*), J.THIRIOT éd., 1985, 48 p.

Lopez 1979: LOPEZ (A.), NIETO (F.J.), «Hornos de cerámica gris medieval en el castell de Cabrera d'Anoia», *Butlleti Informatiu de l'Institut de Prehistoria i Arqueologia de la Diputació Provincial de Barcelona*, 30, 1979, p. 154-161.

Padilla 1984: PADILLA (J.I.), «Contribution al estudio de las cerámicas grises catalanas de época medieval: El taller, los hornos y la produccion de Casampons», In: *Cerámica grisa i terrissa popular de la Catalunya medieval. Acta Mediaevalia*, Annex 2, 1984, p. 99-143.

Padilla 1989: PADILLA (J.I.), «La Terrisseria alt-medieval de Cabrera d'Anoia», *Tribuna d'arqueología* 1988-1989, 1989, p. 29-39.

Parvaux 1968: PARVAUX (S.), *La Céramique du Haut-Alentejo*. Paris, P.U.F., 1968.

Picon 1973: PICON (M.), «Introduction à l'étude technique des céramiques sigillées de Lezoux», *Publication du centre de Recherches sur les Techniques Gréco-Romaines*, n° 2, 1973.

Picon 1989: PICON (M.), «Quel avenir pour la céramologie de laboratoire?», *Archéologie Médiéval*, XIX, 1989, p. 243-254.

Potier 1986: «Potiers et poteries du pays de Dieulefit du moyen-age à nos jours» (*catalogue de l'exposition de Dieulefit*), Patrimoine potier éd., 1986, 28 p.

Ramos 1976: RAMOS PEREZ (H.), *Cerámica popular de Zamora*, Cerámicas vivas, Zamora, 1976.

Ramos 1980: RAMOS PEREZ (H.), *Cerámica popular de Zamora desaparecida*, Zamora, 1980.

Ramos 1982: RAMOS PEREZ (H.), *Zamora artesana*, Zamora, 1982.

Ribeiro 1943: RIBEIRO (A.), «Beira Alta: notas etnográficas», *Revista Beira Alta*, vol. II,

fasc. III, 3º trim., 1943, p. 192-193.

Ribeiro 1962: RIBEIRO (M.), «Contribuição para o estudo da cerâmica popular portuguesa», *Revista de Guimarães*, vol. LXXII, Guimarães, 1962, separata.

Ribeiro: RIBEIRO (E.), «Água Fresca», *Apontamentos sobre olaria nacional*, Porto, sem data.

Sempere 1982: SEMPERE (E.), *Rutas a los alfares, España-Portugal*, Barcelona, 1982.

Thiriot 1986: THIRIOT (J.), *Les Ateliers médiévaux de poterie grise en Uzège et dans le Bas-Rhône: Premières recherches de terrain*, Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1986, 148 p., 40 pl. (*Documents d'Archéologie Française* n° 7).

Thiriot 1989: THIRIOT (J.), «Les potiers du Moyen Age: la cuisson réductrice. L'évolution du centre de production de Saint-Quentin-la-Poterie dans le Gard», In: *Archéologie en France métropolitaine. Le courrier du CNRS (dossiers scientifiques)*, 73, 1989, p. 80-81.

Thiriot a: «Les Fours de potiers médiévaux en Méditerranée occidentale: problèmes de méthode», In *Four de potiers médiévaux en Méditerranée occidentale. (table-ronde sous la direction de J. Thiriot)*, Casa de Velazquez, Madrid, 1987, A publicar.

Thiriot b: Avec MATESANZ (P.), *Les Ateliers à poterie noire du nord de l'Espagne en 1983*, Em preparação.

Thiriot c: Avec CHILRA-ABRAÇOS (H.), MENDES DE OLIVEIRA DIOGO (J.-M.) et la collaboration de MESQUIDA (M.), *Visite ethnoarchéologique des derniers potiers à poterie noire du Portugal central*, Em preparação.

Thiriot d: avec LEENHARDT (M.), BOSCH (M.). — *Visite ethnoarchéologique des dernières potières utilisant la tournette dans la région de Zamora (octobre 1988)*, Em preparação.

Vayssettes 1987: VAYSSETTES (J.-L.), *Les potiers de terre de Saint-Jean-de-Fos*, Montpellier, 1987.

Vayssettes 1988: VAYSSETTES (J.-L.), *Les ateliers de poterie dans le département de l'Hérault de la fin d' Moyen Age au XIXe siècle: essai de recensement. Archéologie en Languedoc*, 1988, p. 169-173.

POVOAMENTO ANTIGO NO BAIXO ALENTEJO. ALGUNS PROBLEMAS DE TOPOGRAFIA HISTÓRICA

CLÁUDIO TORRES

Manuseando os dados oferecidos por uma investigação em profundidade num dado território e os fenómenos ligados à arqueologia espacial, articulando um conjunto civilizacional onde se fazem sentir as dominantes do tempo longo da história, era inevitável tropeçar com grupos humanos e sistemas geo-económicos de persistente continuidade.

I. LIMITES GEOGRÁFICOS

A partir do momento em que as relações mercantis começam a abrir as vias fluviais e terrestres, a organizar espaços urbanos e portos de embarque e desembarque, os territórios a sul do Tejo agrupam-se em quatro grandes áreas perfeitamente diferenciadas. A orla litoral do Algarve, o termo de Beja, o termo de Évora e o conjunto Santarém, Lisboa e Alcácer. O Algarve, apertado entre a serra e o mar, é uma estreita faixa constituída historicamente pelos

termos de Ossonoba-Faro, Tavira e Silves, cidades-estado viradas para o comércio marítimo de relações privilegiadas com Sevilha, Cádiz, Tanger e Ceuta. É o lado setentrional de um enorme golfo cujos extremos são Sagres e Arzila e onde, desde tempos remotos, comunidades de pescadores se dedicam às fainas do mar. O termo de Évora — o Alto Alentejo — desde sempre se orientou no sentido Leste-Oeste, ao longo das grandes vias que ligaram Mérida-Badajoz às lezírias do Tejo e Sado. Com a decadência do império romano e principalmente durante o processo de islamização, nota-se um crescente interesse comercial pelas cidades de Alcácer e Lisboa que, devido às suas inesgotáveis riquezas alimentares, principalmente de pesca, e à sua abertura às grandes rotas do norte, vão imprimir, a partir dos finais do século XII, um novo curso a toda a região, provocando inevitável decadência dos antigos caminhos do interior. A área de influência de Beja incluía os territórios que hoje constituem

o distrito, mais as terras de Aroche (1) e Alfajar de Peña (Fig. I). Este vasto território de boa terra de pão e muita serra agreste, esteve ordenado, do ponto de vista económico, até ao século XIII, em função do eixo de Mértola-Beja: a grande cidade e o seu porto.

II. UMA REGIÃO: O BAIXO ALENTEJO

Sem mergulhar demasiado nas origens, em busca de identidades ou de raízes, não há dúvida que os primeiros barcos a sulcar os mares do Ocidente subiram também o Guadiana em demanda dos metais, como já o tinham feito no Bétis (Guadalquivir). Os penhascos xistosos do Baixo Alentejo são ricos, não só em cobre, chumbo ou ferro, como se pensou até há pouco, mas também e principalmente, em ouro

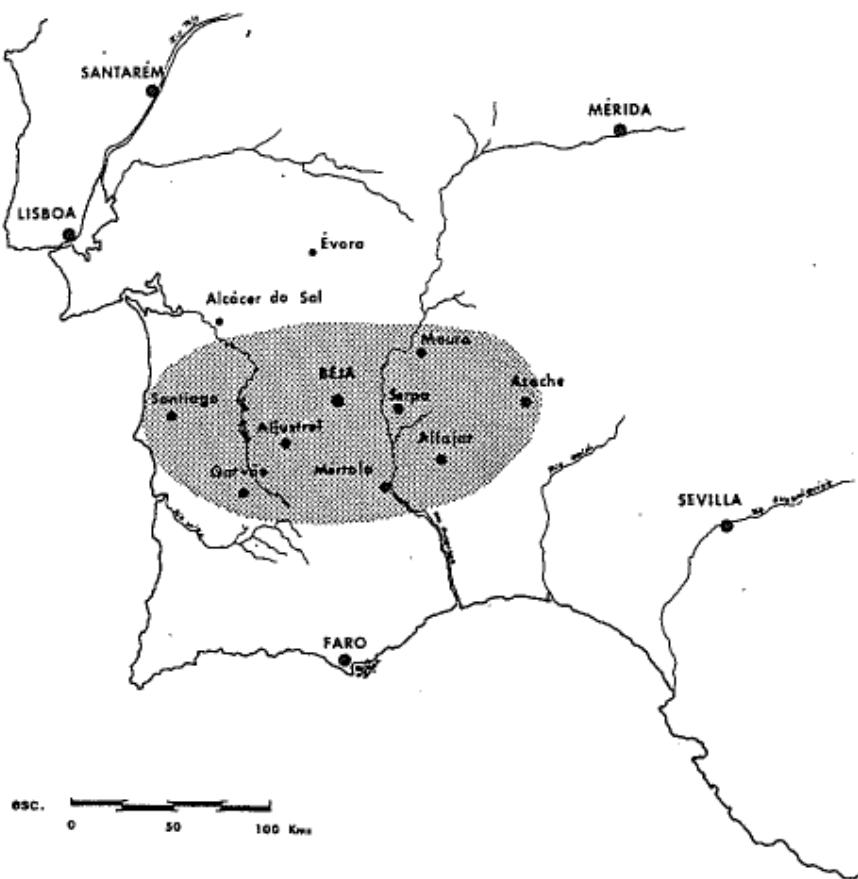
e prata, extraídos em quantidades apreciáveis e sem grandes trabalhos de mineração nos chamados «chapéus de ferro». Estes afloamentos metálicos, em contacto com o oxigénio do ar, sofriam um processo de oxidação e de lexitivação da água das chuvas. O ouro e a prata, menos corruptíveis, iam-se concentrando nestes «chapéus de ferro» de onde eram colhidos sem grande revolvimento de terras (2). Assim se comprehende a implantação, aparentemente insólita, da Civilização do Ferro do Sudoeste, cujas sepulturas epigrafadas surgem nos recantos mais afastados das serras de Mu e de Ourique (Caetano Beirão; *Une Civilisation...*).

Nestas serranias, pequenos grupos humanos, ligados à pastorícia, começam também a dedicar-se a trabalhos de mineração, impulsionados por um mercado cujo centro de exportação deve ter sido, naturalmente, o porto interior de Mértola. Aí chegaram os primeiros comerciantes e soldados e daí partiam as mais importantes vias terrestres para o interior.

1. A romanização

A grande estrada e coluna vertebral de toda esta região ligava Mértola a Beja por Corte Gafo, Amendoeira Mosteiro e Salvada, onde se bifurcava para Serpa atravessando o Guadiana na zona dos grandes vaus. Incompreensivelmente, em todos os mapas até hoje publicados sobre as vias romanas no actual território português, decalca-se o traçado rodoviário entre Mértola e Beja aberto apenas no séc. XIX e insiste-se em querer encontrar uma calçada na margem da grande e plácida avenida fluvial que era o Guadiana. Mértola (tal como Sevilha) foi, nesta zona, o término dos percursos terrestres. A serra algarvia nunca foi atravessada por nenhuma via em época romana ou islâmica. Apenas a entretecia aventureiros caminhos de pé posto, de uso controlado pelas comunidades serranas,

Fig. 1: Termo de Beja - Mértola

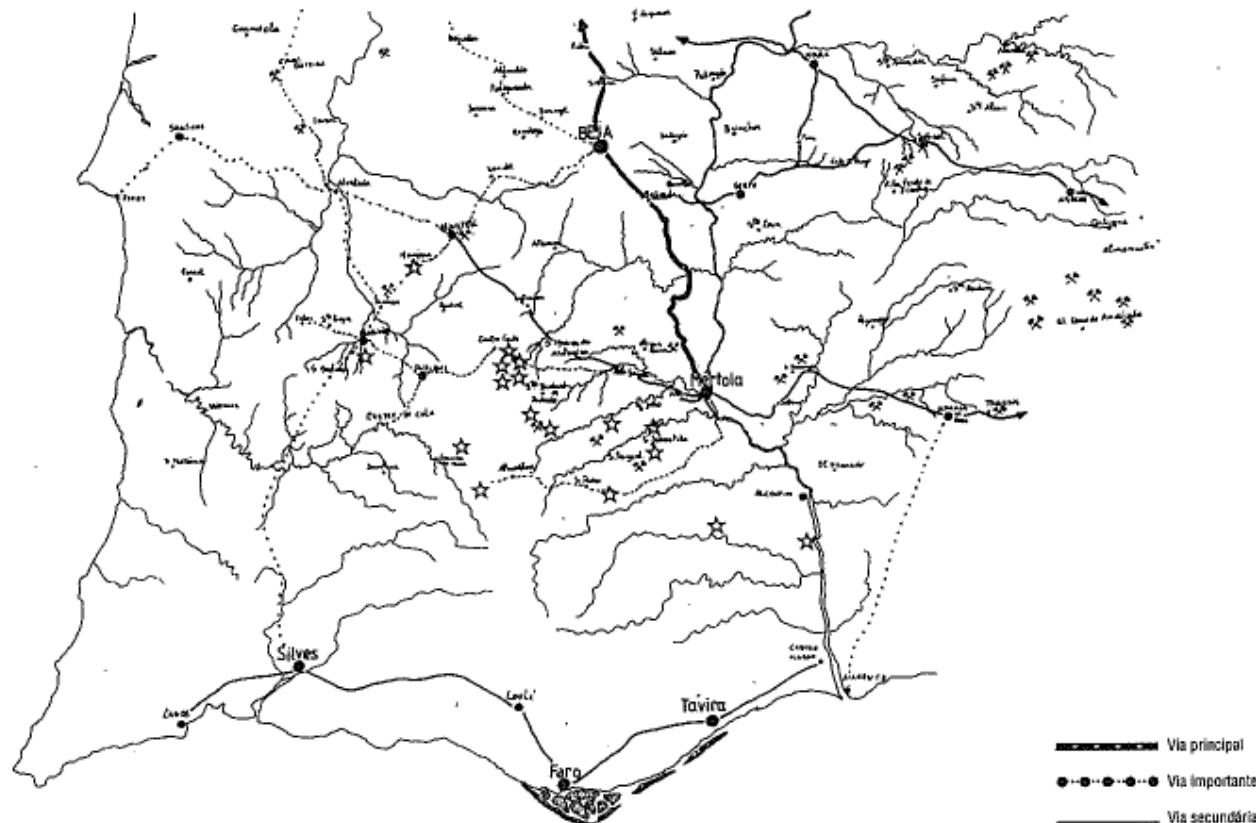


dos quais podemos destacar dois sendeiros usados pelo menos em época islâmica: um deles partia de Silves em direcção a Garvão, de onde seguia pela beira Sado até à zona de Alcácer. O outro partia de Mértola em direcção a Alfajar de Peña e daí para Ayamonte (aliás foi este o percurso seguido pelos cavaleiros de Santiago na conquista do Sotavento algarvio como constatou recentemente João Carlos Garcia (1986). Outras vias traçadas durante o Império serviam ao escoamento dos centros mineiros (fig. 2).

Uma sólida calçada, em uso até há menos de um século, parte da margem esquerda do Guadiana, em frente da vila de Mértola e trepa a encosta da aldeia dos Fernandes em direcção a Santana de Cambas e Mina de S. Domingos. Daí seguiria para o coração da zona mineira da serra Morena. O pólo agregador destes descampados metálicos era, certamente,

Alfajar de Peña ou Monte Agudo (hoje, Señora de la Peña, perto de Puebla de Guzman), escarpada fortaleza que pertenceu ao alfoz de Mértola. Assim era em meados do século XII, durante a revolta dos «muridines» e um século mais tarde, aquando das disputas entre os reinos de Castela e Portugal pela posse das terras recém-conquistadas. Mesmo uma leitura apressada da hagionímia regional permite constatar uma longínqua ligação entre os pontos religiosos mais importantes de toda esta região, apesar da violência de uma fronteira hoje multi-secular. Ciclicamente eram renovados estes laços durante as romarias que, de uma forma mais ou menos intensa, tocam as populações raianas. Alfajar de Peña (Senhora de la Peña), hoje na Andaluzia, S. Brissos (Senhora do Amparo), onde foi localizado um pé de altar do séc. VII, S. Barão, santuário de ressonâncias pagãs no seu culto à fertilidade e

Fig. 2



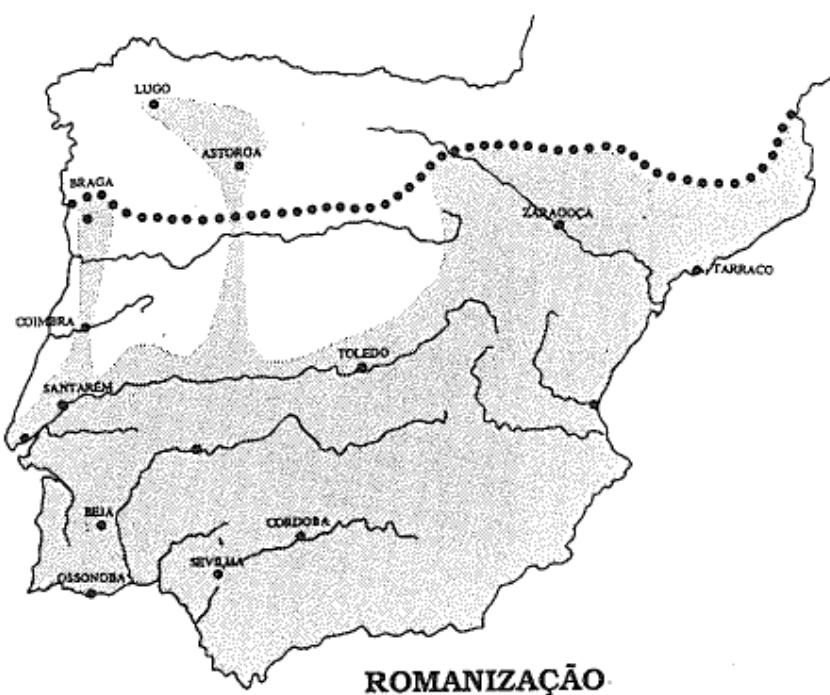


Fig. 3: *** As grandes fronteiras da romanização e da islamização

ainda a Senhora de Araceli, altar dos Campos de Ourique, são pontos de topografia excepcional e povoamento antigo. Todos estes «sítios» se avistam entre si, demarcando na sua organicidade histórica e cultural, a escala humana de um território.

A outra grande via mineira chegava ao porto do Guadiana depois de ter atravessado as povoações dos Namorados, João Serra, S. Marcos da Ataboeira, Entradas e, finalmente, Aljustrel. Da mesma direcção e de mais longe chegavam os carregamentos de Inverno das Minas da Caveira e do Lousal, quando o Atlântico bramia e interditava, pelo menos durante 8 meses, qualquer transporte de lingotes ao largo de Sagres com carregamento no porto de Sines. Convergiam em Mértola mais caminhos e vias secundárias vindas de Garvão e Almodôvar e mesmo de Martim Longo, em plena serra algarvia, atravessando a ribeira do Vascão junto às ruínas do povoado das Relíquias. Capital administrativa de toda esta vasta região, Pax Julia é o grande núcleo urbano, sede do poder imperial e destacado centro de mercado agrícola. É a cidade romana por excelência, símbolo da ordem militar, do poder fundiário e do comércio do trigo. A sua extensão monumental parece ter criado dificuldades de defesa durante os períodos mais perturbados, e não há dúvida que o máximo do seu esplendor foi atingido durante a «pax romana».

2. A islamização

O processo de islamização contém também duas vertentes principais: a político-militar e a mercantil. Contudo, ao contrário do que se passava durante os primeiros séculos da nossa era em que há uma estratégia territorial e excluindo, no século X, a aventura centralizadora do califado de Córdova, predominaram, durante esta época, os movimentos de desconcentração, polarizados em vários núcleos de

comércio. Cada cidade, com as suas hortas e jardins, com o seu termo económico e cultural, vai imprimir no Al Andalus o cunho peculiar da sua civilização (fig. 3). No Alto Alentejo, com a atracção das plataformas portuárias de Lisboa e Alcácer, desenvolvem-se as cidades de Badajoz e Évora, em detrimento das antigas urbes romanas de Scallabis (Santarém), sede de «conventus» e de Mérida, a capital da Lusitania que deveria a sua existência ao eixo norte-sul da Via da Prata. Em meados do séc. XII acentua-se o percurso económico leste-oeste a que não foi alheia a conquista de Santarém, Lisboa e Évora. As antigas rotas do sul começam a ser desviadas para o estuário do Tejo.

Na costa algarvia, além de Ossonaba (Faro) desenvolvem-se outros dois grandes portos marítimos: Silves, em breve a assumir o seu papel de capital regional, e Tavira que a partir de princípios do séc. XIII será uma das cidades mais populosas do sul. Beja, apesar de ter entrado em processo de estagnação depois da queda do Império, mantém até ao séc. X o seu estatuto de grande cidade, cabeça de região e de bispado. Admitindo que a actual cortina de muralhas se sobrepõe a outra anterior, parece evidente porém que nunca este enorme perímetro foi totalmente urbanizado em época islâmica. A partir do séc. XI, com a crescente importância de Évora e principalmente com a pulverização política dos reinos de «taifas», a decadência de Beja acentua-se, não sendo de estranhar que a capital regional seja assumida, esporadicamente, pela bem fortificada Mértola. Além da importância e celebidade das suas muralhas, e portanto do seu papel militar atestado na maioria das fontes árabes e cristãs, a velha cidade do Guadiana congregava também uma população não muito inferior à das outras cidades do Garb al Andaluz (fig. 4). Os 70.000 metros quadrados de área envolvida por muralhas nas cidades de Évora e Silves e a cada uma das quais podemos atribuir cerca de

2.000 habitantes⁽³⁾ não estão muito longe dos 60.000 metros quadrados de Mértola, cuja população oscilava portanto entre os 1.800 e os 2.000 habitantes. Devido a referências de historiadores árabes ao facto de, pelo menos duas vezes, exércitos terem invernado em Mértola, para o que seria incomportável o perímetro cingido pela cortina almoada ainda hoje existente, prospecções de terreno efectuadas em 1988 levaram à descoberta de um outro amuralhamento, aparentemente de época romana e ainda certamente utilizável na Idade Média e que, ao longo de 2 km, cerca completamente a antiga cidade pela margem direita da ribeira de Oeiras e do Guadiana. (Fig. 5) De uma proeminência à beira rio, esta muralha monumental de 5 metros de espessura parte de um fortim com quatro torreões de ângulo, segue a linha de cumeada dos cerros que rodeiam a povoação, e regressa, mais a norte, às margens do rio. É provável que este perímetro fortificado tenha sido construído nas

Fig. 4: Mertola

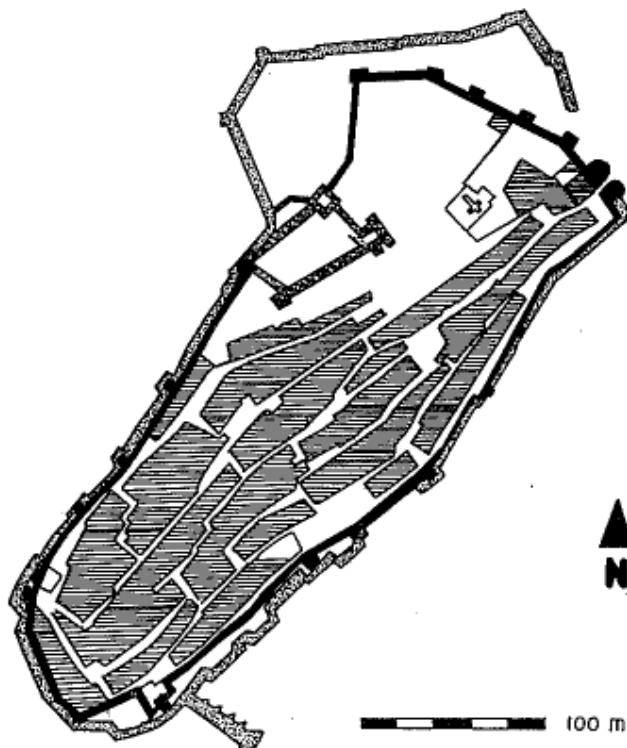
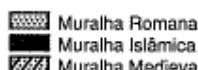
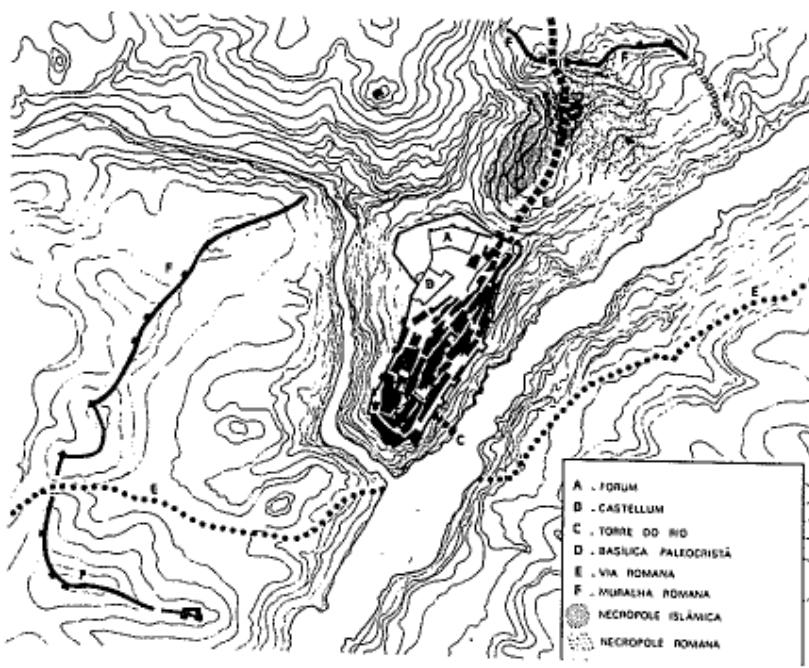


Fig. 5



primeiras campanhas militares do Império Romano, e esteja portanto relacionado com a deslocação de tropas e aquartelamentos sazonais.

Durante a alta Idade Média e de certa forma acompanhando um movimento semelhante em toda a Andaluzia, sul de França e da Itália, verifica-se no Alentejo meridional uma consolidação das autonomias regionais e um evidente reforço político das antigas comunidades agro-pastoris. Parece estarmos na presença de um processo de encastelamento que se generalizou a todo o Mediterrâneo ocidental, e que na Península Ibérica se traduz pela enorme proliferação de povoados fortificados nas zonas de predominância pecuária.

Será talvez um movimento de resistência das estruturas clânicas mediterrânicas à tendência de feudalização de toda a sociedade. Estes amuralhamentos sobrepõem-se sintomaticamente, e quase sempre, à forma de habitat tradicional da segunda Idade do Ferro onde uma prospecção arqueológica de superfície mostra também, em quase todos, uma ocupação contínua durante o período tardorromano.

Como sempre o tinham feito, estas populações parecem terem reanimado as actividades tradicionais de mineração e metalurgia que serviam de complemento à sua economia de subsistência, o que finalmente explicaria a multiplicação de pequenas explorações mineiras por todo o Baixo Alentejo. Várias fontes de língua árabe, como al Razi, Yaqt e al Maqqari referem minas de prata no Algarve e, para o termo de Beja, a existência de uma importante mina de prata pura, chamada Totalica, «extraída pelos seus habitantes, em segredo, num local desconhecido». Esta referência justifica e parece definir o tipo de actividade mineira em época islâmica, controlada por pequenas comunidades que escondem o local ou locais de extração e vendem o metal nos mercados urbanos, como certamente já o tinham feito os seus antepassados em época romana e pré-romana. Aliás, um exame toponímico ao termo de Beja, permitiu-nos levantar a hipótese de localizar estas minas de Totalica na Serra da Adiça, entre as povoações do Sobral, Ficalho e Santo Aleixo. Desta forma, localizámos também várias dezenas de pequenas bolsas mineiras cuja dispersão só é explicável pelo afloramento dos «chapéus de ferro» e cuja exploração, só seria possível, ao que pensamos, sob o controlo das comunidades autóctones. Em toda esta região, apenas S. Domingos e Aljustrel estiveram dependentes de um poder centralizador externo, tendo funcionado tão somente enquanto os exércitos do Império puderam alimentar as suas máquinas administrativas, vigiar os processos de extração e controlar os percursos de escoamento.

III. O Povoamento fortificado no Baixo Alentejo

Qualquer fortaleza, amuralhamento ou castelo, embora reflectindo as técnicas

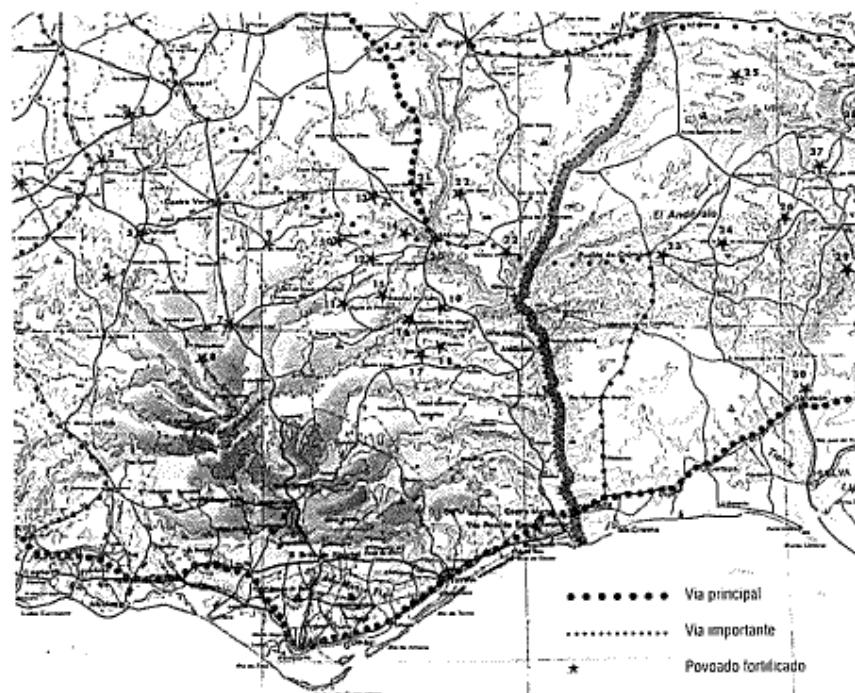
construtivas e militares de cada época, reproduz também as formas e funções melhor ajustadas ao grupo social que serve. É o caso exemplar de Paderne e Salir, duas fortificações do Barrocal algarvio construídas na mesma época — 2^a metade do séc. XII — no mesmo material — a taipa — e separadas por escassa dezena de quilómetros. O castelo de Paderne, com a sua implantação estratégica e assimetria volumétrica, é certamente um «hisn» «castellum» residência de um senhor ou alcaide e dos seus oficiais e apaniguados mais próximos. O povoado fortificado de Salir, com as suas cortinas e torres quadrangulares todas iguais, abrigava e defendia um pequeno aglomerado de camponeses que durante o dia desciam às terras férteis da veiga.

Por outro lado, devido a um novo programa regional ou mesmo nacional, quantas vezes é patente nos sistemas defensivos a ingerência de elementos que desvirtuam a sua própria razão de ser inicial, atribuindo-lhe o que era impensável em épocas anteriores. É o caso de inúmeros povoados fortificados com objectivos exclusivamente comunitárias que depois da «Reconquista» são enquadrados em nova estratégia de fronteira ou abrangidos por qualquer doação senhorial. Neste caso mudam de funções, sofrendo maiores ou menores introduções arquitectónicas. Para o actual território português podemos apontar nesse sentido, entre outros, os exemplos de Monsaraz, Noudar, Portel, Moura, Ourique e Castro Marim.

Finalmente, o que nos interessa directamente é apenas o povoado rural fortificado, em que as técnicas defensivas pouco se adaptaram às inovações permanentemente introduzidas nas cidades vizinhas. Os seus muros de pedra e barro, reparados em cada geração, defendem às vezes durante milénios, os haveres de uma pequena comunidade que, ciclicamente, é obrigada a deixar partir a maior parte dos seus filhos por ser incapaz de os alimentar. A água,

quantas vezes de um único poço, exausto em anos de seca, chega dificilmente às pequenas hortas de sobrevivência. A actividade complementar destes pequenos agricultores e pastores parece ter sido a mineração, não só pela disposição do seu habitat em locais visivelmente inóspitos, como pela área geográfica abrangida, em que um simples levantamento não sistemático, nos indica a sua implantação a coincidir com a grande faixa piritosa que se estende da Serra Morena até Grândola (Fig. 6). No mapa em anexo estão apenas anotados os povoados, de provável origem mais antiga, mas de comprovada ocupação em época islâmica⁴. Para o Andevelo Onubense, o levantamento é da responsabilidade de uma equipa de arqueólogos a cargo da Junta de Andaluzia (Perez Macias, 1988, p 334), os quais notam com surpresa a ocupação islâmica numa zona onde a mineração romana parecia ter sido exclusiva: «Os dados bibliográficos mostram-nos que esta era uma zona com forte desenvolvimento dolménico e intensa exploração mineira romana, como épocas cruciais

Fig. 6



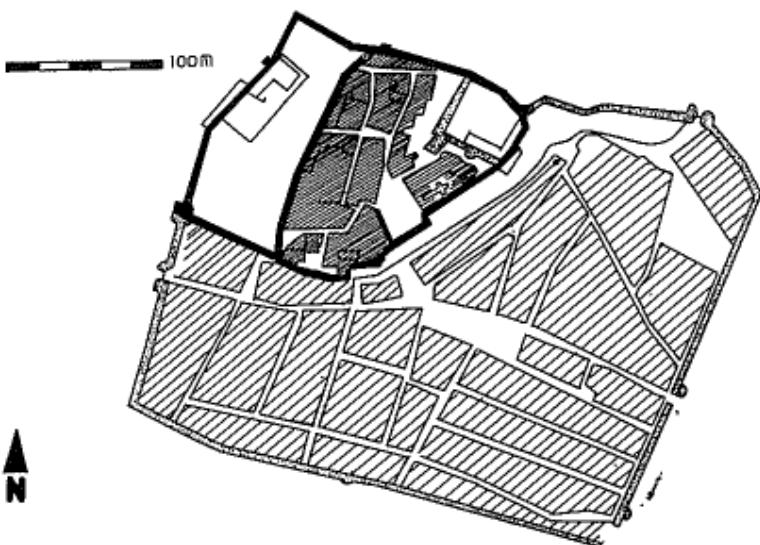


Fig. 7: Serpa

em detrimento de outras em que teria havido um vazio populacional. Foi grande a nossa surpresa ao descobrir toda uma série de recintos fortificados para defesa de núcleos rurais muçulmanos».

No Baixo Alentejo, num primeiro levantamento sumário, podemos considerar a existência de três tipos principais destes povoados fortificados:

TIPO 1 — Serpa e Moura, com uma área aproximada intra-muros de 22 e 23.000 metros quadrados, respectivamente. São povoados

que ocupam o cume de uma pequena elevação, dominando férteis terras de cultivo. Em Serpa (fig. 7), nota-se claramente o perímetro mais antigo, romanizado, e a expansão urbana do século XIV. Em Moura (fig. 8), destaca-se, no interior do povoado, o castelo de tipo senhorial com a sua torre de menagem de finais do séc. XV e a cortina almoada com uma torre quadrangular de taipa ainda visível — cortina esta que deve sobrepor-se a uma anterior fortificação de tipo comunitário. O nome «salúquia» mantém-se na tradição oral como o de uma rainha moura e é, afinal, o mais seguro indicativo de que este castro era uma «salúquia» — palavra de origem árabe que se refere à parte mais elevada de uma fortificação (5).

TIPO 2 — Série de povoados fortificados dos Campos de Ourique, que são constituídos por duas partes separadas mas complementares: um cerro mais elevado onde está implantada uma pequena «salúquia» e cuja área média não ultrapassa os 5.000 metros quadrados; e outra zona muralhada, de forma mais grosseira, ocupando uma lomba levemente inferior, numa área média que vai de 12 a 20.000 metros quadrados e que poderia ter tido como função inicial a de «albacar», ou seja, uma cerca de protecção e de recolha dos rebanhos.

São vários os exemplos, embora nos pareçam mais significativos Ourique (fig. 9) com áreas de 5 e de 20.000 metros quadrados; e o Castro da Cola (fig. 10), de 5.500 e 22.000 metros quadrados. Em Almodôvar (fig. 11), cujas áreas rondam os 5 e os 12.000 metros quadrados, nota-se claramente como se formou o aglomerado. No cerro de Santa Rufina, ou Castelo Velho, destaca-se ainda o núcleo da Salúquia que pela sua forma circular originou o topónimo de Almodôvar «redondo» em árabe. A tracejado no mapa localiza-se o hipotético albacar — que posteriormente se teria adaptado a aglomerado populacional. O cerro da

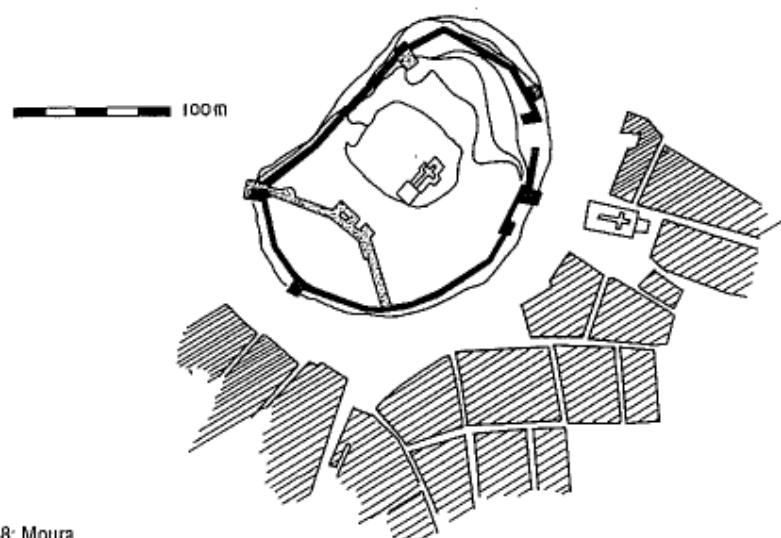


Fig. 8: Moura

Nodre (que em árabe quer dizer «atalaia») indica ainda a zona de vigilância que antecedeu a urbanização do século XIV, ordenada segundo a via Norte Sul de acesso ao Algarve recém-integrado na coroa portuguesa. Em Mértola, apesar do seu peso urbano já significativo alguns séculos antes de Cristo, não é de excluir a existência de um povoamento deste género bastante arcaico. Uma anomalia urbana, visível no mapa (Fig. 12) pode significar um aglomerado habitacional que se implantou em anterior «albacar».

TIPO 3 — Série de povoados de cume que, de uma forma geral, ocupam as mesmas estruturas defensivas de anteriores aglomerações da Idade do Ferro. Deles destacamos Colos (fig. 13), 12.000 metros quadrados, antiga vila que se chamava, ainda no séc. XIV, Colos de Benaguaz (Colos e Cola têm origem linguística na palavra árabe *quala* — «fortaleza»); e ainda Castro Verde (fig. 14), com 16.000 metros quadrados. A sua expansão urbana em linhas ortogonais, parece datar dos séculos XV e XVI.

Cada um destes povoados fortificados tinha um termo económico constituído por hortas e campos de pão, e por uma área de mato e floresta. No interior deste termo, todas as alcarias e casais formavam uma interdependência de tipo familiar ou clânico, festejavam os mesmos oragos e enterravam os seus mortos no mesmo local. Durante muitos séculos, fazendo e refazendo as suas frágeis muralhas de pedra e barro, resistiram aos senhores feudais, mantendo arcaicas e teimosas relações de produção.

IV. CONCLUSÃO

Sem prescindir de posteriores prospecções documentais e de terreno e de eventuais sondagens arqueológicas, as constatações a que chegamos permitem-nos, desde já, levantar algumas hipóteses:

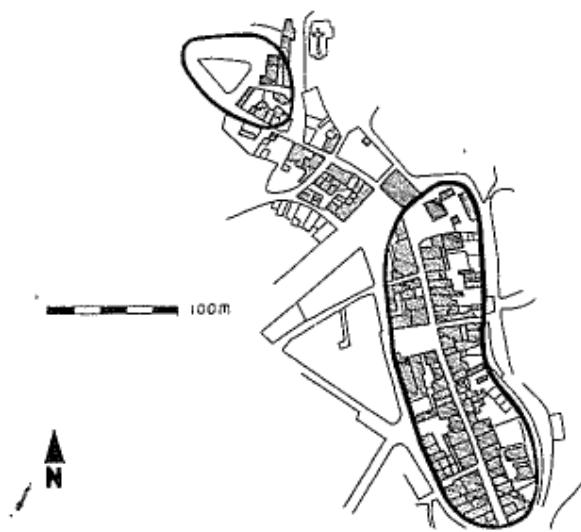


Fig. 9: Ourique

1 — Seria absurda a implantação de sucessivos e importantes núcleos civilizacionais pré-romanos de ascendência ou relação directa com o Oriente mediterrâneo nas vertentes setentrionais da Serra algarvia, apenas em busca do cobre, quando este metal abundava em vários outros locais de bem mais antigo e fácil acesso. Tal topografia humana fica porém justificada se em vez do cobre tiverem sido a prata e o ouro a ser intensamente explorados nos «chapéus de ferro» desta região. Mais comprehensível será também a estratégia de ocupação desta área pelo Império Romano. Algo de muito mais importante que o cobre

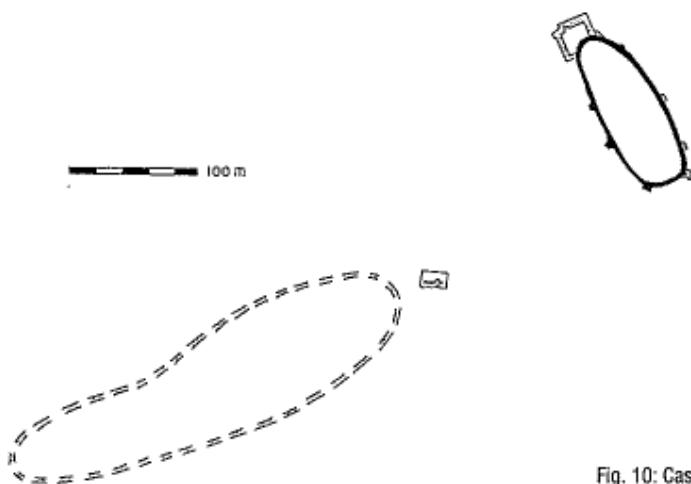


Fig. 10: Castro da Cola

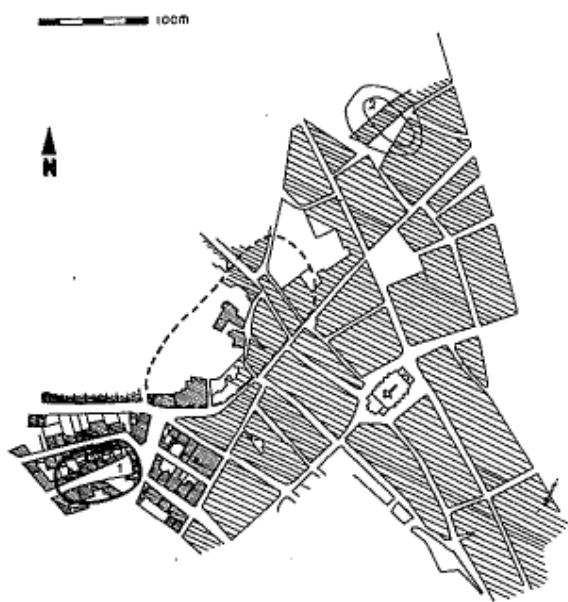


Fig. 11: Almodovar.

- 1 - Sta Rufina
- 2 - Cerro da Nodre

importante é também o «terminus» da Via da Prata que traz do norte o estanho e metais preciosos. Compreendia, «grosso modo», as bacias hidrográficas do Odiel Rio Tinto e do Guadalquivir. Por seu lado, a bolsa de escoamento mineiro da Lusitania meridional era a bacia do Guadiana. Se notarmos que os limites territoriais, antes das fronteiras modernas, passavam invariavelmente pelos festos ou cumeadas da serra, podemos concluir sem receio que a polémica fronteira entre a Lusitania e a Bética não corria certamente pelo leito do Guadiana e sim pelos cabeços pedregosos a leste de Aroche e do Andévalo (Fig.16). Desta forma percebe-se melhor a insistência com que esta zona serrana é integrada do lado de Beja nas delimitações das «coras» e «taifas» durante o período islâmico.

3 — A primeira fase, mais arcaica, da romanização do ocidente ibérico é claramente visível no termo de Mértola, em que a lógica viária é traçada pelas necessidades de escoamento do minério e em que é sensível a preocupação de domar uma população hostil e fortificada que é, afinal, a detentora das chaves de

obrigou a construir a série de «castelos», todos datados da mesma altura (6) e perfeitamente organizados de forma a controlar um território (fig. 15).

2 — Na Ibéria meridional delimitam-se duas grandes bolsas mineiras: uma na Bética e outra na Lusitania. A primeira é mais

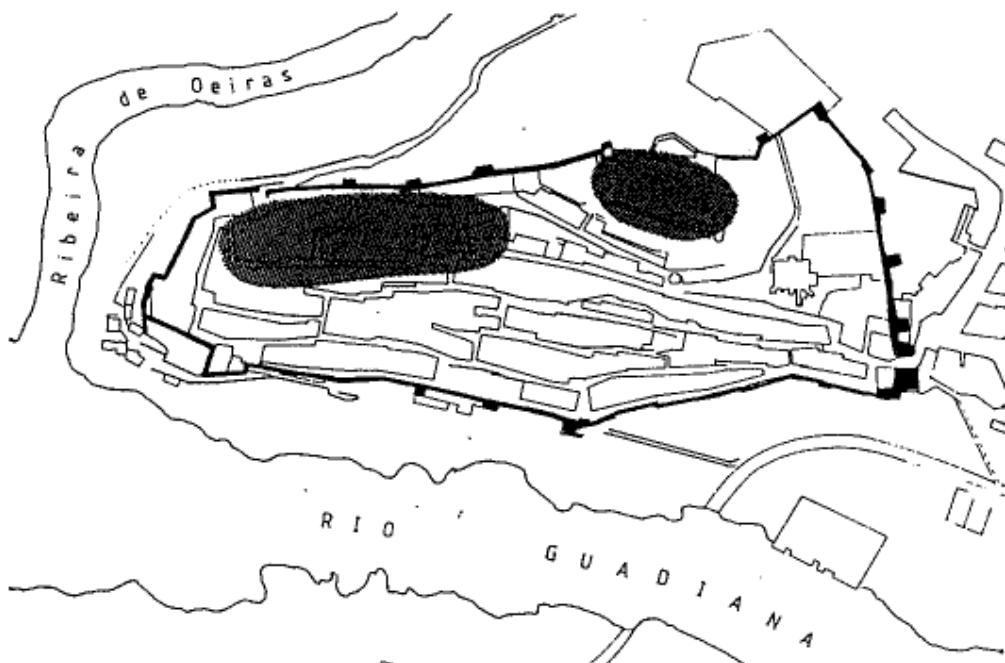


Fig. 12

acesso aos múltiplos sítios de extração mineira. Passado o primeiro período da romanização em que se destacam de forma evidente os interesses metálicos e, portanto, predominantemente militares, começa uma outra fase de ocupação territorial, em que a exploração agrária vai obrigando a uma maior estabilidade e definição de solos. Depois da imponente cidade imperial vem a época das «villae» palácio. A norte do rio Terges, nos negros e profundos barros de Beja, Serpa e Moura e na húmida depressão do Sado, a paisagem, adoçada pelas searas, pontilha-se de grandes herdades onde enriquecem os senhores da terra.

4 — Fora dos circuitos civilizadores, pequenas comunidades resistem aos ventos da história. São elas que, finalmente, convém começar a conhecer. São pastores que no Verão juntam os rebanhos, levando-os para as encostas verdes das serras da Estrela ou de Gredos. São pastores irmãos de raça e civilização dos outros da vizinha Serra Morena e dos contrafortes do Rif marroquino. Como eles, construíam até há pouco as mesmas casas de

100m

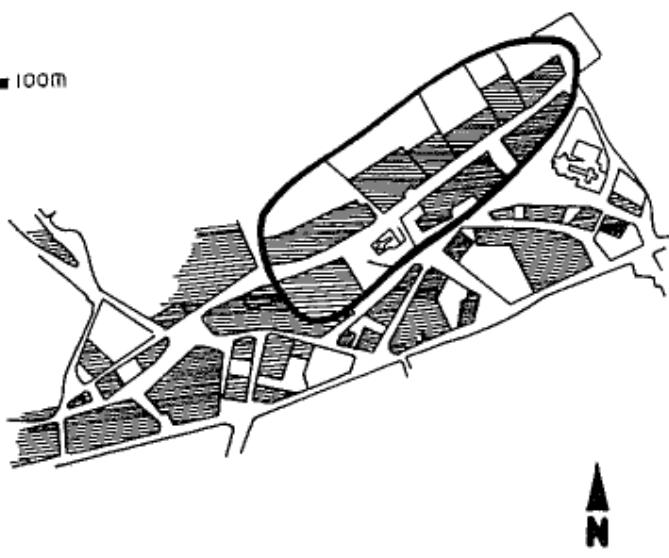


Fig. 13: Colos

alvenaria e cobertura de uma só águia, de planta rectangular ou circular. São as suas mulheres que invariavelmente mantiveram e ainda reproduzem nos gestos cadenciados do tear, os mesmos motivos ziguezagueados das decorações cerâmicas pré-romanas (7).

Esta gente da serra, certamente sob pressão do comércio levantino, aprendeu a

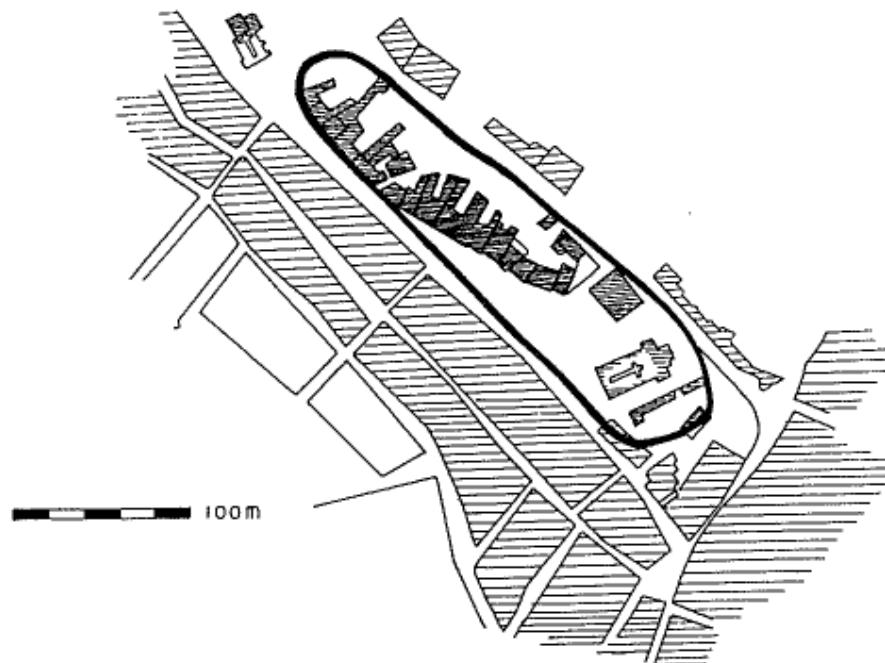
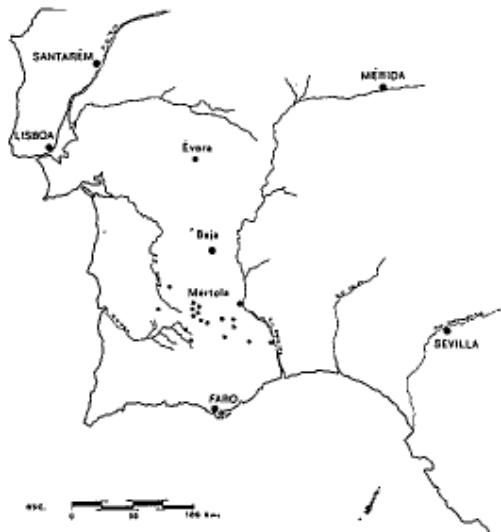


Fig. 14: Castro Verde

Fig. 15: Castelos romanos do sudoeste



procurar e a extrair o ouro e a prata dos seus ressequidos penhascos, começando, de muito cedo, a abrigar-se a si e ao seu gado atrás de amuralhamentos de cume, de onde controlava as inseguras veredas que encaminhavam o metal para os portos de embarque.

Subindo o Guadiana e o Guadalquivir e espreiando-se pelas costas do Algarve, chegam, em épocas sucessivas, soldados e mercadores ao mando de Roma ou de Bagdad, enquanto a serra, pouco hospitaleira, mantém as mesmas e arcaizantes formas sociais e

económicas que, de forma nenhuma, podemos atribuir apenas às invasões berberes de época islâmica (8).

Nos povoados da Serra Algarvia onde a sucessão de gerações parece ininterrupta, encontramos provas arqueológicas pré-romanas, da romanização e da islamização, o que, naturalmente, não quer dizer que aí tivessem vivido sucessivos conquistadores. Estes instalaram-se com certeza mais comodamente nas cidades e quintas das terras férteis. Nas terras ásperas da serra, como aconteceu noutras locais do Mediterrâneo, a romanização e a islamização, sem esquecer as tentativas de feudalização dos séculos XIII e XIV, não introduziram nem colonos, nem berberes, nem povoadores. Ficaram, isso sim, marcas linguísticas e toponímicas, além de alguns artefactos cerâmicos ou metálicos levados a dorso de mula pelos almoçreves, os grandes andarilhos do interior e principais veiculadores de objectos e ideias.

NOTAS

- (1) O povoado fortificado de Aroche é várias vezes referido em crónicas árabes como fazendo parte dos territórios de Beja. Em meados do séc. X, Al Razi refere entre as vilas, aldeias e castelos da Cora de Beja, o castelo de «Arun». Referem-no também Yaqut e Ibn Galib. Este último afirma: «A cora de Beja confina com a cora de Mérida. O seu terreno favorece o cultivo de cereais e a criação de gado. As suas flores são boas para as abelhas e por isso há muito mel. As suas águas têm a propriedade de curtir as peles de uma forma incomparável. O seu território é enorme nele contendo cidades, fortalezas e distritos. Entre as suas cidades contam-se Alcácer do Sal e Aroche. De Beja a Mérida são três dias a cavalo». (Joaquin Vallvé, 1986).

(2) No Seminário «Arqueologia da Indústria, Arqueologia industrial e Arqueologia mineira», realizado em Mértola em 1986, foram abordados alguns aspectos da mineração antiga. As explicações técnicas sobre a formação dos «chapéus de ferro» foram fornecidas pelo engenheiro químico industrial José Leal da Silva, ao anunciar o importante teor em prata que as análises laboratoriais encontraram nos cadinhos de fundição artesanal exumados em Mértola de

- uma camada arqueológica do séc. XI. Os resultados desta análise laboratorial são publicados nesta revista, mais adiante.
- (3) Segundo a conhecida proposta de Torres Balbás, para calcular a população das cidades muçulmanas medievais, a cada hectare de área urbana corresponderiam 340 habitantes.
- (4) Povoados cartografados: 1-Colos; 2-Panoias; 3-Messejana; 4-Castro da Cola; 5-Ourique; 6-Castro Verde; 7-Almodôvar; 8-Mesa dos Castelinhos; 9-S. Bárbara dos Padrões; 10-Penilhos; 11-S. Miguel do Pinheiro; 12-S. João dos Caldeireiros; 13-Alcaria Ruiva; 14-Namorados; 15-S. Sebastião dos Carros; 16-S. Bartolomeu; 17-Glóes; 18-Clarines; 19-Esírito Santo; 20-Mértola; 21-Corte Gafo; 22-Corte Sines; 23-Senhora de La Pena; 24-Cabeza del Andevalo; 25-Castillo Calabazar; 26-Cerca Alta; 27-Castillejo; 28-Cabeza Gorda; 29-Castillejita; 30-Calamorros.
- (5) Na nossa toponímia militar esta persistência da memória oral é patente em Silves onde a torre maior da cidadela ou alcaçova ainda hoje é conhecida por «Torre celoqua.»
- (6) A exploração arqueológica destas construções militares tem vindo a ser levada a cabo pelos arqueólogos, Maria e Manuel Maia e por eles datadas dos séculos I e II d.c. A cartografia destes castelos na fig. 11, é reproduzida de Caetano Beirão, *Une civilisation....*
- (7) Cf. Cláudio Torres «Uma velha cultura serrenha», in: *Mantais tradicionais do Baixo Alentejo*, caderno nº 1 do Campo Arqueológico de Mértola, 1984.
- (8) O primeiro investigador a abordar entre nós os possíveis laços com o Magrebe foi Orlando Ribeiro, a propósito das semelhanças entre a casa da Serra algarvia e a sua congénere do Rif. O autor explica estas semelhanças pelas sucessivas vagas berberes que se abateram sobre a Península durante e depois da invasão muçulmana, embora admita com W. Giese, possíveis permanências arcaizantes (pp. 63, 64, *Geografia e Civilização*, vid. Bibl.). Pouco mais tarde, um outro importante investigador do povoamento ibérico, Pierre Guichard (1976 e 1983) analisa em profundidade as relações familiares da sociedade andaluza e as suas semelhanças com as estruturas clânicas rifenas. Este autor considera também que estas tradições antropológicas teriam sido introduzidas na Península Ibérica posteriormente às invasões muçulmanas.
- Por outro lado, no I Congresso de História de Andaluzia (Maria de Jesus Rubiera Mata, 1978) não aceitou estas conclusões. Contestou as chamadas «influências orientais» agnáticas na família andaluza,

vistas por Guichard e defendeu uma permanência cognática arcaica.

De facto, parece que nas duas margens do Mediterrâneo, de um modo geral, sempre coexistiram os dois grandes sistemas familiares com notório retrocesso da família alargada nas suas orlas setentrionais, a partir da alta Idade Média. Parece evidente que a manutenção de antigo agnacismo e endogamia se relaciona com zonas montanhosas, onde grupos agro-pastoris mantêm um certo nomadismo ligado à transumância. Não é de excluir, e aqui seguimos Jack Goody (1985), a influência do cristianismo e principalmente das próprias estruturas feudais, no desmantelamento destes grupos familiares e na sedentarização e reforço da família celular. Não nos parece que as ilhotas de clãs familiares do tipo «oriental» das quebradas serranas do Al Andalus tenham alguma coisa a ver com a invasão de tropas norte-africanas a partir do séc. VIII. Contudo não convém subvalorizar a importância do Islão como «legitimador destes valores tribais a quem confere um significado religioso» (Jack Goody, p 33).

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ALARÇÃO, Jorge (1973), *Portugal Romano*, Verbo, Lisboa.
- BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre; MARTI, Segura (1982) «Du hisn musulman au castrum chrétien: le château de Perpuchent», in: *Mélanges de la Casa de Velazquez*, t. XVIII/I: 449-465.
- BEIRÃO, Caetano M. Mello, *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal*, De Boccard, Paris, s/d.
- COLLINS, Roger (1986) *España en la Alta Edad Media*, Editorial Crítica, Barcelona.
- GRACIA DE CORTAZAR, J. A. (1985), *Organización social del espacio en la España Medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Ariel, Barcelona.
- GARCIA, João Carlos (1986), *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Centro de Estudos Geográficos, INIC, Lisboa.
- GOODY, Jack (1985), *L'évolution de la famille et du mariage en Europe*, Armand Colin, Paris.
- GUICHARD, Pierre (1976), *Al Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, Barral, Barcelona.
- (1983) «Un seigneur musulman dans l'Espagne chrétienne», in: *Mélanges de la Casa de Velasquez*, t. IX, pp. 283-334, Madrid.
- MAIA, Manuel (1972) «Primeira campanha de escava-

- ções realizada no Cerro do Castelo de Manuel Galo (Mértola)», in *Jornadas Arqueológicas, Actas, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1973*, vol. I, pp. 139-155.
- (1973) «Fortaleza romana do monte Manuel Galo» in *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, Junta Nacional de Educação, 1974, vol. I, pp. 325-332.
- MATTOSO, José (1985), *Identificação de um país*, ed. Estampa, Lisboa.
- PEREZ MACIAS, J. Aurelio: et alli (1988) Avance al estudio de los recintos fortificados islámicos del Andevelao onubense y su origen norte-africano; in *Tomo II de las Actas del Congresso Internacional sobre El Estrecho de Gibraltar*, Universidad Nacional de Educacion a Distancia, Madrid.
- RIBEIRO, Orlando (s. d.), «Açoteias de Olhão e Terraços de Tavira. Influências orientais na arquitectura urbana», in: *Geografia e Civilização*, Livros Horizonte, Lisboa.
- RUBIERA MATA, María de Jesus (1978) «El vínculo cognítico en el Andaluz», *Andalucía Medieval*, tomo I, Caja de Ahorros de Córdoba.
- TORRES BALBAS (1983), *Obra Dispersa. Crónica de la España Muçulmana*, Instituto de España, Madrid.
- UBIETO ARTETA, A. (1984), *Las «autonomías» medievales*, Zaragoza.
- VALVÉ, Joaquín (1986), *La división territorial de la España Muçulmana*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- (1983), *Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée Médiévale*. Table ronde tenue à Lyon en 1982. GIS, Maison de l'Orient, Lyon.
- (1984), *Estructuras feudales v feudalismo en el mundo mediterráneo*, editorial Crítica, Barcelona.

SOBRE MÉRTOLA E O GUADIANA

ANTÓNIO BORGES COELHO

1. Mértola lava os olhos no rio, hoje como há dois milénios, embora não seja possível, como disse o grego Heraclito, banhar as mãos duas vezes nas mesmas águas que correm. Hoje, como há dois milénios, o rio alteia ou recolhe o seu curso ao ritmo das marés. Solhos e golfinhos frequentavam as suas águas e ficaram gravados nas moedas de Myrtilli. No século XVIII, sáveis, safios, lampreias, muges, robalos, sabogas, picões, barbos e outras espécies acudiam às redes dos pescadores. As águas do Guadiana curavam os «afectos melancólicos» e humedeciam muito as entradas. Até os gados que bebiam as suas águas eram mais gostosos, como escreveu em 1758 o pároco de Mértola, Bento José Sevilha. Já Duarte Nunes de Leão, antes dele, elogiara o sabor do gado grosso que pastava nas suas margens.

2. O Guadiana é o mais mediterrânico dos rios que correm em Portugal. Significativamente recebeu o nome de duas civiliza-

ções que marcaram profundamente a sua bacia hidrográfica. De Roma nos chegou o nome *Anas*, a que os árabes juntaram *ued* ou rio, soando nos falares medievais como *Odiana* e nos nossos *Guadiana*. A vasta região da sua bacia hidrográfica conheceu porventura então o seu máximo desenvolvimento relativo. A estrada líquida abria-se em estradas terrestres, abertas em linha horizontal ao mar. E ergueram-se cidades sobre antigos povoados ibéricos: Mérida, a belíssima capital da Lusitânia, Beja e Mértola por onde passou Júlio César; e outras cidades e vilas. Nesses tempos o rio não separava, unia.

No entanto, não faltaram os conflitos. O Deus dos cristãos baniu os deuses romanos e ibéricos ocupando em exclusivo os antigos locais de culto. O suevo Riquila ocupou Mértola e Beja no século V e logo a seguir veio o rei visigodo Leovigildo. Nos primeiros anos do século VIII todo o território caiu sob o domínio muçulmano. Beja tornou-se sede de um

distrito militar e aí se aquartelou o *jude* do Egito.

Lutas intestinas intercalaram períodos de prosperidade e até de autonomia. Os almorávidas mataram junto destas muralhas Arraxide, o filho do bejense Almutáimide. Neste recinto quase sagrado Ibn Caci intitulou-se profeta — um profeta no fogo destas terras de xisto — e distribuiu dinheiro às mãos rotas, dinheiro que lhe viria do céu, do tesouro de Deus, mas que trazia o cunho dos seus inimigos almorávidas.

3. É a partir de 1238 que o Guadiana se torna rio de fronteira, particularmente depois de 1255 quando o rei Afonso III doou ao mestre de Santiago Paio Peres Correia e ao comendador Gonçalo Peres o «meu castelo de Mértola com todos os seus termos», mediante a obrigação de aí manterem um convento e de reconhecerem o rei como seu senhor natural. Os que rompessem a carta de doação eram ameaçados com a sepultura no inferno na companhia de Judas o traidor. O rio passou então a dividir. Primeiro com muralhas, cavalos, lanças e bestas. Depois com o fogo das peças de artelharia assentes nas fortalezas que se abeiravam do rio. Mas nos longos períodos de paz a pólvora humedecia e os velhos canhões e a disciplina enferrujavam.

4. O numeramento de 1527/31, ordenado pelo rei D. João III, desenha em traços grossos, a estrutura organizativa em que nessa época decorria a vida dos habitantes de Mértola, pouco depois de Duarte d'Armas ter desenhado a vila e a sua igreja «que foi mesquita».

A vila contava 213 chefes de família, 45 dos quais eram viúvas, 4 mulheres solteiras e 12 clérigos. Isto é, teoricamente, 29 por cento dos chefes de família estavam inibidos das tarefas reprodutivas da espécie, mas o sexo vingava-se nos inúmeros bastardos e expostos.

Este cenário de viúvas, de solteiras e de clérigos não era um fenómeno exclusivo de Mértola. Outros problemas estruturais

travavam o desenvolvimento demográfico. Para intensificar o povoamento da vila e melhorar a sua defesa, o rei D. João I destinou-lhe pela primeira vez o lugar de couto de homiziados, isto é, fez dela terra de refúgio de foragidos da justiça. Mais tarde D. João III reservou-lhe mesmo 50 vagas de homiziados.

No termo da vila viviam em casais apartados 657 chefes de família, 52 dos quais eram viúvas, 1 mulher solteira e 3 clérigos. Em Alcaria Ruiva labutavam 32 chefes de família com 4 viúvas e 2 clérigos; em Corte do Pinto 37 vizinhos com uma viúva; na aldeia dos Crespos, 39 vizinhos com 4 viúvas; e na aldeia de Diogo Váz, 16 moradores, incluindo uma viúva. Na vila e no termo contavam-se ainda 115 mancebos que viviam com seus pais e amos. Abeirando-se o número de fogos do milhar, o dos habitantes não deveria estar longe dos 4.000.

Diferentes senhorios recolhiam parte substancial do produto produzido pelos habitantes do termo e desta vila cercada com castelo e alta torre de menagem. Antes de mais, o comendador da Ordem de Santiago e alcaide mor da vila que gozava da dízima dos produtos agrícolas, da terça das igrejas, do tributo sobre os mancebos de soldada e os homens dos ofícios. Ao arcebispo de Évora cabia a redízima ou seja 10% da dízima recolhida. As terças do concelho ficavam para o rei. Os juízes da vila, eleitos anualmente pelo sistema dos pelouros, tinham de ser confirmados pelo comendador. Na aldeia de Alcaria Ruiva, os seus habitantes e mais 62 vizinhos que viviam no seu termo em casais apartados «pertenciam» à comenda de Francisco Faria.

Alguns dilectos servidores do Príncipe Perfeito aparecem ligados à vila de Mértola: D. João de Mascarenhas, da família de Fernão Martins Mascarenhas, capitão dos ginetes, e Francisco Faria, da família de Antão de Faria, camareiro de D. João II. Os descendentes de D. João de Mascarenhas, com muita probabili-

dade o defensor de Diu e futuro governador pró-filipino de 1580, ficarão hereditariamente como comendadores e alcaides mores de Mértola, e ostentavam no século XVIII o título de condes de Santa Cruz.

Os Descobrimentos e Conquistas parecem deixar também aqui a sua marca no impressionante número de viúvas referenciadas como chefes de família, particularmente na vila, onde subiam a 21 por cento.

17 clérigos para 4.000 fregueses dá 1 clérigo para 235 almas. Libertá-las do pecado original pelo baptismo, limpá-las dos pecados quotidianos, ensiná-las a pedir protecção e amparo ao supremo Senhor dos Céus, encaminhar, juntamente com os irmãos da Misericórdia e os irmãos das Almas, as almas para o outro mundo e os corpos para as tumbas, eis o encargo dos pastores do rebanho, cuja maior dignidade era a do Prior.

Neste trabalho de socorrer as almas podia contar-se com a ajuda dos santos. Um deles, santo particular de Mértola, S. Barão, ajudava a soldar quebraduras e a fecundar as casadas que o fossem invocar na sua ermida.

6. Os solos do termo de Mértola são terras magras, terras galegas que não tentaram os frades estabelecidos em Portugal. Só no primeiro quartel do século XVII, é que o cônego Diogo Nunes Figueira de Negreiros, mertolense, governador do Arcebispado de Évora, agente da coroa filipina em Roma, ministro do Santo Ofício em Coimbra e Évora, fundou à sua custa o convento de religiosos observantes de S. Francisco que tinham a casa mãe em Xabregas.

No século XVI os moradores cultivavam o pão, o vinho, o azeite, os legumes, a fruta e viviam do mel, da pesca e sobretudo dos gados que não pagavam montado nas terras além do Guadiana. No rio a Ordem contava com dois canais e dois bocais para o pescado além da dízima mas no século XVIII já a pescaria do rio era livre. A passagem do Mestrado para a

Coroa e a resistência dos pescadores tornaram possível esta libertação que significava também que a actividade do rio perdera em importância económica.

Em torno da vila, como nos outros concelhos do reino, ficava o couto municipal, defendido da agressão dos rebanhos por multas municipais. Era aí, principalmente na borda do rio, que se desenvolviam os ferragiais e as hortas. A vida não se manteve estável ao longo dos vários séculos, mas significativamente em 1758 a água do rio não era usada para regar as hortas.

Fora do couto dominavam as herdades e as terras comunais pelas quais lutavam os moradores que obtinham de D. João III o direito de cortarem madeiras para suas casas. Desde cedo que, ao lado dos senhorios, se desenvolveu no Alentejo um núcleo poderoso e rico de lavradores que aforavam as herdades. Algumas tinham dimensões consideráveis como a herdade da Ordem em Belver, aforada a Diogo Nunes que media cerca de 463 hectares.

A existência de um número significativo de assalariados agrícolas e de seareiros é provada pelo número de mancebos acima referido e também pelas conhecenças pagas à Ordem pelos mancebos de soldada e os que trabalhavam alugando os seus braços e os seus animais de trabalho.

Esta estrutura agrária mantém-se ao longo do chamado Antigo Regime. Mas com o governo do Marquês de Pombal assiste-se à primeira grande tentativa de libertar a terra dos tributos que a oprimiam. Assim, entre 1771 e 1777, o Marquês extinguiu na região de Mértola 76 capelas e vínculos, libertando as terras a elas vinculadas. Se completarmos o quadro da extinção das capelas com a fundação de Vila Real de Santo António, verificamos que o Marquês parecia ter altos planos de desenvolvimento para toda esta região.

7. Desde a sua fundação que Mértola constituiu um porto principal para o escoamento

dos minérios e dos produtos agrícolas de uma região onde Beja ocupava o centro. Escondida no alto do rio e fortificada numa escarpa de excelente defesa, a maré ajudava os barcos a subir e depois a descer até ao mar.

No século XIV por Mértola desciam cereais para os portos do Algarve e subiam pescados. O rei D. Duarte doou ao conde de Viana a dízima do que viesse por mar à vila de Mértola. Seguidamente Afonso V concedeu essa mesma dízima ao Conde de Odemira para logo a seguir declarar que não pagariam dízima do que viesse do mar.

No princípio do século XVII, Teotónio de Bom Dia trazia pelo rio sedas, panos de cor e de linho e exportava lãs, azeite e outras mercadorias. Em 1758 caravelas de Setúbal vinham até à povoação de Mesquita onde navios mais pequenos transportavam de Mértola trigos e cevadas.

Como terra de fronteira, Mértola foi também terra de contrabando. Diogo Martins, que tomou depois o nome e apelido de Francês e irmão daquele Teotónio de Bom Dia, foi preso em Aiamonte e torturado com o tormento de dados, de que trazia a marca na testa, por ter feito contrabando e se ter envolvido em negócio de moeda falsa.

Sem mercadores o porto declina. Uma guerra surda opunha mercadores aos senhores. Estes desconfiavam da mobilidade social daqueles, invejavam a rapidez da sua fortuna e serviam-se da distinção entre cristãos novos e cristãos velhos para tentarem, nem sempre com êxito, lançar mão aos bens desses espiados e perseguidos.

Em 1613 o pároco Vicente Afonso Lampreia envia ao Santo Ofício uma relação dos fugitivos de Mértola. Aproveita-se para lembrar que a vila é uma terra de passagem onde não há familiar e oferece-se para comissário do Santo Ofício.

Terra de passagem. Neste tempo filipino há evidentes sintomas de progresso. O rio quase

volta a unir. De Filipe I data a Misericórdia da vila e o primeiro partido médico; de Filipe II o partido de cirurgião.

O pároco Afonso Lampreia denuncia a fuga para a Flandres da família do licenciado Francisco Mendes de Sande, natural de Loulé e casado na vila de Mértola. A viúva do licenciado, filha de gente de Serpa, fugira com a filha e dois netos. Denuncia também a fuga de Filipa Lopes, prima da anterior e viúva de Fernão Lopes de Bom Dia, escrivão dos órfãos de Beja, a qual levava consigo três filhos machos e duas fêmeas. Um dos varões é frei Martinho, frade do Carmo. Refugiado em França, torna-se «muito cabido com el-rei de França e seu esmoler». O padre Lampreia diz que «sempre se teve dele (frade) ruins suspeitas». De qualquer modo, frei Martinho fugiu de França, e já em Espanha deu conta a Sua Majestade de «negócio grande e de grave importância», pois o rei perdoou a seu irmão Diogo Martins, que adoptou o nome de Francês, como vimos há pouco, o crime de falsificação de moeda. O frade do Carmo, que andava na Corte de Espanha, fez sair a família de França para Antuérpia onde gozaria da protecção do Cardeal Alberto. Pelo serviço recebeu frei Martinho uma pensão de 500 cruzados no bispado de Elvas e do Cardeal Alberto a mercê de 5.000 cruzados com os quais dotou o casamento de sua irmã. Entretanto, o ofício do pai que era escrivão dos órfãos continuava de posse de seu irmão Bernardino Bom Dia que tinha um filho lapidário em Lisboa.

Alongamos esta história porque ela nos permite ver as vicissitudes por que passavam os homens da mercadoria. Em geral o comércio aparecia ligado a um ofício. Por outro lado, a família dispersava-se por diferentes lugares e países. Assim, este frade, filho de um escrivão dos órfãos, cristão novo, apoia seu irmão contrabandista e o outro irmão fugitivo, Teotónio de Bom Dia, o tal que importava sedas, panos de cor e linho e

exportava lãs, azeite e outras mercadorias.

O pároco Lampreia denunciou também a família de António Vaz que voltou de França a Portugal depois do perdão geral de 1605. Voltou a fugir quando um familiar o vinha prender por parte do Santo Ofício. O padre denuncia o licenciado Diogo Marques, juiz de fora, por ter dado aviso ao António Vaz. Esconderam-no num palheiro. Depois que a terra ficou segura, de noite o levaram rio abaixo num barco governado por barqueiros cristãos velhos. Este António Vaz descendia de um Diogo Martins o Velho «que dizem ser baptizado em pé». Um dos seus filhos fora caixeiro de Francisco Nunes Caldeira, de Beja.

Donde vinha o poder de viajar senão do poder do dinheiro? E donde provinha o dinheiro, na falta de rendas fundiárias visíveis, senão dos lucros das mercadorias? Num país em que o próprio Estado se torna mercador, é forte cousa ver que os mercadores escondem e honram a sua profissão com outros ofícios e títulos.

Desta região do Guadiana e por esta mesma época, fugiu para Nantes uma Maria Álvares da Vidigueira e seu marido Pero Rodrigues Espinhosa, de Lisboa. Um dos

filhos, Gabriel Álvares ou por outro nome Miguel Espinosa, levou da Vidigueira para Amsterdão a semente de que haveria de nascer um dos maiores filósofos: Bento de Espinosa, o homem para quem a paz do Estado assentava na liberdade da consciência.

8. O rio Guadiana corre lá em baixo aos nossos olhos. Muitas espécies piscícolas desapareceram do seu curso. As águas já não curam a melancolia e às vezes matam. Aparentemente inútil, resta ainda um sinal de uma riqueza recente, a da época mineira de S. Domingos: é o cais deserto onde atracava o vapor.

O rio ainda serve de fronteira. Sem desrespeitar a memória e a diferença dos dois povos, ele deve voltar a unir as duas margens com respeito pelas diferenças e os interesses específicos. Há que libertar o rio, há que libertar a agricultura, valorizar os recursos naturais, há que planejar o desenvolvimento da região, há que investir profundamente na educação e na cultura, para que se torne possível o sonho de fazer desta terra velha de milénios uma terra de jovens.

Já não há armas, nem sequer enferrujadas, no castelo de Mértola ou de Serpa.

IBN QASI, REI DE MÉRTOLA E MAHDI LUSO-MUÇULMANO

ARTUR GOULART DE MELO BORGES

Há precisamente 842 anos — 14 de Agosto de 1144 — Mértola era subtraída ao domínio almorávida a favor de Ibn Qasi que, alguns dias depois, aqui era solenemente proclamado Imam.

O título que dei a este pequeno trabalho procura resumir o apogeu de uma vida de fervor religioso e ambição política, de amizades e traição, de vitórias, de idealismo, de contradições e de fracassos. Na verdade, Ibn Qasi, um muçulmano do extremo oeste do Andaluz, proclamou-se mahdi, o anunciador e instaurador guiado por Deus de um novo reino de justiça, e atinge em Mértola o ponto mais alto da sua carreira político-religiosa — é aclamado Imam, o chefe da comunidade, o senhor destes povos que se revoltam contra a soberania almorávida.

Este reinado efémero e esta figura notável de místico e de político, com as circunstâncias que rodearam a sua ascensão e queda, podem fornecer muitos elementos para a compreensão

são dessa época e provocar outras tantas questões que ajudam a perspectivar a evolução do nosso passado. Assim, este trabalho não exaustivo pretende sobretudo, através dos dados disponíveis, contribuir para a divulgação da figura de Ibn Qasi e fazer uma leitura o mais integrada e dinâmica possível da sua personalidade e da sua acção no 2º quartel do século XII. Nesse sentido, após uma breve biografia, procurarei evidenciar os principais aspectos da sua vida como místico e como político.

De seu nome completo Abu'l-Qâsim Ahmad Ibn al-Husayn Ibn Qasi, supõe-se que terá nascido em Silves em data que se desconhece. Era descendente de *muladis*, cristãos convertidos ao islamismo, e, portanto, de família originária do Andaluz.

Disfrutava de boa situação económica familiar, visto que, após uma juventude desocupada e dissoluta, vendeu todos os bens que possuía, distribuiu pelos pobres o rendimento obtido e, ostensivamente, entregou-se a

uma vida de ascese e estudo no duro caminho da iniciação sufi.

Em Almeria, onde viveu algum tempo, terá sido discípulo de Ibn al-Arif que então ali fazia escola e de tal modo notável em número de adeptos e qualidade de ensino que, por inveja e temor das implicações políticas, foi oficialmente denunciado e enviado prisioneiro para o Norte de África com um dos seus principais discípulos, Ibn Barrajan. O outro discípulo, al-Mayurki, mandado igualmente prender, conseguiu fugir.

Nesta sua peregrinação em contacto com os mestres sufis do Andaluz, Ibn Qasi terá aprendido ainda com Khallaf Aílah al-Andalusi e com Ibn Khalil, de Niebla, que, segundo Ibn al-Arabi, terão sido seus mestres espirituais.

Após este tempo de iniciação, volta a Silves onde terá continuado o estudo dos livros sufis, sobretudo de al-Ghazali e das «Epístolas dos Irmãos da Fidelidade», que já devia conhecer mas que eram então correntes em Silves. Nos arredores, manda construir uma *rábita* para onde se retira com um grupo de discípulos. Terá sido nesta altura que escreve a obra «*Khal^C an-Na^Clayn*» (O Descalçar das Sandálias). As suas ideias espalham-se pelo ocidente do Andaluz e aumenta o número de aderentes, que serão conhecidos por *muridiun* (os noviços; sing.: *muridin*). É já então uma personalidade religiosa de grande relevo, atribui-se ou são-lhe atribuídos dons de clarividência, milagres de toda a espécie, inclusive a peregrinação a Meca, ida e volta, numa só noite. No auge desta exaltação religiosa proclama-se a si próprio al-Mahdi.

Não tardou a surgir a ocasião propícia para tentar, com a conquista política, o ambiente necessário para o desenvolvimento e implantação mais fácil das suas ideias religiosas. Assim, aproveitando o desvio de atenções pela pressão almóada no Norte de África e o envio de tropas para aquela zona, um grupo de adeptos de Ibn Qasi ataca, embora sem sucesso, a

fortaleza de «Muntaqût». Vários dos assaltantes foram presos e enviados para Sevilha, Ibn Qasi foge e mantém-se escondido por algum tempo.

Deveu-se a Ibn al-Qábila, seu partidário e íntimo, o primeiro grande sucesso: com 70 adeptos organiza uma emboscada e toma Mértola em 14 de Agosto de 1144 (12 de Safar de 539). Ainda tentaram os almorávidas reaver o castelo, mas, não o tendo conseguido, como retaliação devastaram os campos em redor. Quinze dias depois, em 1 de Setembro (1 de Rabi^C I), Ibn Qasi entra solenemente em Mértola e aí é proclamado Imam.

Entretanto, revoltaram-se Ibn Wazir em Évora e Ibn al-Mundhir em Silves, e acorrem a Mértola a submeter-se e prestar homenagem a Ibn Qasi. Como recompensa, Ibn Wazir recebe o governo de Beja e Ibn al-Mundhir o de Silves. Ibn Wazir regressa a Évora. Todavia, Ibn al-Mundhir é enviado por Ibn Qasi à conquista de outros territórios para leste, como tentativa expansionista e, em certa medida, de reforço da segurança do novo reino. Toma Huelva, Niebla e várias outras localidades da região e tenta o assalto a Sevilha. Derrotado, põe-se em fuga, deixa al-Batruij à frente de Niebla e regressa a Silves.

Como senhor de Mértola, Ibn Qasi mandou cunhar moeda própria. O dinheiro corrente almorávida já tinha dado aso a algumas perturbações. Conta-nos Ibn al-Khtib, que Ibn Qasi, quando proclamado Imam, distribuía dinheiro com grande liberalidade. Dizia-se inclusivamente que era um milagre pois o recebia directamente de Allah. Todavia, um camponês incrédulo, embora largamente gratificado, terá dito como era possível que o dinheiro vindo directamente do céu para ele trouxesse o cunho dos almorávidas. Ibn Qasi fê-lo pagar com a vida um comentário tão desfavorável à sua imagem.

Ibn Qasi não desiste de possuir o coração do Andaluz e, quando soube da revolta de

Ibn Hamdin em Córdova, manda contra ele Ibn al-Mundhir e al-Batrugi com tropas de Silves e Niebla. Regressam poucos dias depois sem nada ter conseguido.

Ibn Wazir, que se tinha visto preterido em todas estas lutas a favor de Ibn al-Mundhir, desentende-se com Ibn Qasi e fez uma aliança com Ibn Hamdin então senhor de Córdova. Por tal facto, Ibn Qasi convoca-o à sua presença, mas obtém uma recusa terminante. Tal desobediência enfurece Ibn Qasi que envia contra ele Ibn al-Mundhir, que é derrotado e feito prisioneiro em Beja. Ibn Qasi, vendo-se ameaçado, resolve pedir auxílio e escreve ao soberano almóada no Norte de África que não lhe responde. É então que Ibn Wazir ataca Mértola e expulsa Ibn Qasi que corre a refugiar-se em Silves. Mais ou menos um ano terá durado o seu reinado em Mértola.

O grande vencedor é na altura Ibn Wazir, senhor de Mértola, Beja, Badajoz, Évora e terras a oeste.

Ibn Qasi, em desespero de causa, resolve ir até ao Norte de África tentar obter pessoalmente o que não conseguira por carta. Abd al-Mu'min, que o acusava de se ter arrogado indevidamente o título de Mahdi, após muita insistência, acaba por recebê-lo e decide enviar à Península um exército comandado por Barraz, o que provavelmente só acontece depois da tomada de Marraquexe em Março de 1147 (18 de Shawwal de 541).

Sem encontrar grande resistência, as tropas almóadas ocupam Jerez, Niebla, Mértola, logo seguidas de Silves cujo governo é entregue a Ibn Qasi. Dirigem-se para Beja e Badajoz, mas, entretanto, Ibn Wazir submete-se e o exército regressa a Mértola para descanso e, provavelmente, devido ao rigores da estação. Um ou dois meses depois, Sevilha é cercada e tomada em 18 de Janeiro de 1148 (13 de Sha'ban de 542), já com a participação de Ibn Qasi e Ibn Wazir.

O exército almóada ia ocupando o território em nome de Abd al-Mu'min e mantendo nos postos de chefia os antigos senhores que se submetiam, submissão precária, como veio a verificar-se, a um soberano e a um reino para lá do estreito, e tão precária que, poucos dias depois da tomada de Sevilha, os almóadas são de lá expulsos e os chefes do Andaluz aproveitam para novamente se declararem independentes à excepção de Ibn Azzún, senhor de Jerez e Ronda.

A situação confusa e a escassez de notícias não permitem conhecer mais pormenoradamente como as coisas se terão passado, mas tudo leva a crer que estes novos surtos de independências se devem ter mantido mais ou menos três anos, ou seja, até ao segundo quartel de 1151 (final de 545, início de 546), data em que Abd al-Mu'min convoca os chefes do Andaluz para Salé a fim de lhe prestarem homenagem. Todos acederam à excepção de Ibn Qasi, então sediado em Silves, disposto a não voltar a perder a independência tão dificilmente reconquistada.

Para fazer face à inevitável confrontação com Abd al-Mu'min, segue uma política relativamente frequente na época, procura aliar-se aos cristãos e pede auxílio a D. Afonso Henriques, já sobejamente conhecido no oeste do Andaluz (Lisboa fora conquistada por ele pouco mais de três anos antes) e que lhe terá enviado, como sinal de aquiescência, um cavalo e armas.

Esta atitude, todavia, desgostou os habitantes da cidade, que resolveram assassiná-lo. Afastado o filho al-Husayn b. Ahmad b. Qasi simularam ter apanhado um homem a fazer pilhagem e, enquanto o chefe da guarda obtinha licença para entrarem com o prisioneiro na cidade, um grupo penetrou no palácio de Sharajibe, onde Ibn Qasi vivia, e mataram-no. Foi entre 16 de Agosto e 14 de Setembro de 1151 (Jumada I de 546).

ACTIVIDADE MÍSTICA

Com o domínio almorávida a situação religiosa sofreu algumas alterações que não seriam fundamentais para o desenvolvimento da mística sufi e para a reacção religioso-política de 2º quartel do séc. XII.

A religião islâmica passa a ser objecto de um novo fervor e convicção interior dos crentes, mercê sobretudo do papel dos juristas malikitas no reforço de uma certa intolerância para com judeus e cristãos, do incremento das escolas sufis e, inclusivamente, duma tomada de consciência mais forte dos cristãos da sua própria religião. Já não é apenas uma devoção formal e um dever oficial, mas uma aceitação consciente e vital do islamismo. Os novos senhores cultivam ostensivamente uma aurea de religiosidade e, consequentemente, os homens eruditos nas coisas religiosas — os juristas malikitas — voltam a ocupar um lugar privilegiado na sociedade, mesmo que para isso seja necessário exercer a censura e as pressões ideológicas.

A partir de Ibn Massara, no séc. X, e mesclado de início com o seu pensamento filosófico e sobretudo através dos seus discípulos que mantiveram florescentes alguns centros de actividade, o sufismo vinha conseguindo um desenvolvimento crescente. A difusão das ideias de Ibn Massara, aliada à das doutrinas de Ibn Hazm, de al-Ghazali e das «Epístolas dos Irmãos da Fidelidade», introduzidas no Andaluz no início do séc. XI, provocaram o aparecimento de novas escolas sufis dirigidas por alguns mestres de reconhecida capacidade e de grande popularidade e exercendo uma forte influência na sociedade. Prova disso, por exemplo, é a condenação pública, pelo centro de Almeria, do acto censório de Ibn Hamdín de Córdova ao mandar queimar os escritos de al-Ghazali.

É precisamente à frente dessa escola de Almeria que sobressai Ibn al-Arif, cuja obra e

modo de vida marcaram decisivamente a vida sufi posterior no Andaluz. Entre os seus discípulos salientam-se Ibn Barrajan de Sevilha, talvez o mais caloroso opositor dos almorávidas e que chegou a ser reconhecido como Imam em 130 localidades, Abu Bakr al-Mayurki, que ensinou em Granada e viajou pelo Oriente, e Ibn Qasi, em Silves.

O ascendente destes homens sobre a população, o grande número de discípulos fervorosos, a vida austera, a facilidade e qualidade da sua doutrinação e, inclusive, a agitação que esta provocava ou podia provocar, geraram a desconfiança e a inveja dos chefes locais, e é assim que Ibn al-Arif é denunciado oficialmente pelo qadi de Almeria e é mandado seguir preso para Marraquexe, juntamente com Ibn Barrajan e al-Mayurki. Só este consegue escapar e segue para o Oriente, Ibn al-Arif morre envenenado, ao que parece ainda por intervenção do qadi de Almeria, e Ibn Barrajan é assassinado. Segundo Ibn al-Khatib, morrem os dois no mesmo ano — 1142 (537).

Se volto a referir estes factos é porque convém realçar a influência que estes acontecimentos persecutórios terão tido nas comunidades sufis sentindo-se atingidas nas pessoas dos seus chefes mais conceituados, o aumento de tensão que isso terá provocado e a ideia de revolta que se tornava cada vez mais latente. Se Ibn Qasi não foi atingido na mesma onda persecutória ficou a devê-lo provavelmente à distância da sua zona de influência e ao carácter talvez ainda incipiente da sua doutrinação.

Em Silves, Ibn Qasi encontrara ambiente propício para a propagação das suas ideias. Mandou construir uma rábita nos arredores, onde formou uma comunidade de iniciação sufi. Como consequência da difusão e aceitação das suas doutrinas, o número dos discípulos aumentou consideravelmente. Segundo Ibn al-Khatib, era grande o entusiasmo pelo sufismo, inclusive até pelo ocultismo,

e era grande a popularidade de algumas obras tais como as «Epístolas dos Irmãos da Fidelidade» — uma notável encyclopédia onde, em forma de cartas dirigidas a possíveis simpatizantes ou noviços, se compendiam os grandes temas da cultura muçulmana de então.

Nessa época de vida ascética terá Ibn Qasi escrito o seu livro «Khal^ū an-Na^ūlayn» — O Descalçar das Sandálias — título derivado do Corão (Sura XX, 11-12): «Ó Moisés! Sou na verdade o teu Senhor; tira as sandálias, pois estás no santo vale de Tuna [junto ao Sinai]». O livro é todo ele dirigido aos iniciados e, por isso mesmo, em linguagem profundamente esotérica. Compõe-se de uma introdução e quatro capítulos, correspondentes a outros tantos graus da revelação — as Coisas do Reino Divino, do Paraíso, as Coisas «Muhammadianas» e as da Misericórdia Divina. Ao longo desses capítulos, subdivididos em muitas partes, são abordados um sem número de temas tais como a Criação, a divisão do Cosmos, a queda de Adão e o dia da Ressurreição, os atributos de Deus, a teoria óptica e a percepção das plantas e dos animais, o limbo, o céu e o inferno como duas manifestações de uma mesma realidade, e a Misericórdia de Deus. Não há qualquer referência explícita ou aparente à situação política ou de incitamento à revolta.

As influências mais evidentes recebeu-as de al-Gazzali, de quem chega a transcrever inteiras passagens sem indicação do autor, e das «Epístolas dos Irmãos da Fidelidade» que, embora não pareça ser determinante no conjunto da obra de Ibn Qasi, mostra o seu interesse por aquelas doutrinas. Além disso, as «Epístolas» veiculam um determinado modo de vida de cariz ismaelita que se caracteriza pela oposição aos detentores do poder inclusive religioso, e pelo elogio dos pobres, mais felizes e melhores que os ricos, o que de algum modo está em consonância com a opção e modo de vida ao menos inicial de Ibn Qasi.

Ibn al-Arabi, o maior de todos os místicos do Andaluz, estudou o livro de Ibn Qasi, que lhe tinha sido dado por um filho deste em Tunis, e deixou um comentário crítico bastante severo acusando-o de algum plágio e de insuficiência de certos conhecimentos. Todavia, em outras obras, apresenta referências favoráveis ao pensamento de Ibn Qasi e, ele próprio, o terá aproveitado na elaboração das suas doutrinas.

Está, portanto, fora de dúvida a importância da obra sufi de Ibn Qasi, tanto mais que no espaço de tempo que medeia entre Ibn al-Arif e Ibn al-Arabi nenhum outro texto do género terá sido escrito no Andaluz.

A acusação que lhe é feita, sobretudo por al-Marrakushi, de magia e ocultismo, homem cheio de truques e falsidades em virtude dos muitos milagres que anunciaava ou lhe eram atribuídos, é inclusivamente uma prova da sua enorme popularidade. A todos os grandes mestres sufis, mesmo em séculos mais recentes, se atribuem poderes extraordinários e taumatúrgicos.

Em estudo recente (I Congresso sobre o Alentejo, Évora, Outubro 1985), procurei provar que a grande quantidade de pequenas construções de tipo quadrangular com cúpula hemisférica — as «Kubbas» — são um reflexo a nível arquitectónico da grande difusão do sufismo em toda esta região, com a vivência em pequenas comunidades isoladas, funcionando simultaneamente como postos de vigilância — rábitas —, apoio religioso e militar à guerra santa.

Embora as pretensões mahdistas sejam lógicas na evolução da doutrina de Ibn Qasi, não admira que, na exaltação religiosa da época, se tenha proclamado mahdi — o chefe guiado por influência directa de Deus, o restaurador de um novo reino anunciatador do Fim dos Tempos. Essa auto-proclamação veio a dificultar-lhe mais tarde o entendimento com Abd al-Mu'min tendo que retratar-se

para ser recebido e obter a protecção almóada.

ACTIVIDADE POLÍTICA

Como referi de início, pode prestar-se a confusões a separação da actividade religiosa e política que, na verdade, para um muçulmano não existe. Política e religião não são incompatíveis, antes pelo contrário interpenetram-se, fundem-se, a religião é o suporte e a justificação de toda a actividade, inclusive a política. Com esta separação não se pretende dizer que Ibn Qasi deixou a vida religiosa para se dedicar à política, mas sim tentar entender de modo mais nítido a preponderância da actividade política do último período da sua vida.

Os sintomas de decadência da dinastia almorávida foram-se tornando evidentes — o luxo em contraste com a austeridade da primeira época, o reacender da intolerância religiosa para com judeus e cristãos, o predomínio das tribos berberes sobre as antigas famílias do Andaluz privadas do poder, a pressão cada vez mais forte dos cristãos do Norte. Todavia, o factor determinante foi sem dúvida a derrota frente aos almóadas no Norte de África. É precisamente quando esta pressão almóada se intensifica sobre o domínio almorávida que Ibn Qasi, após uma tentativa gorada, aproveita para, através do seu homem de confiança Ibn al-Qábla, tomar Mértola aí instalar o centro do seu poder. É então proclamado Imam.

Ibn Wazir, de Évora, e Ibn al-Mundhir, de Silves, reconhecem-no como senhor e prestam-lhe homenagem. Este facto, só por si, é significativo do prestígio de Ibn Qasi e da extensão e profundidade da sua actividade sufi.

A primeira preocupação de Ibn Qasi parece ser expansionista, o alargamento das fronteiras do seu reino. Lógicamente a direcção desse movimento é o centro do império — Sevilha e Córdova. Seria então o restaurar do reino

muçulmano peninsular de reconhecido esplendor, mas ultimamente dominado pelas dinastias berberes. Não conseguiu o seu intento, mercê do pequeno exército que possuía e, sobretudo, da oposição de outros chefes que, com a fraqueza almóvida, viam chegada também a sua ocasião e em regiões onde as doutrinas dos *muridun* não teriam a difusão obtida no extremo oeste do Andaluz.

Outro revés se seguiria, esse sim de mais graves consequências. A acção de Ibn Qasi como político não parece, na verdade, ter a força e a capacidade da sua acção religiosa. Com Ibn Wazir começaram os desentendimentos e, à primeira vista, segundo as crónicas, terão sido motivados principalmente pela preferência dada por Ibn Qasi a Ibn al-Mundhir que se transforma em seu lugar-tenente dirigindo o exército no movimento expansionista. Parece, portanto, que Ibn Qasi não soube usar a estratégia adequada e avaliar a força e a capacidade dos chefes seus súbditos. Assim, acaba por ser derrotado por Ibn Wazir e expulso de Mértola.

Mais ou menos um ano terá durado a preponderância política de Mértola como centro do poder. Continuará como praça forte e ponto estratégico militar e comercial. O exército almóada lá irá reabastecer-se e recuperar forças antes do ataque a Sevilha. Todavia, quando do novo surto de independências algum tempo depois, o centro do poder já será outro: Ibn Qasi escolheu Silves, onde veio a ser assassinado.

A persistência e a determinação são características evidentes da personalidade de Ibn Qasi. Se já se tinham manifestado fortemente na sua acção no movimento sufi, mais se evidenciam ainda na consecução do objectivo político-religioso da tomada e conservação do poder, e isso sem olhar a meios. Retrata-se do seu papel de mahdi, alia-se aos almóadas, desliga-se deles na primeira oportunidade, volta a ser independente e para manter essa

independência procura a aliança e o auxílio dos cristãos.

Embora frequente na época, esse tipo de aliança com reis cristãos, foi tida pelos seus correligionários como uma traição, o que nos leva a pensar se isso terá sido apenas pela aversão criada para com o rei português, conhecido pela sua luta expansionista sem tréguas, se por outro lado Ibn Qasi já não teria caído em desgraça quer pela inflexibilidade para com os almóadas, quer pela contradição possível entre o seu modo de vida actual e o passado.

Outros chefes do Andaluz manifestaram outra capacidade política, mesmo perdida a independência, como foi o caso de Ibn Wazir que, após ter sido destituído do governo de Silves algum tempo depois da morte de Ibn Qasi, passa a viver em Sevilha onde é conselheiro experimentado e respeitado sobre as coisas do Andaluz junto do soberano almóada.

Tudo somado, fica-nos a impressão que Ibn Qasi, ele e o seu movimento, terão sido aproveitados sobretudo por Ibn Wazir em proveito da sua própria acção política.

CONCLUSÕES

Ibn Qasi tem de ser considerado um grande mestre sufi, sem o arcaboiço de um Ibn al-Arif ou a profundidade teológica de Ibn al-Arabi, mas fundador de uma nova corrente sufi apoiada num texto filosófico-teológico que compendia as suas doutrinas.

Esta corrente adquiriu uma enorme popularidade e conseguiu numerosos discípulos, o que, aliado às pretensões mahdistas do seu chefe, ao incitamento à revolta e à fraqueza crescente da dinastia almorávida, permitiu a Ibn Qasi a tomada do poder.

Esta corrente inscreve-se no conjunto do movimento sufi que se desenvolve e vai formando uma nova mentalidade e consciência

religiosa mais propícia à eclosão dos movimentos independentistas das segundas Taifas.

Nesse movimento sufi é forçoso fazer-se a ligação entre Ibn al-Arif e Ibn Barrajan, feitos prisioneiros e mortos, e a rebelião de Ibn Qasi que, como uma passagem de testemunho, realiza com a sua vitória sobre os almorávidas uma espécie de desagravo.

A revolta de Ibn Qasi, embora tenha sido o despoletar das rebeliões anti-almorávidas, não está isolada, mas insere-se num vasto movimento independentista que se alarga por todo o Andaluz, desde os governos de breves dias aos mais duradouros como o de Ibn Mardanis (+1172), em Murcia.

As marcas do movimento sufi mantêm-se ainda hoje a nível arquitectónico pela forte influência que exerceu nas construções religiosas cristãs posteriores e, é importante frisá-lo, por via popular.

Embora por pouco tempo, Ibn Qasi atinge o apogeu do poder religioso e político no extremo oeste do Andaluz. A falta de uma estratégia política adequada e o aproveitamento desse facto por outros chefes, precipitaram a sua queda.

Com Ibn Qasi, Mertola assume-se nessa época como o símbolo da luta contra o opressor e realiza a sua experiência de centro do poder político e religioso autóctone.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

IBN AL-ABBAR, *Al-Hulla as-Siyarā*, ed. H. Mones, Cairo, 1963-64, (biogr. n.os 142, 143, 146); tradução de David LOPES em «Os árabes nas obras de Alexandre Herculano», in *Boletim da Segunda Classe*, III, 1909-1910, pp. 331-340.

IBN AL-KHATÍB, *Amal al-Āmal*. Cit. e trad. em LOPES, *op. cit.*, pp 341-347, 362-368.

IBN KHALDÚN, *Ibar*, trad. De Slane, *Histoire des Berbères*, II, 1927; ver tb. LOPES, *op. cit.*, pp 348-351.

GOODRICH, David Raymond, *A Sufi revolt in Portugal: Ibn Qasi and his Kitab Khalq al-Naqlayn*, (Ph. D.), Columbia University, 1978.

HUICI MIRANDA, Ambrosio, *História Política del Império Almohada*, Tetuan, 1956-1957.

LE TOURNEAU, Roger, *The Almohad Movement in North Africa*, Princeton, 1969, El², III

DOMINGUES, J. D. Garcia, *História Luso-Árabe*, Lisboa, Pro Dom, 1945;

- «O Pensamento Filosófico-Teológico do Sufismo Muridino», in *Filosofia*, 2, 1954;

- *Património Cultural Árabe-algarvio*, Lisboa, Casa do Algarve, 1956 (*Estudos Algarvios II*); *Novos aspectos da Silves árabe*, Guimarães, 1956;

«O Alentejo Árabe e a sua integração no Reino de Portugal», in *Independência*, 18, 1958, pp 37-61.

CRUZ HERNANDEZ, Miguel, *Historia del pensamiento en el mundo islámico*, II, Madrid, Alianza Editorial, 1982.

WATT, w. Montgomery, *Historia de la España islámica*, 5^a ed., Madrid, Alianza Editorial, 1982.

CHEJNE, Anwar G., *Historia de España Musulmana*, Madrid, Ediciones Catedra, 1980.

COCA CASTAÑER, José, Enrique Lopez, «Los reinos de Taifas y las dinastías Bereberes», in *Historia de Andalucía*, II, Cupsa Editorial, s.d., pp 55-56.

BAUSANI, Alessandro, *L'Encyclopédia dei Fratelli della Pura*, Nápoli, 1978

VELHO, Martim, «A vida de Ibn Cássia narrada por Ibn al-Abar e a sua aliança com D. Afonso Henriques», in *Boletim da Junta Distrital de Évora*, 7, 1966, pp 99-105.

SHORTER ENCYCLOPAEDIA OF ISLAM, Leiden/London, 1961.

MARINHO, José Rodrigues, *Moedas Musulmanas de Beja e Silves*, Lisboa, 1968.

VIVES Y ESCUDERO, Antonio, *Monedas de las dinastías arábigo-españolas*, Madrid, 1893.

VESTÍGIOS DO ROMANCE MOÇARÁBICO EM PORTUGAL

MANUELA BARROS FERREIRA



Rua Arcebispo Jerónimo de Almeida, 1-3
2250 - 351 Hárteira, PORTUGAL

0. Ao percorrer um século de literatura linguística peninsular em busca de informações sobre a linguagem que os cristãos falavam no sul do país antes da Reconquista, a primeira surpresa que se tem é a escassez de estudos sobre o moçárabe no ocidente ibérico. Existe já, no país vizinho, uma vasta bibliografia sobre os dialectos moçárabes que em tempos se falaram no sul de Espanha (cf. Fórneas Besteiro, 1978); porém, entre nós, esses estudos, que requerem um bom conhecimento do latim e do árabe, não levaram por diante o caminho aberto por J. A. Gonçalves Viana (1890-92) nem estão, penso eu, planeados. Tão pouco este pequeno artigo vem dar a público o resultado de um estudo sistemático de fontes, mas apenas sintetizar alguns dados adquiridos e acrescentar um ou outro exemplo recolhido durante o meu próprio contacto com os dialectos actuais do português.

1. A segunda surpresa que me esperava foi a de ver que o estudo do moçárabe não é pacífico. Numerosas perguntas se adensam sobre o assunto, originando polémicas mais ou menos explícitas: existia já um romance no sudoeste ibérico antes da islamização? Havia um latim vulgar, mais ou menos homogéneo em todo o sul? Já haveria diferenciação de zona para zona? O que aconteceu ao que aqui se falava durante os séculos de contacto com o árabe? Desapareceu a linguagem local? Ou qual era a situação linguística do Sul ao tempo da Reconquista? A questão da romanização linguística das províncias romanas, depois do século IV, continua acesa entre os romanistas europeus (cf.

Roger Wright ed., 1991), não me parecendo pois de todo inoportuno atirar mais alguns gravetos a este lume. Nos apontamentos que se seguem refiro-me sempre, salvo indicação em contrário, ao território que hoje corresponde a Portugal.

2. Parece óbvio que o período que medeia entre o século IV e o século XIII não deve ter sido, do ponto de vista linguístico, uniforme. Uma razão para isso está na própria maneira de funcionar das línguas, quaisquer que elas sejam: todas elas, ao que se sabe, evoluem constantemente. Outra razão está na natureza do período histórico em causa, que pôs em contacto, nesta zona, tipos de línguas totalmente diferentes. Embora essa evolução tenha sido, provavelmente, contínua e sem saltos bruscos, para maior clareza começo por distinguir o período anterior à chegada do árabe (clássico, menos clássico, mais dialectal, menos dialectal, não importa) daquele em que

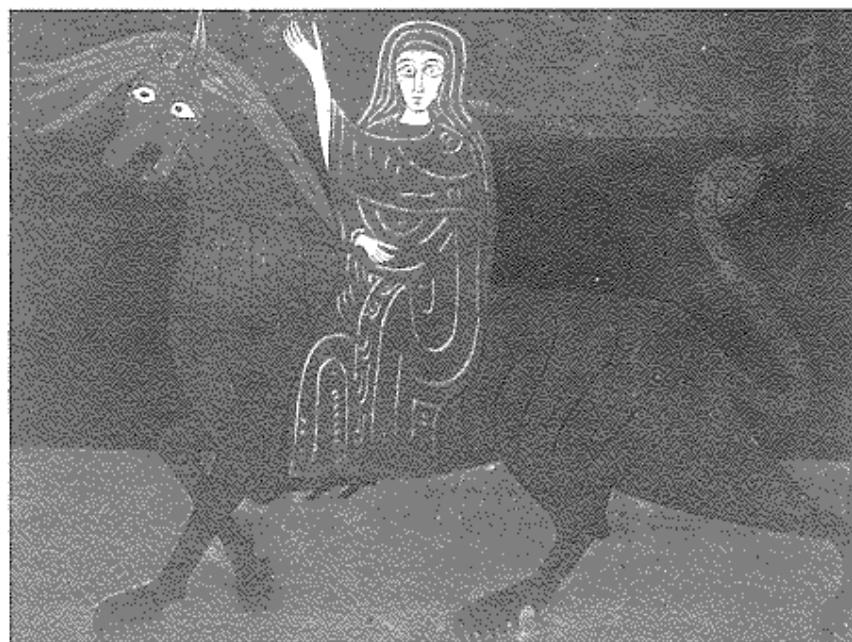
essa língua passou a fazer parte do quotidiano das pessoas. É que não se pode abordar o moçárabe, ou seja, a língua falada pelos cristãos nos territórios arabizados, sem abordar o problema da língua que eles falavam antes de se ter iniciado essa arabização.

3. Ensinam os manuais escolares que seria um «latim vulgar», falado, mais analítico que o latim clássico e com outra pronúncia. Chegou-se a pensar que esse latim teria recoberto e nivelado, «como uma camada de areia homogénea», anteriores diferenças linguísticas, sendo só depois dessa unidade que as línguas hoje românicas teriam começado novamente a divergir (cf. em Harri Meier, 1942, pp. 500 e ss., a refutação desta teoria de W. von Wartburg). Esta opinião, hoje em dia, já não tem defensores. Se o latim falado tinha, em geral, características diferentes das do latim clássico, nada prova ou sequer sugere que essas características fossem as mesmas em

todas as províncias e em todas as zonas dessas províncias. Pelo contrário, o que parece mais provável é que, implantado por gente de origens diferentes em zonas que já tinham as suas linguagens próprias, diferenciadas, não houvesse UM latim vulgar, homogéneo; mas variedades, mais ou menos acentuadas, de uma língua comum. Variedades essas que tanto podiam ser de ordem geográfica como social: o latim, como qualquer língua, *Koīne* ou não, tinha, por um lado, os seus zeladores do bem dizer, os conservadores das formas «correctas», que cumprem a função de unificar e uniformizar, no tempo e no espaço, uma língua; e, por outro lado, os seus quotidianos utilizadores, para os quais o que importa, ou melhor, o que funciona, é a capacidade de comunicar que uma língua facilita. A esta dualidade correspondem as duas faces das línguas — a formal e a informal, a escrita e a falada, a «literária» e a «vulgar», a «correcta» e a «incorrecta», a «pura» e a «corrompida». No latim do ocidente peninsular havia, sem dúvida alguma, essas duas faces: uma, veiculada, sobretudo, pelo uso eclesiástico e religioso, que procurava conservar inalteradas as suas características, para cumprir eficazmente a sua função unificadora, trans-linguística; e uma outra, de comunicação livre, que não tinha qualquer pretensão senão a de permitir uma inter-comunicação eficaz. Assim sendo, aparece como extremamente plausível o paralelismo que Versteegh estabelece entre o modo como o latim falado teria evoluído e aquilo que, já mais perto de nós, vemos acontecer quando nascem os pidgins e os crioulos. Segundo esse autor, quanto mais incipiente é o contacto entre duas línguas, mais diferenciação existe, porque no início, cada interlocutor, dominando perfeitamente o seu próprio idioma, apenas aprende do outro aquilo que lhe é absolutamente indispensável para o género de mensagens que pretende trocar. Nessa fase, as simplificações são extremas. É a fase *pidgin*, instável, com um número reduzido de regras, mais um acumular de vocabulário que construção de estruturas. Estas últimas só se desenvolvem com a urdidura do tempo. E se o tempo e as circunstâncias permitem que os *pidgins* passem a ser transmitidos de pais para filhos, então eles vão criando as suas próprias estruturas e evoluem para *crioulos*, diferentes das línguas que inicialmente estiveram em comunicação. Muitas vezes, sobre os crioulos continua a exercer-se, por parte de uma das línguas iniciais — a de maior prestígio — uma pressão descrioulizante, na tentativa de fazer regressar esses filhos desgarrados ao «caminho certo» (Versteegh, 1982). Da coesão e força simbólica das colectividades crioulas depende, depois, a sua evolução para línguas independentes ou para dialectos⁽¹⁾. Algo de semelhante se deve ter passado no sudoeste ibérico, com a ressalva de que aqui, o latim, como língua *Koīne*, exerceu a sua pressão descrioulizante durante muitos e muitos séculos. Que existiu no sul do país como língua de cristãos, sem interrupção, nos séculos V, VI e VII, não restam dúvidas, graças às lápides epigrafadas, que permitem uma localização rigorosa. Que a par do latim utilizado na liturgia, mais ou menos uniforme, existia uma linguagem de comunicação mais livre, que era transmitida, numa forma já bastante estruturada, de geração em geração, é uma hipótese que se baseia em alguns outros testemunhos que perduraram até nós. De acordo com essa hipótese seria um descendente do latim

falado, já com regras próprias na maneira de construir as frases e pronunciar as palavras, isto é, uma espécie de crioulo romance, o que falariam os habitantes do sul da Península Ibérica no século VIII, no momento em que começou a islamização do território. A maioria dos estudiosos que se têm debruçado sobre o assunto concordam em que não seria igual ao que se falava no norte ou no leste da península — o que implica que as diferenças que hoje existem entre as várias línguas românicas peninsulares não tiveram o seu início a partir da Reconquista, mas muito tempo antes. No que ao português diz respeito, se hoje em dia ele ainda apresenta diferenças regionais, apesar dos sete séculos da sua existência como língua oficial, dos cento e tal anos de unificação veiculada pela escola primária, e de cerca de cinquenta de uniformização ministrada pela rádio e televisão, é de supor que nos séculos oitavo, nono, décimo, onze, doze e treze, antes da criação de uma nova organização do território, a diferenciação territorial dos dialectos romances fosse bastante mais acentuada do que é hoje. Isso não impede, no entanto, que houvesse semelhanças fundamentais entre eles.

4. Nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha encontram-se palavras que são por ele apontadas como «do vulgo» e que são testemunho de um falar diferente da língua escrita. O levantamento das formas «desviantes» em relação ao latim que provavelmente existem nas lápides epigrafadas talvez acrescentasse algo ao pouco que se sabe. No entanto, como atrás se disse, entre este romance e aquele que falavam os cristãos no tempo de dominação árabe — o moçárabe — não existiu nenhum corte brusco. Por conseguinte, as formas de origem latina que se encontram durante a islamização vêm de trás, e não só iluminam o que ao seu próprio tempo diz respeito como a evolução anterior a ele.



5. A palavra *Moçárabe* tem origem no árabe *mustárib*, que é uma das formas de um verbo que significa «tornar-se semelhante aos árabes». Essa palavra era utilizada pelos cristãos para designarem os seus irmãos de crença que viviam entre os mouros e conservavam os seus costumes próprios (2). Aquilo a que se chama «romance moçárabico» designa o conjunto de dialectos neo-latino — os *romances* — falados nos territórios arabizados da península, e que teriam adoptado algumas formas tipicamente árabes, que ainda hoje funcionam como sinais reveladores da sua origem. Tal é o caso do artigo *al-* (transformado em *a-* antes das consoantes a que os árabes chamavam *solares*: t, d, n, r, l, s, z) (3) que aparece mesmo junto de palavras de origem latina. A esse romance chamavam os árabes, por sua vez, *aljamia*, palavra derivada de *ajame*, que significa «estrangeiro». *Aljamia* é, por conseguinte, um termo mais vasto, pois designava, entre os muçulmanos, qualquer língua que não o árabe,

embora posteriormente se reservasse esse termo para as línguas que utilizassem a escrita árabe (David Lopes, 1940).

No que diz respeito a Espanha, os escritos árabes mencionavam a existência, por exemplo, da «aljamia de Aragão», «de Saragoça», «de Valência», «do Oriente», «do Andaluz» (David Lopes, 1911, p. 385). Mais recentemente, Galmés de Fuentes (1983) dedica todo um volume às variedades de Toledo, de Maiorca e Valência, de Murcia, de Sevilha e de Granada.

Em Portugal, o moçárabe, tal como a línguagem que o precedeu, tem sido muito pouco estudado. Sobretudo David Lopes, mas também José Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Gonçalves Viana, Harri Meier, M. Paiva Boleo, Clarinda de A. Maia e L. F. Lindley Cintra chegaram a algumas conclusões, nomeadamente a conservação de *-n-* e *-l-* intervocálicos latinos a partir da observação da toponímia e de algumas constantes da actual pronúncia do

sul. São aliás estes vestígios, aliados a documentação escrita que da Espanha existe, que permitem neste momento desvendar algo do que foi esse período da história da nossa língua.

6. O fenómeno fonético mais citado da zona moçárabica é, como acabamos de dizer, o da conservação do *-n-* e o *-l-* intervocálicos do latim. Isso é visível em topónimos como **Mértola** e **Grândola**, que são geralmente dados como exemplos desse fenómeno. Mais claros são aqueles topónimos que permitem comparar o modo como a mesma palavra latina foi transformada, no sul e no norte: *Molino* vs. *Moinho*; *Fontanas*, *Fontanal*, *Fontanelas* vs. *Fontão*, *Fontainhas*. Entre o vocabulário de uso comum pode apontar-se o modo como as pessoas do sul constroem os diminutivos e palavras derivadas, fazendo ressurgir um *-n-* que existia no latim e que na palavra simples se perdeu: lat. *cane*, *pane* > port. *cão*, *pão*, diminutivos do sul: *canito*, *panito*; lat. *matiana* > port. *maçã*, nome da árvore no sul: *maçaneira*. De notar também que o diminutivo latino *-inu* (que no norte evoluiu para *-inho*) se mantém na linguagem popular do sul, *-ino*: veja-se *malina* e *manina* em vez do nortenho *maninha*; *donina*, *atonina*, em vez de *doninha*, *toninha* (4), entre os numerosos exemplos que poderiam ser dados de conservação de *-n-* etimológico. Parece-me interessante notar que em palavras de origem árabe, logo de implantação mais recente que as latinas, também se constatam tratamentos diferenciados, seguindo normas do norte ou do sul: o ar. *ta'ligā*, «saco, surrão», e interpretado, no sul, como *taleiga*, enquanto que o norte trata o *-l-* intervocálico como se fosse um *-l-* latino, isto é, fazendo-o desaparecer: *teiga*. Outro exemplo do mesmo tipo: o ar. *fulan* dá origem a *fulano* mas também a *foão*, que se usou até ao séc. XVII e as formas intermédias, do séc. XI, *folam* e *fulam*. Isto mostra, provavelmente, que a regra nortenha de supressão do *-l-* intervocálico estava em pleno funcionamento no momento em que essas palavras árabes entraram no vocabulário corrente dos cristãos. Um levantamento das palavras que existem no vocabulário rural e conservam o *-n-* ou o *-l-* intervocálicos latinos, acompanhado do estudo da sua actual distribuição no espaço português e do contexto das suas primeiras atestações, dar-nos-ia certamente mais informações sobre o léxico moçárabe. Mas, para já, julgo mais importante indicar outros fenómenos regulares que já foram observados.

7. Começo por apontar algumas das características da fonética moçárabe, comuns ao português, que foram deduzidas do estudo das *carjas* (5) andaluzas e de outros documentos (Galmés de Fuentes, 1983):

- Manutenção do *f*- latino: *filio* > moç. *filyo*, port. *filho* (cast. *hijo*)
- palatalização de *-ly-*: lat. *alienu* > moç. *alyeno*, port. *alheio* (cast. *ajeno*).
- Casos de ausência de ditongação de *É* e *Ó* breves latinos (paralelamente a ditongações atestadas): *fonte*, *soq⁰ro*, *ferro* (em castelhano *fuente*, *suegro*, *hierro*).
- existência de *-[u]* final e, por vezes, seu desaparecimento (6): *Tawrel*, *Alcardet*, *Montichel*.



— transformação do grupo *-ct* em *-it*: *noctem* > moç., port. *noite*, (cast. *nache*).

— conservação dos ditongos *ai*, *au*, sob as formas *ay* ou *ey*, e *ou*: *barbayr* ou *barbeyra*; esporadicamente, monotongação: *garbonero*, *ferrero*. São também apontados:

— exemplos de redução do *-LL*- duplo latino a *-L*- simples (paralelamente à sua palatalização): *cólera*, *Ardiles*.

— conservação de *-mb*- (como em leonês e galego-português): *cambeiro*.

— muitos exemplos de sonorização de consoantes surdas intervocálicas: *aradayro* e *aradeyro*, *pešcador* (7) a par da conservação, mais frequente, dessas mesmas consoantes.

8. Há também a assinalar outras regularidades fonéticas que permitem pôr a hipótese da procedência moçárabica (ou melhor, pré-moçárabica) de bastantes palavras cuja forma não se enquadra nas regras estabelecidas para o galego-português. Por exemplo, a evolução de *c* ^ē, ^ī latinos para *ch*, em palavras com o *chícharo* < lat. CICER, ERIS, *chiqueiro* < moç. širkáir < provavelmente do lat. vg. *CIRCARIUM < CIRCUS (Corominas e Pascual). Outro fenómeno possível nos dialectos moçárabes mas não no galego-português é a manutenção de *i* breve latino como *i*, sem se verificar a sua passagem a *ē* (Corominas e Pascual, sob *alpista* e *guisante*). Outro ainda é a passagem de *-st-* a *ç*, como aconteceu no topónimo *Cacela* < CASTELLU «com a terminação

feminina das designações geográficas árabes» (David Lopes, 1910, p. 242) e na própria adaptação peninsular da palavra árabe que tantas vezes vem sendo repetida, *mustacrib* > *moçárbabe*.

9. Entre as evoluções fonéticas características da linguagem dos autóctones do sul do país há aquelas em que seguramente existe uma influência da fonética árabe. Isso desde logo as localiza no tempo da maior convivência entre cristãos e muçulmanos.

Dado que o árabe não tem *p*, substitui os *românicos* por *b* (9). Dessa influência árabe sobre a fonética latina surgiria *baliza* < *palus* (+ sufixo). Teria a mesma proveniência a perda de *-iu* e *-u* finais (a que já atrás se aludiu) que se observa, por exemplo, nos topónimos do sul do país terminados em *-el* e *-er*: *Alconchel* < *al-conciliū*, *Alportel* < *al-portellū*, *Alfornel* < *al-furnārū* (Joaquim da Silveira, 1940/41, p. 280). Outro fenómeno da arabização das

formas latinas é o da imela, isto é, passagem de *a* > *e*. Ele é visível em topónimos como *Taques* > *Tejo*. *Pax (julia)*, no acusativo *Pacem (Juliam)* > *Pace* > *Beja*. (David Lopes, 1910, pp. 229-230).

Uma característica fonética do português que foi apontada no fim do século passado (Gonçalves Viana, 1890/92) como de provável influência árabe seria a pronúncia de *s* final de sílaba como *x*. Como é sabido, em todo o território hoje português teria havido, no século XII (e não só), uma pronúncia para os *esses* e outra para o *ç* como ainda hoje, no norte-nordeste e centro-leste). Segundo Gonçalves Viana, a pronúncia do *ş* *nortenho*, sendo próxima da do *x*, teria sido com este confundida pelos árabes, que assim a modificaram. Pelo seu interesse, reproduzo aqui as palavras de Gonçalves Viana (actualizo a ortografia) «A esta imitação imperfeita e à semelhança acústica entre *ş* e *x*, por uma parte, e *z* e *j*, por outra, é possível que seja devida a palatalização dos *ss*



finais de sílaba, na pausa ou antes de consoante, que prevalece no sul do reino a partir de Coimbra. Assim, *ş* antigo inicial de sílaba passou no português moderno do sul a *ç*, ou *z* quando medial; *ş* antigo final de sílaba a *x* na pausa ou antes de consoante surda, a *j* antes de sonora, ambos atenuados, e a *z*, como em francês, antes de vogal, alteração esta última que naturalmente não foi contemporânea das outras duas. (...) Para a maioria das pessoas do sul passa hoje despercebido que o *s* final de sílaba antes de consoante se profere de modo diferente no norte, enquanto lhes fira a atenção a diferença do *s* inicial, porque é maior» (1890-92, p. 335) (10).

O modo como os mouros pronunciavam os *esses* ficou atestado, como G. Viana faz notar, nas falas que Gil Vicente lhes atribui: «mi no xaber que exto extar,/ mi no xaber que exto xer...»; e ainda hoje há palavras de uso corrente que conservam marcas dessa influência — por exemplo, *desenxabido* que tem origem no lat. vg. **insapídus* < *insípídus* (Corominas y Pascual, 1980).



10. Percorrendo os índices do *Diccionario Crítico Etimológico da la Lengua Castellana* de J. Corominas observa-se a existência de numerosos sufixos a que é atribuída origem moçárabe. Trata-se de sufixos que não são de utilização regular em castelhano, surgindo preferencialmente nos dialectos do sul da península (11). Passo a indicar aqueles que se encontram também em português:

— Em consequência do fenómeno atrás assinalado (*ce* > *ch*), o sufixo lat. *-aceum* torna-se *-acho*. A palavra lat. CAPACEUM (< CAPAX, CAPERE) dá origem, por um lado, a *cabaz*, onde se verifica, como é habitual no norte, a sonorização de uma consoante surda intervocálica ([p] > [b]) e a redução de *aceum* a *-az*; e, por outro lado, a *capacho*, onde o [p] se mantém inalterado e *-aceum* se transforma em *-acho*. Pode-se igualmente com uma certa segurança atribuir origem moçárabica às palavras *borracho*, *cambalacho*, *gaspacho* e *sangacho*.

Em Malpica do Tejo existe a palavra *arnecacho* para a rela (12). Na vizinha

Espanha, *renacuajo* é um diminutivo de *rana*. Entre nós, *rana* em vez de *rã* está atestada em localidades do sudeste, onde tanto pode ser um moçarabismo como empréstimo do espanhol. Atendendo a estes dados, parece-me possível que *arnecacho* seja uma palavra moçárabe, derivada de *rana*, com o sufixo *-acho* precedido do sufixo *-aco*: *ranacacho* > **arnacacho* > *arnecacho*.

— *aco*. Sufixo de origem pré-romana, de reduzida produtividade (tal como *-eco* e *-ico*), e, segundo Corominas, «menos surpreendente quando se aplica a um radical topónomico ou de sentido topográfico» (por ex., *polaco*) (13). Em Mértola, as mantas de tecitura em losangos ou em espinha, em lã castanha e branca, denominam-se «mantas montanhaque». Penso que se trata de um adjetivo de origem topográfica (< *montanha*), tendo o sufixo *-aco* perdido a vogal final *-o*, o que, como vimos, é outra característica moçárabica. *Manta montanhaque* significaria pois, na ori-

existia e através dele, mais ou menos modificada, perdurou. Acerca disto gostaria de dar também um exemplo.

Existe no concelho de Ourique um sítio denominado Pego do Sino. Com este sugestivo nome, uma lenda deveria existir que o explicasse. Ela existe de facto, e é contada por Abel Viana: tesouros mergulhados, vozes que bradam da fundura, um sino que vem à superfície, dá uma badalada e torna a sumir-se na água. É uma lenda típica das muitas que surgem para justificar um nome cujo significado se perdeu. Porém em latim existe a palavra *sinus* que significa, entre outras coisas, «sinuosidade, concavidade». Nessa palavra tem origem o vocábulo português *seio* e, por derivação, *enseada*. Na passagem de *sinu* > *seio*, a evolução fonética é típica do português: o Ÿbreve latino passa a ê, o -n- intervocálico cai, e um i semi-vogal desfaz o hiato: *sinu* > *seo* > *seio*. Em zona moçárabe onde o -n- se conserve e o Ÿbreve se mantenha como i, o resultado do lat. *sinu* será, naturalmente, *sino*. Assim, *Pego do Sino* significaria, na origem, «Pego da concavidade», ou melhor... «Pego do Pego». Esta interpretação explica igualmente o topónimo *Corte Sines*, perto do Guadiana, junto a uma importante depressão pesqueira e também, o da conhecida Sines, grande enseada e abrigo da costa alentejana (14).

12. Em contraste com a pobreza da documentação escrita do sul de Portugal, na Espanha abundam as fontes indirectas de estudo do moçárabe graças aos escritos em árabe que contêm informação sobre o assunto e que têm sido objecto de publicação e de estudo. Mesmo numa abordagem breve como esta não se pode deixar de mencionar, para além das obras de medicina, botânica e farmacologia escritas por árabes entre os séculos X e XIII e onde se encontram numerosas designações locais para plantas, bichos e mezinhas, as célebres *carjas* contidas em poemas de autores árabes e judeus do Andaluz. Trata-se de pequenas coplas em língua romance com que terminam longos poemas de panegírico ou de amor escritos em caracteres arábicos e/ou hebraicos (15). Essas pequenas coplas, que vão do séc. XI ao séc. XIV, têm grandes semelhanças com as posteriores «cantigas de amigo» galego-portuguesas. Por isso lhes chamou Menéndez Pidal «cantigas de habib» — pois a palavra *habib*, que quer dizer «amigo», também nessas cantigas é frequentemente utilizada por uma rapariga apaixonada e queixosa. Vemos assim formas de tratamento árabes encaixadas em frases de teor afectivo. Também interessante é o facto de haver numerosos testemunhos medievais em que a forma *iben* — em árabe, «filho de» — acompanha antropónimos romances e/ou árabes (Cf. António Losa, 1982, J. L. de Vasconcelos, 1928). Numa sociedade em que as formas de tratamento árabes se misturam nas frases mais afectuosas e a palavra que indica filiação é árabe, como se explica que esta língua, com todo o prestígio que teve na época, tenha deixado só palavras isoladas, como tantas vezes se tem afirmado, sem ter modificado em nada mais a linguagem latina que a precedeu? Explicar que as palavras *habib* e *iben* tenham desaparecido rapidamente, é fácil: qualquer campo do vocabulário denominativo sofre as vicissitudes da moda, dos costumes e do uso que rodeiam

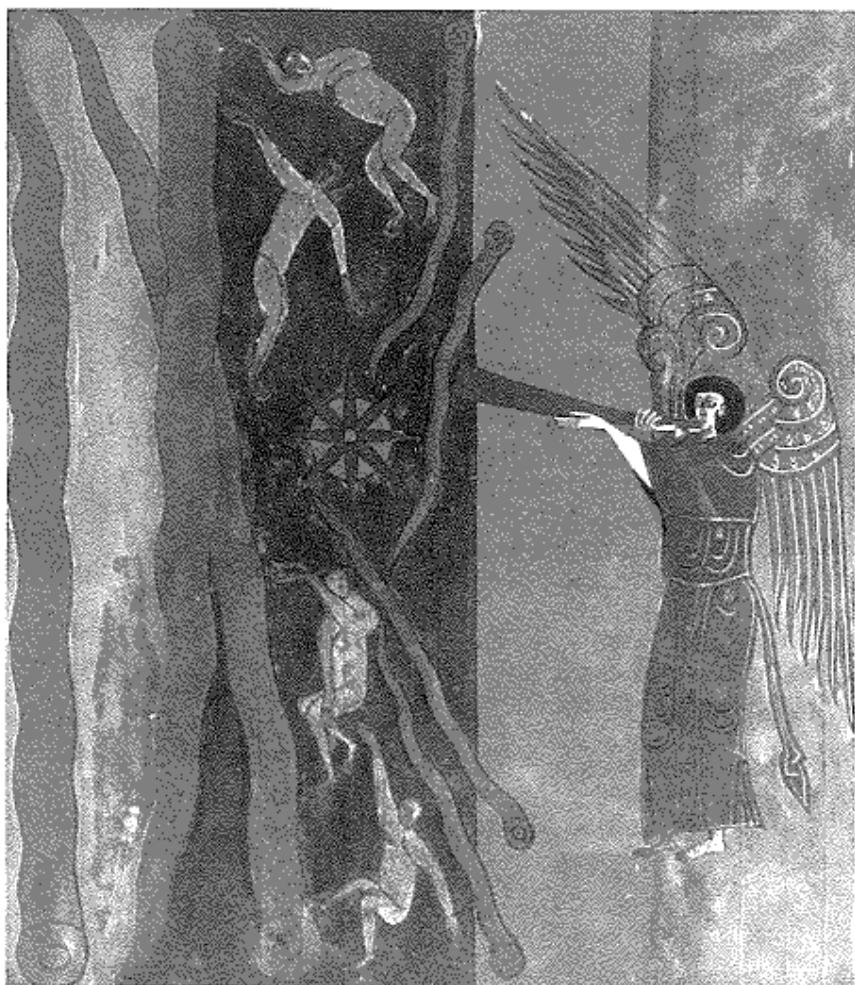
224
gem, «manta da montanha», «manta serrana».

— *chel*. Um dos exemplos dados por Corominas é *caramanchel* «forma do sul de Portugal, talvez lisboeta». Além destes, Corominas aponta toda uma série de sufixos que apenas enumero: *-eno* < ANUS, INUS: *moreno*; *-ete* (*Alcochete?*, *Marmelete?*) e *-eto* (*careto*), *-ol* < ŸLUS (e *ola* < pl. ŸLA, por ex. *padiola*). E, finalmente, *-oche*. Galmés de Fuentes, por sua vez, chama a atenção para o que ele interpreta como plurais femininos em *es*, patentes em topónimos como *Silves*.

11. Muito mais seria possível dizer desde já sobre o que teria sido o moçárabe do sudoeste hispânico, apenas com base nos estudos já publicados. Mas mais interessante e urgente seria no entanto pesquisar as fontes escritas, fazer o levantamento do que existe nos dialetos actuais das zonas moçárabes e começar a procurar na toponímia, não apenas vestígios do árabe, mas da linguagem latina que antes dele

a denominação e o objecto nomeado. O que o estudo do moçárabe sugere, pelo contrário, é que houve uma influência bastante forte para, por um lado, contribuir para que se tenham mantido vestígios interessantes de uma antiga identidade linguística do sul e, por outro lado, para influir de certo modo nas mudanças fonéticas — sendo a fonética, como se sabe, menos sujeita a substituições abruptas que o léxico. Sugere também que, em relação à interpenetração romance - árabe, nem sequer tenha havido uma «pidginização» do romance (16). De facto, o que as sobrevivências moçárabes parecem indicar é o grande conservadorismo (em relação ao latim) da língua que se falava no sul antes e durante a dominação árabe (17). No entanto, convém repetir, tudo está ainda por investigar neste vasto campo da história do português.

13. É fácil de constatar que existem semelhanças entre o que é possível saber-se do moçárabe do sul de Portugal e o galego-português arcaico e o leonês. Já em 1911 David Lopes afirmava: «Finalmente, de todas as línguas peninsulares,



225
aqueelas que mais parecem aproximar-se da aljamia moçárabe são a galaico-portuguesa e o leonês ocidental». As investigações mais recentes, todas elas feitas na Espanha, contradizem-no apenas na medida em que não houve uma aljamia moçárabe uniforme, mas variação territorial dentro de um sistema linguístico em que é possível detectar grandes traços comuns. Hoje em dia, o sul do Mondego distingue-se do norte do país por uma série de traços linguísticos. Mas também dentro dessa zona o algarvio ocidental se distingue do alentejano, e o alentejano por sua vez, da zona da Idanha — para não falar senão das zonas «mais marcadas». Hoje, sabe-se que os dialectos não são desvios, mal-falares em relação à língua normativa, mas desenvolvimentos locais de antiquíssimos modos de dizer. Vejam-se as variedades do mirandês que ainda subsistem, como preciosas sobrevivências do leonês antigo — precisamente a língua peninsular que mais traços comuns apresenta com o moçárabe.

Por isso os dialectos podem continuar a ser uma fonte inesgotável de informação num país onde a documentação escrita dos tempos de dominação árabe é extremamente escassa.

NOTAS

(1) A diferença entre língua e dialecto é, por um lado, de ordem institucional e de modo de transmissão e, por outro, de ordem linguística. A língua aprende-se nas escolas e é o idioma oficial de um povo; um dialecto aprende-se na família e é o meio de comunicação de um grupo dentro de uma língua mais vasta. Este último carácter do dialecto está ligado à diferença propriamente linguística em relação à língua: um dialecto tem as mesmas estruturas gramaticais que a língua de que faz parte, distinguindo-se dela por um pequeno feixe de traços de ordem fonética, fonológica, morfológica e morfo-sintáctica, a que se junta uma variação vocabular. Esse feixe é extremamente variável em quantidade e qualidade.

(2) Para os muçulmanos, no entanto, esses cristãos eram simplesmente *ajame*, isto é, «estrangeiros» (J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, IV, p. 257.).

- (3) O árabe tem 28 consoantes, 14 «solares» e 14 «lunares». São solares as dentais, sibilantes e sonantes, são lunares as restantes. «Sol» diz-se *xamse* e a inicial de *xamse*, *x*, integra-se nas letras solares, assim como a inicial de *Qamar*, «lua», se integra nas letras lunares. A regra de supressão do *-l* do artigo *al* é memorizada nas fórmulas *axamsia* (=a+ solar) e *al-Qamaria* (al+lunar). Agradeço esta expliação ao colega do Campo Arqueológico de Mértola, Abdallah Khawli)
- (4) Lindley Cintra, 1983, pp. 72, 74, e Clarinda de Azevedo Maia 1975, pp. 123-124. Também nos Açores se encontra, hoje ainda, este diminutivo *-ino*, (por ex., *camina*) que para ali foi levado, sem dúvida, por colonos do sul de Portugal.
- (5) A descoberta destas carjas foi revelada em 1948 por S. M. Stern na revista *al-Andalus*. Sigo aqui a grafia aconselhada por Herculano de Carvalho na sua recensão crítica a «S. M. Stern, *Les chansons mozabares*», in *Estudos Linguísticos, Coimbra*, 2º vol., pp. 289-290, onde remete para J. Piel.
- (6) Em Portugal o *-u* final desaparece na zona de Castelo Branco-Portalegre, em Alcochete, em outros pontos a sul do Tejo, no Algarve e nos Açores.
- (7) Com a reserva que se tem diante de materiais filtrados por interpretações múltiplas, não posso deixar de apontar que da documentação apresentada por Galmés de Fuentes (1983) me pareceu que existiriam no moçárabe de Toledo mais semelhanças com o português do que no moçárabe de Sevilha. Aliás, a polémica em torno do Glossário de Leiden vem indirectamente confirmar esta semelhança. Trata-se de um dos mais antigos glossários latino-árabes conhecidos. O seu editor, Seybold (1900), pensava que ele teria sido escrito no séc XI em Castela ou em Portugal. Menéndez Pidal (Orígenes, & 82) refuta a origem portuguesa e Corominas (Butlleti de Dialectología Catalana, XXIV, p. 5) reafirma-a. Finalmente, S. P. J. van Koningsveld (1977) demonstra ter sido redigido no séc. XII, em Toledo (cf. L. Pefiarroja Torrejón, 1990, pp. 50-51).
- (8) A conservação das consoantes surdas intervocálicas, tal como a manutenção de *-l*, de *-n* e de *f*, faz parte da série de características conservadoras do moçárabe.
- (9) Como se sabe, é uma regra geral da passagem do latim ao português a sonorização das consoantes surdas (-p- > -b-, -t- > -d-, -k- > -g-), no caso de serem intervocálicas, mas não em posição inicial. Ora o árabe não tem nem p, nem g. Qualquer que fosse a regra dos dialectos romances da zona moçárabica (manutenção ou, em alternativa, sonorização das surdas), ela ficaria perturbada com a interferência deste diferente inventário fonemático.
- (10) Como o próprio G. Viana faz notar, é muito mais difícil perceber a diferença que existe entre *x* e *s* apico alveolar no fim de sílaba que no seu início. O facto de *s* apico alveolar em início de sílaba não ter evoluído, em português, para *x*, mas sim para a pré-dorsodental *s*, pode dever-se a uma influência pela negativa, da pronúncia dos mouros. O facto de o fenómeno da palatalização de *-s* em final de sílaba não existir na Espanha indica certamente que essa inovação fonética é posterior à constituição da fronteira política Portugal-Espanha.
- (11) Sobre sufixos moçárabes, cf. também Galmés de Fuentes, 1983, p. 326.
- (12) Inquéritos do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza.
- (13) Corominas y Pascual, 1980, sob a palavra *chabacano*.
- (14) O Dicionário Onomástico de J. P. Machado dá o étnimo *sínu-* para Sines.
- (15) Reproduzo, a título de exemplo, duas dessas coplas, na transliteração feita a partir do árabe por Emilio García Gómez (1965, pp. 170-171 e 364-365)

I. Transliteração:

KM S FLYWL 'LYNW
NWN MŠ 'DRMŠ 'MW ŠYNW

Decifração:

KOMO SI FILIYÓLO 'ALYÉNO
NOM MAS ADORMÉS A MEW SÉNO

Tradução em português:

Como se [fosse] filhote alheio
Já não adormece ao meu seio

2. Transliteração	Decifração
KY FRY 'W KY SRD DMYB	KÉ FAREYÓ, 'ÓW KÉ SÉRAD DE MÍBE
HABTBT	HABÍB!
NN T TLGS DMYB	NON TE TOLGAS DE MÍBE

Tradução: Que farei eu, ou que será de mim! Amigo! Não te afastes de mim!
Sobre o assunto existe abundante bibliografia espanhola.

- (16) Se antes de aprenderem a falar árabe os cristãos tiveram de recorrer a um pidgin, esse pidgin teria sido de base árabe, porque esta era a língua dominante em termos de prestígio. Pidgin de base românica é aquele de que o falar dos mouros de Gil Vicente dá testemunho — e esse é muito posterior.
- (17) De tal modo que seria de perguntar se muitas das palavras de uso corrente que os dicionários consideram de introdução relativamente recente e de origem erudita não serão antes formas antigas do sul, conservadas.

BIBLIOGRAFIA

Boléo, M. de Paiva (1951), «Dialectologia e História da Língua», *Boletim de Filologia* (Lisboa), XII, pp. 1-44.

Carvalho, J. G. Herculano de (1969), recensão crítica «S. M. Stern. Les chansons mozabares», in *Estudos Linguísticos*, Atlântida Editora, Coimbra, vol. II, pp. 289-90.

Cintra, L. F. Lindley (1961), «Áreas lexicais no território português», *Boletim de Filologia*, XX, pp. 273-207 (reed. em *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Sá da Costa Editora, 1983, pp. 107-116).

Cintra, L. F. Lindley, (1981), «Griséu, um moçarabismo algarvio», *Biblos* (Coimbra), LVII, pp. 65-71 (reed. em *Estudos...*, pp. 107-116).

Coelho, Adolfo (1909), «Origens do Português do Sul», *Serões*, 2^a série, vol. VIII, nr. 46 pp. 317-324.

Corominas, J. e Pascual, J. A. (1980), *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 5 vols., Gredos, Madrid.

Corominas, J. (1954), "Índices" do *Diccionario crítico etimológico de la Lengua Castellana*, vol. IV, Gredos, Madrid.

Fórneas Besteiro, J. M. (1978), «Elementos para una bibliografía lingüística básica sobre Al-Andalus», *Actas de las Jornadas de Cultura Árabe e Islámica*. Madrid, 1981, pp. 45-107.

Galmés de Fuentes (1977), «El dialecto mozárabe de Toledo», *al-Andalus*, XLII, pp. 183-206 e 249-299.

Galmés de Fuentes (1983), *Dialectología mozárabe*, Gredos, Madrid.

García Gómez, E. (1965), *Las jarchas romances de la serie árabe en su marco*, Edición en caracteres latinos, versión española en calco rítmico y estudio de 43 moaxajas andaluzas, Sociedad de Estudios y Publicaciones, Madrid.

Guérios, R. F. Mansur (1947), «O romanço moçárabico. Vestígios fonéticos do latim meridional», *Língua e Linguagem* (Rio de Janeiro), ano 1, nr. 1, pp. 90-98.

Guérios, R. F. Mansur, (1956), *O romanço moçárabico lusitano*, Curitiba.

Koningsveld, S. P. J. Van (1977), *The Latin-Arabic Glossary of the Leiden University Library*, Leiden.

Lopes, David (1910), «Os árabes nas obras de Herculano», *Boletim da Segunda Classe, Academia das Ciências de Lisboa*, III, pp. 50-85 e 198-205; IV (1911), pp. 378-395.

Lopes, David (1940), *Textos em aliamia portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Losa, Antonio (1982), «Moçárabes em território português nos séculos X e XI: Contribuição para o estudo da antroponímia no «Liber Testamentorum» do Lorvão», in *Islão e Islamismo na Península Ibérica*, Actas do XI Congresso da União Europeia de arabistas e islamólogos, Évora, 1986, pp. 273-287.

Machado, J. Pedro (1949), «Adolfo Coelho e o romanço moçárabico», *Boletim de Filologia* (Lisboa), X, pp. 15-21.

Machado, J. Pedro (1946), «O Português e o Romanço do sul do Tejo», *Revista da Portugal*, IX, pp. 191-195.

Machado, J. Pedro (s/d), *Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, editorial Confluência, Lisboa.

Maia, Clarinda de Azevedo (1975), *Os falares do Algarve*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia* (Coimbra), vol. XVII.

Marsá, Francisco (1958), «Toponímia de reconquista», *Encyclopedie Linguística Hispánica*, I, pp. 615-645.

Mattoso, José (1985), «Os Moçárabes», *Revista Lusitana*, Nova série, 6, pp. 5-24 (reed. em *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, 1987 e 1990).

Meier, Harri (1942), «A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas», *Biblos* XVIII, pp. 497-514.

Menéndez Pidal, R. (1929, 2^a ed.), *Orígenes del español*, Madrid.

Pefaroja Torrejon, L. (1990), *El mozárabe de Valencia, Nuevas cuestiones de Fonología mozárabe*, Gredos, Madrid.

Ribeiro, Orlando (1965), «A propósito de áreas lexicais no território português (algumas reflexões sobre o seu

condicionamento», *Boletim de Filologia* (Lisboa), XXI, pp. 177-205, reed. in *L. F. Lindley Cintra, Estudos de Dialectologia portuguesa*, Sá da Costa Ed., 1953, pp. 167-199.

Seybold, C. F. (ed.) (1900), *Glossarium latino-arabicum, ex unico qui exstat codice leidensi, undecimo saeculo in Hispania conscrito*, Berlim (Cf. artigo de J. Corominas em *Butlletí de Dialectologia Catalana*, XXIV, p. 5).

Silveira, Joaquim da, «Toponímia portuguesa», *Revista Lusitana*, XXIV (1921-22), pp. 189-232; XXXV (1937), pp. 50-139; XXXVIII (1940-41), pp. 269-302.

Simonet, F. J. (1889), *Glosario de voces ibericas Y latinas usadas entre los mozárabes, precedido de un estudio sobre el dialecto hispano - mozárabe*, Madrid (reed. Oriental Press, Amsterdão, 1965).

Varvaro, Alberto (1991), «Latin and Romance: fragmentation or restructuring?», in Roger Wright (ed.), *Latin and the Romance Languages In the Early Middle Ages*, Routledge, Londres, Nova York.

Vasconcelos, J. Leite de (1926, 2^a ed.), *Lições de Filologia Portuguesa*, pp. 17, 290-293, 328.

Vasconcelos, J. Leite de, (1928), «Nomes de moçárabes», *Antropónimia Portuguesa*, pp. 384-387, Imprensa Nacional, Lisboa.

Vasconcelos, J. Leite de, (1908), «Romanço moçárabico», *Revista Lusitana*, XI, p. 354 (reed. em Opúsculos, IV, 1926, pp. 799-800).

Vasconcelos, J. Leite de e M. Viegas Guerreiro, (1958), *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 254-298.

Versteegh, Kees (1982), «The origin of the romance languages and the arabic dialects», in *Islão e arabismo na Península Ibérica, Actas do XI Congresso da União Europeia de arabistas e islamólogos*, Évora, 1986.

Viana, Abel (1961), «Nossa Senhora da Cola», *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, Beja.

Viana, J. A. Gonçalves (1890-92), «Fonologia histórica Portuguesa», *Revista Lusitana*, II, pp. 332-338.

Viana, J. A. Gonçalves (1892), *Deux faits de phonologie historique Portugaise. Mémoire Presenté à la 10^{ème} session du Congrès International des Orientalistes par....*, Lisboa, Imprimerie Nationale (reed. em *Estudos de Fonética Portuguesa*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1973, pp. 259-265).

CERÂMICAS MUÇULMANAS DO CASTELO DE SILVES

JOSÉ LUIS DE MATOS

A tese de mestrado de Rosa Maria Varela Gomes intitulada «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves» publica o espólio integral das cerâmicas de época muçulmana medieval provenientes de escavações arqueológicas realizadas pela investigadora numa área restrita do referido castelo.

A publicação constitui o 1º volume da XELB, uma nova revista de arqueologia editada pelo Museu Municipal de Arqueologia de Silves com o patrocínio da Câmara Municipal dessa cidade algarvia.

Rosa Maria Varela Gomes e seu marido Mário Varela Gomes dedicam-se há mais de uma dezena de anos ao estudo das estruturas e materiais muçulmanos daquela que entre os séculos X e XIII foi considerada a principal cidade do Algarve muçulmano, tendo ambos feito parte da equipa que escavou o complexo poço-cisterna muçulmano sobre o qual se ergue hoje o explêndido Museu Municipal de Silves concebido e

organizado por estes dois investigadores.

A referida escavação no Castelo de Silves abrange uma área de 160 m², não inteiramente escavada, e aí foram detectados sete níveis de ocupação muçulmana, desde uma casa almóada (séc. XIII) a um nível de ocupação datado pela investigadora de uma data próxima de 780 da nossa era.

Infere-se de algumas vagas referências feitas no texto que a finalidade primeira dos trabalhos arqueológicos teria sido o de se encontrar o famoso «Palácio das Varandas» de Almutamide (séc XI), e de se definir melhor o perímetro defensivo da fortificação muçulmana, objectivos a longo prazo que não foram alcançados até ao momento.

O estudo incide sobre a cerâmica muçulmana, embora se indique a título de complemento a existência de outros materiais da mesma época, e de cerâmicas e outros materiais de épocas diversas encontrados em vários níveis de escavação. Merecem à autora

especial referência, pela conexão que possuem com a cerâmica muçulmana, os elementos arquitectónicos encontrados.

O texto desenvolve-se ao longo de 294 páginas e está excelentemente bem documentado por fotografias, desenhos e plantas. Os desenhos das peças de cerâmica árabe são de grande qualidade, ainda que a redução dos originais, aliada a uma impressão menos cuidada, possa ter diminuído a boa qualidade do trabalho inicial. Também as fotografias ficaram a perder com o tipo de impressão utilizada. Contudo no seu conjunto a impressão gráfica é razoável, com boa nota para a capa.

Ainda no que respeita ao texto deve dizer-se desde logo que se trata do texto mais longo e, formalmente, o mais bem construído que até agora foi publicado em português nos domínios da arqueologia muçulmana.

Tem boas introduções e um aparato crítico notável, utiliza correctamente bibliografia abundante e pertinente, a exposição é sistemática e clara, e a redundância na apresentação de determinados assuntos não é de molde a pôr em causa a boa organização da matéria ao longo dos vários capítulos da obra. A soma de informação recolhida representa um esforço notável da parte da autora e dá um contributo considerável ao avanço dos estudos muçulmanos no nosso país.

Pena é que as afirmações feitas e as conclusões tiradas sejam por vezes contestáveis, principalmente por falta de equilíbrio e ponderação no tratamento dos dados disponíveis de momento.

A autora delimita com absoluta precisão seis níveis de ocupação muçulmana possuindo espólio cerâmico no Castelo de Silves, numa área que mede aproximadamente 160 m², afectada por revolvimento, deposição de entulhos de várias épocas, plantações de árvores e arbustos. Não se pretende pôr em causa a competência profissional e a perícia com que a escavação foi feita, mas se uma área pequena como esta e com as características referidas permitiria uma escavação com garantia de resultados seguros caso se tratasse de estratos pré-históricos ou mesmo romanos, já é duvidoso que se possam obter resultados inteiramente seguros tratando-se de épocas mais recentes num local em que o tecido urbano se renovou rapidamente, resultados que têm provisoriamente de ser postos em causa quando eles vêm alterar cronologias estabelecidas por longos anos de trabalho em dezenas de escavações independentes realizadas na Península Ibérica e no norte de África. São inegavelmente surpreendentes alguns dos resultados obtidos na escavação e não podem de modo algum escamotear-se. Baseando-nos nos dados fornecidos por Rosa Maria Varela Gomes convirá no entanto sermos prudentes em afirmações definitivas e

sensatos nas críticas a trabalhos precedentes.

Tradicionalmente tem-se atribuído ao século X determinado tipo de produção cerâmica que foi de facto fabricada nesse século em Medina Azahara. Trata-se de uma cerâmica esmaltada, com decoração policroma, constituída geralmente por taças, muitas das quais com a característica inscrição «Al Mulk» (ao rei) que começou certamente por ser utilizada em meios aristocráticos e posteriormente se difundiu em ambientes mais populares. A investigadora encontrou cerâmica deste tipo em níveis que classificou do século VIII, com base no estudo das sucessões das camadas e em análise de carbono 14.

Apesar da profundidade da camada (5.44 m.) existe possibilidade real de ter havido remeximentos do solo que poderiam ter alterado a estratigrafia e daí a coexistência de cerâmicas tardias e carvões antigos. De resto a chamada «datação absoluta» pelo carbono 14 é, sobretudo para esta época, bastante relativa como é conhecido, e deve ser empregue com prudência.

Também as cerâmicas de «corda seca parcial» e as de «brilho metálico» se vêem atribuídas datações mais antigas que aquelas que geralmente lhes têm sido dadas.

Seria útil para todos os investigadores da época medieval a normalização da nomenclatura a aplicar às peças de cerâmica deste período. Até se conseguir o consenso necessário cada investigador é livre de usar a terminologia que entender. Mas é pelo menos estranho chamar por exemplo «lucerna» aos candis ou lâmpadas muçulmanas, tendo como tem o termo empregue uma aplicação tão precisa no âmbito da arqueologia romana.

Novos dados serão certamente colhidos nas escavações e outros trabalhos que prosseguem em Silves. Esperam-se mais e bons resultados que possam consolidar ou servir para rectificar as informações dadas até agora.

